

2003-2010 O BRASIL EM TRANSFORMAÇÃO  
VOLUME 1

A NOVA POLÍTICA ECONÔMICA  
A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL



**FRIEDRICH  
EBERT  
STIFTUNG**

  
**EDITORA FUNDAÇÃO  
PERSEU ABRAMO**

## FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

### DIRETORIA

**Presidente:** Nilmário Miranda

**Vice-presidente:** Elói Pietá

**Diretores:** Iole Ilíada, Flávio Jorge, Paulo Fiorilo, Selma Rocha

## COLEÇÃO 2003-2010 O BRASIL EM TRANSFORMAÇÃO

### Coordenador

Elói Pietá

### Organizador do volume 1

Elói Pietá

### Colaboração especial no volume 1

Pedro Ivo de Souza Batista

## EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

### Coordenação editorial

Rogério Chaves

### Assistente editorial

Raquel Maria da Costa

### Preparação

Eloísa da Silva Aragão

### Projeto gráfico e diagramação

Caco Bisol

Todos os direitos reservados à  
Editora Fundação Perseu Abramo  
Rua Francisco Cruz, 224

04117-091 São Paulo – SP

Telefone: (11) 5571 4299 – Fax: (11) 5571 0910

Correio eletrônico: [editora@fpabramo.org.br](mailto:editora@fpabramo.org.br)

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo

[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)

[www.efpa.com.br](http://www.efpa.com.br)

## SUMÁRIO

- 5 **Apresentação**  
Elói Pietá

### **CAPÍTULO PRIMEIRO: UM NOVO MODELO ECONÔMICO EM CONSTRUÇÃO**

- 11 **Mudanças e desafios no Brasil e no mundo**  
Tânia Bacelar
- 19 **Uma nova política macroeconômica e uma nova política social**  
Nelson Barbosa
- 35 **Mudanças para um novo modelo de desenvolvimento**  
Aloizio Mercadante
- 47 **Um novo modelo de desenvolvimento: cinco características**  
Saturnino Braga
- 55 **Desenvolvimento rural no modelo econômico em construção**  
Guilherme Cassel
- 65 **Energia, desenvolvimento e sustentabilidade ambiental**  
Luiz Pinguelli Rosa
- 75 **Uma política de país**  
Marina Silva
- 93 **Avanços e obstáculos na política de sustentabilidade ambiental**  
Carlos Minc
- 117 **Incorporar a sustentabilidade socioambiental no ciclo de desenvolvimento**  
Hamilton Pereira

### **CAPÍTULO SEGUNDO: A CRISE ECONÔMICA MUNDIAL E AS RESPOSTAS DO BRASIL**

- 121 **Crise mundial: crise estrutural**  
Aloizio Mercadante
- 127 **Agora um pouco mais que uma marola, antes um tsunami**  
Júlio Miragaya
- 129 **A crise, seus responsáveis, o papel do Estado e o emprego**  
Artur Henrique
- 133 **O Brasil tem fôlego para fortes políticas anticíclicas**  
Amir Khair
- 137 **O crescimento com distribuição de renda e a resistência das elites**  
Ricardo Amorim

### **CAPÍTULO TERCEIRO: PRESERVAR O PLANETA, MUDAR O MODELO DE DESENVOLVIMENTO**

- 145 **Um modelo mundial insustentável**  
Ladislau Dowbor
- 151 **Crise econômica e crise ambiental**  
Marina Silva
- 155 **Urbanização, segregação, e sustentabilidade ambiental**  
Ermínia Maricato
- 161 **Necessidade de um novo modelo de desenvolvimento na Amazônia**  
Hamilton Pereira
- 165 **Olhando para a frente após a COP-15**  
Carlos Minc

### **CAPÍTULO QUARTO: OUTROS GRANDES PROBLEMAS HERDADOS**

- 173 **O desafio da distribuição de renda no Brasil**  
Ricardo Amorim
- 177 **O rural não pode ficar em segundo plano**  
Guilherme Cassel
- 181 **Organizar a base da sociedade**  
Ladislau Dowbor
- 183 **A Amazônia (a onça pintada) se defende**  
Gilney Viana
- 199 **Reconstruindo o setor público de saneamento básico**  
Marcos Montenegro

### **CAPÍTULO QUINTO: DESAFIOS A VENCER**

- 211 **Concluir e consolidar um novo modelo de desenvolvimento**  
Nelson Barbosa
- 215 **Propostas para uma nova etapa**  
Saturnino Braga
- 221 **Por um novo modelo de produção, financiamento, trabalho, comunicação**  
Artur Henrique
- 225 **Comunicações e Tecnologia da Informação**  
Sérgio Rosa
- 233 **Urgência para o desenvolvimento regional**  
Júlio Miragaya
- 239 **Política de recursos hídricos no Brasil**  
José Machado
- 245 **Sustentabilidade socioambiental da Amazônia em questão**  
Júlio Barbosa
- 253 **O papel da Amazônia no novo ciclo**  
Hamilton Pereira
- 257 **Planejamento de longo prazo**  
José Machado

## APRESENTAÇÃO

Este livro faz parte da coleção 2003-2010 *O Brasil em transformação*, que a Fundação Perseu Abramo organizou a pedido do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT).

O objetivo desta coleção é registrar as mudanças ocorridas no Brasil nestes oito anos do governo dirigido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os livros que a compõem, resultado de um trabalho coletivo ao longo de 2009 e finalizado em 2010, têm sido elaborados a partir de exposições orais feitas por ministros e outros altos dirigentes do governo federal, além de intelectuais e lideranças sociais que também acompanharam de perto os acontecimentos nacionais neste período. Estas avaliações, gravadas em áudio e depois adaptadas à linguagem escrita por um organizador de cada livro, têm, ao final, os textos submetidos à aprovação de seus autores.

São dezenas de contribuições que se concentram na identificação dos avanços obtidos, dos desafios vencidos, das dificuldades e do que, embora desejado para o presente, restou para o futuro. Constituem contribuições valiosas para a história brasileira, por registrarem as características políticas, econômicas, sociais, administrativas e culturais deste período. Para a melhor compreensão destes oito anos, que se iniciaram em 1º de janeiro de 2003, foram de muita valia as comparações com o período de governo anterior, também de oito anos, ou com outros ciclos passados.

Como se verá neste livro, e nos demais que compõem a série, as mudanças políticas, econômicas, sociais, administrativas e culturais, tiveram enorme dimensão e trouxeram nova qualidade à vida brasileira. Já significou uma pro-

funda mudança o Brasil ser dirigido pela primeira vez por um operário, dirigente sindical e líder de um partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores. Também era inédito ter no governo toda uma geração de lideranças sindicais e populares de esquerda. Além de ser marcado por estas distinções históricas, este período se destacou também pelo fato de o governo Lula ser um governo exitoso, reafirmado para um segundo mandato pela maioria do povo em 2006, chegando a uma aprovação popular em torno de 80% perto de seu final, respeitado e ouvido pela comunidade internacional.

Esta coleção *2003-2010 O Brasil em transformação* se situa nos objetivos da Fundação Perseu Abramo, instituída pelo PT, em 1996, para promover a reflexão política, disseminar os conhecimentos produzidos, formar quadros políticos, preservar a memória do PT e da esquerda brasileira. A coleção começa com este livro sobre a nova política econômica e sobre a sustentabilidade ambiental. Prossegue com outras publicações sobre as diversas políticas sociais, o papel do Estado e das empresas estatais, a infraestrutura do país, as instituições de justiça e segurança, o quadro da democracia brasileira, os direitos humanos e a promoção da cidadania, a política externa. Temos consciência de que não abrangemos toda a diversidade da vida nacional, mas, ao escolher esses temas, temos certeza de que damos uma visão bastante ampla das intensas transformações ocorridas no período.

No início de 2009, o Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo propôs que se fizesse, num mesmo diálogo e num mesmo livro, a avaliação da política econômica e da política ambiental. Embora óbvio o entendimento de que todo desenvolvimento econômico e social incide sobre a natureza e se relaciona intensamente com ela, é comum que se trate separadamente economia e meio ambiente. Mesmo nos colóquios que juntaram economistas e ambientalistas, sentimos as distâncias que ainda separam os que se dedicam a um ou ao outro tema. Embora com o sentimento de que neste governo se avançou bastante na relação positiva entre economia e o ambiente natural, e de estarem em curso medidas importantes de preservação e sustentação ambiental, é generalizada a visão de que prossegue uma grande tensão na sociedade entre produção/consumo *versus* preservação/promoção da natureza, com reflexos evidentes no parlamento, no governo e nas demais instituições públicas.

Nenhum dos autores hesita em afirmar que, do ponto de vista social, há uma enorme diferença para melhor entre o atual governo e os anteriores. Quando então surge a pergunta se o governo Lula implantou um novo modelo de desenvolvimento, as respostas variam e vão mais na direção de que este

governo abriu uma transição para um novo modelo, ou que foram lançadas sementes de um modelo de desenvolvimento sustentável social e ambientalmente. Mas, é comum entre os autores a convicção de que, no período em análise, há uma nova política econômica, diferente da política econômica do período anterior. Vale conferir por quê.

A Fundação Perseu Abramo agradece ao esforço e à generosidade dos autores deste e dos demais livros da série. Neste, em especial, do qual fui organizador, a Fundação agradece a contribuição de Pedro Ivo de Souza Batista, um destacado militante da luta ambiental, na edição dos textos que se referem ao meio ambiente. Certamente, esta série de livros prestará grande contribuição à compreensão do Brasil no início do século XXI.

***Elói Pietá***

*Coordenador da coleção 2003-2010 O Brasil em transformação*



## CAPÍTULO PRIMEIRO

# UM NOVO MODELO ECONÔMICO EM CONSTRUÇÃO





TÂNIA BACELAR

**MUDANÇAS E DESAFIOS  
NO BRASIL E NO MUNDO**

A crise financeira e econômica destaca-se mundialmente como uma das mais importantes já vividas na era do capitalismo. Em seu curso estão se passando transformações de grande profundidade. Essa crise já é uma resposta à adaptação conservadora da verdadeira crise iniciada nos anos 70: na dimensão ambiental, a crise do petróleo; e na dimensão financeira, a ruptura com o mundo de Breton Woods, o fim da relação ouro-dólar, a liberalização da taxa de juros americana, e assim por diante. E o que fazemos depois disso é uma postergação do enfrentamento da verdadeira crise que está instalada, cuja profundidade é muito grande e portadora de grandes transformações.

Gramsci afirma que “A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece”. Uma fase de crise representa o fim de uma era e o começo de outra, só que as forças do novo são mais fracas que a força do velho. A reação conservadora à crise é um sintoma mórbido, e o estouro da bolha imobiliária americana faz parte desse movimento.

Desde as décadas finais do século passado, estamos vivendo este interregno, que ainda vai se prolongar por uns tempos. E essa leitura conservadora atinge até mesmo a esquerda. Joseph Stiglitz afirma: “A desaceleração global vai estimular o debate econômico, que é bom.” e dele devem emergir novos padrões de comércio e de fluxo de capital, que vão trazer oportunidades de crescimento mediante novas ideias. Também os conservadores estão lendo que a crise é mais profunda do que a crise financeira e prenuncia um novo momento no futuro.

Quais seriam essas outras mudanças importantes? A primeira é a mudança do conceito do desenvolvimento. Estamos discutindo o tema da susten-

tabilidade porque o conceito de desenvolvimento está mudando. O conceito de desenvolvimento sustentável tende a substituir o conceito de desenvolvimento, centrado no crescimento econômico e crescimento industrial, hegemônico nos últimos séculos. É a luta contra um padrão que está morrendo e a tentativa de construir outro padrão, que está nascendo.

No século XX, o Brasil apostou todos os trunfos em uma perspectiva desenvolvimentista. Apostou e ganhou: conseguiu ser a 8ª potência econômica mundial em 1980, a qualquer custo ambiental e social. Era o que a sociedade brasileira estava perseguindo. Estamos mudando depois da crise, até já passamos da crise. Hoje uma mudança importante, promissora, é o fato de estarmos em trânsito para um novo conceito. É difícil construir a sustentabilidade? É. Mas, estamos em sua busca, e isso não é irrelevante.

Os paradigmas tecnológicos estão mudando. A crise do fordismo já se foi, estamos na era pós-fordista. Mas a revolução verde também se foi, e hoje agricultura do século XXI é a orgânica ou a dos transgênicos. Não estamos mais falando da agricultura baseada na química, essa foi a do século XX. A do século XXI é outra. As próprias ciências são outras. Não é mais a química, é a biologia ou é a genética.

Existe também a crise no padrão de consumo. Nesse aspecto, o aquecimento global tem tido um papel muito importante, pois demonstra que o padrão de consumo, o do sonho do século XX, é inviável. A China não vai poder ser os Estados Unidos, não adianta querer. Vamos ter que aprender a ser felizes com outro padrão de consumo, porque este que está aí é insustentável. Ele mal suporta o consumo e o desperdício de 300 milhões de pessoas, imagine de 1 bilhão e 300 milhões, a população atual da China. Então ele é inviável. Logo, estamos sim transitando para outro padrão, apesar da força do antigo ser ainda bem forte. Depois da crise, os habitantes dos Estados Unidos não vão recuperar mais o padrão que tinham antes. Essa é uma mudança de grande profundidade que está em curso.

Há também um novo padrão energético. Estamos no fim da era do petróleo, um fim que vai se prolongar ainda por algumas décadas. Estamos indo ao encontro de uma outra matriz energética mundial. É difícil construir essa matriz? É. Mas já não é mais a que foi no passado.

Estamos diante da quebra da onda liberal, que gerou a resposta conservadora à crise dos anos 1970 e que agora chega à sua “hora da verdade”. A crise da visão apologética do mercado é nítida e, portanto, vai ter que existir outro patamar de regulação no capitalismo mundial. É o patamar anterior? Não. É um novo. Sabemos o que vai ser? Não. Ainda estamos discutindo, mas que há de ser outro não resta dúvida.

Além disso, estamos diante de uma nova construção geopolítica no mundo. Certamente caminhamos para um mundo mais multipolar do que aquele que vivemos. Em especial, depois da Segunda Guerra Mundial, quando as duas maiores potências que seguiam os Estados Unidos perderam o conflito, portanto não podiam ser potência militar. E fato de os Estados Unidos terem se tornado a única potência econômica e militar foi um desastre para a humanidade. Mas o império está sendo abalado. A tensão com os Estados Unidos ainda vai ser muito importante. Contudo, será menos importante em um passado recente e, portanto, é na relação Estados Unidos e China que tem que estar o nosso olhar daqui para frente, não somente nos Estados Unidos.

Logo, quando observamos o ambiente mundial, o nosso desafio de construção de sustentabilidade se apresenta como parte do novo. Não é uma construção fácil porque o ambiente mundial está no meio da crise, e estamos realizando uma construção em plena turbulência. Em meio às turbulências, a força dos velhos paradigmas ainda é muito forte. Por isso temos tantas derrotas. Temos vitórias, mas também muitas derrotas, mesmo em governos de esquerda.

Do ponto de vista do Brasil, a trajetória recente é muito interessante. Primeiro, é inegável que o ambiente macroeconômico melhorou. Não é a política macroeconômica dos nossos sonhos, porém os indicadores mostram que o Brasil, do ponto de vista do ambiente macroeconômico, hoje tem uma situação bem melhor do que a dos anos 1990. Assim, foi bom a crise chegar agora, pois se ela tivesse estourado nos anos 90 estaríamos em uma situação muito pior do que estamos hoje.

Neste atual contexto de inflação sob controle, fator bem importante para um governo de esquerda, mantém-se o poder de compra da população (que é quem paga o custo da hiperinflação) e a redução da crise do setor público (quando o presidente Lula assumiu a dívida pública era 55% do PIB e hoje está indo para 1/3 do PIB). Isso não é irrelevante porque é o redutor do orçamento da União: 1/3 ainda é um número bastante alto, mas é melhor do que vivemos antes. A superação da alta vulnerabilidade externa do Brasil, que nos anos 1990 era uma consequência do Plano Real e que gradualmente foi melhorando junto com o ambiente externo, hoje garante que o Brasil não terá de enfrentar a situação que tínhamos antes. Temos saldos positivos nas transações correntes, a dívida externa saiu da agenda, o país tem altas reservas externas e vive-se a retomada do crescimento da produção nacional – o que chamo de sementes, melhor, germes de um novo modelo.

E, muito importante nisso tudo, é a base do consumo interno e investimento, também um elemento que está nos segurando na crise. Não estávamos dependendo muito do mundo lá fora para retomar o nosso crescimento, está-

vamos dependendo do nosso potencial interno – o grande mercado consumidor brasileiro – que, dinamizado, vinha fazendo crescer mais o investimento do que o PIB. E toda vez que o investimento cresce mais que o PIB significa que a sociedade está apostando num bom futuro. Ela está vendo um futuro e está correndo para ampliar sua oferta.

Por sua vez mudanças que vêm ocorrendo no ambiente demográfico brasileiro são da maior relevância. O Brasil do século XXI não é o mesmo do Brasil do século XX. Está nascendo menos gente, está sobrevivendo mais gente, e as pessoas estão vivendo mais. Só isso revoluciona a pirâmide etária do país. Não vamos ser mais o país dos jovens, isso era o Brasil do século XX. O Brasil do século XXI vai ter uma pirâmide etária completamente diferente do que tivemos no século passado. Por enquanto, ainda estamos carregando o efeito do padrão antigo, mas no século atual, no mercado de trabalho, por exemplo, haverá uma população menor porque está caindo o número de nascimentos, e assim haverá mais pessoas da chamada “boa idade”. Esta é outra realidade que vamos viver e já está em curso. O que os países levaram 50 anos para fazer, nós estamos fazendo em poucas décadas.

Na questão da urbanização, as taxas de crescimento mais elevadas já não ocorrem nas grandes cidades. O Brasil de São Paulo e do Rio de Janeiro é o Brasil do século XX. O Brasil do século XXI é o de Campo Grande, Goiânia, Araguaína, Palmas... é o Brasil das cidades médias do sul do país, como Londrina e Maringá. Esse é o Brasil que está crescendo nas últimas décadas.

Outra mudança desponta no perfil da industrialização, também um desafio muito interessante para nós. Mesmo sendo considerável, a migração para as grandes metrópoles e para o litoral tende a diminuir, porque a tendência é o aumento em outra direção. A estrutura etária e a localização espacial da população estão em profunda mudança, profunda e rápida.

Existem grandes diferenças nas taxas de crescimento dos municípios entre 100 e 500 mil habitantes, o crescimento do PIB e o crescimento da população total. Não é mais o Brasil dos municípios de mais de 500 mil habitantes que lidera o crescimento da economia e da população, é o Brasil dos municípios entre 100 e 500 mil. E para esse Brasil é preciso olhar com muito cuidado para não repetir o que fizemos no outro.

Outra mudança fundamental é a redução da desigualdade, ainda modesta e tímida. Porém isso é simbólico. Quando se observam os indicadores, percebe-se que não é ainda o novo padrão, mas é o germe de mudança de grande significado, porque no debate sobre a sustentabilidade no Brasil, a dimensão ambiental nunca foi a dimensão mais importante. A nossa insustentabilidade maior sempre foi a da dimensão social.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) fez uma pesquisa interna e 90% de seus participantes consideraram a desigualdade social o principal problema do Brasil. Em um espaço enorme e heterogêneo, se chegar a 90% de convergência sobre qual é o nosso principal problema, é algo muito importante. Na desigualdade social está a verdadeira insustentabilidade brasileira. Por isso, não estamos autorizados a dizer que construímos um novo modelo, mas plantamos a semente de um novo modelo.

A concentração de renda parou de aumentar e começou lentamente a ser reduzida com o avanço do governo Lula, que combinou uma política macroeconômica conservadora com políticas sociais ousadas. Ele ousou dizer que os problemas se resolveriam não pela economia, mas pelas políticas sociais. E apostou forte nelas. A partir daí se mudou o padrão dominante quantitativa e qualitativamente.

O programa Bolsa Família passou de um patamar para outro completamente diferente em uma perspectiva quantitativa. Qualitativamente as políticas sociais foram transformadas em direito. Em um país como o Brasil, com sua tradição clientelista, conseguir dizer que política social não é instrumento de clientelismo, é direito das pessoas, é muito mais importante do que a quantidade de Bolsa Família que foi distribuída.

Mais importante do que a quantidade é também a forma de realizar a distribuição. O Bolsa Família é pago pela Caixa Econômica Federal e o beneficiário saca o dinheiro com um cartão. O indivíduo se inscreve pela prefeitura mas, depois de inscrito, passa a receber sem intermediários. Isso é uma mudança de qualidade que, para quem conhece a história das políticas sociais brasileiras, é de muita importância. É uma mudança difícil de derrubar.

Hoje, o Brasil tem uma taxa de crescimento de renda dos que ganham menos maior que a taxa de crescimento dos que ganham mais. No século XX ocorria o inverso, porque o país apostava sua economia no crescimento do consumo dos mais ricos. Qual o germe plantado? O germe da aposta no consumo insatisfeito da grande maioria da população brasileira, com crédito, capaz de gerar desenvolvimento econômico para o país. Uma grande parte da sociedade brasileira não acreditava nisso. O indivíduo que antes comprava um par de sapatos hoje pode comprar dois, que comia uma vez por dia, hoje come três vezes. Isso gera dinamismo na economia, faz ela rodar. É outra mudança importante que estamos construindo: o aumento do consumo nas classes intermediárias, a redução das classes de menor renda e concentração do aumento da massa de renda nesse meio.

Outra mudança importante para o Brasil: dos anos 70 em diante, com Geisel, depois com a crise, e agora com o novo governo, estamos na trajetória

da redução da concentração econômica no Sudeste. O Sudeste já representou 80% da produção industrial no país e hoje está em torno de 60%. Na base agropecuária o Norte está crescendo, o Nordeste quase dobra, o Sul passa de 12 para 20%, e o Centro-Oeste também cresce muito seu peso relativo. Por sua vez, a pobreza tinha nome e endereço: falta de política de apoio à agricultura familiar e desvalorização da vida rural, gerando pobreza no mundo rural e levando milhões a serem pobres e marginalizados nas áreas urbanas.

Observando hoje a ocupação não-litorânea no Brasil, onde os biomas são frágeis, percebemos que a economia se desloca para lá: para o Cerrado e para a Amazônia. Por isso uma arena importante onde será travado o grande debate da sustentabilidade ambiental no século XXI será o Brasil.

Apesar de todas essas mudanças e de novas perspectivas, nos falta senso de oportunidade. No mundo pós- crise, o Brasil terá um potencial fantástico de inserção. Os diferenciais brasileiros são: a matriz energética, que já é diversificada, e pode aumentar a diversificação com grande potencial para produzir petróleo, gás e energias limpas e renováveis; a elevada disponibilidade de água, quando comparada com a disponibilidade dos principais países do mundo; milhões de hectares de terra fértil. Nesse último reside o perigo: a enorme pressão sobre o recurso natural da terra que pode exigir a ocupação de novas áreas; somos a fronteira desse último potencial no mundo. A China, por exemplo, não tem água, não tem terra, e tem 1 bilhão e 300 mil pessoas. Os Estados Unidos depredaram bastante seus recursos naturais. O potencial de fato está aqui. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), estima que a melhoria das condições de vida na Ásia vai requerer um aumento de cerca de 50% na oferta de alimentos mundial. Quem vai produzir? O Brasil tem terra, água e competência para produzir grão, carne, café, fruta. Outra pesquisa da FAO aponta que quando cresce o nível de renda, o indivíduo consome mais proteína (carne, frango etc.), grãos e frutas. Em todos esses produtos, o Brasil é competitivo em escala mundial.

Esse tópico merece um destaque e um alerta: o Brasil, nesses últimos anos, começou a aprender a combinar agronegócio patronal com agricultura familiar. A crítica do século XX sobre a agricultura familiar está sendo superada. Apontar inviabilidade econômica da agricultura familiar, buscar copiar os Estados Unidos – uma país onde domina o agronegócio patronal – sob a alegação da maior competitividade, enaltecer a agricultura patronal, eram as bases das críticas à agricultura familiar. Mas o Brasil, desde o fim da década de 1990 até hoje, começou a contestar isso, e o crédito é dos movimentos sociais do nosso país. A formação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

e a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), foram impulsionadas pela ação dos movimentos sociais.

O governo Fernando Henrique aplicava 2 bilhões de reais/ano no Pronaf, enquanto o Plano Safra deste ano de 2009 lhe reservou 15 bilhões de reais. Um estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) mostra que 70% dos componentes da cesta básica são produzidos pela agricultura familiar. Estamos falando do feijão, arroz e farinha. Mais importante do que o crescimento do agronegócio é o da agricultura familiar. Em 2009, o Plano Safra para o agronegócio é de 94 bilhões enquanto para a agricultura familiar é somente de 15 bilhões. No cenário de demanda crescente que se apresenta, o Brasil tende a ser uma grande potência agroindustrial e energética e essa oportunidade precisa ser a de muitos e não a de alguns.

No século XX tentamos ser um país industrial, mas sofremos pressão. É complicada a discussão da sustentabilidade em um país quando todo o mundo o pressiona pela produção agrícola. Mas construímos essa industrialização no século XX e não vamos desperdiçá-la. O Brasil tem um setor financeiro amplo, bem estruturado, sólido, com bancos públicos ativos, uma moderna base de serviços especializados, um mercado interno amplo, integrado. Então, o Brasil vai se transformar no século XXI em uma potência industrial, além de uma grande potência agroindustrial.

E quais são as fragilidades? Primeiro, a baixa escolaridade do brasileiro, item no qual avançamos pouquíssimo. A nota do Brasil no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é de 4,2 em 2008, e, de acordo com o governo, menos da metade das escolas acompanha a média internacional, mas a outra metade está muito abaixo. Esta é a nossa tragédia: não é a média, mas a composição da média, o baixo gasto em educação e a vergonha de ter apenas 12% dos jovens no ensino superior. A Argentina tem 1/3 de seus jovens na universidade, o Chile também, e nós agora que estamos chegando aos 12%, sendo 75% destes nas escolas privadas.

Temos também um gargalo na infraestrutura, que é o foco do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), temos uma estrutura fundiária concentrada. Então, o debate da sustentabilidade da estrutura fundiária também está em pauta. Por outro lado o nosso sistema tributário é uma tragédia, porque ele penaliza a produção e não quem acumula, quem aplica no “rentismo”. Ele é uma maquininha de geração de desigualdade: quem ganha mais paga menos e quem ganha menos paga mais. Quanto mais ele atua, mais gera desigualdade. É um problema que não conseguimos resolver; a ditadura não conseguiu, a democracia também não, é intocável. Porque é da cultura da elite brasileira não pagar impostos, deixar que os outros paguem.

Por sua vez, o sistema brasileiro de ciência e tecnologia ainda é frágil. Temos avanços importantes, mas o investimento é muito baixo, não chega a 1,5% do PIB. E temos uma insuficiente consciência ambiental, mesmos nos partidos mais combativos. Imaginem em outros partidos.

O Brasil precisa estar alerta a tudo isso, pois estará no foco do debate sobre a sustentabilidade no século XXI. O projeto de nossas elites é excludente e predatório, e o que vivemos hoje pode ser um interregno. O grande projeto conservador está de pé e tem toda a mídia com ele, grande parte do empresariado e parte de peso da academia. Então não nos enganemos que um novo modelo foi estruturado. Plantamos algumas sementes de um outro padrão, mas a estrutura ainda persiste enquanto a sociedade civil está insuficientemente organizada para participar do debate.

No geral, a lógica do capitalismo e a construção da sustentabilidade são antagônicas. Defendemos um conceito e uma proposta antagônica ao essencial do capitalismo porque requer uma racionalidade, uma mínima racionalidade, que este tipo de organização social não consegue ter. Mais do que isso, existe uma contradição profunda entre o imediatismo da produção do capital e a dinâmica da natureza. Defendemos algo que a lógica do dia-a-dia opera contra ela. Não é uma tarefa simples: é um conceito que, no fundo, questiona alguns pilares do capitalismo. Se essa discussão já é difícil quando situada em uma perspectiva de generalização, é ainda mais difícil quando aplicada em um país como o Brasil.

**NELSON BARBOSA****UMA NOVA POLÍTICA  
MACROECONÔMICA E  
UMA NOVA POLÍTICA SOCIAL**

Alguns analistas econômicos afirmam que a política macroeconômica deste governo é simplesmente uma continuação da política praticada pelo governo anterior. Eu acho isso equivocado, pois implica confundir arranjo institucional com direcionamento das decisões de política macroeconômica.

De um lado, o governo Lula manteve o arranjo institucional iniciado pelo governo anterior, isto é, a política de metas de inflação, metas de resultado primário, e câmbio flutuante. Porém, de outro lado, o governo atual também mudou substancialmente o direcionamento da política macroeconômica, dando mais importância ao combate à pobreza, à redução na desigualdade na distribuição de renda, e ao crescimento do emprego e dos salários nas decisões do governo.

A mudança no direcionamento das decisões econômicas do governo Lula em relação ao governo anterior foi marcante, tanto é assim que apesar na manutenção do mesmo arranjo institucional, os resultados da política macroeconômica têm sido bem diferentes, para melhor, nos últimos anos.

Antes de prosseguir cabe esclarecer o que significa política macroeconômica.

Em linhas gerais a política macroeconômica se divide em três grandes áreas: monetária, cambial e fiscal. A política monetária administra a moeda e a taxa de juro para controlar a inflação, a política cambial administra a taxa de câmbio e as reservas internacionais para garantir a estabilidade das contas internacionais do país, e a política fiscal administra a receita tributária e o gasto do governo para garantir o equilíbrio das finanças públicas.

Desde 2003, a característica unificadora das mudanças empreendidas pelo governo Lula tem sido uma postura pragmática de administrar os extremos na condução da política macroeconômica, isto é, não escolher um extremo em detrimento do outro.

Não existe nada mais fácil em análise macroeconômica do que escolher um extremo e ignorar o resto. É muito comum alguns economistas colocarem posições radicais do tipo “o governo deve reduzir a inflação rapidamente, custe o que custar” ou “o governo deve aumentar o crescimento rapidamente, sem se importar com as consequências”. No mundo acadêmico este tipo de postura sobrevive porque ela dá destaque na mídia sem ter consequências práticas sobre a vida das pessoas.

Em contraste, no mundo real da política econômica, a adoção de posições extremadas termina quase sempre em desastre, uma vez que ela tende a gerar sérios desequilíbrios financeiros ou criar situações sociais insustentáveis em sociedades democráticas.

Nos últimos anos, o que o governo Lula vem tentando fazer nas três áreas da política macroeconômica é justamente compatibilizar objetivos aparentemente antagônicos: controle da inflação com aceleração do crescimento, na política monetária; câmbio flutuante com acumulação de reservas internacionais, na política cambial; equilíbrio orçamentário com aumento do gasto social, na política fiscal. É aí que reside a arte e o sucesso da atual política macroeconômica.

Para facilitar a exposição da política macroeconômica do governo Lula, analisarei as questões monetárias, cambiais e fiscais separadamente nas próximas seções.

Minha ênfase será na política fiscal, pois ela tem sido alvo de muitas críticas por parte da oposição e de analistas do mercado financeiro recentemente. Contrariando a opinião destes analistas, considero a política fiscal do governo Lula um grande avanço, pois ela recuperou o crescimento econômico e, mais importante, promoveu uma mudança revolucionária na distribuição de renda.

Para concluir, no final da exposição eu apresentarei minha visão sobre o papel do Estado na economia.

### **POLÍTICA MONETÁRIA E CRESCIMENTO ECONÔMICO**

Na política monetária, contrariamente à opinião de muitas pessoas, nós, nos últimos anos, temos conseguido compatibilizar meta de inflação com aceleração do crescimento, meta de inflação com meta de crescimento. É possível você ter um controle de inflação e ainda assim ter uma meta, como teve nos últimos anos, de aceleração do crescimento mantendo a inflação sob controle.

Em economia a gente diz que não tem relação positiva entre inflação e crescimento, isto é, no longo prazo não existe a opção de mais inflação para obter mais crescimento.

Frequentemente, uma casca de banana que se joga para economistas heterodoxos ou não ortodoxos, é a acusação de que eles aceitam um pouco de inflação para ter mais crescimento. Na verdade não é isso, o Brasil é uma prova. A verdadeira escolha na política monetária é a velocidade de redução da inflação, ou seja, o quão rápido ou devagar você fará a inflação convergir para a meta estabelecida pelo governo.

Apesar dos modelos complicados utilizados pelos economistas, a questão central é de fácil entendimento. Se você tentar reduzir a inflação muito rapidamente, você coloca a economia estagnada. Se você tentar reduzir a inflação muito devagar, tem mais crescimento, mas tem o risco de a inflação não cair. É preciso administrar a política monetária entre esses dois extremos, e foi o que fizemos. Se for muito rápido, vai sacrificar o crescimento. Se for muito devagar, corre o risco da inflação não cair, ocorrer um choque, o choque de petróleo ou alguma outra coisa, e jogar a inflação lá para cima.

Por que é importante essa velocidade de queda na inflação? Porque a taxa de crescimento da economia não é dada do nada, ela não é independente das ações do Banco Central. A taxa de crescimento da economia depende, sim, do que o Banco Central faz. O que ele faz afeta a expectativa dos consumidores e dos empresários, afeta as expectativas de investimento, o que em última análise vai dar a taxa de crescimento da economia. Por isso que tem uma ligação entre a política monetária e a taxa de crescimento.

A política monetária não é inocente em termos de taxa de crescimento. Em economia frequentemente nós temos aquela situação de profecias autorrealizáveis: se o Banco Central tenta jogar uma taxa de inflação muito baixa, ele joga o crescimento da economia para baixo, acaba gerando expectativas de que a economia não pode crescer mais; o investimento se adapta àquilo, e a economia fica presa no que a gente chama de “armadilha de baixo crescimento”.

O que temos tentado fazer nos últimos anos é justamente sair da armadilha de baixo crescimento. Temos tido êxito com o PAC em gerar uma aceleração do crescimento. Isso gera algumas pressões inflacionárias na transição, enquanto se move para uma taxa de crescimento mais alta. Mas, no momento em que se atinge uma taxa de crescimento mais alta e se permanece nela, a economia se ajusta e a inflação cai de novo.

O período crítico é o de transição, quando a economia sai de um crescimento mais baixo para um crescimento mais alto. Esta transição aconteceu no Brasil nos anos de 2006 a 2008, e para evitar que a política monetária abortasse a decolagem da economia, o governo Lula resolveu manter a meta de inflação em 4,5% ao ano nos últimos anos.

Essa é a arte da política monetária, você precisa ter meta de inflação – e uma boa política. Mas na meta de inflação você tem considerar os efeitos sobre o crescimento.

Nesse ponto é bom relembrar as condições iniciais do governo Lula. Alguns analistas dizem que o atual governo pegou uma economia estabilizada, que o governo anterior havia controlado a inflação. Na verdade a situação é bem diferente deste mito, pois quando o presidente Lula assumiu, no início de 2003, a inflação estava alta e acelerando.

Os números não mentem: no final de 2002 a inflação estava 12,5%, em fevereiro de 2003 atingiu 17%. Por isso acho estranho algumas pessoas falarem que o governo anterior controlou a inflação. Quando a gente entrou, a inflação estava fora de controle.

Teve um período duro de ajuste em 2003, ajuste monetário e ajuste fiscal, que conseguiram trazer a inflação para baixo. Em 2005-2006 pode ter tido, segundo a interpretação de alguns, um excesso de zelo, que colocou a inflação muito abaixo da meta e acabou sacrificando um pouco o crescimento desses anos. Mas, no período como um todo, você tem uma inflação dentro da meta, porque o governo optou por ter meta realista, uma meta compatível com o crescimento da economia.

Todo ano, no meio do ano, você tem a discussão sobre meta de inflação. Em 2007 foi uma guerra quando decidimos estabelecer a meta de inflação em 4,5% para 2009. Muita gente queria 4%, o mercado financeiro e seus porta-vozes na mídia pressionavam por 4%, mas para preservar a própria estabilidade e garantir uma aceleração do crescimento optamos por mantê-la em 4,5%.

Naquela época falávamos que não dava para colocar a meta de inflação muito baixa para 2009, porque a gente não tinha como saber qual seria o comportamento do preço do petróleo, da taxa de câmbio. Podia acontecer alguma coisa e a taxa de câmbio subir – e foi o que aconteceu – e a gente acabou tendo uma meta de inflação que, a posteriori, se tornou factível.

Em 2007-2008 tivemos pequena aceleração de inflação devido aos choques de preços internos e externos, em um contexto de economia mais aquecida. Isso aconteceu aqui e no mundo inteiro. Subiu o preço de comida, do petróleo. Teve um debate muito grande na época se a economia estava crescendo demais, se o aumento na inflação era só decorrência de fatores externos. O fato é que na hora em que os preços internacionais caíram, eles puxaram a inflação brasileira para baixo. Com certeza, daqui uns 5 a 10 anos, quando as pessoas forem estudar o fato, verão que teve muito mais relação com os preços internacionais do que com o crescimento e o nível de atividade no Brasil.

Quanto ao crescimento do PIB no atual governo, há uma aceleração em 2004, ganha força em 2006, até que a economia atinge um crescimento perto de 7% antes da crise, no terceiro trimestre de 2008. A estratégia do PAC foi bem sucedida até ali. Aí surgiram situações que acontecem no mundo a cada 100 ou 80 anos. É uma crise sem precedentes – a última parecida foi a dos anos 1930 – que derruba o crescimento no mundo inteiro e no Brasil também.

A crise trouxe esse lado ruim do crescimento ficar mais baixo em 2009, mas trouxe um lado bom, o fato de a taxa básica de juros no Brasil ter caído para 5,0% real ao ano. Quando a inflação estava acelerada, a taxa chegou a 9,2% real ao ano. No governo anterior, a taxa real de juros chegou a 12,8% ao ano, altíssima. Agora está em cerca de 5,0%.

Há pouco tempo alguns renomados economistas diziam que era impossível a taxa real do Brasil cair abaixo de 10% ao ano. Já estamos quase na metade disso e a inflação continua caindo, o real se apreciando e a economia recuperando. Na verdade, essa transição no Brasil de taxa de juros alta para taxa de juros mais baixa não acontece devagar, acontece rápido. Saímos de 12,8% para 7,3% entre 2005 e 2008, e a agora estamos perto de 5% de taxa de juros real. É capaz de a taxa ficar flutuando em torno de 5% nos próximos anos. Isso é uma mudança fenomenal.

Taxa de juros mais baixa significa crédito mais barato, acesso ao crédito para milhões de pessoas. Crédito é uma coisa democrática. Através dele as pessoas podem ter acesso a muitos bens de consumo duráveis e habitação. Essa taxa, se persistir, vai causar uma grande mudança na economia brasileira.

### **POLÍTICA CAMBIAL E VULNERABILIDADE EXTERNA**

Temos um câmbio flutuante, o governo não tem um compromisso com a taxa de câmbio, porém o governo reduz a vulnerabilidade externa da economia comprando dólares, intervindo no mercado de câmbio, só que intervindo sem compromisso formal. Assim, compatibiliza os dois objetivos.

Se pegamos os textos em que normalmente as pessoas se referem a esse tema adotando os extremos, encontraremos o seguinte: “você tem câmbio flutuante e o governo não pode fazer intervenção”. Isso é uma abstração, só encontrada em teoria. Na prática, todos os governos do mundo fazem uma espécie de intervenção com os mesmos objetivos adotados agora pelo Brasil.

Na época do Plano Real foi feita intervenção cambial para baixar a inflação. O que temos agora é uma intervenção cambial feita sem anúncio, mas frequente para manter a baixa vulnerabilidade externa da economia. E tem tido êxito. O Brasil é um dos países emergentes menos afetados pela crise.

Ficou provado, nos últimos anos, que é bom manter altas reservas internacionais. O Brasil é um dos países menos afetados pela crise porque tem um alto nível de reservas internacionais. Isso não é uma invenção do Brasil. Depois da crise da Ásia, final dos anos 90, vários países perceberam que não era bom ficar muito exposto à flutuação do mercado internacional. Os asiáticos já faziam isso e vários países da América Latina começaram a acumular reserva internacional. Em meu entendimento, manter a estabilidade econômica é o primeiro papel do Estado na economia. É um papel consensual, ou seja, a direita e esquerda concordam com isso. Vários economistas defendem que o papel do Estado na economia pararia neste primeiro objetivo. Porém, há outros igualmente importantes, desempenhados por democracias mais avançadas, até mesmo democracias de mercado como os Estados Unidos e a Inglaterra. Por isso, em quase em todas as democracias avançadas do mundo o Estado é um grande distribuidor de renda; além disso tem de cuidar de serviços públicos básicos universais, como educação e saúde; e regular o mercado (sem a ação regulatória do Estado os danos podem ser imensos), atividade que ficou muito evidente atualmente por conta da crise.

No caso brasileiro, a acumulação de reservas internacionais foi uma estratégia muito custosa no seu início, porque a taxa de juros era, e ainda é, muito alta. Fomos muito criticados na época porque pagávamos uma alta taxa de juros para comprar dólares – mas, agora a gente vê o benefício. É como se fosse um seguro, um seguro contra a crise do tipo que aconteceu agora.

O câmbio é flutuante, mas ele tem uma certa regularidade em torno de sua média histórica. Na verdade, a taxa flutua, mas em torno de um patamar estável. O que aconteceu em 2009 foi uma correção do que ocorreu no ano anterior por conta da grande diferença da taxa de juros no Brasil e no resto do mundo, e por conta também dos movimentos especulativos (logo antes da crise havia ocorrido muita especulação com o petróleo e outras *commodities*). Então, o que o governo tem que fazer? Tentar diminuir essa volatilidade e se preparar para eventos como esse.

Por exemplo, quando a desvalorização do real ocorreu em 1999, o Brasil quebrou. E, quando teve a desvalorização em 2008, o governo teve lucro, a dívida pública caiu, o risco Brasil caiu, na verdade houve um ganho para o governo. Essa é a diferença: deixa o câmbio flutuar, mas com alto nível de reserva internacional.

Para ilustrar o que foi dito acima: quando o ministro Guido Mantega assumiu o Ministério da Fazenda do governo Lula, as reservas internacionais brasileiras estavam entre 35 e 40 bilhões de dólares. Antes dele, o

governo Lula tinha feito um esforço para pagar a dívida externa, resgatar títulos e pagar o FMI. Depois que o governo pagou o FMI e resgatou os títulos, começou a comprar reserva.

Em curto período de tempo, cerca de um ano e meio, as reservas vão de 45 para cerca de 200 bilhões de dólares. E desde então têm flutuado em torno de 200 bilhões. É possível que agora até subam, porque está tendo um movimento novo para valorizar o real. O Banco Central já está fazendo operações no mercado futuro e deve começar comprar dólar para aumentar suas reservas.

Ainda sobre a questão cambial e os fluxos comerciais e de capitais, é importante esclarecer a relação entre investimento e poupança doméstica, pois tende a ocupar o debate macroeconômico brasileiro após a crise.

Muita gente dizia que quando o Brasil cresce, ele tem que comprar mais, não tem recurso e tem que tomar emprestado, ou seja, quando aumenta investimento tem que tomar recursos emprestados do exterior. Mas também é bom lembrar que, com a aceleração do crescimento, o investimento vai subindo. Quando o investimento cresce, sim, a gente toma mais emprestado do exterior. Mas cresce também a poupança do Brasil, porque gera salário para as famílias, gera lucro para as empresas, gera recursos para o governo.

Na verdade, o nível de taxa de câmbio vai determinar se está gerando renda no seu país ou no resto do mundo. Se houver uma taxa de câmbio muito baixa, as pessoas vão comprar mais produtos fora, gerando renda no resto do mundo. Se houver uma taxa de câmbio adequada, vai continuar gerando renda lá fora, mas vai gerar mais no seu país.

Assim, uma estratégia de desenvolvimento adequada é a que tem uma taxa de câmbio flutuante, porém flutuando em torno de um nível competitivo, isto é, de um nível que assegura que o país não vai ter problemas externos, mas crescer no ritmo adequado, gerar mais exportação e direcionar esse crescimento para a produção interna.

### **POLÍTICA FISCAL, SUPERÁVIT PRIMÁRIO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA**

A principal contribuição do atual governo é sua política fiscal. Os últimos anos demonstram que se pode ter equilíbrio fiscal com responsabilidade social. Equilíbrio fiscal é ter as contas equilibradas, receitas e despesas. Papel do Estado é outra coisa. Você pode ter diferentes papéis do Estado e todos eles compatíveis com o equilíbrio fiscal.

Nos últimos anos temos a demonstração de que é possível manter contas equilibradas, isto não é uma posição de esquerda ou de direita. É uma necessidade. Toda política para ser sustentável tem que manter suas

contas equilibradas. O que vai diferenciar é o que você vai fazer, que nível de taxaço que terá, que equilíbrio de gasto terá. É o que diferencia os objetivos do governo.

Equilíbrio fiscal em economia significa déficit público estável em relação ao tamanho da economia ou, nos termos que os economistas usam, equilíbrio fiscal significa um déficit público estável em percentual do PIB. Se ele será estável em 1%, 2%, ou 3% do PIB, depende de cada país. Mas é necessário que seja estável, não subindo ou caindo muito para não provocar crise fiscal.

Equilíbrio fiscal também significa ter a dívida pública estável em termos do PIB. Ou seja, tem que manter as finanças estáveis. Equilíbrio fiscal não diz qual é o número no qual as finanças públicas têm que se estabilizar. Não há um número mágico que diz que o déficit tem que ser 1% ou 2% do PIB, que a dívida tem que ser 30% ou 40% do PIB. Vai depender de cada país. O Japão tem dívida de 100% do PIB, outros países têm a dívida baixíssima, em torno de 30%.

Importante, o equilíbrio fiscal tem que ser mantido com a carga tributária estável, com gasto público estável, nos níveis que forem decididos pela sociedade. Frequentemente o debate sobre equilíbrio fiscal vem, na verdade, para esconder o debate sobre a função do Estado. Quando falam de equilíbrio fiscal, muitos estão na verdade discutindo as funções do Estado, a fim de reduzir ou aumentar a função do Estado. Equilíbrio fiscal e funções do Estado estão obviamente ligados, mas não são a mesma coisa.

Um exemplo ilustra a questão. O déficit público pode ser estável em 2% do PIB com diferentes situações em termos do tamanho e das funções de Estado. Em um país o déficit de 2% do PIB pode ser resultado de uma carga tributária de 12% do PIB e de um gasto público de 14% do PIB. Em outro país o mesmo déficit de 2% do PIB pode ser resultado de uma carga tributária de 36% do PIB e de um gasto público de 38% do PIB. Nos dois países há equilíbrio fiscal, mas em cada país o tamanho e, portanto, as funções do Estado são diferentes.

Agora a pergunta óbvia: quem determina o tamanho e as funções do Estado? Em sociedades democráticas como o Brasil, são as eleições que definem as demandas da população, como será a taxaço, como se obterá recursos para atender essas demandas, como e onde o governo gastará.

No caso do governo Lula, a escolha da população em 2002 e 2006 foi clara: precisávamos manter o equilíbrio fiscal para não gerar inflação nem crises financeiras, mas também era preciso combinar isso com uma atenção especial ao crescimento e à distribuição de renda. Em outras palavras, era preciso combinar equilíbrio orçamentário com responsabilidade social.

Passemos aos resultados recentes. Esse governo tem mantido as finanças públicas relativamente estáveis. Temos um resultado primário maior do que o mantido no governo anterior. Excepcionalmente, no ano de 2009, foi feita uma opção de reduzir a meta de superávit primário para 2,5% do PIB, para não sacrificar o crescimento da economia (o superávit primário tinha sido de 4,04% em 2005, e ficou em torno de 3,5% até 2008). Considerando a dedução da meta que pode ser feita devido aos investimentos do PAC, a meta de resultado primário pode cair para 1,6% neste ano de 2009.

Por que reduzir a meta de superávit primário? Devido à crise internacional e seus reflexos no Brasil, a receita do governo caiu, e se o governo cortasse a despesa na mesma proporção em que a receita caiu, ele empurraria a economia para baixo, como se agia normalmente no passado. Diferentemente de outras crises, agora nós temos escolha, podemos reduzir o superávit primário para preservar o crescimento e o bem-estar da população.

A decisão de reduzir a meta de superávit primário em 2009 passou praticamente tranquila na imprensa, para quem participa da política econômica do governo Lula isso é um marco. Eu era um dos que defendiam que, na hora que reduzir o superávit primário não aconteceria prejuízo, na verdade era capaz de a moeda apreciar e o risco país cair. É o que vem acontecendo: houve uma redução temporária do superávit primário, o mercado absorveu tranquilamente porque os fundamentos da política macroeconômica do atual governo são corretos.

Devido à redução do superávit primário neste ano e devido, sobretudo, à apreciação do real, a dívida líquida do setor público sobe em 2009. Comparando a situação pré-crise com a situação atual, a dívida deve subir de cerca de 42% do PIB, em agosto de 2008, para 45% do PIB, no final de 2009. Um acréscimo de 3 pontos percentuais do PIB durante a mais grave crise econômica dos últimos 80 anos. Comparando com outros países, sobretudo com países avançados como os EUA e o Reino Unido, o crescimento da dívida pública brasileira será modesto neste ano de crise.

A partir de 2010, a dívida líquida do setor público retomará a trajetória de queda gradual. Cairá gradualmente porque queremos fazer outras coisas, temos vários programas públicos que precisam de recursos e por isso não podemos simplesmente reduzir a dívida a qualquer custo.

Passando à composição do gasto primário da União: nos últimos anos o governo federal tem atuado como um grande Robin Hood, ele é um grande redistribuidor de renda.

Quase a metade do gasto primário do governo federal hoje, 49% do total, é transferência de renda para as famílias – Bolsa Família, Previdência,

Seguro-Desemprego, e Assistência Social na forma da LOAS. Gasto com pessoal dá 26%, incluído também a aposentadoria do serviço público. O custeio é cerca de 20% e o investimento cerca de 5% – foi menor e vem aumentando. Esta decomposição do gasto primário ajuda a entender um pouco como esse governo aumentou o papel do Estado brasileiro como transferidor de renda. O Estado arrecada renda de modo a transferir dos que ganham mais para os que ganham menos.

Vale a pena recapitular a trajetória fiscal do governo Lula. As prioridades da política fiscal evoluíram de acordo com a conjuntura de 2003 a 2010. Em primeiro lugar, no início a prioridade era recuperar o equilíbrio fiscal, reduzindo a dívida pública em percentual do PIB. Isso foi o primeiro desafio de 2003, quando houve aquela elevação do superávit primário, uma política de apertar os cintos bem forte, com a despesa pública caindo em todas as suas categorias.

Num segundo momento, de 2004 a 2006, houve uma expansão da rede de proteção social, via vários instrumentos, principalmente o Salário Mínimo, o programa Bolsa Família e a Previdência Social. Construir uma grande rede de proteção social faz parte do projeto de desenvolvimento democrático do governo. Com isso incorporamos mais gente na economia de mercado.

No segundo mandato, de 2007 para cá, acrescentou-se a estratégia de aumentar o investimento público e incentivar o investimento privado para dar aquele salto, aquela aceleração do crescimento, criar a capacidade de oferta capaz de sustentar o crescimento. Aí são vários programas, os mais importantes são o PAC, a política industrial, os planos de investimento da Petrobras, a política agrícola, e, mais recentemente, o Programa Minha Casa, Minha Vida, que tem o sentido de estimular o crescimento e o de consolidar o mercado de consumo de massa.

#### **TRANSFERÊNCIAS DE RENDA, CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA, E CARGA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA**

Gostaria de desmistificar algumas coisas que setores discordantes da linha do governo Lula vêm dizendo. É comum ouvir ou ler na imprensa que houve um aumento asfixiante da carga tributária nos últimos anos, que isso prejudica o crescimento e desestimula as pessoas, que gera perda de produtividade e menor crescimento. Porém, quando olhamos para a realidade, os resultados são bem diferentes. Há aceleração do crescimento, aumento na formalização da economia e aceleração do crescimento do PIB e da produtividade. Onde está o problema desta crítica à política fiscal do governo Lula? Os que criticam o governo mirando somente o aumento na carga tributária bruta erram no seu diagnóstico porque não consideram para onde vai esse aumento na arrecadação do governo.

Começando pela receita total do governo em percentual do Produto Interno Bruto, é necessário observar: primeiro, a receita do governo aumentou em relação ao final do governo anterior – era 21,66% do PIB em 2002 e passou para 24,80% em 2008 – aumentou 3,14% do PIB; segundo, desses 3,14% a mais, o governo federal transferiu 0,80% para os estados e municípios e o que ficou mesmo com ele foi 2,34% do PIB; em terceiro lugar, é preciso ver agora pelo lado dos gastos, para onde foi esse dinheiro? A opção do governo Lula foi aumentar a transferência de renda às famílias, que receberam 1,66% do PIB a mais, isto é, aumentaram de 6,89% do PIB em 2002 para 8,55% do PIB em 2009. Para ficar claro, estou chamando de transferência de renda às famílias aqui a soma de benefício previdenciário, seguro-desemprego, benefício assistencial e Bolsa Família.

De 2002 a 2008 a despesa primária do governo federal aumentou em 1,52% do PIB, em grande parte por causa do aumento da transferência de renda. O gasto de custeio aumentou pouco, 0,07% do PIB. Pessoal e encargos sociais caíram 0,28% do PIB, apesar do aumento do número de funcionários públicos. Em 2008, a sociedade brasileira pagou menos na folha de pagamento em relação ao PIB do que pagava em 2002. O investimento aumentou pouco, porque a opção de ajuste feita em 2003 jogou o investimento lá embaixo. Depois ele veio subindo. Aumentou também o resultado primário em 0,82%.

Relembrando a opção do governo Lula: de 2002 a 2008 direcionou 1,66% do PIB para aumentar as transferências de renda às famílias, sobretudo às mais pobres, e 0,82% do PIB para aumentar o resultado primário. Porém, quando você ler no jornal, a primeira linha vai ser: “O governo arrecada mais 3,14% do PIB, o país não tem como crescer com isso!”. Só que parte significativa do que o governo aumentou na arrecadação ele devolveu para a sociedade como transferência de renda.

Se pegarmos o quanto subiu a receita do governo e tirar o quanto foi devolvido para a sociedade como transferência de renda, qual foi o aumento líquido? Foi de 0,67% do PIB, quer dizer, aumento bem menor do que o sugerido pela primeira linha dos jornais. Por isso não tem crise, por isso conseguimos abater a dívida, crescer, combater a pobreza e reduzir a desigualdade na distribuição de renda.

Se é para discutir política fiscal, então vamos discutir tudo, o lado da receita e o lado da despesa. O Brasil nos últimos anos usou o aumento da arrecadação para aumentar a transferência de renda. Por isso não houve recessão, porque essa renda a mais que o governo arrecada volta para a sociedade na forma de transferência de renda, principalmente para os mais pobres, que tendem a gastar mais. E, assim, se mantém o nível de atividade mais alto.

## SALÁRIO MÍNIMO E BOLSA FAMÍLIA

Outra crítica comum a esse governo é que ele aumentou muito o salário mínimo. Algumas pessoas falam: “Olha como o salário mínimo veio subindo desde meados dos anos 90 até aqui!”. Na verdade, essa recomposição feita até 2006 foi para corrigir a queda do salário mínimo do período de alta inflação, na década de 1980 e início da de 1990.

Mais especificamente, até 2006 o governo estava recompondo a queda ocorrida especialmente nos anos 1980 e 1990. Se você pegar o salário mínimo real de 2009, a média do ano foi para um dos níveis mais altos desde sua criação, atingindo o nível verificado em meados da década de 1960! Isso mesmo, o crescimento do salário mínimo foi elevado durante o governo Lula, mas mesmo assim o salário mínimo apenas atingiu o nível verificado há aproximadamente 40 anos!

É um erro comparar o salário mínimo de hoje com o salário mínimo de meados dos anos 90, pois naquela época ele estava no seu nível mais baixo da história recente. Quando comparamos o salário mínimo de hoje com o salário mínimo de 40 anos atrás fica claro que a política do governo Lula não tem nada de excessiva, até 2006 ela simplesmente corrige as perdas decorrentes dos anos de alta inflação.

Estamos nos aproximando dos maiores índices em que chegou a história do salário mínimo, entre os anos de 1955 e 1965. Lembremos que nos dias de hoje o salário mínimo é uma referência maior para a economia do que antes, tem grande impacto na distribuição de renda.

O programa Bolsa Família foi duramente criticado. Agora, em face da prova de seu acerto e da proximidade das eleições, resolveram se calar. No início do governo Lula, o Bolsa Família crescia rápido porque estava em implantação. O número de famílias atendidas subiu de 6,6 milhões de famílias em 2004 para 11 milhões em 2006. Em relação ao tamanho da economia o valor do Bolsa Família quase dobrou entre 2004 para 2008, passando de 0,20% para 0,37% do PIB. Porém, depois que ele atinge 90 a 95% do público alvo, ele tende a se estabilizar, como já vem ocorrendo a partir de 2008. Assim, o peso do Bolsa Família no orçamento vai ficar estável ou vai cair nos próximos anos, na medida em que a economia continuar a crescer e o nível de pobreza continuar a cair no Brasil.

## GASTO COM FUNCIONALISMO PÚBLICO

Vejamos o gasto da União com o funcionalismo também em percentual do PIB. No final do governo anterior, em 2002, gastavam-se 4,81% do PIB por ano com o funcionalismo. Em 2009, em outubro, o gasto de 12 meses

estava em 5,01% do PIB. Em termos de quanto a sociedade paga de recursos, é hoje praticamente o mesmo que pagava no governo anterior, com um número maior de funcionários públicos. Hoje você gasta quase o mesmo que se gastava em 2002. Hoje, com 2 milhões e 113 mil funcionários, contra 1 milhão e 856 mil de 2002. E mais, os terceirizados foram incorporados. Aqui tem ainda o peso dos aposentados. Na verdade, a folha de pagamento é quase do mesmo tamanho, só que atingindo mais gente. Não se justifica, portanto, aquela ideia que alguns setores tentam difundir de que houve um inchaço da máquina.

É bom fazer uma ressalva, a estabilidade relativa da folha de pagamento na comparação de 2002 com 2009 não significa que não devamos atentar para a perspectiva futura. Olhando o histórico recente, o que se tem é um ajuste muito forte nos primeiros três anos do governo Lula, seguido de uma recomposição dos salários do funcionalismo a partir de 2006. Por isso, o gasto está subindo nos últimos anos e deve chegar a 5,1% em 2010.

Na folha de pagamentos da União temos uma questão a ser resolvida, o ritmo de crescimento. O principal problema no gasto com funcionalismo em nível federal não é tanto o tamanho, mas a maneira como é negociado. Nas negociações individuais pode-se perder o controle necessário sobre o crescimento total da folha.

Justamente para sanar esse problema o governo Lula enviou um projeto de lei ao Congresso criando um teto para o aumento de sua folha de pagamentos. O projeto já foi aprovado pelo Senado e segue para a Câmara dos Deputados em 2010. A iniciativa do governo Lula, se for aprovada, garantirá a estabilidade da folha de pagamentos da União nos próximos 10 anos.

## INVESTIMENTOS

A Petrobras é o maior investidor no Brasil. No início do PAC, houve um pequeno aumento, em 2008 houve um grande salto e outro salto está previsto para o investimento em 2009.

O governo adicionou, entre 2007 e 2008, mais 0,6% do PIB em investimento. Isso teve um grande impacto no crescimento de 2008. O crescimento da economia brasileira neste ano alcançou 5,1%, onde mais de 0,5% gerado pelo aumento do investimento da União e da Petrobras. Isso é investimento efetivamente pago pelo governo, diferente daquelas categorias difíceis de compreender que é empenho, liquidação etc. Isso é quanto o governo efetivamente pagou, quanto injetou de dinheiro na economia.

O PAC às vezes é criticado porque está aquém das metas que se auto-impôs. O PAC é um programa ambicioso de propósito, é ambicioso justamente para forçar a máquina pública a se movimentar e aumentar investimento. Uma

máquina que estava desacostumada a isso. Às vezes, em termos de programação é baixa a execução, mas em termos efetivos, enquanto executor, o investimento público cresce rapidamente, isso faz diferença.

Deste modo, em 2009, com a crise internacional, o salto no investimento público contribuiu para impedir uma queda maior no nível de atividade econômica no Brasil.

### UM PONTO DE VISTA CONCEITUAL SOBRE O PAPEL DO ESTADO NA ECONOMIA

Julgo oportuno, para os temas apresentados, colocar o que considero com principais funções do Estado na economia: 1) manter a estabilidade macroeconômica; 2) reduzir a desigualdade na distribuição de renda; 3) fornecer serviços públicos universais; 4) regular os mercados; 5) promover o desenvolvimento econômico e social.

Como disse anteriormente, manter a estabilidade econômica é o papel importante do Estado na economia, consensual entre direita e esquerda. Economistas mais liberais defendem que o papel do Estado na economia pararia aí. Nas democracias avançadas o Estado é um grande redistribuidor de renda. O mercado é uma instituição importante para promover o crescimento e o progresso tecnológico, mas é também uma grande máquina de produzir desigualdades.

Deixado por si, o mercado produz concentração de renda, o que por sua vez mina as bases de uma sociedade democrática e produz instabilidade política e social. Por tal razão em todas as democracias avançadas do mundo o Estado tem um papel importante no combate à pobreza, na redução na desigualdade e distribuição de renda.

Além desses dois papéis, como terceira função estão os serviços públicos básicos universais que só podem ser oferecidos de modo eficiente e igualitário pelo Estado, como a educação, a saúde e a segurança pública. Não há divergência na sua enumeração com a visão mais liberal, embora haja ênfase diferentes no papel do Estado e divergências quanto à transferência desses serviços ao setor privado. No projeto do atual governo, serviços públicos universais são estes, com infraestrutura social incluída nos objetivos do PAC, isto é, transporte, saneamento e outros serviços básicos como a energia elétrica.

A quarta atividade do Estado na economia, evidente agora por conta da crise financeira, é a regulação do mercado. O mercado sozinho produz não só desigualdade, mas instabilidade. O mercado sem uma ação regulatória adequada por parte do Estado pode gerar grandes crises, como ficou provado mais uma vez pela recente crise financeira nos EUA.

Além da prevenção de crises e redução da volatilidade do mercado, a regulação do Estado também é importante no gerenciamento dos recursos estratégicos, como o petróleo, em grande destaque agora no Brasil pelo descobrimento da camada pré-sal.

Outra situação que demanda a regulação do Estado são os chamados monopólios ou oligopólios naturais, isto é, os mercados que por suas próprias características consistem de uma ou duas pessoas jurídicas ofertando produtos e serviços para um grande número de consumidores. Esses setores necessitam da regulação do governo para diminuir a assimetria entre o poder de barganha dos produtores e os consumidores.

Ainda na defesa da concorrência, tem-se lugares onde não há monopólio natural, mas são poucos os concorrentes. É o caso do sistema bancário brasileiro, os cinco maiores bancos concentram 80% do crédito, é portanto um mercado oligopolizado. Destes cinco, dois são públicos, a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil (BB).

A defesa do consumidor é outra atividade tradicional do governo. As nossas agências reguladoras têm um defeito de nascença: foram criadas no período da privatização, montadas para proteger o investidor e não o consumidor. Tem sido um grande e doloroso processo para as agências reguladoras assumirem o papel que deveriam.

É preciso maior regulação nas atividades que os economistas chamam de altas externalidades positivas e negativas, ou seja, atividades que se vão bem ou vão mal, geram muitos efeitos para o resto da economia.

Basta ver o que está nas manchetes sobre o setor bancário. Se ele for muito bem, pode gerar grandes bônus que são apropriados privadamente; se ele for muito mal, gera uma crise em todos os outros setores da economia e ainda socializa seus prejuízos! Esses setores, por sua definição, necessitam, sim, de forte regulação do Estado. Há um ano e pouco atrás, aumentar a regulação financeira era tabu. Hoje há concordância sobre o assunto no mundo inteiro.

A quinta função do Estado na economia, sobretudo em países como o Brasil, é promover o desenvolvimento econômico. O desenvolvimento econômico não é algo que acontece do nada, ele pode ser moldado, direcionado por políticas de Estado.

Os processos bem sucedidos de desenvolvimento econômico tiveram participação, ou pelo menos uma parceria, entre o Estado e o mercado. O Estado tem um papel importante, por exemplo, na promoção do desenvolvimento regional, da inovação tecnológica, da preservação ambiental. Mesmo numa perspectiva de mercado, não estou falando aqui numa perspectiva

socialista, a promoção do desenvolvimento econômico é uma das funções clássicas do Estado.

Há atividades em que o Estado tem como atuar. Primeiro, induzindo investimentos privados com desoneração, com políticas de estímulo à exportação. Segundo, em alguns projetos de infraestrutura muito grandes, que levam tempo e só ocorrem se o Estado oferece alguma forma de garantia como, por exemplo, as hidrelétricas do rio Madeira, as grandes ferrovias. Se não tiver a participação do Estado direta ou indiretamente tais projetos não acontecem.

De outro lado, o Estado tem um papel na assistência às micro e pequenas empresas. Normalmente são empresas que enfrentam mais restrição de liquidez para tomar o seu pequeno empréstimo. O Estado tem o papel de ajudar a prover. Do mesmo modo como auxilia cidadãos mais pobres, ele tem o papel de oferecer assistência às micro e pequenas empresas.

Como o mercado não se importa em distribuir o desenvolvimento igualmente, seja numa área urbana, seja nas regiões, é papel do governo a promoção do desenvolvimento regional e urbano.

Cabe ao Estado, ainda, promover um ambiente propício à inovação tecnológica, onde geralmente há um grande risco e é necessário investir a fundo perdido. Normalmente o Estado participa direta ou indiretamente, como nos EUA através do orçamento militar, uma política industrial de inovação tecnológica.

Na preservação ambiental e no combate ao aquecimento global, assuntos importantes para agenda do século XXI, há um novo papel para o Estado assumir. A preservação ambiental tem um valor em si mesma e é mais do que uma questão econômica. Porém, o combate ou a adaptação ao aquecimento global passa inevitavelmente pela política econômica e, desse modo, demandará uma ação mais forte e incisiva do Estado na promoção de um padrão de desenvolvimento econômico sustentável do ponto de vista ambiental.

**ALOIZIO MERCADANTE****MUDANÇAS PARA UM NOVO  
MODELO DE DESENVOLVIMENTO****OS GRAVES PROBLEMAS ENCONTRADOS**

No início de 2003, quando o novo governo assumiu, o quadro com que se deparava era de pressões inflacionárias, vulnerabilidade externa, fragilidade das contas públicas, concentração de renda, baixo crescimento e uma imensa expectativa política e social.

O Brasil, apesar de ter vivido, a partir de 1994, uma trajetória de estabilização relativa dos preços, ainda tinha presente a memória inflacionária e alguns mecanismos de reindexação da economia, herança da mais longa hiperinflação da história documentada, ocorrida no período 1987-1993. Portanto, quando no final de 2002, ressurgiu uma forte pressão inflacionária decorrente de uma desestabilização macroeconômica e da forte pressão sobre a taxa de câmbio, o nosso primeiro desafio era preservar a estabilidade. Isso era um valor político muito importante, social e econômico, e o nosso governo não poderia, de forma alguma, comprometer o esforço de estabilização que nós estávamos herdando e a imensa expectativa que se tinha de preservar a estabilidade, como havíamos constatado nas disputas anteriores.

Mas a estabilidade de preços que tínhamos alcançado, até então, era precária, porque não tínhamos construído, simultaneamente, uma estabilidade econômica ou macroeconômica. A conquista da estabilidade econômica dependia de um segundo grande desafio macroeconômico: reduzir a vulnerabilidade externa.

Nós vínhamos de grave fragilização das contas externas. O país vivera uma moratória prolongada. Houve uma repactuação da dívida externa em 1994, que aliviou momentaneamente o cenário externo. Mas, as políticas adotadas depois disso agravaram o desequilíbrio das contas externas. Fica-

mos vários anos submetidos ao FMI e, ao assumir o governo, não tínhamos margem na política macroeconômica, porque devíamos ao monitoramento do FMI as precárias reservas que tínhamos disponíveis, num quadro de forte instabilidade macroeconômica, de crise de confiança, e de um movimento especulativo muito forte extremamente agressivo contra o Brasil. Então, a segunda grande diretriz da qual dependeria o futuro do governo era reduzir a vulnerabilidade externa.

O terceiro grande desafio econômico era reduzir a fragilidade das contas públicas. Éramos um país bastante endividado, com taxas de juros extraordinariamente altas, portanto, existia um custo da rolagem da dívida pública muito pesado. Equacionar a questão da fragilidade das contas públicas era indispensável para crescer de forma sustentável, recuperar a capacidade de investimento do Estado e fazer políticas sociais.

Essas grandes questões macroeconômicas estavam associadas a um governo que se estabelecia com uma grande responsabilidade histórica. Lula era a síntese de tudo que a esquerda conseguiu construir ao longo da história do Brasil, por ser uma liderança operária, sindical, por sua trajetória de vida, por sua coerência histórica do ponto de vista das lutas sociais e da expectativa internacional. E, ao mesmo tempo, o seu governo seria o início de tudo o que poderia ser possível construir com base nessa experiência. Portanto, não eram poucas as nossas responsabilidades, e o nosso governo tinha de ser iniciado com algumas políticas sociais inovadoras capazes de claramente demarcar a perspectiva de inclusão social: diminuir a exclusão social e distribuir a renda tinha de ser uma marca. Até aquele momento, éramos um dos países com a pior distribuição de renda do mundo, um país extremamente concentrado, com fortes marcas de exclusão social, com baixíssimo nível de escolaridade da população, poucas oportunidades para a juventude no mercado de trabalho, e perspectivas negativas de violência, o problema das drogas. Enfim, éramos portadores de uma grande expectativa quanto à inclusão social e à distribuição de renda.

Outro desafio histórico, que já se impunha na agenda, era retomar o crescimento econômico de forma sustentada e sustentável: ambientalmente saudável e capaz de voltar a crescer de modo sustentável e acelerado, indispensável para o equacionamento da questão social e o impulso das políticas sociais de inclusão e distribuição de renda.

Para vencer esses desafios, tínhamos uma correlação de forças difícilíssima no Congresso Nacional. A margem política era estreita e a oposição muito forte, com larga experiência de governo e, assim, sabíamos que, especialmente no Parlamento, as crises políticas tornam-se crises institucionais.

Tínhamos o desafio de construir uma base política e parlamentar capaz de aprovar nossas políticas e dar condições básicas de governabilidade.

### UMA NOVA POLÍTICA EXTERNA, UM NOVO PROTAGONISMO DO BRASIL

Uma das principais diretrizes para a economia implementadas pelo governo iniciado em 2003 era reduzir a vulnerabilidade externa. Os resultados foram espetaculares. Tínhamos aqui um padrão de exportações em torno de 50 a 60 bilhões de dólares por ano e conseguimos, praticamente, triplicar as exportações ao longo do nosso governo. Dos 60 bilhões de dólares de exportações em 2002 passamos a 194 bilhões de dólares em 2008.

É verdade que a taxa de crescimento da economia mundial estava em um patamar muito baixo em 2002, foi no fundo do vale, em torno de 2 % de crescimento mundial. De 2002 em diante, ela foi melhorando, foi crescendo até chegar ao patamar de 5% quatro ou cinco anos depois. É o nível em que se manteve: 4,5 a 5%, nos últimos três ou quatro anos. No entanto, de 2002 a 2007 o crescimento de nossas exportações foi de 173%, muito acima daquele ocorrido na esfera mundial, de 50%. É admirável essa observar essa comparação.

A nossa estratégia de política externa e de comércio exterior foi muito exitosa e indispensável para atingir os resultados apresentados em todas as outras áreas. Conseguimos estabilizar as importações em um primeiro momento e no final do governo. Com a melhora das contas externas e uma apreciação das taxas de câmbio, as importações também avançaram a passos largos, acarretando o aumento de produtividade, a importação de máquinas e equipamentos, taxa de investimento muito alta. Portanto, aqui fomos capazes de embutir uma modernização importante, além da capacidade competitiva da economia brasileira. As importações que em 2002 significaram 47 bilhões de dólares, chegaram a 166 bilhões de dólares em 2008.

O resultado foi a geração de saldos comerciais. Praticamente atingimos quase o dobro no primeiro ano e depois o ritmo seguiu fortíssimo. Saímos de um saldo comercial de 13 bilhões de dólares em 2002, chegamos a 46 bilhões em 2006 e caímos para 28,8 bilhões em 2008, já no cenário da crise. Não fosse a crise, esse patamar seria um pouco melhor, mas ainda é um resultado bastante consistente. Esses saldos comerciais foram absolutamente decisivos para que o país tivesse capacidade de resistir a esta grave crise econômica e financeira internacional atual.

Em ordem de valores, destacamos os principais itens de exportação do Brasil no setor de *commodities*: petróleo e derivados, soja, minério de ferro, siderúrgicos/metalúrgicos, carnes, minerais não ferrosos, papel e celulose,

açúcar, café, madeiras/móveis, fumo/tabaco, milho. Em outros setores: aviões, automóveis/motocicletas, produtos químicos, veículos de transportes, autopeças, calçados.

A participação do Brasil no comércio exterior também prosperou, o que demonstra o resultado excelente de nossa estratégia de comércio exterior e de política externa em todos os sentidos, político, econômico, cultural. Nesse período, nosso país teve uma inserção mais soberana, assumindo a sua condição de liderança regional, buscando mais articulações Sul-Sul.

Chegamos no governo questionando a política externa brasileira, que era de inserção extremamente subalterna nas relações internacionais – um período marcado por todo o fundamentalismo neoliberal, em que predominava a ideia de que o mercado organizaria a competitividade, as relações econômicas e o projeto de nação. O presidente Lula representava uma nova proposta de política externa, o Itamaraty abriria espaço para um nova reflexão, e a figura do Celso Amorim teve papel fundamental na construção dessa nova atitude do Brasil diante das relações internacionais.

A nossa primeira prioridade foi consolidar e aprofundar o processo de integração regional. Em 2008, o Mercado Comum do Sul (Mercosul), por exemplo, representou mais de 19% das exportações brasileiras, os Estados Unidos, 14, 6%. Em 2002, os Estados Unidos representavam 24,3% de nossas exportações e a América Latina 16%. Em 2008 a América Latina representou 22,2%. Esta mudança foi muito importante para nos preservar na recente crise internacional em que a economia norte-americana se contraiu. Praticamente mantivemos o padrão no relacionamento comercial com a União Europeia: de 25,9% em 2002 para 24,6% em 2008. Aumentamos de 16,3% para 17,8% nossas exportações para a Ásia. Especialmente para a China, que disputa fortemente o comércio da América da Sul, trazendo financiamentos pesados para os países da região – 40% do PIB chinês é de exportação. Hoje, não é mais possível exportar para a Europa nem, sobretudo, para os Estados Unidos, e por um bom período a China vai tentar empurrar o que puder para cá. Com isso, vamos enfrentar um problema de disputa estratégica regional relevante para o Brasil.

Nesse período da história, foi fundamental firmar a estratégia de consolidação e ampliação de outros mercados – Lula é o presidente que mais vezes foi para a África, e foi ele quem fez uma conferência com a Liga Árabe aqui no Brasil, Mercosul– Liga Árabe, no auge da crise externa, quando havia a invasão americana ao Iraque. Tanto que, no conjunto das exportações brasileiras, a participação desses outros países do mundo cresceu de 17,6% em 2002 para 20,7% em 2008.

A diversificação também se deu em nossas importações. Por exemplo, Brasil e Argentina: em 2007, as exportações da Argentina para o Brasil foram mais de 19%, dos Estados Unidos, menos de 8%. Assim, o aprofundamento da integração regional foi a primeira grande diretriz, e possivelmente vamos concluir esse período histórico consolidando o Mercosul e suas instituições, meta que faz parte de nosso desafio. No Parlamento do Mercosul, finalmente já conseguimos negociar a proporcionalidade atenuada dos parlamentares para ter o voto do cidadão. O Paraguai já realizou isso. No Brasil e no Uruguai queremos fazer em 2010, e na Argentina em 2011. Dessa forma, teríamos a consolidação do Parlamento do Mercosul, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Controvérsias, enfim a superação do déficit democrático, processo no qual se inclui a integração da Venezuela, absolutamente estratégica para o Mercosul. E tudo isso considerando o cenário de crise, porque as importações e exportações intrabloco do Mercosul cresceram muito mais rapidamente do que o comércio do bloco com o resto do mundo.

É possível imprimir uma mudança de qualidade na integração comercial das cadeias produtivas. Hoje, o nosso intercâmbio anual com a Argentina é de 31 bilhões de dólares, com a Venezuela temos um superávit de 4 bilhões e 300 milhões de dólares/ano. No ano passado, mais da metade de superávit comercial do Brasil veio do Mercosul. Então, implementamos essa diretriz de aprofundar a integração, recuperar o projeto histórico do Mercosul e não avançar em direção à Área de Livre Comércio das Américas (Alca) com os Estados Unidos, como pretendia o governo anterior.

Apostamos na integração da América do Sul, ampliando a perspectiva da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), em relação à qual temos alguns limites porque vários países da região, a exemplo do Chile e da Colômbia, já fizeram acordo com outras regiões comerciais. Na Unasul, portanto, não temos condições de ampliar na mesma dinâmica a integração comercial regional. De qualquer forma, essa diretriz foi muito importante.

Promovemos ainda uma diversificação das relações internacionais, lideramos o G20 na Rodada de Doha e, tudo isso foi dando, por essa atitude política do Brasil, novas oportunidades para o nosso comércio externo com resultados espetaculares na mudança de qualidade. Nós ampliamos o leque, diminuímos a nossa dependência da economia americana, fortalecemos a integração regional e o saldo foi muito positivo, até mesmo a forma como a América Latina, a América do Sul em especial, está respondendo à atual crise internacional.

De tudo isso resultaram reservas cambiais – praticamente não tínhamos nada, as reservas eram do Fundo Monetário; liquidamos a dívida junto ao

FMI em novembro de 2005, e começamos uma trajetória de acumulação de reservas. Enquanto em 2002 nossas reservas internacionais líquidas eram de 16 bilhões e 300 milhões de dólares, em 2008 eram de 206 bilhões e 900 milhões de dólares. Mesmo na crise conseguimos estabilizar nossas reservas e isso foi um instrumento decisivo para a principal barreira de defesa do Brasil nesse cenário internacional.

A dívida externa total caiu de 45% do PIB, em 2002, para 16% do PIB, em 2008. Apesar de haver um aumento do endividamento privado, o setor público praticamente não se endividou, a dívida líquida caiu de 41,9% do PIB para 3,8%. Então, ocorreu uma estabilização muito importante e fundamental na história econômica. Raramente vivemos momentos como esse ao longo de muitas e muitas décadas de história econômica do Brasil. Essa é uma grande conquista desse período e de alta relevância para o futuro que virá.

Além de reduzir a vulnerabilidade externa, tivemos uma nova política externa. O presidente Lula conclui esse período como uma grande liderança internacional. O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, diz: “Este é o cara”. “É o presidente mais popular do mundo” – e as pesquisas mostram isso. Quando o presidente da França, Nicolas Sarkozy, naquela reunião reservada, critica os principais chefes de Estado da Europa, diz que apenas Lula teve papel relevante e decisivo no G20. O G20, sob a presidência do Brasil passou a ter novo desempenho, substituindo o G8. Também no plano da política passamos a ser protagonistas decisivos, em que mudamos, a meu ver, a governabilidade internacional e o papel dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China, especialmente Brasil, China e Índia, porque a Rússia tem uma situação muito difícil), países que, nesta crise, emergem como atores decisivos para o futuro.

#### **REDUÇÃO DA FRAGILIDADE FISCAL, RECUPERAÇÃO DA CAPACIDADE DE INVESTIMENTO PÚBLICO**

O segundo grande desafio era reduzir a fragilidade fiscal. Em 2003, a dívida pública chegou a 52% do PIB, e conseguimos fechar com 36%, em 2008. Foi uma redução excelente, pois empreendemos um esforço fiscal muito grande com o superávit primário e também uma melhora na política monetária. Considero que tivemos erros na gestão da política monetária, erros na definição, mas tivemos as reservas cambiais. Nesta crise, quando veio a desvalorização cambial, houve uma redução do estoque da dívida pública de 6%. Pela primeira vez na história, o Banco Central transferiu 181 bilhões de reais para o Tesouro, exatamente porque tínhamos acumulado reservas. Isso foi fundamental para termos alguma margem de manobra na crise e espaço para a política monetária ajudar a fazer uma política anticíclica, antirrecessiva.

O gasto de custeio da máquina pública cresceu além do PIB nominal, mas em 2007/2008 isso já não aconteceu. As despesas da União estavam crescendo em um patamar mais baixo do que o PIB nominal, e o crescimento mais significativo foi o dos investimentos. Portanto, também houve melhora na qualidade do gasto público. Apesar de que, em minha opinião, avançamos pouco nessa direção: o nosso governo poderia fazer muito mais na qualidade do gasto público e de parâmetros para a eficiência da máquina pública, redefinindo o papel do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Começamos a recuperar a capacidade de investimento público, o que foi fundamental. O Estado tornou-se mais protagonista do crescimento. O PAC marca essa redefinição, pois articula os grandes projetos público-privados, as grandes parcerias em logística, infraestrutura em geral e infraestrutura urbana. É um salto de qualidade importante. Também assumem papel de destaque as empresas estatais, especialmente a Petrobras, com as descobertas do pré-sal e com o esforço de substituição de importações, as plataformas, as sondas, os barcos de apoio, entre outros projetos por ela desenvolvidos. Promovemos uma grande mudança em relação ao papel do Estado. Efetivamos uma alteração de paradigma: mudamos antes de a crise impor a mudança.

### **PETROBRAS**

Agora, estamos diante da crise de todo o fundamentalismo neoliberal de mercado. Porém, o nosso governo começou a mudança dessa trajetória a partir do início de 2003. Ampliamos muito a capacidade de investimento. Saímos de uma média de crescimento do PIB que era 2,1% para 4,1%. Nesse período, o crescimento acumulado do PIB atingiu 27,3%. A formação bruta de capital fixo foi de 53%, portanto o investimento foi bem elevado, praticamente o dobro do crescimento do PIB, o que significa capacidade de produção, modernização produtiva e competitividade, elementos fundamentais para o pós-crise. A meu ver, o Brasil sai na frente desta crise e se preparou para tanto.

### **MERCADO INTERNO DE MASSAS, EMPREGOS NO MEIO URBANO E RURAL, INCLUSÃO SOCIAL**

Estabelecemos outra diretriz fundamental: a construção de um mercado de consumo de massas. À medida que reduzimos a vulnerabilidade externa, a fragilidade fiscal, e mantivemos a estabilidade da economia, criamos condições para construir um mercado de consumo de massas. Esta era a grande diretriz econômica do nosso governo: criar um mercado interno forte, um mercado de massas. Com isso, tiramos 20 milhões de pessoas da pobreza, conseguimos aumentar consideravelmente a população ocupada, geramos 7.700.000 pos-

tos de trabalho, aumentamos a massa salarial em 16,8%, o salário mínimo real cresceu 38,6%, o consumo das famílias em 37,1%, quer dizer, desenvolvemos um ritmo chinês de crescimento.

Durante esse período, o consumo das famílias foi fortalecido pelo aumento real do salário mínimo, pelo Bolsa Família, em que houve a inserção de 11 milhões de famílias. Em nosso governo, o PIB *per capita* cresceu 20%, de modo que tanto a riqueza média como o consumo alcançaram altos níveis de crescimento, especialmente no que diz respeito às camadas mais pobres da população.

A taxa de desemprego caiu vertiginosamente – são as melhores taxas na história documentada. Em 2002, houve uma mudança de metodologia, mas é um resultado muito positivo a geração de empregos qualificados, com carteira de trabalho, a melhoria no mercado de trabalho em seu aspecto de formalização, e igualmente no enfrentamento do trabalho degradante.

O crédito é outra questão fundamental. Ampliamos e estamos recuperando o crédito, algo que praticamente não se realizava. A relação crédito/PIB passou de 24% para 41% desse índice. Os bancos privados nacionais respondem por 42% do crédito (principalmente os maiores Itaú-Unibanco e Bradesco), os bancos estrangeiros por 20%, os bancos públicos por 37%, e na crise vão para 40%. Nesta crise, demonstrou-se indispensável a presença de bancos públicos fortes: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil – área em que também foi assinalada um diferencial de atitude. Poderíamos citar ainda outras questões em que avançamos, entre elas o depósito compulsório.

Mantivemos a inflação sob controle, porém desinflationamos o país, de modo notável. Em meu entendimento, erramos na questão da meta, porque fomos muito conservadores. Isso abortou um pouco o crescimento de 2004 para 2005, porém ela foi corrigida e definida com base em um percentual bem mais razoável, fator que nos permitiu manter a inflação sob controle durante todo esse período, o que deu grande credibilidade à política econômica e monetária.

Do ponto de vista histórico, o que representa esse enorme esforço por nós realizado? De 1910 a 1950, o Brasil cresceu a uma taxa média de 4,6%, sob a vigência do modelo primário exportador, principalmente durante essa fase. Durante o pós-guerra, houve recuperação e foi atingido o patamar de 7,2%; este é exatamente o período do Plano de Metas, de grandes e aceleradas taxas de crescimento do Brasil, em que se deu um salto na industrialização.

Durante a crise da dívida externa, da hiperinflação e do projeto neoliberal, a taxa caiu para 2%, metade do que era no período do modelo primário

exportador, portanto 1/3 do que representava o período de industrialização pesada e de avanço na capacidade industrial e de crescimento do país.

No governo Lula, conseguimos voltar ao patamar de 4,5%, e, quando a crise nos atingiu em 2008, já estávamos crescendo a 7% ao ano. Estávamos, enfim, começando a nos dirigir para esse patamar, porque vínhamos perseguindo uma trajetória de voltar a esse patamar de 7%, embora, para isso, devêssemos equacionar as insuficiências na infraestrutura, pois não tínhamos portos, energia, logística, estrutura, estradas, exatamente pela precariedade de investimento público e pela lógica neoliberal que marcou especialmente a fase imediatamente anterior. Então, o dinamismo da economia era crescente e apontava para um novo patamar, de crescimento sustentado. Vejamos a recente crise, se observarmos o que está acontecendo com os Estados Unidos e a Europa, teremos um desempenho muito melhor do que o dos principais polos de desenvolvimento mundial. O grande diferencial do Brasil nesta crise é a capacidade de sair na frente, e de sair crescendo sustentadamente.

Nosso outro diferencial para seguir adiante na retomada do crescimento é a capacidade de produção agrícola. Mediante a produção do agronegócio brasileiro, dobramos as exportações nestes meses de 2009. O comércio internacional caiu 40%, porque o mundo não está comprando automóveis (somente nos Estados Unidos houve queda de 17 milhões para 7 milhões de veículos), nem casa, nem bens duráveis, mas continua comendo e falta estoque de alimentos. E o Brasil, nos 5 anos do governo Lula, é o país que mais aumentou o excedente exportável de alimentos no mundo e mais produziu proteína e capacidade de alimentar a população do planeta. Hoje somos o primeiro: produtor-exportador de açúcar; produtor-exportador de café; produtor-exportador de suco de laranja (82% do mercado mundial). E somos o segundo: produtor-exportador de álcool; o segundo produtor de soja e primeiro exportador dela; o segundo produtor de carne bovina e seu primeiro exportador; o segundo produtor de carne de frango e seu primeiro exportador. E ocupamos o terceiro lugar como produtor-exportador de milho e como produtor de carne suína.

Assim, o Brasil vai assumindo um papel decisivo na produção de alimentos, enquanto na Ásia, os países emergentes China e Índia – países que revelam maior dinamismo – não dispõem de condição de aumentar a produção de alimentos na mesma proporção do aumento da renda da sua população. O Brasil é um grande parceiro estratégico desses países e terá um papel muito importante – aqui precisamos gerar mais valor agregado na cadeia alimentar, mas é um diferencial muito relevante para o futuro.

Do mesmo modo, devemos nos lembrar do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ao longo desse governo, passamos ao grupo de desenvolvimento humano elevado, alcançando significativo avanço em 2006 e 2007, e os indicadores de 2008 são ainda mais promissores, apesar da crise. Portanto, podemos comemorar o avanço desse índice e da aceleração do crescimento sustentado de nosso país nos anos do governo Lula.

Esses cinco anos do governo Lula, com dados já consolidados, foram o período de maior distribuição de renda da história documentada do Brasil nos 60 anos dos indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fizemos uma política de inclusão social de massa, com aumento de emprego formal, de salário mínimo, com a criação dos projetos como Bolsa Família e Luz para Todos. Com as políticas sociais, o crescimento e a melhora do mercado de trabalho, atingimos os melhores indicadores sociais dos últimos 50 anos. E a evolução da distribuição de renda em 2007 e 2008, que não estão ainda disponíveis pelo IBGE, serão melhores que os de 2005 e 2006.

No período do governo Lula, reduziu-se a concentração de renda, o que também é um marco de grande importância. De 2001 a 2006, houve grande crescimento da renda dos 10% mais pobres, mudança vista na distribuição de renda e na criação do mercado de consumo de massa. O salário mínimo teve uma recuperação histórica inédita. Mesmo na crise, em 2008 o salário mínimo real cresceu 6% acima da inflação.

Quanto à miséria, a população abaixo da linha de pobreza teve uma queda fantástica, sustentável e relevante. Enquanto a porcentagem de população em situação de miséria variou de 28,79% em 1995 para 26,72% em 2002, daquele ano de 2002 para 2006 caiu para 19,31%. Tudo isso, fruto da intensa política de distribuição de renda do governo atual.

O programa Bolsa Família é o que provoca maior impacto na distribuição de renda, beneficiou mais de 11 milhões de famílias. É altamente exitoso, uma referência internacional. Precisamos discutir as portas de saída, ter empregabilidade, fazer políticas novas para avançar no próximo governo. O programa Bolsa Família é vitorioso tanto da manutenção das crianças na escola quanto na melhoria da distribuição de renda.

O Luz Para Todos é outro programa fantástico. Em nosso governo, atingimos 1 milhão e 400 mil famílias, o que equivale a 3 milhões e 200 mil pessoas beneficiadas, números que demonstram o sucesso desse programa de inclusão social.

Na área educacional avançamos no ensino universitário com a criação de novos campus universitários federais. Desde 2003, fundamos 10 novas universidades federais e 61 novas extensões de universidades federais já existentes. O número de vagas nas universidades federais saltou de 114 mil, em

2003, para 228 mil, em 2008. O Programa Universidade para Todos (ProUni) forneceu 383 mil bolsas de estudo em universidades privadas. No ensino técnico e profissionalizante federal, cuja expansão estava congelada no governo anterior, criamos 64 novas unidades federais, serão criadas outras 60, totalizando 124 unidades federais. Estamos começando o programa Mais Educação, com tempo integral, para crianças de 6 e 7 anos, abrangendo cinco mil escolas em 2009 e dez mil em 2010.

A meu ver, demos menos atenção ao ensino fundamental e precisamos observar isso. Melhoramos o transporte e a merenda escolar. Fizemos programas de formação de professores, tentamos criar o piso nacional dos professores – porém os governadores derrubaram no Supremo Tribunal Federal (STF) –, era algo importante para alcançar uma equalização e um avanço na qualidade. A qualidade do ensino é ainda um grande desafio e talvez continue sendo o problema estrutural mais grave do Brasil.

Particularmente, considero que o governo tinha de dar mais ênfase à inclusão digital nas escolas públicas, aos 49 milhões de alunos. Estamos colocando banda larga em todas as escolas urbanas, mas tínhamos que fazer um programa mais agressivo de compra de equipamentos, de treinamento de professores, produção de softwares didáticos e proporcionar endereço eletrônico aos 49 milhões de alunos. Hoje temos 67 milhões de usuários de internet no Brasil e na média mensal de 26 horas de acessos, é a maior média do mundo, apesar da baixa velocidade. Portanto, o processo de inclusão social de massa está acontecendo no Brasil. Nós, ao reduzirmos os impostos do PC conectado e ao darmos financiamento, no ano passado vendemos 13 milhões de novos computadores no Brasil. Então, esse é o grande tema de mudança estrutural não só na educação: sair de uma sociedade analógica para uma sociedade digital, saltar do século XX para o século XXI. Isso consiste em uma grande política de inovação tecnológica, de preparar a nova geração para os desafios do mercado de trabalho da sociedade do conhecimento, a sociedade da informação. O governo não usou o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), continua contingenciado como no governo anterior. Elaborei um projeto para que o Fust fosse canalizado para essa política de inclusão social e em 5 anos teríamos banda larga nas escolas urbanas e rurais. Tivemos um desempenho tímido nessa questão, quando na verdade deveria ser uma marca fundamental no governo. O presidente Lula saiu de Garanhuns e chegou à Presidência, sem o uso da internet. Mas sem dispor desse meio, seguramente a nova geração não chegará. Então, esse é um diferencial fundamental do ponto de vista de uma política de inclusão social e inovação tecnológica.

A área da saúde é uma área que ficou muito fragilizada com a perda da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A extinção

da CPMF foi a maior transferência de renda dos pobres para os ricos que eu conheço da história do Brasil. Com os recursos da CPMF eram feitas 85% das internações e cirurgias de média e alta complexidade. Então, aquela derrota no Senado comprometeu todo o salto de qualidade previsto para a saúde pública do Brasil. Tivemos vários programas inovadores, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), o enorme crescimento do Programa de Saúde da Família e várias iniciativas relevantes, mas a saúde ainda é uma área muito carente e deficitária – atualmente com um grave problema de financiamento decorrente da perda da CPMF. Estamos agora com esse programa de Saúde na Escola, extremamente valioso, principalmente nos municípios que têm um IDH mais baixo. É um programa ao qual precisaríamos dar muita ênfase. A saúde continua como um tema de grande desafio para um próximo período e a nossa capacidade de resposta tem sido insuficiente.

Houve progresso considerável nos programas de moradia, em que se destacou um crescimento consolidado em relação à faixa da população que ganha até 3 salários mínimos, antes totalmente abandonada nesse aspecto. O percentual de financiamento habitacional relativo a essa faixa equivalia em 2002 a 32% do total dos financiamentos. Em 2007 era de 64% do total dos financiamentos. Estamos dando ênfase para a baixa renda: o governo Lula já construiu 180 mil casas até 2007, uma cifra maior do que qualquer outro presidente da história do Brasil (isso sem considerar 2008, 2009, 2010). Com o Programa Minha Casa, Minha Vida, lançado em 2008, de longe vamos bater um recorde histórico em uma área que gera emprego, proporciona estabilidade social, movimenta a economia e muda a qualidade de vida das famílias de baixa renda. Este é um dos programas de intenso impacto social para o próximo período.

Empreendemos enorme esforço para avançar o setor da reforma agrária, principalmente por meio do financiamento da agricultura familiar, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), na consolidação dos assentamentos, das desapropriações. Foi uma política muito importante, especialmente, para distribuir melhor nosso imenso potencial agrícola.

O microcrédito também é um programa em que avançamos a passos largos. No entanto, é preciso avançar mais, em particular em relação à economia solidária, ao microcrédito e ao cooperativismo – inovar nessas formas, dar mais atenção, destinar mais recursos públicos. O programa de microempreendedor individual, estabelecido por uma nova lei concretizada a partir de julho de 2009, repercutirá muito em um país em que há 11 milhões de pessoas na informalidade. Nossa proposta é organizar o setor e dar acesso à Previdência Social. É uma área que exige muito cuidado porque uma boa parcela da população urbana sobrevive nessas condições.

**SATURNINO BRAGA****UM NOVO MODELO  
DE DESENVOLVIMENTO:  
CINCO CARACTERÍSTICAS**

A partir de 2003, houve uma mudança profunda e significativa de modelo econômico, antes da crise atual. Não foi a crise que suscitou uma reação por parte do governo. A mudança de modelo decorreu de uma posição política do governo, e do partido que orientou, o que resultou em determinadas políticas públicas que caracterizaram um novo modelo, nitidamente, agora que observamos com a perspectiva de mais de seis anos.

Há uma distinção muito forte em relação ao modelo anterior, ainda que com certa semelhança na política monetária e na política fiscal. Semelhança confundida, propositadamente, por muitos órgãos de imprensa e pronunciamentos que diziam haver uma continuidade. Sim, na política fiscal e monetária há uma certa continuidade. Mas, a política fiscal e monetária pode ser mais ou menos rigorosa até num modelo socialista. São políticas de conjuntura para enfrentar certas situações, ao passo que são as políticas estruturais que definem o modelo. O governo Lula, quando assumiu, defrontava-se com um surto inflacionário que para ser contido demandou a necessidade do governo exercer uma política monetária e fiscal mais rigorosa.

O que foi feito a partir de 2003 caracterizou nitidamente um novo modelo. Destaco cinco pontos de diferenciação introduzidos pelo novo modelo: o papel do Estado; a política distributivista; a política externa; a política de preservação ambiental; e o aperfeiçoamento da democracia. A questão do Estado é a principal modificação, a mais distinta do modelo anterior, que pregava o Estado quase nulo, o Estado mínimo, baseado no pressuposto da má administração.

Os nossos antecessores e toda a mídia, na linha do Consenso de Washington, consideravam o Estado incapaz de exercer a administração com efi-

cácia. O Estado era necessário em certas condições mínimas, mas não devia estar presente na economia. Escutei várias vezes que o Estado atrapalhava o desenvolvimento, onde entrava agia mal e deveria se retirar. A política de privatizações seguiu essa linha. Programaram a privatização do Banco do Brasil (BB) e da Caixa Econômica Federal (CEF), e em seguida chegariam ao BNDES e à Petrobras – estes seriam os últimos, mas também seriam privatizados. Como afirmou uma importante figura do governo anterior, Luís Carlos Mendonça de Barros, em recente entrevista: “Quando fui presidente do BNDES sofri como um cachorro, porque a ala mais liberal do governo FHC queria fechar o banco”. Se a sociedade não se pronunciasse na eleição de 2002 contra isso, e depois, em 2006 mais caracterizadamente, o caminho seria outro. Então, o primeiro ponto é a presença do Estado na economia e na sociedade como planejador, distribuidor e investidor direto, para preencher lacunas e promover o desenvolvimento, eliminando gargalos e falhas estruturais. Os resultados são marcantes.

Havia política distributiva no governo anterior? Sim, havia, mas não uma política de governo que aproveitasse linhas capazes de produzir redução de diferenças e de desigualdades, de proporcionar igualização de oportunidades. No governo Lula, a política de distribuição de renda foi um traço marcante e distinto em relação ao anterior. Antes era tratada como uma coisa para salvar a face, para que o neoliberalismo, que privilegia o capital, abrandasse sua imagem. Eles as chamavam de políticas de compensação. No governo atual são políticas de distribuição. Vejamos a diferença na política do salário mínimo. E o programa Bolsa Família, pela sua abrangência e importância na política governamental. Do mesmo modo, o peso dado à agricultura familiar.

O terceiro ponto é a política externa, quer dizer, a posição do Brasil diante das outras nações. Nosso país prestava homenagem e reproduzia o pensamento do Primeiro Mundo, de centros ricos, como um vassalo. Toda política externa brasileira era orientada para seguir o Consenso de Washington e os pontos de vista predominantes na parte rica do mundo. Todo relacionamento e a própria política comercial brasileira era pautada por esse lema: “O que é importante é o mercado americano, o mercado europeu. A gente pode tentar melhorar um pouco aqui na América do Sul, na Ásia, na China – a China está surgindo e tal – mas, a importância da política externa comercial brasileira eram os Estados Unidos e a Europa”. E a distinção do novo governo foi dizer não. Sem prejuízo dos mercados tradicionais – Estados Unidos e Europa – fazer um esforço obstinado, inteligente e hábil para abrir outros mercados, para valorizar o Mercosul e a política de integração sul-americana. Foi um êxito inegável deste governo, do Brasil diante das

outras nações – uma posição política, econômica e comercial diferente, por meio da qual foram obtidos resultados muito importantes.

Um quarto ponto foi a política de preservação ambiental. A presença da senadora Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente fez a diferença. Ela não usava os meios de comunicação para alardear suas conquistas, tão importantes e feitas naquele espírito de modéstia, estimularam a novas proposições para um novo período que se inicia em 2011.

E por último, o quinto ponto, a questão do aperfeiçoamento da democracia. O nível de transparência deste governo nada tem a ver com os governos anteriores. Um exemplo é o nível de diálogo com os movimentos sociais, que chegou entre outras coisas àquilo que o Artur Henrique, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), chama de maior acordo coletivo do mundo: o do salário mínimo para a próxima década. É evidente essa nova preocupação e prática de realizar um governo efetivamente democrático, dialogando com a sociedade e mostrando com o zelo de não esconder nada. Isso corresponde a um passo importante do pensamento da democracia, uma tarefa de políticos responsáveis de hoje, marcado pelo descontentamento generalizado do mundo com os políticos em geral.

São cinco pontos absolutamente distintivos, a começar pela postura do Estado. Quando o PT foi criado, muitos companheiros vinham de lutas anteriores – comunistas, socialistas – e o PT chegou com aquela proposta nova, com certa arroganciazinha dizendo “nós somos os melhores, nós somos puros, nós somos os novos”. Observávamos o PT como um partido que não tinha muita simpatia pela presença do Estado na economia, que buscava sempre se articular com os movimentos sociais, porque era dali que se gestava toda a decisão política – o que era democrático e certo. Mas, no Brasil, estávamos ainda impregnados por aquela filosofia positivista oriunda de Vargas, em parte absorvida pelos comunistas. Uma postura de querer ser vanguarda. O positivista honesto, sincero, correto e austero acha que tem a ciência, o saber, e tendo isso, considera saber melhor que o povo aquilo que é melhor para o povo. Essa era a postura de Vargas e dos positivistas.

Brizola era assim, ele foi o último positivista da corrente de Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Getúlio Vargas. Isso impregnava um pouco os comunistas e os socialistas: a ideia de um Estado capaz de organizar melhor o bem-estar do povo do que o próprio povo, através dos movimentos sociais auto-organizados. E veio o PT, que chegou com essa nova linha e nos surpreendeu. Levou-nos à desconfiança naquele primeiro momento, uma desconfiança que se acoplava com rejeição daquele caráter de certa arrogância que tinha o PT. Isso é para ilustrar a história, mas também para reforçar a ideia de que houve a mu-

dança de modelo nesses cinco pontos a que me referi, em que o mais distintivo deles é a postura em relação à presença do Estado. O PT veio mostrar que não era aquilo que pensávamos dele, um partido que fosse rejeitar também o Estado e ficar só com a sociedade civil e os movimentos sociais, adotando uma linha que tinha algo a ver com o neoliberalismo.

A receptividade da opinião pública à mudança de modelo foi muito larga e profunda. Esses índices de aprovação não devem surpreender, porque o governo preencheu as expectativas. Pode não ter preenchido cem por cento, mas correspondeu aos compromissos que tinha assumido. Os compromissos eram a valorização do papel do Estado, a distribuição da renda, o aperfeiçoamento da democracia, a política externa soberana. O candidato Lula e o PT apresentaram tais compromissos durante a campanha e os cumpriram. Podem não ter sido cumpridos na integralidade de como foram formulados. No entanto, a população brasileira sentiu que os compromissos foram respeitados e que, por conseguinte, o governo merecia uma confiança, que acabou refletida nos apoios de opinião que hoje recebe.

#### **A MUDANÇA DO MODELO E O RELACIONAMENTO COM O CAPITAL**

O modelo econômico e social foi mudado em profundidade, porém sem grande prejuízo do relacionamento com as forças tradicionais do capital internacional. O governo teve a sabedoria política, a competência política de avançar, mas gradativamente. No começo, sua política decepcionou certos setores que consideravam seu desempenho muito conservador. Mas era necessário naquele momento.

No Banco Central, colocou uma pessoa da confiança dos setores mais tradicionais, porque era preciso negociar. O Brasil tinha a memória de desastres anteriores de querer avançar demais – participei de perto, vivi a experiência. O capital tem a capacidade de sabotar qualquer governo quando se sente desprezado. Foi o que aconteceu com o governo Salvador Allende, no Chile, e o governo João Goulart, no Brasil, quando parecia que tudo o que fazia dava errado, apesar de ter junto de si uma verdadeira seleção como San Tiago Dantas, Celso Furtado (ministro do Planejamento), Carvalho Pinto (ministro da Fazenda), José Ermírio de Moraes e Tancredo Neves. O governo não conseguia articular a unidade interna, havia dissensões e ataques profundos derivados do próprio setor. O governo não tinha capacidade de negociar com as forças mais tradicionais para dizer: “Vamos avançar sim, mas não vamos destruir vocês. Vamos avançar aos poucos em relação aos nossos objetivos e conquistar cada vez mais posições, mas não vamos fazer nenhuma revolução”.

Essa postura do governo Lula dizer “nós não viemos para fazer uma revolução, viemos para fazer uma avanço progressista”, foi fundamental. Isso faltou ao Jango e o botou no chão. Na transição, quando findavam os últimos meses de Fernando Henrique Cardoso, a inflação e a taxa cambial dispararam. Aquilo foi um aviso do capital: “Olha lá o que vocês vão fazer, porque nós temos a capacidade de sabotar”. E tinham mesmo, podiam sabotar, deixar tudo como com Jango, que não conseguia fazer nada. Mas tivemos um presidente cujo maior talento é a capacidade de negociação. Toda a vida dele foi uma vida que se distinguiu pela capacidade de negociar. Ele sabe avançar o máximo que pode avançar, sem ultrapassar esse máximo. Ele colocou no Banco Central o Henrique Meirelles, um ancoradouro da confiança do capital, assim o presidente avançou gradativamente. Isso foi decisivo, o vetor político na condução do governo para mudar o novo modelo.

#### A SINGULARIDADE DA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO LULA

Tenho escrito sobre a tendência de atribuir uma importância excessiva à crise internacional, ocorrida principalmente nos Estados Unidos, na Europa e repercutindo no Japão, como determinante para o futuro. Há muitos artigos e posições de fora para dentro, tenho dúvidas se é a questão central. Por quê? Porque o Brasil, mudou a sua política comercial. Quando se fala que a política do presidente Lula é igual à política de Fernando Henrique, é tão primário e grotesco que chega a causar espanto. Uma não tem nada a ver com a outra, porque se tivesse, seria um desastre. Provavelmente nem estaríamos reunidos para discutir esse tema, ou nos encontraríamos em um ambiente de muita tristeza.

O Brasil, nestes quase sete anos do governo Lula, deu uma guinada do ponto de vista econômico, social e político. Ele protegeu o país por uma razão simples: a estratégia do governo Fernando Henrique foi fazer o desenvolvimento com base nos investimentos de fora, por meio de uma política de privatização, que vende patrimônio. É uma característica dos governos tucanos: vender patrimônio, concentrar recursos no âmbito do prazo de execução de suas políticas. O governo José Serra (PSDB), em São Paulo, é mestre nisso. Eles vendem patrimônio e não pagam dívida, haja vista que o governo de São Paulo, o maior devedor de precatórios no Brasil, tem mais precatório como dívida do que a soma de todos os estados. A Proposta de Emenda Constitucional nº 12 (PEC 12), que trata de novas regras de pagamento dos precatórios judiciais, vai ser a grande salvação da parte financeira do governo do Estado paulista.

A política dos governos tucanos foi sempre cutucar por cima: é o investimento como causa central do desenvolvimento. A política do presidente

Lula, ao contrário, foi cutucar por baixo, ou seja, criar condições de consumo e, conseqüentemente, incluir uma quantidade maior de pessoas que estavam alijadas do mercado de consumo. E foi feito por meio de várias políticas: salário mínimo, talvez a mais forte em relação ao alcance; o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada, também ampliado para os idosos; o sensacional empréstimo consignado; a possibilidade de reduzir as taxas de juros. E, finalmente, o governo começou a dialogar com as camadas mais afastadas da sociedade, uma questão do Lula em particular. Ao fazer tudo isso e mais outras medidas similares, o governo Lula fortaleceu tanto o mercado como o consumo interno, de tal maneira que abriu perspectivas inteiramente novas em relação à política anterior.

O governo Lula não ficou refém do eixo Estados Unidos–Europa, base da política externa do governo Fernando Henrique. Foi para outra direção e procurou os centros mais dinâmicos de crescimento no mundo, os países emergentes – ali que fundamentalmente cresceu o comércio exterior. Se observarmos a taxa de crescimento desses países emergentes, nos últimos dez anos, veremos que é 3 a 4 vezes superior à dos países desenvolvidos, que já haviam começado a estagnar e agora estão rumando para baixo, de modo acentuado. A crise está demonstrando a importância dos países emergentes.

É verdade que houve uma grande falha na política do governo, em relação ao Banco Central, o que agride de modo fiscal o governo. Nos últimos 14 anos, a taxa de juros na ordem de 8% do PIB é insuportável. Não tem país no mundo que agüente pagar um conta de juros paga no Brasil. É preciso ter um superávit primário muito alto, em consequência o Estado perde força. O Banco Central é o único responsável. Concordo que, no começo havia um clima de turbulência, o poderio financeiro poderia derrubar o governo, havia a ameaça de fuga de dólares e outros graves problemas. Mas, naquela ocasião, o governo soube tratar o negócio com muita inteligência.

No entanto, considero que existem políticas que podem ser tratadas no Conselho Monetário Nacional, que reúne os ministros do Planejamento, da Fazenda, o presidente do Banco Central, âmbito em que o presidente Lula pode determinar. Cito como exemplo uma questão simples: é necessário pensar – discuto isso em alguns artigos – sobre a dosagem do depósito compulsório. Tínhamos R\$ 270 bilhões de depósito compulsório, hoje devemos ter uns R\$ 170 bilhões, pois durante a crise o Banco Central devolveu 100 bilhões para o sistema financeiro.

Penso que a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) é um cartel. Aliás, não sou só eu quem fala. Marcos Cintra, um liberal, escreveu um artigo recentemente no jornal *Folha de S.Paulo* chamando-a mesmo de cartel. Os

bancos agem como cartel e estabelecem a prática de taxas de juros extremamente elevadas – são eles o fator de atraso da economia brasileira. Só foram elogiados porque estão em uma boa situação, o Brasil não se meteu em aventuras de subprime, as hipotecas de risco. Isso foi possível porque as regras do Banco Central são duras e os impediram de entrar nessa aventura. Aqui há mérito do Banco Central.

Por outro lado, o Banco Central e o governo deveriam ter agido de forma dura com relação a essa questão e teriam o apoio da sociedade e do setor real da economia. Assim, os bancos acabariam ganhando mais, porque saltariam de nível. Nosso nível de bancos é atrasadíssimo, do meu ponto de vista: vive-se na moleza aplicando em títulos do governo e é possível se dar ao luxo de aplicar empréstimos com taxas extremamente elevadas, que acabam fazendo com que a inadimplência mate o tomador de empréstimo. Não é a justificativa que inteligentemente apresentam, pois dizem que “temos que praticar taxas elevadas porque a inadimplência é elevada”. Mas não é assim. A inadimplência é elevada porque as taxas de juros são extremamente elevadas. Quem suporta? Se você faz um empréstimo, aquele negócio destrói, é uma violência.

Seria possível estabelecer uma regra na qual, por exemplo, haveria liberação de maior empréstimo compulsório para bancos que oferecessem taxas de juros mais baixas. Não precisamos do Congresso para encaminhar tal proposta. O poder existe e poderia ser feito no âmbito do Conselho Monetário Nacional – uma decisão do presidente da República. Mesmo que o presidente do Banco Central, o Henrique Meireles, não aceite a questão, teria que aceitar. E aí, quem sai ganhando? O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Eles partem com um volume muito maior de recursos, fortalecem essa tese. Os acontecimentos demonstraram que temos bancos públicos que atuam em política anticíclica. Não prejudicaria acionistas do Banco do Brasil, é importante dizer. Ao contrário, os acionistas do Banco do Brasil vão ganhar dinheiro, porque a ideia é ocupar um mercado que estava abandonado. As pessoas caminham para o Banco do Brasil, assim ganha-se no volume muito mais do que se perde na margem, e consegue-se reduzir até a inadimplência. Ao contrário do que se diz, quando se aplica uma taxa de juros mais baixa, quem toma o empréstimo não fica muito exposto a cair na inadimplência. A meu ver, esse tema é o calcanhar de Aquiles do futuro.

A continuidade das políticas de redistribuição de renda é decisiva, é fundamental para um país crescer. Apesar de ainda ter a perversidade do sistema tributário – um péssimo sistema de distribuição de renda agravado pela distribuição tributária. Aqui mora o prejuízo: quando se constata o saldo líquido, pouco sobra efetivamente para se gastar. No aspecto da justiça fiscal, a

proposta do governo de reforma tributária troca seis por meia dúzia. Por quê? Porque ele foi na linha da proposta dos empresários, impuseram via mídia a questão da simplificação.

Claro que todo o mundo quer a simplificação. Porém, existe legislação que proíbe a guerra fiscal. Todos sabem, saiu no *Estado de S. Paulo* um artigo do Everardo Maciel, secretário da Receita Federal do governo Fernando Henrique, discutindo a questão com propriedade, mostrando uma lei de 1975 que apresenta regras ao conselho dos secretários estaduais da Fazenda, o Conselho Nacional de Políticas Fazendárias (Confaz), de tal modo que, para fazer qualquer desoneração unilateral, torna-se necessária a assinatura de todos os secretários da Fazenda, situação nunca concretizada. Então, para a guerra fiscal existe a lei, não precisa reforma tributária para mudar da origem para o destino, independente do mérito, se é na origem ou no destino. Não adianta trocar seis por meia dúzia, porque ele transforma as contribuições em um novo imposto, também regressivo, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). Não há aqui uma proposta firme do governo. Ficou obscura a questão do imposto sobre grandes fortunas, derrotada perante o Congresso. Este seria um imposto de alto potencial de arrecadação, ao contrário do que se procurou passar para a opinião pública, de que iria afastar as pessoas, que empresários sairiam do país, e assim por diante. Não iria acontecer nada disso, mas ficou a ideia de que é um imposto fraco, que não vale a pena investir. O Congresso não deixaria passar porque atinge o bolso de boa parte dos parlamentares. É bom que se diga, porque quando era presidente da Associação dos Secretários de Finanças das Capitais (Abrasf), há 18 anos, fui ao Congresso, com aprovação de todos os secretários de finanças das capitais, tentar vender a ideia da aprovação do imposto sobre grandes fortunas. Um dos deputados extremamente importantes da Bahia – não vou dar o nome aqui –, olhou para mim, riu, bateu no bolso e falou assim: “Isso não passa por causa disso aqui, ó”. Isso não passa mesmo, o governo tem que fazer a política, defendendo propostas mesmo que não sejam aprovadas. E mais: lançando a discussão para a opinião pública.

GUILHERME CASSEL

**DESENVOLVIMENTO RURAL NO  
MODELO ECONÔMICO  
EM CONSTRUÇÃO****A PRIMEIRA GERAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Nos primeiros anos do governo Lula, o então ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, procurou criar uma rede de políticas públicas permanentes, capaz de sustentar e estimular a agricultura familiar e assentados da reforma agrária, superando o erro histórico do dualismo no rural e da subestimação desse setor. Foi a primeira geração de políticas públicas do governo Lula.

A política de crédito voltada à agricultura familiar, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), era reduzida. Não existiam seguro agrícola, política de preços e assistência técnica específicas para tal segmento. O que havia era um conjunto de políticas fortemente direcionadas ao setor patronal. Adiante, seguem as principais políticas estruturadas desde 2003 e que compõem uma rede permanente.

**A REFORMA AGRÁRIA**

Para o sucesso da construção desta rede permanente de políticas de apoio à agricultura familiar, era necessária uma política ofensiva de acesso à terra. Nos primeiros seis anos de governo, foram assentadas 519 mil famílias, implementados 3 mil assentamentos, e destinados 43 milhões de hectares para a reforma agrária.

É importante frisar que este resultado, apesar de excelente, ocorreu sem alterar a estrutura legal da propriedade da terra. A não-atualização dos índices de produtividade é um reflexo desta situação. No Brasil, o latifúndio é desapropriado

do a preço de mercado, premiando assim a improdutividade. Em algum momento, a nação terá que resolver esta questão e enfrentar as forças do atraso.

Além de garantir o acesso à terra, o sistema de assistência técnica foi refeito para que os assentamentos produzam mais e com maior qualidade. Foram construídos 38 mil quilômetros de estradas para o escoamento da produção dos assentamentos, além das políticas de habitação, iluminação, distribuição de sementes, entre outras.

### CRÉDITO AGRÍCOLA

A política de crédito voltada para os pequenos produtores foi alavancada por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf: de R\$ 2,38 bilhões em 2002/2003 passou para R\$ 15 bilhões na safra 2009/2010 (o volume de recursos foi crescendo sistematicamente ano a ano). Além de ampliar o volume de crédito disponível, por meio do qual comunidades tradicionais passaram a ter acesso ao Pronaf, realizamos novos projetos que beneficiaram vários segmentos: jovens, mulheres, agroecologia, semiárido, floresta, cooperativas. Neste período, passamos de 900 mil para 1,6 milhões de contratos, promovendo a inclusão de milhares de famílias no sistema de crédito rural, sendo quase metade delas da região Norte e Nordeste, ou seja, as regiões mais pobres do país e mais carentes de apoio governamental.

O que significa para o agricultor familiar pobre e com pouca terra o acesso ao Pronaf? Significa, em primeiro lugar, ele ser recebido no banco, ou seja, é feita a inclusão bancária. Especialmente em 2003 e 2004, empreendemos um trabalho muito intenso nessa área, em que o presidente Lula participou diretamente. A cultura dos bancos que atendem a agricultura foi modificada para atender a “nova” clientela. Com o cartão do Pronaf, por exemplo, além do acesso ao crédito de custeio e investimento, o agricultor familiar passou a ter acesso ao seguro agrícola e à extensão rural, o que representou mais um passo concreto para a garantia da cidadania a essas populações.

### ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Tão importante quanto o crédito é a assistência técnica. O Sistema Nacional de Assistência Técnica (ATER), que estava absolutamente destruído, foi refeito. Em 2003, a Assistência Técnica e Extensão Rural tinha um orçamento de R\$ 3 milhões e três funcionários no Ministério da Agricultura. Como essa estrutura poderia prestar assistência técnica para mais de 4 milhões de agricultores familiares? Todos sabem a importância da assistência técnica para o sucesso de qualquer empreendimento: oferecer crédito sem assistência técnica é o caminho mais curto para o endividamento.

É a assistência técnica que pode indicar a melhor semente para a região, as formas de convívio com a seca, a correção adequada dos solos, os mecanismos de comercialização, entre outros suportes por ela fornecidos.

Em 2003, o presidente Lula assinou um decreto passando para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a atribuição da assistência técnica. Hoje, o orçamento é de R\$ 482 milhões, ou seja, foi multiplicado por mais de 150 vezes. Atualmente mais de 20 mil técnicos estão engajados na assistência aos produtores rurais em todo o país. O sistema adotado é misto, contratando tanto instituições públicas como aquelas sem fins lucrativos, organizações estaduais de assistência técnica, cooperativas e Organizações Não-Governamentais (ONGs).

### O SEGURO AGRÍCOLA

Outra política muito importante é a do seguro agrícola. No entanto, para tratar desse tema é preciso rever como ele foi historicamente tratado.

O Brasil tem enorme diversidade regional, e é comum uma região estar sofrendo com enchentes enquanto outra enfrenta estiagens. E quando ocorriam esses eventos, o agricultor não tinha nenhuma forma de amparo: ficava endividado e, em alguns casos, até perdia a terra para saldar sua dívida, piorando os índices de concentração fundiária.

Em 2004, o Governo Federal criou um seguro climático específico para a agricultura familiar. Desde esse momento, quando um agricultor tem perdas de safra maiores que 30%, é feito um laudo por um técnico credenciado e automaticamente o seu débito no banco é reduzido proporcionalmente às perdas ocorridas.

Além da cobertura de 100% do valor segurado, mais os juros do financiamento, o agricultor tem o direito de receber mais 65% da receita líquida esperada, limitado ao valor de R\$ 2,5 mil ao ano. Para ter acesso ao benefício, o agricultor familiar paga apenas o prêmio de 2% do valor do financiamento.

O programa é fundamental para o agricultor familiar: além de contar com recursos financeiros para a continuidade do negócio até a próxima safra, o agricultor não fica endividado nem corre o risco de perder a terra. Esta era uma reivindicação de décadas dos movimentos sociais.

### O SEGURO DE PREÇOS

Dois anos depois da criação do seguro climático, o valor das *commodities* no mercado internacional apresentou queda, acarretando uma grande perda de renda pelos agricultores familiares (2006). O Governo Federal criou, então, um seguro de preço – o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF).

Ao tomar o crédito, o agricultor declara qual será a cultura a ser plantada e o preço vigente no mercado. Caso os preços dessa cultura tenham uma queda em relação aos valores pagos, o agricultor terá um rebate na mesma proporção da referida queda. Por exemplo, se o produtor plantou milho e o preço pago caiu em 20%, o financiamento do agricultor junto ao banco terá um rebate automático de 20%, sem causar o endividamento do agricultor. Dessa forma, a capacidade de endividamento do agricultor não é afetada pelas oscilações do mercado.

Com os instrumentos de garantia de preços e o seguro climático, o produtor familiar que exerce uma atividade de elevado risco, como a agricultura, tem garantida a continuidade de sua atividade produtiva. Essa era uma obrigação do Governo Federal, criando os mecanismos para dar serenidade aos produtores que garantem a segurança alimentar da população brasileira.

### **POLÍTICAS DE COMERCIALIZAÇÃO**

Em 2003, logo no início do governo Lula, foi lançado um programa inédito no contexto do Fome Zero: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esse programa permite a compra direta dos produtos da agricultura familiar, sem licitação, até o limite de R\$ 3,5 mil por agricultor familiar. Por meio das prefeituras ou da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção pode ser destinada à formação de estoques de alimentos ou para doações aos programas sociais do governo. Esta compra da agricultura familiar estimula a economia local, unindo dois elos de comercialização que não se comunicavam: o produtor de alimentos e o consumidor de baixa renda em situação de insegurança alimentar.

### **TERRITÓRIOS RURAIS**

O enfoque territorial busca a racionalização dos investimentos em infraestrutura nas regiões mais carentes, garantindo o acesso aos direitos básicos de cidadania, como documentação civil básica, titulação conjunta para o casal no caso de reforma agrária, assistência técnica especializada ou linhas de crédito para mulheres. Esta experiência foi a base para o Programa Territórios da Cidadania.

No primeiro mandato do presidente Lula, foi feito um esforço para a estruturação e organização das políticas públicas, garantindo estabilidade e estímulo aos agricultores familiares. Nessa fase, os instrumentos criados podem ser considerados a primeira geração das políticas públicas de desenvolvimento rural.

O papel da agricultura familiar e da reforma agrária foi recolocado com sua devida importância na sociedade brasileira. No segundo mandato, novos

instrumentos estão sendo desenvolvidos, são chamados de segunda geração de políticas públicas para o desenvolvimento rural.

## A SEGUNDA GERAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A segunda geração de políticas públicas para o desenvolvimento rural integra as políticas da primeira geração com três novos eixos: o Mais Alimentos, o Terra Legal, e os Territórios da Cidadania.

### O PROGRAMA MAIS ALIMENTOS

No segundo semestre de 2007, o país passava por uma crise de preços de alimentos: a inflação voltava a acelerar, fortemente influenciada pelas elevações dos preços dos produtos que compõem a cesta básica alimentar.

Em decorrência de uma série de fatores internacionais – como a entrada de novos consumidores e os baixos estoques mundiais de alimentos –, o preço das *commodities* alimentares no mercado internacional subiu bruscamente em curto período de tempo: a média mundial apontava para um acréscimo de 63% no valor da cesta básica de alimentos. No Brasil o aumento médio foi de 23%.

A primeira pergunta suscitada foi: “Por que no Brasil o aumento da cesta básica não foi como nos demais países?”. A resposta é simples: a estrutura produtiva de alimentos brasileiros conta com uma rede de agricultores familiares que garante a segurança alimentar de boa parte da população.

A solução para enfrentar a ameaça inflacionária foi evidente: era preciso estimular ainda mais a agricultura familiar para elevar sua produtividade, garantindo assim o abastecimento de alimentos básicos. Com esse diagnóstico foi criada, na safra 2008/2009, uma linha especial de crédito para o agricultor investir em novas máquinas e equipamentos e elevar a produtividade: o Mais Alimentos. Cada família pode tomar um empréstimo de até R\$ 100 mil, com uma taxa de juros de 2% ao ano, 10 anos para pagar e 3 anos de carência para iniciar os pagamentos. A meta é aumentar a oferta de alimentos básicos em 18 milhões de toneladas de alimentos em 3 anos, o que corresponde a 2,5 meses do consumo de toda a população brasileira.

Para se ter uma real dimensão dos resultados do programa, os Censos Agropecuários do IBGE, com os resultados preliminares de 2006, mostram que, de 1996 a 2006, o número de estabelecimentos que passaram a ter pelo menos um trator cresceu em 7 mil, enquanto em quatro meses de funcionamento do Mais Alimentos já foram vendidos 11 mil novos tratores. Em resumo: a aplicação de uma política adequada permitiu que em quatro meses

fossem equipados mais agricultores do que em 10 anos, no que se refere a propiciar o acesso às máquinas e aos tratores.

### TERRA LEGAL

As estatísticas feitas na Amazônia Legal mostram que vivem 6,7 milhões de pessoas naquela área. Muitas foram levadas pelo Estado brasileiro durante as últimas décadas, por meio de programas como o “Soldado da Borracha” ou “Brasil: Ame-o ou Deixe-o”. Muitas estão na região há décadas mas sem um direito básico: o título da terra que exploram.

Essa carência gerou enorme instabilidade política na região, o que resulta em dois problemas de maior gravidade: violência e desmatamento. A violência expulsa da terra milhares de pessoas que não têm como recorrer à Justiça, até porque não possuem o título da terra que exploravam. Essa pessoa não terá outra saída a não ser procurar novas áreas no interior da floresta com a esperança de não ser expulsa no futuro.

Surge, então, o segundo problema: o desmatamento. Apesar de hoje o governo monitorar o desmatamento por meio de imagens de satélite, não é possível saber quem são os agricultores que promovem o desmatamento. A quem responsabilizar pelo crime ambiental? Com quem estabelecer um acordo de recomposição ambiental? Para controlar tais situações, a regularização fundiária é uma medida imprescindível.

Mas por que as terras não foram regularizadas até hoje? A resposta é simples: a legislação brasileira impede isso. As terras públicas são consideradas patrimônio da União. Se alguém está explorando essa terra é considerado um invasor e deve ser retirado da área. São considerados grileiros. Não interessa o que produzem, se desmatam ou conservam os recursos naturais. Os poucos processos de regularização chegam a demorar décadas, ou seja, somente cidadãos abastados conseguem aguardar e arcar com os custos do processo.

A proposta é fazer a regularização fundiária em três ou quatro anos. Primeiramente serão atendidos os posseiros que tenham até um módulo fiscal (em torno de 76 hectares), o que pode ser considerada uma área muito pequena na Amazônia. Depois desses, a prioridade será para os produtores com até quatro módulos fiscais (até 400 hectares). Esses dois grupos representam 93% dos posseiros, que ocupam 10% da área da Amazônia Legal.

Essa proposta tramitou no Congresso Nacional por meio da Medida Provisória 458, onde sofreu várias modificações. Para os estabelecimentos com até um módulo fiscal, a proposta é de rito sumário. O rito será simplificado para os estabelecimentos entre um a quatro módulos fiscais. Nas áreas acima desses limites permanece vigente a regularização pela atual legislação.

A realidade fundiária amazônica deve ser enfrentada pela sociedade brasileira e uma solução deve ser apresentada. O desmatamento, por exemplo, só será superado com um trabalho prévio de regularização fundiária. O programa Terra Legal é a saída para a estabilidade na região, e ajudará a combater tanto a violência quanto o desmatamento.

A estrutura de poder arcaica somente será enfrentada quando se tratar da propriedade da terra. Não se pode esquecer que ainda existe um Brasil arcaico, com trabalho escravo, extração ilegal de madeira e desmatamentos criminosos. Sem dúvida, o Terra Legal é um programa ousado e fará diferença na história da Amazônia Legal.

### **TERRITÓRIOS DA CIDADANIA**

Os Territórios da Cidadania representam uma estratégia de enfrentamento da pobreza rural nas regiões em que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é dos menores do país, a partir da experiência de enfoque territorial com os Territórios Rurais de identidade. O objetivo é promover um esforço concentrado do governo nesses locais. O Programa é um esforço de racionalização das políticas públicas. Hoje conta com 22 ministérios trabalhando com os estados e prefeituras municipais, em que abarca intensa mobilização social.

Inicialmente, o governo vai ao Território (conjunto de municípios com identidade econômica, social e cultural) e oferece uma proposta de matriz de investimentos e ações. O segundo passo é a realização de plenárias temáticas quando a matriz de oferta do governo é criticada. No terceiro momento, com base nas contribuições locais, o governo refaz sua matriz para os territórios e destina os recursos necessários para as obras e ações aprovadas localmente. Em 2008 foram aplicados R\$ 9,3 bilhões em 60 territórios. Em 2009 são 120 territórios que envolvem 1.852 municípios, 13,1 milhões de pessoas e R\$ 23,5 bilhões em recursos.

### **RESULTADOS PROMISSORES**

Alguns indicadores já começam a apresentar os resultados positivos dessa reorientação das políticas de desenvolvimento rural. O primeiro deles são os Resultados Preliminares do Censo Agropecuário 2006, realizado pelo IBGE. De acordo com esse levantamento, 344 mil novos estabelecimentos foram criados no meio rural entre 1995/96 e 2006. Isso significa mais pessoas envolvidas com as atividades rurais no país.

Não apenas foi ampliado o número de estabelecimentos, como também reduziu-se a área média deles, um resultado natural quando se tem mais pes-

soas ocupando a mesma área. Essa redução no tamanho médio dos estabelecimentos é inédita nos últimos 30 anos.

Por último – e talvez o mais importante –, o rendimento médio dos agricultores familiares cresceu em 35% no governo Lula, como apontam pesquisas domiciliares do IBGE.

Esses resultados são significativos. Espera-se, portanto, que o êxodo rural seja estancado. E, mais que isso, que essas populações – historicamente marginalizadas em nosso país – estejam desfrutando de melhor qualidade de vida.

### CONCLUSÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA VIVIDA

É preciso refletir sobre essa experiência. Em primeiro lugar, foi fundamental a existência de bancos públicos estruturados para atender o setor. A grande dificuldade de outros países em implementar políticas semelhantes é o fato de eles não possuírem bancos públicos com capilaridade como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Nordeste.

Mas não bastam só os bancos. É necessária uma ampla rede de apoio técnico que garanta a orientação desde a produção até a comercialização. Isso não existe na maioria dos países que tenta reproduzir a experiência brasileira. Sem a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) fornecendo tecnologias adequadas para a agricultura familiar, sem a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) intervindo no mercado nos momentos de queda de preço ou suprindo as carências de uma região, os resultados não seriam os mesmos.

O Brasil, em relação aos demais países, tem uma vantagem comparativa quanto à estrutura pública. Também não se pode esquecer que, para todos estes instrumentos funcionarem, foram necessários orçamento e recursos disponíveis no momento adequado.

Outro tema importante é a concepção do que é rural. Em geral, a esquerda brasileira sempre pensou o rural como o espaço da dualidade entre o latifúndio e o minifúndio, muitas vezes conflituosos e incompatíveis entre si. É preciso dar um salto de qualidade e atualizar esse conceito. A experiência mostra que o governo incentivou tanto a agricultura patronal como a agricultura familiar e ambas deram respostas positivas. Temos dois exemplos: em 2003, no início do governo Lula, quando se vivia um momento de elevada vulnerabilidade econômica, a geração de divisas com exportações pela agricultura patronal foi fundamental naquele momento.

Já em 2008, quando a crise nos preços dos alimentos pressionava os índices de inflação, a agricultura familiar foi fundamental para garantir o abastecimento interno. O tema merece uma reflexão maior.

Em um país de dimensões como a do Brasil e com a nossa diversidade, os dois modelos convivem e podem continuar convivendo. Cabe ao Estado identificar suas diferenças e adotar o padrão de regulação mais adequado.

Por fim, para enfrentar as três agendas que cercam o desenvolvimento rural – ou seja, a construção de uma outra matriz energética, a garantia da segurança alimentar e nutricional, e o desenvolvimento ambiental sustentável – é necessário construir uma nova estrutura fundiária no país, de forma mais equilibrada, inclusiva e igualitária.



**LUIZ PINGUELLI ROSA**

**ENERGIA, DESENVOLVIMENTO E  
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Embora energia seja um sistema integrado, para organizar nosso conhecimento, podemos falar em energia elétrica, petróleo e gás, e as outras fontes de energia que, se tem as mesmas finalidades que essas outras, possui participação diferenciada e às vezes importância ainda não reconhecida.

No setor de energia elétrica, houve um avanço muito grande na interrupção do processo de privatizações feito de forma desastrosa no período do neoliberalismo no Brasil, o que levou àquele racionamento de 2001.

O governo Lula, a partir de 2003, tomou medidas positivas: interrompendo aquele processo de privatização, preservando grandes empresas elétricas do Grupo Eletrobrás, e também criando novamente o planejamento, que tinha sido abolido. Com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) – de fato, é uma empresa de planejamento energético, o nome é artificioso para poder usar fundos destinados à pesquisas das verbas das grandes empresas de energia – voltamos a ter um planejamento do setor elétrico que está sendo reestruturado com êxito. Hoje, temos previsões e elas se realizaram com sucesso em alguns pontos e noutros ainda são insuficientes. O lado positivo é claro.

**DAR À ELETROBRÁS UM PAPEL SEMELHANTE AO DA PETROBRAS**

O setor de petróleo recebeu um tratamento diferente dedicado à Petrobras, que assumiu um papel inegavelmente hegemônico. Por isso, muitas empresas estrangeiras no Brasil optaram por parcerias com a Petrobras em frequentes empreendimentos, ao passo que isso não aconteceu no setor elétrico. Considero que o papel da Eletrobrás poderia ser maior e seria bom para o Brasil. A Eletrobrás infelizmente tem sido secundária, o que tem importado são as empresas como Furnas Centrais Elétricas (Furnas), a Companhia Hidro

Elétrica do São Francisco (CHESF), as Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) e todas as outras.

Uma questão grave, ainda a ser resolvida, é a tendência de crescimento da tarifa de energia no Brasil. Veio do período das privatizações, mas não foi detido por causa dos contratos que implicam certas correções e uma forma de apropriação das altas receitas desse setor, um setor muito grande em todo o mundo e no Brasil não é exceção.

Se a Eletrobrás tivesse a possibilidade de tomar iniciativa nesses empreendimentos, assumindo o controle em uma posição majoritária, poderíamos começar a corrigir os problemas. Também seria possível viabilizar empreendimentos que hoje esbarram em uma série de dificuldades, como o caso da hidroeletricidade.

A hidroeletricidade é uma grande discussão. Ela envolve a questão ambiental, por exemplo, embora o problema ambiental não seja um entrave exclusivo da hidroeletricidade no Brasil. Ele participa, porque há uma oposição grande, há uma visão muito crítica a esses empreendimentos em razão das áreas que eles inundam.

No entanto, o problema maior é a falta de uma estrutura que viabilize o empreendimento do ponto de vista empresarial. Vou dar um exemplo concreto: não julguei bom que, no caso do Rio Madeira, que foram dois empreendimentos importantes – as usinas Geral e Santo Antônio – as empresas do Grupo Eletrobrás concorressem umas com as outras. Então, o grupo tinha associado a um grupo privado, Furnas a outro grupo privado, CHESF-Eletronorte também. O ideal é que as três estivessem juntas, de modo que o projeto fosse mais bem administrado. Por quê? Porque elas têm grande capacidade, engenharia própria e experiência. Vou dar um exemplo de um empreendimento específico com a empresa EDP, uma empresa estatal portuguesa presente no Brasil. Uma usina paralisada se tornou viável quando Furnas assumiu uma parceria com a EDP e retomou a obra com uma concepção nova do projeto. Essa usina está funcionando, mas passou muito tempo parada com a EDP, que Furnas cuidou de recuperar. Não foi por acaso. Furnas tem uma capacidade histórica que, se não cultivar, será perdida: a engenharia tem que ser praticada, não pode ser apenas guardada, conhecimento tem de ser aplicado.

Reitero que deveríamos dar um papel à Eletrobrás semelhante ao destinado à Petrobras. O atual momento é favorável. É a posição da atual gestão da Eletrobrás, que tem pressionado o governo para, por exemplo, remover o obstáculo de esta empresa ser sócia majoritária nos empreendimentos. Ela é a empresa elétrica que tem maior capacidade no país, em particular nas áreas de geração e transmissão. Não é lógico que seja tolhida de ser majoritária, de ser controladora de empreendimentos. Como no caso do Rio Madeira, quando as

empresas da Eletrobrás estavam em lados diferentes. Deve-se colocar a unidade no grupo Eletrobrás, para que possa atuar plenamente.

### **HIDROELETRICIDADE E TERMOELETRICIDADE**

Nos leilões de energia, verificamos um crescimento bastante grande da participação de usinas termoeletricas. Isto é um problema que decorre em parte do que acabamos de dizer e, em parte, de uma forma de colocar no leilão a energia que acaba viabilizando esses empreendimentos termoeletricos.

É impossível não aumentar a termoeletricidade no Brasil. É natural que se aumente, mas nós ainda somos herdeiros de um erro passado, em que a entrada da termoeletricidade não foi feita da melhor maneira possível. Lá, à época do racionamento de energia de 2001, houve o chamado Plano Prioritário de Termoeletricas, que colocou uma série de usinas que não eram viáveis e só se viabilizaram pela presença da Petrobras, empresa que tem ganhado enorme participação na geração elétrica brasileira nos últimos anos. Essas termoeletricas não vinham de um planejamento. Vinham como uma espécie de bóia, dado que um empreendimento termoeletrico é mais rápido que o hidrelétrico, é uma obra menor. Para o empreendedor o custo é obviamente menor, porque obra menor demanda um capital menor. Mas, para o consumidor, a energia é mais cara porque a geração de energia depende do combustível, caro e ainda mais com um preço incerto.

No passado, as muitas variações de preços dos combustíveis no mundo acabaram replicando no preço nacional. Então, não conseguimos ainda sair dessa armadilha. A maneira de fazer os leilões tem dado lugar a usinas termoeletricas que ganham a licitação com um artifício: como a termoeletricidade é complementar à hidroeletricidade no nosso país, onde não tem sentido ligar uma termoeletrica se tiver água disponível nos reservatórios, fica uma incerteza de quanto tempo essas termoeletricas vão operar por ano. Com isso, é feita uma declaração, uma presunção de que se concorre admitindo um tempo de geração às vezes pequeno, viabilizando um preço alto. Tem uma ordenada muito alta que é o preço, mais uma base muito pequena, relativa ao tempo que vai gerar. Multiplicando as duas, a base sai pequena: ela pode estar sendo vantajosa em relação ao empreendimento de preço menor. O problema é que, às vezes, base e tempo não são os declarados e ela se torna maior, que resulta em mais tarifas a serem pagas por nós.

Há problemas a serem resolvidos, como a inserção da termoeletrica e a viabilização da hidrelétrica, uma opção importante para o Brasil. É preciso ter em mente que não se trata de um problema ambiental e sim de enxergar sob outro olhar, ter uma nova visão das coisas.

Há alguns erros do passado que atingiram muito a população: o Movimento dos Atingidos por Barragem é um exemplo. É preciso estabelecer uma política que garanta não se repetirem esses erros. É o que está se tentando fazer. No fundo, as hidrelétricas que estão se viabilizando hoje são de reservatórios de água muito pequenos. São os casos de Jirau e de Santo Antonio – elas quase não inundam. Há um preço a pagar por isso. No futuro, terá menos capacidade de guardar a água dos períodos chuvosos para enfrentar períodos secos. Nós vamos diminuindo essa capacidade, o que acarreta mais problemas no planejamento. Em compensação, reduz impactos sociais e ambientais, não só ambientais propriamente, mas também sociais porque não precisa deslocar populações muito grandes.

Esta é a solução correta e é também o que se discute para a usina de Belo Monte, que seria levada a leilão em 2009, também uma hidrelétrica bastante grande. Lá há um problema ambiental, a necessidade de obter mais energia por metro quadrado de área tomada por reservatórios. Essa é a direção.

#### **PETRÓLEO E GÁS NATURAL**

Temos alcançado um grande êxito quanto ao petróleo e ao gás natural. O Brasil atingiu, de 2003 para cá, autossuficiência na produção de petróleo. A Petrobras se tornou uma empresa de importância muito maior no cenário mundial, até mesmo em razão da descoberta do pré-sal, que pode permitir às reservas brasileiras saltarem de uma faixa de 14 bilhões de barris para um número que talvez poderá chegar a 80 bilhões de barris. O que tem um significado enorme. O Brasil poderia eventualmente se tornar um exportador de petróleo.

O êxito no campo do petróleo é muito grande e a liderança da Petrobras é inegável. Ela é a empresa que orienta os investimentos no Brasil. A grande discussão em curso é da nova institucionalidade para a área do pré-sal. Nós adotamos o modelo de utilização de contratos de concessão nos quais a posse do petróleo produzido, uma vez retirado do subsolo, é da empresa que tem a concessão, e ela paga *royalties*. São pagamentos de participação especial, uma renda dirigida ao Estado brasileiro em diferentes níveis: federal, estadual e municipal. Discute-se sua permanência com a nova situação, em que a probabilidade de encontrar petróleo é muito grande, ou seja, o risco do investidor diminui muito na área do pré-sal, o que motivou o governo a retirar alguns campos específicos do último leilão de áreas para produção do petróleo.

O novo quadro admite uma solução razoável, a criação de uma nova empresa de petróleo dedicada ao pré-sal. Ela é razoável em princípio. Essa nova empresa deve ter liberdade de ação que lhe permita contratar a Pe-

trobras, a detentora da tecnologia. Não teria sentido ela ser uma substituta da Agência Nacional do Petróleo (ANP) na área do pré-sal, e acabar fazendo um leilão típico do próprio leilão do pré-sal, ser apenas uma espécie de detentora da reserva mas que a produção fosse, aleatoriamente, dada conforme resultado do leilão. Precisamos usar a vantagem comparativa do Brasil, no caso do petróleo, por ter desenvolvido uma tecnologia própria na vanguarda do mundo, a da produção em águas profundas. O modelo deve ser cuidadosamente modificado para dar mais vantagens ao Brasil do que o atual sistema de concessões – a ideia da partilha, da prestação de serviços, são as formas diferenciadas de se contratar a produção de petróleo. Porém, é imprescindível montar um sistema que privilegie a Petrobras, porque é a detentora da tecnologia e é vantajoso para o Brasil, tendo em vista sua geração de empregos qualificados no país, principalmente na área da engenharia, da geologia e da química.

O governo Lula, desde 2003, mudou a prática de contratação de plataforma de petróleo no exterior, voltou a dar prioridade à produção nacional, o que proporcionou um impacto enorme na indústria naval brasileira, criando novos polos de produção naval, como em Pernambuco. A Petrobras, ao conduzir o empreendimento do pré-sal, também fará mais encomendas da indústria naval brasileira. Portanto, a construção de uma nova empresa não pode ocorrer em detrimento da operação a ser feita pela Petrobras. A dificuldade de a Petrobras assumir diretamente a reserva do pré-sal é incompatível com a atual lei do petróleo. Enfrentar a mudança da lei pode ter ônus político, em particular diante das relações internacionais. Estamos nos afastando do mundo do neoliberalismo mas, infelizmente, *non troppo*.

Acredito numa boa solução. Há condições para o governo tomar uma decisão, apesar das pressões em sentido contrário do setor privado serem muito fortes para não mudar nada no modelo. A Petrobras sempre poderá fazer parcerias, pois ninguém imagina um país fechado, sem a presença dos grupos externos – mas que sejam parcerias em que o controle esteja nas mãos da Petrobras.

Temos também programas específicos referentes ao gás natural, que trouxe boas soluções, como no caso da importação do gás da Bolívia. Nesse campo, considero perfeita a condução pelo governo brasileiro da negociação com a Bolívia, que permitiu uma solução aceitável aos bolivianos, sacrificando até as duas refinarias da Petrobras que não tinham a menor importância para o país, e alguma importância para a Petrobras. Entretanto, como o presidente Lula declarou na véspera do 1º de Maio de 2009: “O Brasil é que tem que mandar na Petrobras e não a Petrobras mandar no Brasil”.

A nacionalização de duas refinarias da Petrobras pelo governo boliviano foi um direito de um governo soberano. E o abastecimento de gás para o Brasil não foi absolutamente prejudicado. Encontrou-se uma fórmula de remuneração adequada para a Bolívia. Ela não tinha alternativa para escoamento do gás além da do mercado brasileiro, o que é muito semelhante à energia elétrica de Itaipu, à qual também o governo está dando uma solução diplomática. O pleito do Paraguai, como o boliviano, é correto no sentido de buscar melhores vantagens para o seu país. Há, de fato, uma dívida da usina e ela pode ser renegociada de alguma forma, porque a dívida o Brasil absorveu e, portanto, a binacional Itaipu deve à Eletrobrás e ao Tesouro Brasileiro cerca de 19 bilhões de dólares, uma amortização feita com a própria receita da usina. Tanto a parte brasileira quanto a parte paraguaia. A venda da energia paraguaia ao Brasil consta do acordo e também, como no caso da Bolívia, não existem essas opções, não há linha de transmissão do Paraguai para o Chile, nem do Paraguai para a Argentina. Vejam as hipóteses feitas pelo Paraguai: ele queria passar pelo Brasil e vender energia para a Argentina em pequena quantidade, ou que o Brasil fizesse uma linha de transmissão para vender energia ao invés de fornecer para o Brasil – uma insensatez, porque não é cabível pedir a um país que ajude a financiar uma perda, se não terá ganho na negociação.

O governo brasileiro está tentando fazer outras propostas de investimento no Paraguai, sugerindo a mudança no prazo de pagamento da dívida ou do valor da energia. Contrariamente ao que o Paraguai defende, o valor da energia não é muito baixo, mas foi muito alto no passado. Hoje a energia paraguaia é vendida no país por 45 dólares o megawatt/hora. Essa tarifa que vem ao Brasil, a parte que o Paraguai não usa, é mais de 90% da parcela que corresponde a eles. Desta, metade já é brasileira e a outra metade paraguaia, quase toda vem para o Brasil por falta de mercado no Paraguai. O valor de 45 dólares convertido em reais dá uma média de R\$ 90,00 por megawatt/hora. Se compararmos com Jirau e Santo Antônio, estas ficam na faixa de R\$ 78,00 por megawatt/hora. É mais cara que outras usinas, mas ainda é mais barata que as termoeletricas.

Pessoalmente, sou contra as termoeletricas, não podemos justificar um erro com outro, pois estamos pagando caro demais pela energia termoeletrica. Então, na questão do Paraguai, o Brasil procura uma solução semelhante à da Bolívia: beneficiar o Paraguai em alguma medida, porém é impossível atender tudo aquilo que propõe.

## O ALCÓOL

O álcool deixou de ser uma energia alternativa para se tornar uma energia comercial de grande escala. A energia do álcool, nessa grande dis-

cussão mundial, está inserida na questão do clima. Sou o secretário executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, do qual a senadora Marina Silva participou muito e tem participado, e cujo presidente é o presidente da República. Em recente conversa comigo, o presidente se mostrou muito interessado em ir pessoalmente Conferência de Copenhague. O álcool é uma chave no mundo para isso. Não é uma solução milagrosa, ou única, mas é uma das soluções.

O álcool brasileiro tem imensa vantagem, porque dispõe de bagaço de cana em tanta quantidade que permite toda a produção do álcool, usando a queima do bagaço na destilação ou o bagaço na geração elétrica para a própria usina. Com isso não há gasto de combustível fóssil quase nenhum para produzir álcool. É diferente do álcool de milho norte-americano, que traz prejuízos – o governo acabou de desclassificar como prioridade, considerando que este produto contribui para o aquecimento da Terra, para a mudança do clima – porque exige queima de combustível fóssil.

A partir de 2003, houve um incentivo e uma retomada de fato na utilização do álcool com o carro *flex*. Pegando a curva de álcool para fins automotivos no Brasil, ela vinha em decréscimo enorme e, a partir de 2003, voltou a crescer. O carro *flex* não é carro a álcool: é álcool ou gasolina, alternativa para o consumidor voltar a comprar o carro a álcool. Porque, antes, nós usávamos o álcool como aditivo, e isso nunca deixou de ser usado, até houve crescimento no percentual. Mas deixamos de comprar o álcool, por quê? Foi um erro do passado, bem antes da fase neoliberal. Nesta fase, o álcool foi abandonado à própria sorte e, com o crescimento do preço internacional do açúcar, a cana foi desviada para o açúcar indevidamente.

Lá nos idos de 1990, tivemos uma crise de abastecimento do álcool. Então, os automóveis a álcool passaram a usar uma mistura ternária de metanol importado, gasolina e álcool. Na época, desmoralizaram completamente o álcool, e as pessoas se distanciaram deste tipo de veículo. As vendas de carro a álcool, que tinham ultrapassado 90% das vendas de carros novos no Brasil, caíram para menos de 5%, quase que sustentada somente pelo governo de São Paulo, que mantinha carros a álcool. Isso mudou com o *flex*, a partir de 2003, e de fato hoje mais de 50% do consumo de veículos de motor OTO (motores que usam gasolina e podem usar álcool) é do álcool. E hoje tem sido objeto de interesse mundial, como tive oportunidade de ver na China e no Japão. Há um olhar para o álcool brasileiro como uma possível *commodity* mundial, elemento de uma política do governo, em que o Itamaraty está envolvido. A Petrobras criou uma empresa específica para biocombustível que tem como uma das preocupações viabilizar a exportação do álcool.

Entre as observações finais a respeito: é interessante o Brasil poder exportar álcool e poder exportar petróleo, se muito for achado no pré-sal, como todos esperamos. Contudo, não devemos colocar todas as nossas cartas na mesa nesse tipo de produção econômica. A diversificação da pauta de exportação é essencial. Ser um grande produtor de uma coisa só não é bom negócio – veja a situação do Iraque. Nós devemos ter tanto uma política para o álcool como uma para o petróleo, mas sem procurar ser um grande exportador desses produtos. Devemos, sim, estabelecer uma pauta diversificada que permita também empregos diversificados.

A produção de álcool tem problemas no corte da cana, que está passando do manual para mecanizado, o que é racional do ponto de vista econômico mas tira parte dos empregos. Ainda precisamos discutir se é conveniente esse tipo de emprego de cortador de cana. Façamos uma comparação com a utilização do lixo na geração elétrica. O lixo é outra grande fonte de energia da biomassa para geração elétrica, fonte que usamos pouquíssimo. Mas se fizer isso, vamos tirar o emprego do catador de lixo. Agora, emprego informal de catador de lixo, é um objetivo nosso? Não. É melhor passar a usar o lixo para gerar energia elétrica e arrumar outro tipo de emprego para os atuais catadores.

### UM POUCO SOBRE AS ENERGIAS ALTERNATIVAS

As energias alternativas têm grande importância na matriz energética brasileira. Houve uma boa iniciativa do governo, na qual ainda participei, o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), que colocou 3,3 gigawatts de energia eólica, de biomassa, de pequenas centrais hidrelétricas. Pequenas centrais hidrelétricas são êxito total. Porém, não como os meus amigos do lado ambiental pensam, de que podem resolver o problema brasileiro, porque temos centro de cargas, somos um país concentrado. Existe uma população concentrada em apenas algumas cidades. Para uma parte dela, para a população distribuída, que não está em grandes cidades, há muitas soluções que poderiam ser adotadas, entre elas a Pequena Central Hidrelétrica (PCH). Até a Petrobras, pois a BR é hoje uma empresa que está nesse negócio. Quem está pouco nisso é a Eletrobrás, repito porque ela sofreu uma inibição, que deve ser mudada.

Outras forma de energia alternativa que o Brasil poderia usar muito melhor é a biomassa, em particular o bagaço de cana. Usamos menos bagaço do que poderíamos. Houve um leilão dedicado ao bagaço de cana mas, devo confessar, que a participação foi muito menor do que se esperava. Não é que o bagaço de cana seja um milagre, mas ele é produzido com o álcool e com o açúcar. E como a produção de álcool tem crescido muito – é outra energia que

deixou de ser alternativa, porque o álcool virou uma grande forma de energia –, o bagaço de cana é disponível e poderia ser mais bem utilizado com a mecanização do corte, evita-se a queima do canavial e sobra mais biomassa, capaz de ser usada como fonte de energia térmica.

A energia eólica está muito cara no Brasil. Mesmo assim é preciso criar uma política para ela, que pode ser inclusive uma complementação da energia hidrelétrica, ao invés de ser só a termoelétrica. É um setor que merece mais atenção. Hoje está previsto um leilão só de energia eólica, é um passo além daquele do Proinfa de 2004.

A energia solar, por sua vez, tem um papel muito diferenciado. Ela podia entrar com uma política em grande escala no aquecimento da água, o que está contemplado no plano de habitação Minha Casa, Minha Vida. É muito caro para uma pessoa que já tem sua casa e pode comprar um chuveiro elétrico por R\$ 30,00 instalar um coletor solar. Agora, se for o caso de instalar em um edifício, o percentual do custo para um coletor solar é relativamente pequeno. Então esta é a filosofia no grande projeto de construção de habitação que está em curso no governo, incluir os coletores solares num percentual elevado das novas residências.

Outro ponto a abordar diz respeito à conservação de energia. Há um plano correto do governo sobre substituição de geladeiras que permitam economia da energia na refrigeração de alimentos domésticos, outra série de outras iniciativas poderiam ser tomadas de eficiência energética.



**MARINA SILVA****UMA POLÍTICA DE PAÍS**

Fui uma das primeiras pessoas chamadas pelo presidente Lula para compor sua equipe ministerial, logo após sua vitória, em 2002. Sinto-me honrada e agradecida por ter trabalhado como ministra do Meio Ambiente por cinco anos, quatro meses e 14 dias, entre janeiro de 2003 e maio de 2008. Logo no início estabelecemos que o melhor caminho para realizar nossos sonhos de mudança na área ambiental era o de não nos conformar em traçar uma política apenas para o nosso governo, mas uma política para o país.

As políticas públicas requerem um processo de aperfeiçoamento em constante transformação. E, para implementá-las, há que se ter a perspectiva de longo prazo, pois os resultados na área ambiental não surgem rapidamente. A pergunta que fazíamos era: quais são os elementos orientadores dessa política que podem unir todo o governo, a sociedade, as empresas, enfim, todos os setores? Em resposta, elaboramos quatro diretrizes.

A primeira delas, controle e participação social. Um país de dimensões continentais e imensas riquezas naturais como o Brasil, torna imprescindível a inserção e participação da sociedade para contribuir efetivamente com a formulação, a implementação e a correção das políticas. Por isso, realizamos três grandes conferências, com a participação de mais de 265 mil pessoas no conjunto; e outras três para o público infanto-juvenil, que mobilizaram 13 milhões e 700 mil jovens, adolescentes e participantes da comunidade escolar.

A segunda diretriz foi estabelecer uma política de desenvolvimento sustentável. Apesar de rico em recursos naturais, o Brasil ainda contrasta todas essas riquezas com números inaceitáveis nas áreas de saúde, educação, moradia. Uma agenda que todos conhecem. E um modelo de desenvolvimento que não se traduza em melhoria da qualidade de vida das pessoas não está a serviço

da população brasileira. Desenvolvimento sustentável significa integrar numa mesma equação desenvolvimento econômico e preservação. Não se trata de dizer apenas o que não pode ser feito em termos de desenvolvimento. Trata-se, isto sim, de dizer como pode e deve ser feito.

Mesmo que não se queira, é impossível viver numa sociedade sem “senões”. Quando se diz que pode ter hidrelétrica, desde que... Pode ter transgênicos, desde que... Pode ter agricultura, desde que... isso é levar em conta a crise ambiental que o mundo está vivendo, tomando os cuidados necessários para não comprometer as bases naturais desse desenvolvimento. Mas qual é a tradução feita pelo senso comum? Qual é a tradução feita por aqueles que, a ferro e fogo, querem combater essa agenda? É a de que se está contra as hidrelétricas, contra a ciência, por causa dos regramentos necessários para o cultivo dos transgênicos, contra a agricultura. Faz-se um debate empobrecido e que, não raro, pode produzir incompreensões.

É fundamental ter uma agenda de desenvolvimento sustentável. Os países ricos podem estabilizar suas economias, por já terem atendido às necessidades básicas da população. Mas a África, a Ásia e a América Latina não podem fazer isso. Nós temos que continuar crescendo com equidade e distribuição de renda. Um desenvolvimento com o objetivo de gerar qualidade de vida.

A terceira diretriz foi o fortalecimento do sistema nacional do meio ambiente. Quando assumi a pasta ambiental do governo Lula, o Brasil tinha 300 mil hectares de florestas certificadas. Quando saí do governo, em maio de 2008, eram três milhões de hectares. Foi feito algum grande investimento? Não. Mas apostamos firme na fiscalização e, posteriormente, no aprimoramento do marco regulatório. Com as operações do IBAMA e da Polícia Federal, prendemos 725 pessoas que praticavam crimes ambientais. Desconstituímos 1.500 empresas criminosas, aplicamos R\$ 4 bilhões em multas e, junto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, inibimos 37 mil propriedades irregulares na Amazônia. O que, muitas vezes, nem é tido como mérito, mas como demérito. Como se fosse um pecado, como se fosse um obstáculo ao desenvolvimento. Pergunta-se, que desenvolvimento?

Fortalecer o sistema nacional de meio ambiente significa ter um mecanismo estruturado, com quadros técnicos de carreira, razoavelmente bem remunerados, com condições adequadas de trabalho. Com uma gestão moderna e eficiente, trabalhando em parceria com os governos dos estados, com a sociedade e com um forte sistema de monitoramento. Como o que foi criado por nós, um monitoramento quase em tempo real por meio de satélites.

Com essa nova atitude, o setor florestal sustentável cresceu e gerou empregos. O manejo florestal melhora a economia, pois não explora a ma-

deira de qualquer jeito e impede a ilegalidade. Com isso, o empresário que atua legalmente pode ir, montar suas máquinas, fazer seu plano de manejo e ter competitividade. Antes não tinha porque competia com quem rouba madeira da terra dos índios, invade as unidades de conservação e demais áreas florestadas.

Por último, a quarta diretriz: política ambiental transversal ou integrada. É um erro imaginar que o meio ambiente deve ser tratado isoladamente em um ministério, ou numa secretaria; seja na prefeitura ou nos estados. Como se o ministério fosse a ONG do governo, cujo papel é de correr atrás dos prejuízos causados pelos outros setores de governo.

Nossa opção sempre foi a de colocar o meio ambiente como uma variável transversal, capaz de permear todas as ações de âmbito governamental, mesmo os que, de pronto, não aparentam ter relação entre si. Assim deve ser a dinâmica interna do governo. Nas hidrelétricas do Madeira, para ilustrar, havia a discussão de se fazer ou não três barramentos. A decisão afetaria a Bolívia no momento em que já havia uma discussão referente a importação de gás. Imagine acrescentar uma hidrelétrica? Por isso, dissemos: “não vamos fazer o terceiro barramento, senão não vai sair nenhum dos três empreendimentos”.

Existia ainda a proposta do Ministério dos Transportes de fazer uma eclusa que afetaria as altas áreas preservadas do alto Madeira. Decisão bancada posteriormente, obviamente, por quem poderia fazer: o próprio presidente Lula.

A ideia sempre foi essa: fazer uma política ambiental transversal, dentro dos vários setores de governo. Na energia, na educação, no transporte, na habitação, em todas as áreas. E quem sabe, um dia, nem se precise mais de um Ministério do Meio Ambiente.

Essas quatro diretrizes são atemporais. Se perguntarmos em uma assembleia “Quem é a favor de controle social? Do fortalecimento do sistema nacional de meio ambiente?”, todos respondem que são. “E do desenvolvimento sustentável? E de uma política ambiental integrada?”, todo mundo é. Então, a partir desse entendimento, fizemos uma série de coisas, como por exemplo: a realização das Conferências Nacionais de Meio Ambiente, a elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Tradicionais, elaboração do Plano BR-163 Sustentável, do Plano Nacional de Recursos Hídricos e do Plano Nacional de Combate à Desertificação.

Quando assumimos já havia a decisão da administração anterior de fazer a BR-163. Um consórcio privado, 18 prefeituras e dois governos de oposição defendiam a obra. Um investimento de altíssima complexidade ambiental. Uma estrada no coração da Amazônia poderia ser feita sem nenhum cuidado

ou governança ambiental. Só com o anúncio da iniciativa, em 2002, o desmatamento aumentou 500% em alguns municípios daquela região. A pressão estava no limite. Os governadores e o Ministério dos Transportes queriam fazer a estrada. Mas não podíamos permitir que fosse feito daquela forma. Primeiro, não estava correto. Segundo, a obra seria embargada na Justiça. Terceiro, nós não poderíamos, no nosso governo, realizar o primeiro empreendimento grande e emblemático na Amazônia, como sempre fizeram.

Todas as estradas feitas anteriormente na Amazônia não tinham governança ambiental. Com isso, cerca de 50 km de cada lado da estrada ficavam praticamente destruídos. Sem falar nos conflitos sociais gerados. Esse era o rastro de destruição da Amazônia, fruto de ações mal empreendidas. Então, não podíamos fazer assim. Com o apoio do presidente, elaboramos o plano de desenvolvimento sustentável da BR. Levou dois anos e abrangeu 24% da Amazônia. Um trabalho conjunto de 22 ministérios. E demos a licença prévia sem nem uma objeção da sociedade civil ou do Ministério Público. Criamos um consórcio socioambiental para acompanhar a implementação do plano e também para evitar que a grilagem continuasse a campear. Criamos oito milhões de hectares de unidades de conservação ao longo da BR. Em toda a Amazônia foram homologados 10 milhões de hectares de terra indígena. Foi criado o Distrito Florestal Sustentável, entre muitas outras coisas. Com isso, foi praticamente estancada a corrida destruidora e o desmatamento caiu 91% na região entre 2005 e 2007.

A Licença Prévia foi dada, mas o Ministério do Transporte só foi pedir a licença de instalação da BR-163 mais de um ano depois. Antes, ela era exigida imediatamente, com urgência, porque senão “a casa cairia”, “o mundo se acabaria”. Após o Plano, as prefeituras desistiram do consórcio privado e as empresas e os governos já nem falavam muito na BR. Por quê? Porque, com o plano, se acabava com a perspectiva de grilagem. O interesse estava na apropriação das terras ao longo da estrada. Pessoas de Rondônia, do Mato Grosso, do Pará, vendendo suas terras para irem para lá. Existia até uma empresa fantasma vendendo terras daquela região na internet. Uma área de dois mil hectares. Imagine o que isso significaria caso esse esforço não tivesse sido feito. Atualmente, parece-me que a implementação do Plano está deixando muito a desejar.

Outro exemplo que poderia citar é o Plano Nacional de Recursos Hídricos, considerado por muitos como um plano invejável. O Brasil já tem uma lei de recursos hídricos e o plano está sendo implementado.

Trabalhamos muito para a criação da Lei de Gestão de Florestas Públicas. Sem uma lei dessas, seria impossível termos o uso sustentável das florestas.

Em seguida, criamos o Serviço Florestal Brasileiro, visando uma adequada gestão das políticas de incentivo, e também o Instituto Chico Mendes, para cuidar das unidades de conservação. Isso possibilitou a criação de 24 milhões de hectares de unidades de conservação – uma área maior que a França – sendo que o Brasil tinha, à época, 70 milhões de hectares de unidades de conservação federais. Aliás, dimensão que compreendi quando visitei Israel, que tem uma área de dois milhões de hectares onde habitam sete milhões de pessoas.

Para além da importância ecológica, as unidades de conservação são também estratégicas do ponto de vista social e econômico. Existem várias modalidades de unidades de conservação, entre elas as de uso sustentável e as de proteção integral. Dentre as de proteção integral estão os parques nacionais, que podem ser visitados, gerando grandes oportunidades. Nas unidades de conservação de uso sustentável, por exemplo, estão as reservas extrativistas e as florestas nacionais. Pode-se fazer a exploração direta dos recursos naturais e dos serviços ambientais de forma cuidadosa e sustentável. Existem ainda as Áreas de Proteção Ambiental, onde o uso dos recursos naturais pode ser feito de modo mais intensivo quando comparado com as outras modalidades de unidades de conservação.

Com essa visão, começamos a pautar a questão ambiental no centro do processo e da dinâmica de governo, perpassando todos os setores. E foi assim que, no meu entendimento, trabalhamos políticas muito estruturantes. Dentre as quais eu destacaria a política nacional de florestas como exemplo.

O Brasil explora florestas há, no mínimo, 400 anos. E de 1 milhão e 300 mil km<sup>2</sup> de Mata Atlântica originais, só restam 7%. Já perdemos quase metade do Cerrado, quase 18% da Amazônia e uma porção significativa da Caatinga. Mas somente há três anos temos uma Lei de Gestão de Florestas Públicas. Como isso pode acontecer, num país como o nosso, que ainda tem 60% do seu território coberto com florestas, que abriga a maior floresta tropical do planeta, e tem a maior população de floresta, formada por índios e populações tradicionais?

Nossa gestão resolveu equacionar essa questão. Primeiro, para que as florestas continuassem florestas e públicas, interrompendo um vácuo legal que abria margem para a grilagem e para a exploração das riquezas naturais. Iniciamos, em 2004, um processo sofisticado e participativo de elaboração do melhor projeto de lei possível, a partir das lições aprendidas com experiências internacionais e na sociedade brasileira. Tivemos que enfrentar resistências corporativas que não queriam nem ouvir falar na criação do Serviço Florestal Brasileiro, nem de concessões onerosas em florestas públicas. Ainda assim, aprovamos o projeto de lei no Congresso Nacional a duras penas. Logo depois

passamos à implementação. Para se ter uma ideia, foi necessária a edição de três decretos, cinco resoluções, duas portarias, uma instrução normativa e um contrato de gestão.

Um pioneiro trabalho de pesquisa foi realizado no primeiro ano do Serviço Florestal: a criação do primeiro cadastro nacional de florestas públicas, que conseguiu cobrir 22% do território brasileiro. Já na primeira versão, cadastramos quase 200 milhões de hectares, sendo 92% na Amazônia. O cadastro revelou mais de 25 milhões de hectares de florestas públicas ainda sem destinação. Realizamos o Primeiro Plano Anual de Outorga para dar conhecimento ao público da descrição de todas as florestas públicas que poderiam ser submetidas ao processo de concessão para exploração de recursos madeireiros e não-madeireiros. E concluímos todo o processo da primeira licitação pública para a Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia.

#### AMAZÔNIA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para tratar de desenvolvimento e sustentabilidade ambiental, escolhi alguns temas: Amazônia, matriz energética, transporte, infraestrutura e produção de alimentos. São os pontos emblemáticos para pensarmos o modelo de desenvolvimento sustentável. Pois envolvem todo o conjunto da obra.

A Amazônia é emblemática. Todo o processo de ocupação se deu dentro da visão de que era um vazio demográfico, um deserto verde que precisaria ser ocupado, independente da forma. Na época da ditadura o lema era ‘integrar para não entregar’. Durante muito tempo esse processo existiu dentro da visão de que se deveria se repetir na Amazônia o que tinha acontecido nos outros biomas brasileiros, ou seja, implantar o mesmo modelo de desenvolvimento “na” Amazônia e não um modelo “da” Amazônia. Visão que implicava transportar a realidade do Sul e do Sudeste para ‘aquele lugar ermo, com pouca gente e, ainda assim, preguiçosa’. Assim eram tratados os índios e os ribeirinhos. A ideia de um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia presuppõe que suas forças endógenas sejam consideradas em sua dinâmica social, cultural e as peculiaridades de seus ecossistemas.

E foi assim durante muitos anos. Até começar, no final da década de 1970, início da década de 1980, um movimento de contestação ao antigo modelo de desenvolvimento, deixando claro que, se implantado, a Amazônia deixar de ser o que é. O que destruiria também os seus povos, as suas comunidades. Isso teve início com Chico Mendes, que começou a trabalhar a ideia de que era possível desenvolvê-la protegendo a floresta e as suas comunidades.

Quando chegamos ao governo, a primeira ida do presidente Lula à Amazônia foi para o estado do Acre, que era governado pelo Jorge Viana. Eu disse:

“Presidente, não vamos para a Amazônia fazer as mesmas coisas que sempre fizeram. Os governadores faziam a política do pires na mão, sem uma coesão estratégica e com visão fragmentada.

No fim, a visita resultou no anúncio da criação de um programa de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, que mais tarde ficou denominado de Plano Amazônia Sustentável, o PAS. O ministro da Integração Nacional, à época, o Ciro Gomes, ajudou muito.

No dia 26 de maio de 2008 o plano foi lançado. Foram cinco anos de intenso trabalho para que ele fosse idealizado dentro desta visão de modelo de desenvolvimento para a Amazônia. Que fosse capaz de comportar o que há de melhor da tradição com o melhor da modernidade; capaz de fazer um encontro com esses 30 anos de luta por uma mudança de modelo de desenvolvimento. Que tornasse possível ter pecuária, turismo e agricultura, assim como exploração de madeira e da biodiversidade de maneira sustentável.

Pensar o desenvolvimento sustentável da Amazônia é ter como pano de fundo uma estratégia de ordenamento territorial e fundiário, uma estratégia que seja capaz de viabilizar arranjos produtivos locais e que dê conta da diversidade econômica, social e cultural. Pela grandiosidade territorial, não há como ter modelos homogêneos na Amazônia. Ela é diversificada em seu ecossistema, na sua população. Não dá para ter só cultivos homogêneos ou só pecuária extensiva ou só exploração madeireira ou, ainda, somente extrativismo. A Amazônia é o espaço da diversificação e assim devem ser as alternativas econômicas ali implantadas. Tem lugar para todo mundo.

A Amazônia já possui 165 mil km<sup>2</sup> de área abandonada ou semi-abandonada. Segundo o ministro da Agricultura, se usarmos corretamente essas áreas, aplicando tecnologias que já estão disponíveis na Embrapa – que são simples, como por exemplo, manejo de pastagem, recuperação de área degradada e manejo do rebanho –, não precisaríamos derrubar nenhuma árvore a mais. E já existem diversas pessoas praticando esse modelo sustentável, comprovando sua viabilidade econômica. Mas para serem adotados em larga escala na Amazônia e nos demais biomas, faltam ainda políticas públicas de incentivo. Essa transformação estrutural na qualidade do processo de desenvolvimento era o objetivo do PAS.

O Plano que nós debatemos tinha cinco eixos estruturantes: ordenamento territorial e fundiário, desenvolvimento científico e tecnológico, infraestrutura para o desenvolvimento sustentável, combate às práticas ilegais e inclusão social. Sabíamos que não podíamos continuar seguindo o caminho mais fácil, que tantos prejuízos econômicos, ambientais e sociais já provocaram. Era preciso reverter um processo de 300 anos. E isso não se

faz da noite para o dia. Como diz o pensador Edgar Morin: “no começo a mudança é apenas um pequeno desvio”.

Mas, entre esses eixos, o mais importante era o do ordenamento territorial e fundiário. Nesse ponto, iniciamos uma grande mudança. Eu e o Guilherme Cassel, ministro do Desenvolvimento Agrário. Conseguimos criar 24 milhões de hectares de unidade de conservação na frente da expansão predatória. E como já mencionei anteriormente, uma portaria do INCRA inibiu boa parte da grilagem e, por fim, os processos de fiscalização tiveram excelentes resultados.

Depois que saí, veio a medida provisória (MP 458/2008) para tratar da regularização fundiária na Amazônia. Foi encaminhada para o Congresso Nacional pelo governo e aprovada. Foi a pior coisa já feita para a Amazônia desde a ditadura militar.

Só que na época da ditadura militar não existiam 25 milhões de pessoas vivendo lá. Não havia tantas estradas, não existia energia, comunicação. Não existia o potencial de destruição para a floresta e suas populações que temos hoje, mesmo assim foi feito um grande estrago. Só havia um grupo de jovens sonhadores que acreditaram, durante 30 anos, que iriam ganhar o governo para fazer a diferença, não para legitimar o que já estava lá. Um grupo que, em grande parte, morreu lutando pela causa: Chico Mendes, padre Josman, irmã Dorothy, Wilson Pinheiro, Ivair Gino, Callado, Elias e tantos outros que não tenho como citar aqui. Eles acreditavam que seria tudo diferente.

A MP 458/2008 desconsiderou dois elementos fundamentais: a necessidade de estar vinculada ao ordenamento territorial e o combate à grilagem. Não condicionou o processo à realização do zoneamento ecológico e econômico, que é um dos mais importantes instrumentos de ordenamento do uso do território. Não valorizou os estados que já haviam feito seu dever de casa, como Acre e Rondônia (neste caso, não havia sido ainda implementado) e que agora poderia ser incentivado a fazê-lo. A maioria dos estados da Amazônia está em fase de finalização dos seus zoneamentos, mas o governo perdeu uma ótima oportunidade de acelerar ainda mais esse processo. Desvincular o processo de regularização fundiária do zoneamento é desconstituir, na prática, o instrumento. Se ele não é usado para estabelecer onde deve ou não ter ocupação reconhecida ou estimulada, para que mais há de servir?

O dia mais triste da minha vida foi quando a minha mãe morreu, seis meses depois da morte de minhas duas irmãs, que haviam morrido com diferença de duas semanas. E quinze dias antes da minha mãe falecer, morreu meu tio Xamã – que eu amava muito – e também tinha falecido meu primo, todos

afetados por um surto de malária e sarampo, fruto do processo de pavimentação da BR-364, que passava pelo seringal Bagaço, onde morávamos.

O segundo dia mais triste foi quando o Chico Mendes foi assassinado, e o terceiro mais triste foi quando essa medida provisória foi aprovada. Foi uma derrota, a pior derrota, a mais acachapante entre todas anteriormente sofridas pela Região Amazônica. Com a aprovação da MP pelo Congresso, estão privatizando 67 milhões de hectares de terras na Amazônia, o que equivale um patrimônio de R\$ 70 bilhões.

Eu sugeri oito emendas ao projeto. Uma delas limitando o processo de regularização até quatro módulos fiscais (400 hectares). Isso beneficiaria 81% dos posseiros na Amazônia, que ficariam com aproximadamente 8 milhões de hectares, desses 67 milhões. Isso equivaleria a cerca de R\$ 8 bilhões de reais em patrimônio público. Mas resolveram também incluir as médias propriedades, entre 400 e 1.500 hectares. Elas representam 12% do total de posseiros e demandam cerca de mais 8 milhões de hectares, no valor aproximado de R\$ 8 bilhões do patrimônio brasileiro. Mas com a falta de um processo de varredura para separar quem tem direitos legítimos dos que praticaram crimes de grilagem, ficou em aberto a possibilidade para que aqueles com posse acima de 1.500 hectares possam regularizar essas terras, a partir do uso de uma profusão de meios ilícitos, como, por exemplo, a utilização de “laranjas”. Ressalte-se que acima dos 1.500 hectares concentram-se 6,9% do total de posseiros que, por sua vez, controlam 49 milhões de hectares; o equivalente a R\$ 54 bilhões do patrimônio do povo brasileiro.

O patrimônio do Banco do Brasil era de R\$ 18 bilhões em 2007. Portanto, a transferência de terras públicas para esses latifundiários seria o mesmo que transferir o montante financeiro do patrimônio de quatro Bancos do Brasil. Agora, nenhum brasileiro pode chegar ao Banco do Brasil e dizer que veio pegar sua parte daquele patrimônio público. Mas, historicamente, um grupo de pessoas tem se beneficiado exatamente dessa prática: se apropriam das terras públicas e fica por isso mesmo. Não me refiro aqui aos posseiros que foram para a Amazônia estimulados pelo poder público ou daqueles que ocuparam terras de forma mansa e pacífica, conforme estabelecido em nossa legislação agrária. Nesses casos, porém, muitos dos que serão beneficiados pela MP são espertos, outros, reconhecidamente bandidos, que saíram de suas regiões para a Amazônia e se apropriaram de terras públicas matando, violando direitos e provocando conflitos fundiários extremamente graves. Lamentavelmente, esses, agora, serão recompensados com o título de legalidade da terra, passando a ter acesso a crédito público e outros benefícios. Isso porque há um dispositivo na medida provisória dispensando a vistoria, pois o processo é

autodeclaratório. Durante debate da MP, em que chamei a atenção para esse aspecto, a resposta dada era de que toda vez que houvesse uma denúncia, a vistoria seria feita. Ora, se quando não havia nenhuma expectativa de posse quem denunciava era ameaçado de morte ou morto, imagine agora com tudo o que está em jogo.

Para que se tenha uma ideia da gravidade dessa situação, quero compartilhar alguns dados publicados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), recentemente. De 1998 até 2008 ocorreram 1.384 conflitos envolvendo dois milhões de pessoas; 253 assassinatos, 256 tentativas de assassinato; e hoje, na Amazônia, 1.377 pessoas estão ameaçadas de morte. Essa medida provisória partiu do princípio de que o que está lá é fato consumado.

Não dá para falar em desenvolvimento sustentável teoricamente. É preciso ter consequência prática. Tem que ser um projeto integrador em todos os setores: na questão urbana, ambiental, florestal etc. A mudança é feita assim, como se fosse um sistema vivo, que tem subsistemas. Quando você altera uma parte do sistema, altera todo o resto.

Pensar no desenvolvimento sustentável da Amazônia, que corresponde a 60% do território brasileiro, é dar conta da equação de como desenvolver preservando e como preservar desenvolvendo, corrigindo todas as anomalias praticadas no passado e prevenindo as futuras.

### ENERGIA, TRANSPORTES, LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Na política energética venho fazendo um apelo à sociedade brasileira por sustentabilidade política, para que o governo do presidente Lula mantenha a questão ambiental como algo importante para esse século. É um dilema civilizatório. O Brasil tem todas as condições de liderar esse processo, pois tem 45% de sua matriz energética renovável. A Inglaterra, para se ter uma ideia, tem 4%. Não somos capazes de perceber sequer que o Brasil evitou a emissão de 2 bilhões de toneladas de CO<sup>2</sup>, reduzindo o desmatamento da Amazônia com o plano de combate ao desmatamento. Não se consegue valorizar essas conquistas. E, ao invés de andar para frente, se quer andar para trás. Há uma série de leis tramitando no congresso com essa finalidade e o Plano Decenal de Energia prevê um aumento considerável de usinas térmicas a óleo.

É fundamental que se tenha um processo de transporte que seja repositado para o contexto das mudanças climáticas. Precisamos ampliar a oferta de transporte público de qualidade, e que empregue combustíveis menos poluentes. Precisamos também certificar os biocombustíveis, para que outros países possam contar com veículos *flex*, como aqui no Brasil. Para isso, temos que apostar também no zoneamento da cana, que assegure

a questão da segurança alimentar e a proteção dos biomas, o qual finalmente foi anunciado pelo governo, mas que precisa ser sustentado durante a tramitação no Congresso Nacional. Além disso, é fundamental que se estabeleça um processo crível de certificação para a produção de biocombustíveis. Se não certificarmos o etanol brasileiro, perderemos um mercado expressivo, como os de países europeus.

Pensar numa política de energia renovável e segura é diversificar a matriz energética brasileira cada vez mais. É certificar-se da sustentabilidade dos biocombustíveis nos aspectos sociais e ambientais. O Brasil tem uma janela de oportunidade de 10 a 20 anos para produzir biocombustíveis. Porque em seguida virão os biocombustíveis de segunda e de terceiras gerações, como, por exemplo, o álcool de celulose. O Brasil investiu durante 30 anos nessa tecnologia e por isso agora está apto a aproveitar as oportunidades. Se partirmos já para a certificação, podemos aproveitar essa janela de oportunidade e ajudar a melhorar o planeta e a condição de vida dos povos pobres que habitam países em desenvolvimento na África, América Latina e em algumas regiões da Ásia.

O presidente Lula não quer ser a Opep dos biocombustíveis. Quer auxiliar o desenvolvimento desses países. É ético e legitimamente correto que o Brasil transfira tecnologia e conhecimento para eles. Mas, além disso, precisa transferir também os processos de governança, para que a produção possa ter a mesma qualidade civilizatória. Ou seja, que se possa produzir combustível com o mesmo padrão socioambiental e que não seja só mais um meio de ganhar recursos, mas que seja também uma contribuição para o planeta e para a solução dos problemas sociais.

O Brasil reúne condições ímpares para se consolidar como líder na produção de energia renovável e segura. A hidroeletricidade é responsável pela maior parte da energia elétrica gerada no nosso País. Mas o Brasil também possui um potencial enorme de geração de energia a partir de outras fontes renováveis, como a biomassa, a eólica e a solar. No entanto, a opção estratégica que o governo tem feito é investir minimamente nessas fontes e apostar fortemente nas termoeletricas e na geração de energia nuclear. O que considero um equívoco tremendo. As termoeletricas sujam nossa matriz e a energia nuclear ainda é extremamente cara e pouco segura. Embora, no atual estágio de desenvolvimento tecnológico, as fontes alternativas sejam ainda consideradas caras, elas tem a incomparável vantagem de serem seguras. No caso da hidroeletricidade, o Brasil tem um enorme potencial, que deve ser inventariado e aproveitado de acordo com critérios de sustentabilidade. Sabendo-se, claro, que em alguns empreendimentos será necessário o uso de tecnologias especiais, com arranjos

específicos para evitar ou minimizar os impactos socioambientais. E que outros não poderão ser utilizados, comprovada a inviabilidade socioambiental.

Lamentavelmente, no setor elétrico, parece haver pessoas que não aceitam os senões. Existe a cultura por meio da qual devemos sair imediatamente para o fazer. E toda a desqualificação é atribuída ao setor ambiental. O processo de discussão do licenciamento ambiental das hidrelétricas do Rio Madeira foi muito difícil. As pessoas entendem que um projeto de engenharia não pode acontecer enquanto não forem resolvidos os problemas de engenharia. Mas não atribuem a mesma importância aos aspectos sociais e ambientais relacionados aos projetos. Na maioria das vezes, querem que esses aspectos sejam ignorados ou tratados com superficialidade. No caso específico do Madeira, foram identificados problemas como a propagação de malária, a contaminação com mercúrio, além do problema com o fluxo de sedimentos, que iria assorear o rio, reduzindo a vida útil da barragem em 50% no prazo de 10 anos. Todas elas, questões técnicas. Mas, para o Ministério de Minas e Energia, questões de ordem ideológica. Será que é ideológico resolver problemas tão graves? Sem dúvida o problema é, na verdade, essencialmente ético e diz respeito à Constituição Federal, que assegura à sociedade o respeito ao meio ambiente e a condições de vida dignas.

Para alguns, não tem problema que muitos morram de malária, – como morreram minha mãe e minhas irmãs, com o surto que veio com a construção da BR-364, perto de nossa casa. Só que isso aconteceu há 30 anos. Naquela época não se tinha os conhecimentos que se têm hoje. Não se tinha os arranjos institucionais, nem as leis que temos atualmente. Mas, para alguns que continuam com a mesma ideologia, com a mesma visão de mundo e de sociedade, não tem problema que a história se repita. Querem continuar a fazer como sempre fizeram, e os que tentam fazer diferente são vistos como não científicos, como não confiáveis, como ideológicos. “como esse povo ideológico do PT, que ainda não perdeu o diabo dessa ideologia”.

A matriz energética brasileira pode, sim, aproveitar o potencial da hidroeletricidade. Mas tem que fazer resolvendo os problemas decorrentes. Não se está dizendo que não se pode fazer. Pode, tanto é que foi dada uma das licenças mais difíceis, a das hidrelétricas do Rio Madeira. Mas sob o compromisso de que os empreendedores implementariam um conjunto de 32 condicionantes, a fim de equacionar todos os problemas identificados. Sinceramente, espero que essas condicionantes sejam atendidas e que o IBAMA esteja fazendo uma supervisão correta.

A estrutura logística é fundamental para o país. Quando saí do ministério, dentre todas as obras de rodovias previstas no PAC, só havia uma com

problemas relacionados à área ambiental. Tratava-se da BR-319. O Ministério dos Transportes não havia entregue os Estudos de Impacto Ambiental. Será que alguém pensava que se poderia dar o licenciamento para a construção de uma estrada que corta 400 km de área virgem da Amazônia, sem Estudo de Impacto Ambiental, só porque existe uma picada aberta? Não seria razoável. Era preciso repetir o que havia sido feito na BR-163: criar um processo de governança para que o licenciamento estabelecesse condições de viabilidade socioambiental para a feitura da obra. No caso da BR-319, havíamos iniciado um processo, que contava com estudos para a criação de mais de oito milhões de hectares de unidade de conservação no entorno da rodovia, dentre outras ações estruturantes.

O licenciamento ambiental é um processo complexo que se desenvolve em três etapas: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. A BR-319 estava exatamente na primeira etapa. Se alguém perguntar se sou a favor dessa estrada, direi que não. Ela não é uma obra necessária. É uma estrada paralela à BR-163 e à hidrovía do Madeira. Não faz sentido investir numa obra sem viabilidade econômica e que abrirá uma região importante e frágil da Amazônia à grilagem de terras e ao desmatamento. Como, aliás, já está acontecendo na região, a partir apenas do anúncio da realização da obra. Os defensores dizem que o leito da estrada já está feito e que, portanto, o impacto já ocorreu. Como se o impacto fosse apenas esse, a remoção da cobertura vegetal no leito da estrada! Pesquisas mostram que, em 20 anos, mais de 80% da floresta é removida numa faixa de 50 km de ambos os lados das rodovias na Amazônia.

Sobre a questão da quantidade de licenças ambientais. Alguns diziam que as emissões estavam paradas em minha gestão. É certo que o país precisa crescer e para isso precisa viabilizar obras de infraestrutura. Mas, analisando friamente, o verdadeiro motivo para tantas reclamações não era a falta das licenças, mas sim as exigências corretas que eram feitas para emití-las. Fizemos vários aperfeiçoamentos no processo de licenciamento, bem como na estruturação do setor no IBAMA, para que o processo de licenciamento ganhasse cada vez mais qualidade e celeridade. Um trabalho que deve ser contínuo, sem que isso signifique negligência ou flexibilidades lenientes.

De 2003 até 2007, a média anual de licenças foi 76% maior que a média do período compreendido entre 1999 a 2002. Sendo que neste período foram concedidas, em média, 150 licenças por ano.

É importante frisar que tivemos uma queda no número de licenças em 2003. Isso ocorreu porque no setor de licenciamento do IBAMA, 90% dos servidores eram temporários, com alta rotatividade. Para acabar com a tercei-

rização, convocamos as pessoas aprovadas no concurso promovido na gestão anterior. Mas a maioria dos técnicos não tinha experiência e precisou ser treinada. No entanto, nos anos seguintes o número de licenças emitidas foi crescendo progressivamente.

Parte da reclamação, no meu entendimento, tem a ver com processos que precisam mesmo ser aprimorados e corrigidos. Mas existe também um forte matiz de injustiça. Por exemplo: alguns empreendedores protocolam um projeto sem os estudos de viabilidade técnica, para incorporá-los mais à frente. Lamentavelmente, muitos não entregam os estudos no prazo estipulado e depois dizem à imprensa que os órgãos licenciadores estão atrasando o processo. A licença não pode ser dada, sob pena de prevaricação, sem que os requisitos sejam devidamente atendidos. Mas, mesmo assim, a média de licenciamento durante nossa gestão aumentou e de 2003 até o final de 2008 foram concedidas 1.791 licenças. E aumentou a segurança jurídica do processo, pois foram raros os embargos de obras pela justiça.

É importante recuperar outros dados também. O desmatamento caiu 57%, entre 2005 e 2007, e com isso impedimos a emissão de um bilhão de toneladas de CO<sup>2</sup>. Isso representa quase 24% de tudo o que seria reduzido pelos países ricos até 2012, no âmbito do protocolo de Kyoto. Conseguimos, graças a esses resultados, negociar com o governo da Noruega um fundo voluntário para ajudar nos esforços brasileiros: o Fundo Amazônia. Participei pessoalmente das negociações, juntamente ao ministro do meio ambiente e da cooperação internacional da Noruega, o Dr. Eric Solheim.

O governo norueguês se comprometeu com a doação de US\$ 1 bilhão. O Fundo Amazônia foi lançado logo após minha saída. Além disso, articulamos a construção de outras iniciativas integradas, como o Plano Amazônia Sustentável, o Plano de Combate ao Desmatamento, o Plano de Mudanças Climáticas e o Projeto de Lei de Mudanças Climáticas.

Quando, no final de 2007 e início de 2008, os satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) mostraram que o desmatamento estava voltando a aumentar – e segundo projeções de especialistas este aumento poderia ser da ordem de 30 a 40% –, nós tomamos medidas muito fortes. Apresentamos três medidas importantes: moratória nos 36 municípios que eram responsáveis por 50% do desmatamento da Amazônia, uma resolução do conselho monetário para vedar o crédito para todos os ilegais, e a criminalização da cadeia produtiva. Só teria acesso ao crédito quem se regularizasse do ponto de vista ambiental e fundiário. Para quem quisesse entrar para a legalidade, bastava se cadastrar, efetuar o processo de ajuste e se tornar legal.

A reação foi extremamente forte, sobretudo dos governadores do Mato Grosso e Rondônia e de determinados setores econômicos do Pará. E foi naquele contexto, que, ao perceber que eu já não reunia as condições para continuar a minha corrida, pedi para sair. E meu gesto, tenham certeza, foi para ajudar o Brasil e para ajudar o governo. Se tivessem sido revogadas as medidas, seria um desastre para a Amazônia e para o próprio governo. E, graças a Deus, a sociedade brasileira deu sustentabilidade política para que o presidente Lula mantivesse as medidas que ele havia assinado poucos dias.

Entendo que a função pública é como uma corrida de revezamento: você leva o bastão até onde dá, quando não dá mais, entrega. E eu fiquei feliz quando o presidente, com a minha saída, obviamente, escolheu um ministro ambientalista, que é o Carlos Minc, e a sociedade não permitiu que as medidas fossem revogadas.

### CENÁRIO DE AMEAÇAS

Ainda estamos em um cenário de ameaças de flexibilizações e de retrocessos, dentre os quais, a regulamentação da lei de proteção das cavernas e as mudanças no decreto de regulamentação da lei de crimes ambientais. Medidas administrativas também vão nessa direção, como o repasse da competência de fazer a regulação dos estoques de peixes – que deixou de ser atribuição exclusiva do IBAMA e passou a ser competência do Ministério da Pesca –, criando um grave conflito de competência (pois o Ministério da Pesca é responsável pelo fomento à pesca).

No Congresso, os ruralistas resolveram apresentar um Código Ambiental, revogando integralmente três leis, um decreto e parcialmente outras duas leis. Querem acabar ainda, na prática, com o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que foi criado como órgão deliberativo em plena ditadura militar. Agora, em plena democracia, os ruralistas querem que o órgão vire apenas uma instância consultiva.

Eles querem revogar integralmente a Lei 6938/1981, que criou a Política Nacional de Meio Ambiente, a Lei 4771/1965 que instituiu o Novo Código Florestal Brasileiro, e o Decreto 1413/1975, que trata do controle da poluição provocada pelas atividades industriais. Querem revogar parcialmente, ainda, o Decreto 4297/2000, que estabelece critérios para o zoneamento ecológico-econômico, as Leis 9605/1998, de crimes ambientais, e a 9985/2000, que criou o Sistema Nacional de Unidade de Conservação.

Esse é o projeto de Código Ambiental que conta com o apoio de mais de duzentos deputados. Um interlocutor da bancada ruralista avisou que eles pretendem liquidar a fatura até o final deste ano de 2009, porque não querem

mais ser considerados vilões ou ilegais. Eles querem se tornar legais. Mas não por respeitar a legislação, mas alterando-a substancialmente. Em outras palavras, se não se passa no teste, altera-se o teste.

Se isso ocorrer, o Brasil verá ser jogado no lixo vinte anos de luta pela construção da governança e da legislação ambiental, deixando sem nenhum suporte o artigo 225 da Constituição federal, após 20 anos do legislador derivado fazer leis infraconstitucionais.

Nosso desafio é construir um rumo seguro para o Brasil no século XXI. E temos três coisas a fazer: ter uma visão e persistir nela, ter processos que sejam transparentes e democráticos, e ter estruturas. Sem as estruturas, vamos ter meros discursos e frases de efeito. E elas não mudam a realidade.

Estamos diante de um desafio muito grande nessa agenda do desenvolvimento sustentável. Precisamos fazer prosperar essas diretrizes. A grande mudança é a do modelo de desenvolvimento, a internalização da variável ambiental no planejamento das ações de governo e como incorporar esses critérios. É claro que ninguém defende que isso aconteça de uma hora para a outra, da noite para o dia. Sabemos que isso será resultado de um processo. Mas, para que ele aconteça, é preciso que se tenha uma visão, é preciso que ela seja democrática, transparente e aberta, e que se criem as estruturas para que sejam viáveis. E que não se faça a subtração do que já existe. Como está fazendo o governo de Santa Catarina, que quer mudar o Código florestal. Estão querendo fazer com que cada estado tenha o seu, sem regras nacionais, e que a floresta seja cada vez menos protegida.

Estamos diante de uma esquina ética, de uma esquina civilizatória. E nós podemos optar por uma saída ao caminho antigo de um modelo falido de economia carbonizada, que nem se sustenta na realidade histórica. O século XXI é o século da mudança, da inflexão do modelo de desenvolvimento. Agora, para isso, nós vamos ter que assumir esse desafio como uma utopia. E alguém disse: “as utopias são apenas começos, e bons começos”. Em minha opinião, o que colocou o PT na centralidade da política foi a luta pela democracia, por justiça e igualdade social. E com isso nós demos uma volta no parafuso da história. Qual é a nova utopia deste século? Qual é o novo giro na roda do parafuso? É a sustentabilidade. É esse o giro que encanta a juventude, a academia. Temos que aproveitar essa boa energia e transformá-la em atitude porque as pessoas estão dizendo que querem essa mudança.

### AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO

Podemos entender o desenvolvimento sustentável em cinco dimensões: econômica, social, cultural, estética, política e ética. A dimensão econômica

se refere aos aspectos de competitividade e eficiência; a dimensão social à questão do desenvolvimento humano e inclusão social; a dimensão cultural na conservação e valorização dos atributos que nos distinguem e que nos conferem identidade. Por exemplo, um modelo de desenvolvimento que substitui os índios da Raposa Serra do Sol por meia dúzia de arroteiros grileiros, não é desenvolvimento. É um atraso civilizatório porque aquele povo só existe naquele lugar, com aquela cultura, com aquela visão, com aquela forma de ser. Já o arroz se pode plantar em qualquer lugar onde tenha terra fértil e água disponível, ainda mais aquele tipo de cultura, plantado com baixa tecnologia, degradando o solo e acabando com as matas ciliares.

A dimensão estética refere-se ao que tem valor em si e não por seu valor econômico. Por exemplo: não se deve proteger apenas aquilo que dá dinheiro. Eu duvido que alguém concordaria em colocar abaixo o Pão de Açúcar para transformá-lo em cimento e brita. Portanto, temos a dimensão estética, do nosso fazer social, do nosso fazer civilizatório, que é muito mais que monetarização. É também o lugar em que se coloca o indivíduo, construindo seu espaço no mundo, com sua diferença singular. É fundamental, portanto, que o desenvolvimento tenha intrinsecamente a sua dimensão de sustentabilidade incorporada.

Para isso, boa parte das respostas técnicas já existe. Mas ainda falta o compromisso ético para fazer. E não tem como fazer essas mudanças nas dimensões do desenvolvimento sem um forte apoio social. Mas o apoio não vem do céu ou pela onipotência do nosso pensamento. É fruto de um trabalho. Quem foi que disse que no começo era unanimidade que o presidente Lula seria presidente da República? Foi muito trabalho que tornou isso possível. Agora, se nós ficarmos no mesmo lugar, nunca mais iremos para outro. O giro do parafuso já foi dado, agora precisa ser dado outro. Confesso que estou muito mobilizada para manter e aprofundar o que já fizemos, mas, sobretudo, para continuar dando passos à frente, rumo à utopia desse século. E é isso que faz com que os jovens se mobilizem, que faz com que as pessoas se sintam unidas e trabalhem com essa energia positiva.

Uso como metáfora a ideia de um ensaio de escola de samba. Durante muitos anos cada um ficava ensaiando a sua parte. Até que um dia nós nos encontramos no grande sambódromo do governo. Não pode mais ser um ensaio de escola de samba. Agora, tem que pensar um projeto integrado, onde todas as experiências sejam ressignificadas para as mudanças que o Brasil precisa. Ou ficaremos no mesmo lugar. E aí não adianta dizer que a juventude não vem. Porque a juventude só está onde está o cheiro da mudança. Não adianta fazer coisas artificiais para a juventude. Ela se mobiliza

pelo sonho, pela utopia e fazem as transformações que nós fizemos. Temos que ser mantenedores desse novo projeto, dessa inflexão civilizatória que é o desenvolvimento sustentável.

CARLOS MINC

**AVANÇOS E OBSTÁCULOS  
NA POLÍTICA DE  
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Vamos tratar do que realmente avançou no período iniciado 2003, ou seja, no primeiro momento do governo Lula e nesse segundo período. Não significa o que achávamos que deveria ser, mas o que de fato aconteceu. Estou há mais de um ano à frente do Ministério do Meio Ambiente. Fui secretário do estado do Rio de Janeiro por um ano e cinco meses no governo Sérgio Cabral, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em coligação com o Partido dos Trabalhadores (PT). Por 20 anos fui deputado estadual no Rio de Janeiro. Ao longo desses anos, acompanhei de perto a evolução da questão ambiental: participei ativamente da elaboração de leis, da discussão com a sociedade, da discussão com alguns movimentos, como o movimento sindical, o da agricultura familiar, o dos extrativistas e com as várias esferas de governo.

Fazendo um exercício de como o Brasil via e atuava na questão ambiental no final de 2002, no governo Fernando Henrique, considero que avançamos bastante. Em primeiro lugar, o presidente Lula teve o bom senso de escolher para ministra do Meio Ambiente a senadora Marina Silva. Pessoa com o compromisso histórico, não só com a Amazônia, não só com os seringueiros, mas com toda uma visão de desenvolvimento integrado, sabendo que a questão ambiental permeia todas as áreas.

A Marina Silva foi uma figura muito marcante durante os cinco anos e meio em que esteve à frente do Ministério do Meio Ambiente. Claro que teve que enfrentar problemas seriíssimos, muitos dos quais também enfrento. Mas mudou a escala, mudou a característica. Ela conseguiu jogar a questão do meio ambiente para outro patamar – ela e sua equipe. Acrescento isso porque não seria justo falar de seu trabalho como se tivesse feito tudo sozinha. Nin-

guém é feliz sozinho, e também estou ralando meu osso – e graças a minha equipe, sei como é isso, é um trabalho de equipe.

O desempenho de Marina Silva no Ministério rapidamente mudou a agenda ambiental, elevando a questão da Amazônia a um novo patamar. E o Brasil sempre foi muito criticado pelo desmatamento da Amazônia – e ainda é –, de modo que a ministra Marina conseguiu mostrar o outro lado do assunto. Ela começou a mostrar a Amazônia que resistia, a Amazônia dos povos da floresta, a Amazônia dos extrativistas. Conseguiu convencer o governo, o presidente Lula, a criar milhões e milhões de hectares de reservas, e parques, não só na Amazônia, mas principalmente na Amazônia, que concentram um percentual de mais de 70%, não no número de unidades, mas do ponto de vista da superfície. São unidades muito expressivas, muito grandes.

#### **AUMENTO DA POPULAÇÃO INDÍGENA**

Marina Silva apresentou a discussão do extrativismo, das reservas, da união dos povos da floresta para o mundo inteiro como uma alternativa, continuando no Ministério a luta do companheiro Chico Mendes. O governo Lula então criou milhões de hectares de reservas, provavelmente 50 milhões, até mais, por meio da atuação da Funai, do Ministério da Justiça, e homologou outros tantos milhões de reservas indígenas. Tenho certeza de que este governo foi o que criou a maior quantidade de unidades de conservação e mais avançou no reconhecimento, na homologação e na demarcação de terras indígenas.

No Brasil, a população indígena não parou de diminuir desde que chegaram os colonialistas, quando recuou de aproximadamente cinco milhões para 390 mil. Um fato bem interessante, talvez consequência dessa política adotada no governo Lula, é que pela primeira vez a população indígena teve aumento significativo nos últimos anos. O aumento que era de 0,25% por ano, nos últimos anos passou a 6% anualmente. Se considerarmos os que vivem fora das aldeias, a população indígena passou de 390 mil para cerca de 650 mil. Pela primeira vez teve um incremento positivo, o que obviamente tem a ver com a demarcação, homologação, mas também contam outros fatores, como segurança alimentar, freio nas invasões, atendimento de saúde, impedindo a contaminação por uma série de doenças, evitando a contaminação dos rios com mercúrio, agrotóxicos e outras substâncias, que passam nas terras dos índios.

#### **MUDANÇAS NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS**

Nos Estados, também houve avanços importantes. Na maior parte deles não havia secretarias estaduais de Meio Ambiente, e as legislações ambientais

eram incipientes. O sistema de licenciamento ambiental, na maior parte dos casos, era bem frágil. No Rio de Janeiro, acontecia exatamente o contrário. A Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema), que começou muito bem, já vinha se degradando. Neste caso, tratamos de levantar a Feema outra vez. Porém, na maior parte dos Estados era frágil e foi, de alguma maneira, se robustecendo. O número de parlamentares eleitos com a bandeira ambiental era bem restrito, em todos os níveis. Hoje temos uma Frente Parlamentar Ambientalista, na Câmara dos Deputados, que reúne mais de 200 parlamentares. Claro que os próprios membros da frente ambientalista dizem que quando se tem de enfrentar algo difícil, para valer mesmo, eles contam com 30 a 40 votos desses 200. Mas isso é outra questão. De fato, pelo mais de 200 membros fazem questão de dizer que são da frente ambientalista.

Quanto aos municípios, considero que também evoluíram. Em alguns estados criaram-se leis, e o Rio de Janeiro acabou fazendo uma que também é da minha lavra, muito interessante. É a ideia do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) verde, concebida pelo prefeito. O objetivo é conseguir uma parcela maior do ICMS, que pode ajudar a resolver a questão da água, do lixo e, sobretudo, ampliar as áreas verdes, criar Unidades de Conservação. No Rio de Janeiro, isso é muito interessante. Há uma pontuação para melhorar a qualidade da água; uma para resolver a questão do lixo e resolver a coleta seletiva e aterro; e outra, de 45% do total, destinada a criar áreas de conservação. No entanto, cada área segue uma pontuação diferente – por exemplo, se é uma Área de Preservação Ambiental (APA) ou um parque – de acordo com suas características e seu nível de implementação, pois o projeto criado no papel é bem diferente de seu processo de instalação concreto, no terreno.

### **DESPERTAR DA SOCIEDADE**

Também houve um interesse maior pela questão ambiental por parte da população, em particular depois da Conferência ECO-92 (ou Rio 92) e no ano seguinte, em 1993. Mas o despertar do interesse pelo tema ainda era uma coisa muito difusa. As pessoas começaram a ver que meio ambiente é algo muito importante, mas se perguntássemos a alguém “O que é Agenda 21?”, “O que é mudança climática?”, “O que é emissão de carbono”, não havia uma explicação clara nas respostas. Sabia-se apenas, de modo vago, que o tema era importante.

### **TRANSVERSALIDADE E COMPROMISSO**

No governo Lula, a Marina desde cedo usou a expressão transversalidade e a popularizou. Talvez seja preciso traduzir essa ideia tão ampla, generosa

e necessária, já que a tal transversalidade pode ser de difícil entendimento. Mas o conceito é perfeito: é a ideia de que não adianta um Ministério do Meio Ambiente – o mesmo vale para os estados e para os municípios, em que cada um trabalha com uma secretaria do Meio Ambiente, – defendendo, e as outras áreas de governo detonando as propostas. Não é possível avançar se um ministério estabelece um programa de defesa da agricultura e o outro de incentivo aos agrotóxicos. Um que promove a defesa de uma área contínua, de um bioma ameaçado – por exemplo, a caatinga ou cerrado –, e o outro faz estradas no coração desses próprios biomas. Alguém afirma que precisamos ter tecnologia limpa, para diminuir as emissões e defender o pulmão dos trabalhadores, e outro trabalha com o conceito de que é preciso trazer tecnologia de outros países que já estão na fase de dispensá-la, porque a consideram suja – e aqui caímos na nossa “desvantagem comparativa” pelo fato de não termos uma lei rigorosa, que nos impediria de comprar uma tecnologia obsoleta e suja. Enfim, a meu ver, o conceito da transversalidade não apenas atende a uma grande necessidade como também tem o mérito de aprofundar as questões relativas ao meio ambiente. Isso é uma grande conquista.

#### A IMPLEMENTAÇÃO DE LEIS: UM CAMPO DE CONTRADIÇÕES

Ao longo desses anos, portanto, muitas leis foram feitas e muitas contradições foram verificadas. E algumas não foram bem resolvidas, porque giram em torno de contradições, aquilo que costumo chamar de casos de “bola dividida”. Vou dar um exemplo de um caso emblemático. Vários estados brasileiros fizeram leis proibindo o amianto ou determinando a sua substituição. Fui o autor dessa lei no Rio de Janeiro, houve essa lei em São Paulo e em outros estados. O que aconteceu?

Houve uma mobilização do estado de Goiás, por causa da mina de Minaçu, e de um sindicato que se envolvia com trabalhadores da produção de amianto. A mina de Minaçu é uma das maiores minas de amianto do mundo. A discussão começou assim: “O nosso amianto é diferente do outro, o nosso não polui tanto”. A esquizofrenia tecnológica chegou a um ponto tal que aqui no Brasil chegamos a ter empresas como a Lonaflex, em São Paulo, a Fras-le, no Rio Grande do Sul, que faziam lonas de freio e juntas de motor com e sem amianto. As com amianto eram para o mercado interno, as sem amianto eram para os carros exportados, porque naqueles países a legislação proibia o uso de amianto nas peças componentes. Houve então uma reunião importante da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Força Sindical com o movimento italiano, chamado Basta Amianto, e com algumas pessoas

que pontificam nessa área, como a Fernanda Gianasi, uma militante de São Paulo, muito ativa na área da luta em relação ao amianto.

Neste ano de 2009, houve uma reunião importante da convenção em que se definiu quais são os produtos mais perigosos, e por incrível que pareça, o Brasil não conseguiu internamente, nos ministérios, apresentar a posição de que o amianto é um produto que deve entrar na lista daqueles extremamente danosos para a saúde do trabalhador. Alguns ministérios como o Ministério do Meio Ambiente, do Trabalho e da Saúde eram favoráveis a isso, e outros ministérios, como o Ministério das Minas e Energia, da Indústria e Comércio, afirmaram que não. Diante de um impasse desses, o Itamaraty acabou impossibilitado de levar uma posição conclusiva do Brasil.

Fiz agora uma grande aliança com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e decidimos fazer uma intensa vistoria na mina de Minaçu. Vamos lá verificar a saúde de todos os trabalhadores da mina, fiscalizar os estados em que vigoram leis estaduais, como no Rio de Janeiro e em São Paulo. E mais, com o apoio do BNDES, vamos investigar o que aconteceu nos 42 países que substituíram o amianto. Em todos eles, um órgão como o BNDES fez o seguinte: criou uma alternativa tecnológica para aquela região, outro tipo de indústria de agricultura para, progressivamente, empregar as pessoas que deixaram de trabalhar na mina. Este assunto entra no rol daqueles problemas ainda não resolvidos, embora recentemente tenhamos encaminhado a solução futura, o que já significa um avanço.

### TRABALHADOR E MEIO AMBIENTE

A área ambiental ainda incorporou pouco a questão sindical no licenciamento ambiental. Sobre esse assunto, ao invés de começar do início para o fim, vou começar do fim para o início. Recentemente tive uma longa reunião com o presidente da CUT e o eixo da reunião era incorporar os sindicatos, as unidades da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) de diversas empresas, as comissões de trabalho, no processo de licenciamento. Como isso se dará? Quem respira o veneno na fábrica é o trabalhador, quem mora em volta da fábrica onde saem os efluentes, a fumaça, o lixo químico, são as famílias dos trabalhadores dessa ou de outras empresas da área. Quando se concede uma licença ambiental a uma fábrica, ela está sujeita aos condicionantes ambientais ou restrições ambientais. Isso significa que ela tem uma licença por cinco anos, que tem de ser renovada. Porém, ela se compromete a tomar certas medidas: em seis meses determinada instalação, em oito meses a colocar mais um filtro, em um ano vai precisar tratar de tal rio, em um ano e meio, dar conta de outro fator e assim por diante. No entanto, os trabalhadores, os maio-

res interessados nisso, não conhecem essas restrições. Então às vezes o fiscal vai lá, ou não vai, às vezes conta a verdade e em outras omite informações ou mente. Por que o sindicato, a Cipa e a comissão de trabalhadores não podem conhecer e acompanhar o cumprimento das condicionantes ambientais, uma vez que isso tem relação direta com a qualidade de vida daqueles que lá trabalham ou moram em torno das fábricas e dos locais de produção?

Vou dar mais um exemplo. O que o trabalhador está respirando dentro da fábrica? Alguém vai lá um dia e faz uma medição. Cinco anos depois, na época da renovação, alguém vai ou não vai, pode acontecer de ali trabalharem outras pessoas, de modo que o processo não vai ser concluído corretamente. O que eu combinei com o presidente da CUT: criar mecanismos de estabelecimento de padrões. Isso deve se traduzir em atos, firmando-se convênios do Ministério com a CUT e com as outras centrais sindicais, criando portaria do presidente do Ibama e do ministro, em que as secretarias, seja da Saúde, seja do Meio Ambiente, as centrais sindicais ou outras, têm de ser informadas daqueles padrões.

Os sindicatos mais avançados – químicos, metalúrgicos, entre outros – têm profissionais gabaritados e ainda convênios com universidades, com a Fundacentro e a Fiocruz, por exemplo. Então, eles têm que participar e isso tem de ser um ato formal, para que tenham acesso online durante os cinco anos em que vigorar a licença. Esse acordo será feito ainda neste ano de 2009. O trabalhador tem de ter acesso direto a um computador, que vai registrar o monitoramento. Com isso, o operário vai saber, em tempo real, o que está respirando na fábrica. E se houver problema, vai saber, por exemplo, se existe vazamento de vapor de mercúrio, se é monóxido de carbono ou óxido de nitrogênio.

É preciso que os trabalhadores conheçam os condicionantes ambientais relacionados às licenças ambientais, o que a empresa tem que fazer em dez meses ou um ano e meio, e ter como fazer esse tipo de cobrança.

Em resumo: a classe trabalhadora estava excluída do processo de licenciamento ambiental no Brasil. O governo Lula está dando o primeiro passo para resolver isso. É claro que esse passo pode apresentar muitos erros. Ele terá de ser verificado, ajustado, e até mesmo ser ampliado para outras áreas. O ritmo vai ser variado: alguns sindicatos vão avançar mais, nas fábricas em que as Cipas e as comissões de fábrica são atuantes, enquanto outras vão seguir em uma cadência mais lenta. Esperamos que o licenciamento ambiental da empresa seja um procedimento que inclua, em primeiro lugar, o ser humano. Não é possível que essas proteções não alcancem nem mesmo aquelas que damos à fauna e às árvores.

## AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Agora outro assunto muito importante que carece de avanços: a relação do movimento ambiental com a agricultura familiar. O movimento ambiental é fora do governo, mas, quando falo para dentro do governo estou me referindo aos fiscais, aos gestores, àqueles que querem agir corretamente, porque estão lá imbuídos da ideia de defender o patrimônio do país, não estou me referindo, portanto, aos burocratas de plantão. Julgo que cometemos muitos erros na área da agricultura familiar, que acabaram por facilitar a ação dos representantes do agronegócio e do latifúndio, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O que aconteceu? Os movimentos ambientalistas não estão, como o movimento sindical, acostumados à negociação. O movimento sindical está acostumado à negociação: pede 100, fica com 50, mas ganha alguma coisa nas condições de trabalho, joga uma cláusula para o ano que vem, basta perguntar para o presidente Lula. Quais erros os ambientalistas cometeram? Quero esclarecer que quando falo em ambientalistas estou me incluindo, porque sou um ambientalista e cometi esses mesmos erros. Não estou dizendo “você, ambientalista”, mas sim “nós, os ambientalistas”. Minha vida toda fui ambientalista e quando sair do governo vou continuar sendo. Quais foram os erros: as organizações não-governamentais não estão acostumadas com o embate sindical, em que é preciso ceder e avançar em cada momento. O movimento ambientalista negocia com quem? Qual é o outro lado? Negocia com a sociedade, com os parlamentares, com os poluidores. O movimento ambientalista mudou muito. O último pacto da soja que fiz foi assinado pelo Greenpeace, WWF, Amigos da Terra. Assinaram um pacto com a Associação Brasileira de Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), os reis do agronegócio.

Quando os ambientalistas se reúnem, para tratar por exemplo do Código Florestal, é comum ouvir: “isso não pode” e outro diz “e aquilo também não pode”. A moral da história é que não se consegue fazer quase nada. E se ninguém altera nada, ninguém negocia nada. Agora, considerando o nosso pessoal – de modo genérico, pessoas do Ibama, de órgãos estaduais, polícias ambientais nos estados, batalhões florestais –, ele torna a vida do pequeno agricultor difícil. Um exemplo: a vaca do sujeito pulou o muro e foi fazer cocô lá perto do rio, que é Área de Proteção Permanente (APP) – isso é crime ambiental. O funcionário aplica cinco mil reais de multa, mas o pequeno agricultor não tem esse dinheiro. No mês seguinte ou dois meses depois, quando o cobrador volta lá, confere que o sujeito não pagou a mul-

ta, e viu ainda que uma cabra estava urinando no rio, o que constitui agravante. Aplica dez mil reais de multa e leva o agricultor para a delegacia.

Aonde pode levar essa maravilha de dogmatismo dos ambientalistas estaduais e federais? Para o pequeno agricultor, sua relação com o meio ambiente é de alguém chegar, dizer o que não se pode fazer e ainda ser agredido. Nesse terreno, infelizmente, a meu ver, conseguimos uma façanha: conseguimos jogar no colo dos ruralistas o movimento da agricultura familiar, que sempre foi nosso aliado.

Quem são as principais lideranças organizadas da agricultura familiar? A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf) – ligada à CUT – e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), ligado ao MST e à Via Campesina. Aliás, uns não se entendem perfeitamente com os outros, mas isso é assim mesmo. No início, precisamos discutir separadamente com cada um. Moral da história: a Contag estava com um documento para mudança do Código Florestal, e nós acabaríamos por levar uma surra histórica, considerando que o pessoal da agricultura familiar estava contra nós. Lembrando a todos que a agricultura familiar tem 20% das terras e 90% dos agricultores. O voto do Lula não é o agronegócio, o voto do PT no campo é a agricultura familiar. E conseguimos trabalhar “tão bem” a ponto de jogar esse pessoal todo contra nós, estava todo mundo no colo da CNA. E por quê? Porque várias pontos por eles requeridos eram retrucados por um ou outro ambientalista, que dizia: “Se fizer isso está traindo...”. Isso é um erro político crasso. Agora estamos a reverter o prejuízo, correndo aos 44 minutos do segundo tempo do jogo. Como começamos a fazer isso?

Começamos a consultar esses grupos todos e perguntar quais problemas enfrentavam. A Fetraf e o MPA, este um pouco menos porque é mais ecossocialista, e a Contag foram consultados. Veja o caso da Contag, por exemplo. Ela tinha um documento escrito em que diziam mais ou menos assim: “Não sou um criminoso porque não consegui demarcar a reserva legal; fui três vezes averbar e não consegui. Diziam que tinha que fazer o georreferenciamento, mas primeiro não sei o que é isso, depois que me explicaram, teria que contratar uma empresa para fazer o georreferenciamento, porém não tenho dinheiro para contratá-la”. A queixa era de que o processo todo era muito complicado e, de um modo ou outro, eles eram vistos como criminosos ambientais. Então alguém argumentava: “Se você não está cumprindo a lei, ninguém vai ser anistiado, todos vão se ver com a Justiça, porque estão fazendo algo criminoso”.

Por isso, a CNA fez o que o PT dos velhos tempos fazia: manifestações, assembleias, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, em Uberaba, em que

três ou quatro mil agricultores participaram. O discurso deles era mais ou menos assim: “Essa legislação ambiental vai criminalizar todos, vai arrancar as macieiras das encostas, tirar o bezerro do pasto; e se atingir a reserva legal, não vai sobrar nada da sua terra, não vamos poder plantar nem milho nem mandioca”. E o sujeito, acuado, começou a ir para o lado de lá – claro, qual quer um iria. O nosso lado era o agressor, o outro dizia que iria fazer a defesa. Em qual lado esses agricultores vão buscar apoio? Eles querem ir para o lado de quem diz que vai resolver o problema. Como a CNA dizia que ia resolver o problema? Acabando com a legislação ambiental. Não é bem assim, mas é quase, acabando com qualquer restrição da legislação ambiental. Então, imaginem a situação absurda a que chegamos, pois enfim conseguimos produzir essa “maravilha da natureza”.

Agora estamos em um movimento muito importante. Chamo em especial a atenção dos companheiros ligados cotidianamente à política ambiental. Para que não se prendam apenas às teses, porque precisamos ter o olhar vigilante tanto em nossa tese histórica como nos ataques que vamos levar no dia seguinte. E, exatamente, dissemos que íamos dar um tratamento diferenciado ao pequeno produtor. Mas veja que uma coisa é ter 40 hectares, a outra é ter 40 mil hectares. Quem tem 40 hectares pode somar a APP com reserva legal, é razoável, ele tem 20% das terras do Brasil. Para ele é possível permitir plantar espécie nativa e também frutíferas, para ele ganhar algum dinheiro. Mas ele diz: “Não tenho dinheiro para plantar cenoura e batata, que posso vender. Imagina se vou plantar uma nativa, que eu não vou conseguir vender. Então, no meio do replantio desta nativa, tenho que plantar para vender, de modo que possa viabilizar a recuperação ambiental”.

O presidente Lula já assinou um compromisso de que vai fazer o pagamento por serviços ambientais, uma grande demanda da Contag, da Fetraf e do MPA – foi um acordo que encaminhei diretamente com o presidente. Ele tem a seguinte característica, expressa na lei: o pagamento dos serviços ambientais é unicamente voltado para a agricultura familiar. Não é para todo o mundo, não. E qual é a definição? É a da lei, até quatro módulos fiscais. Significa que pode ser 40 hectares em Santa Catarina e 400 na Amazônia. Não inventamos isso, seguimos o que diz a lei da agricultura familiar, nem mais nem menos.

### **MADEIRA LEGAL**

O presidente Lula assinou, também recentemente, o pagamento dos serviços ambientais como foi solicitado. Tenho que fazer o pacto com eles e depois tenho que convencer o presidente Lula, porque se não eles vão achar que estou

passando o conto do vigário. Voltam, enfim, para os braços da CNA. E o presidente Lula assinou uma reivindicação antiga: o manejo florestal comunitário.

Faz-se uma licitação de uma parte da floresta. É certo fazer, porque isso é a lei nacional de florestas, foi aprovada ainda na gestão da Marina Silva – nosso companheiro Tarso Genro foi um dos principais articuladores dessa lei no Congresso Nacional, levou-se mais de um ano para conseguir aprovar essa lei. Sem dúvida, é uma lei difícil de os ambientalistas compreenderem. O ambientalista vai dizer: “Existe uma parte da floresta que se pode cortar? Que é isso!? Que ambientalista é esse que faz uma lei dessas?”.

Mas a lei é boa porque a única forma de combater a madeira ilegal: aumentar a oferta da madeira legal. A primeira licitação na nossa gestão foi a de Jamari, em Rondônia, e a segunda já foi aberta, que é a de Taquera, entre Pará e Amazonas. O que acontece? Podem participar empresas pequenas, médias e grandes – essas empresas têm dinheiro e tecnologia. E nessa história, como fica o assentado, o seringueiro e o ribeirinho? Ele não tem condição de enfrentar a situação.

Um importante instrumento para resolver essa questão foi assinado pelo presidente Lula em Caravelas, na Bahia: o manejo florestal comunitário. O governo vai investir dinheiro, recursos e em treinamento para o pequeno poder fazer o manejo florestal, para melhorar a vida dele sem destruir a cobertura florestal. É o que a Finlândia faz há 100 anos, o manejo florestal. De uma área de mil, usa 40 pedacinhos de 2,5%, em cada ano pode usar um pedacinho, mas não faz corte raso, faz corte seletivo, usa 20% dos 2,5%; no ano seguinte passa para o outro pedacinho, e daqui a 40 anos, quando é o tempo de voltar para o primeiro, aquilo já se restabeleceu. A Finlândia exporta móveis de alta qualidade para o mundo inteiro, tem um dos maiores IDHs do mundo e tem a mesma cobertura florestal hoje do que tinha há 100 anos. Por que não podemos fazer a mesma coisa?

Nós avançamos pouco, mas agora estamos avançando mais. O primeiro grande passo foi a lei nacional das florestas, e a licitação do ano passado em Rondônia, e a de Taquera, neste ano de 2009. Vamos fazer outras, agora com grande vantagem: o manejo florestal comunitário.

Portanto, se considerarmos o período de 2003 a 2009, desde a gestão da Marina Silva e do pequeno período em que assumi a função de ministro, avançamos bastante.

## DESMATAMENTO

Sem dúvida nenhuma, a grande batalha é a Amazônia. Sou ministro há mais de um ano, e posso acertar em quase tudo, mas se aumentar o desmata-

mento da Amazônia, vou “virar carvão”. No governo Lula, a Marina Silva criou o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, que envolveu outros ministérios. Criou também o Plano Amazônia Sustentável, o PAS, que trabalham sob uma lógica excelente, de inclusão de várias frentes, porque é preciso integrar infraestrutura, educação, hidrovia, energia não poluente. Em suma, criar e fazer valer um projeto de inclusão. Outros doze ministérios participaram, mas a coordenação principal era do Ministério do Meio Ambiente, em segundo lugar houve o apoio da Casa Civil, depois do Ministério da Integração Nacional e na sequência os demais. Este plano ao que me consta, eu não estava no governo à época, é de 2005/2006, e os participantes do MMA formavam o percentual de 60 a 70%.

Quando saiu e foi publicado, o presidente Lula e a Marina Silva disseram que o objetivo do projeto é ter desenvolvimento sustentável na Amazônia e não só punir quem está desmatando. E o conceito do desenvolvimento sustentável está no PAS. E o PAS pouco saiu do papel, embora eu devo dizer que, no papel de militante, deputado e ministro, concordo com 100% do que está escrito no PAS. Teria algumas críticas, quanto ao caráter generalista dos princípios gerais, porque na hora de chegar na articulação dos arranjos produtivos, juntando a questão urbana com a questão da energia, peca um pouquinho por aqui, por ali. Mas em matéria de visão geral de desenvolvimento, é uma das coisas mais sérias e mais importantes que se escreveu sobre a Amazônia.

Pergunta-se: o que disso foi feito? É uma pergunta relevante. Não é disso que estamos falando? O que foi produzido, o que foi feito, o que não foi feito, e a Amazônia é central na questão ambiental brasileira. A minha visão é que muito pouco do PAS foi realizado. O coordenador atual dele, cujo nome estou impedido de dizer, pois é de outro ministério, talvez até de outro país, resolveu fazer apenas a regularização fundiária. Mesmo assim, resolveu tocar o processo, alienando da participação o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

### DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

O Incra cometeu erros sérios na Amazônia, lá onde a reforma agrária, a meu ver, é um desastre. No tempo do Fernando Henrique foi um desastre de médias proporções, e no nosso período, no início foi um desastre de pequenas dimensões. Somente nos últimos anos houve melhora, com a entrada no Ministério do desenvolvimento Agrário do ministro Guilherme Cassel, porque fez o Incra e o MDA darem um salto com a implementação de novos tipos de projeto. São exemplos o Plano de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA), o Projeto de Desenvolvimento Ambiental (PDS), o Desenvolvi-

mento Sustentado e o Plano de Desenvolvimento Florestal (PDF). No Pará, de mil assentamentos, contando velhos e novos, há uns cem desse tipo. O PDA, o PDS e o PDF são realmente bons. Temos que repensar o modelo de reforma agrária da Amazônia.

Hoje o Ministério do Meio Ambiente tem um papel ativo e solidário junto com a reforma agrária – e corajoso também. É muito difícil para a esquerda criticar a reforma agrária. Digo isso porque antes de eu ser ecologista, era da reforma agrária, era o representante da reforma agrária no Rio de Janeiro, da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra). Minha dissertação de mestrado é a respeito da reforma agrária portuguesa. Então, antes de lidar com ecologia, militava no movimento da reforma agrária. Sei que é muito difícil para qualquer pessoa de esquerda no Brasil fazer qualquer crítica, mesmo suave e construtiva, sobre a reforma agrária. E sobre a reforma agrária na Amazônia: isso de cada um marcar sua reserva legal é mentira, porque o certo é fazer um assentamento e uma reserva legal única para todo o mundo, que deve ter a forma contínua de um corredor florestal. Dali desse corredor, as pessoas vão ser treinadas para poder tirar o óleo, a fruta, a seiva, a resina, de tal maneira que não destruam a floresta. Agora imaginem se cada sujeito ganha 100 hectares! Ele vai marcar uma reserva legal de 10 hectares no meio daquele fim do mundo, sem instrumento, sem dinheiro e sem fiscalização? Mas não vai marcar mesmo. E uma parte do desmatamento ocorre nos assentamentos -- essa é a verdade.

Agora falando de uma cultura do PT – veja bem, não estou falando dos ecologistas, do Ministério do Meio Ambiente, nem do MDA –, considero que houve certa covardia política no partido. Quando se fala em PT, qual é a primeira coisa que vem à nossa cabeça? Reforma agrária. Sempre foi a bandeira histórica. É difícil dizer que a reforma agrária não está muito bem feita e está levando ao desmatamento da Amazônia. É claro que se pode começar dizendo: “No tempo da ditadura, para diminuir a pressão dos latifúndios do sudeste, resolveram levar os homens sem terra à terra sem homens”. A origem da desgraça foi essa e, recentemente, eu diria que, em grande parte, isso foi muito melhorado. Porém não resolveu: temos um passivo ambiental terrível, e a esquerda tem dificuldade de tratar desse problema. Quero deixar registrado: a esquerda tem dificuldade de tratar desse problema e demorou muitos anos para tratar dele de forma mais séria e mais direta.

### REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA

O ministro Mangabeira Unger, da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, quis fazer a regularização fundiária. Mas quis fazer por meio de um

instituto criado por ele, dando uma cotovelada no ministro Cassel, do Desenvolvimento Agrário, e no Rolf Hackbart, do Incra, tirando o MDA e o Incra do processo. Quero ressaltar que fiz uma grande aliança com o Cassel e com o Rolf garantindo que o Terra Legal ficasse no MDA, e que, por outro lado, o MDA garantisse que cláusulas ambientais importantes entrariam na questão da regularização fundiária. Por exemplo, a ideia da cláusula vinculante do artigo 15: quem recebia a terra e desmatasse a terra, a perderia. Se o sujeito recebe a terra do patrimônio público federal, o mínimo que se exige é o cumprimento da lei. Outros quiseram tirar de todo o jeito, mas brigamos e mantivemos a cláusula. Entretanto, vários itens importantes foram desfigurados no Congresso. Por exemplo, aquela ideia de ficar com a terra dez anos antes de comercializar. No projeto original era assim: o sujeito tinha que morar na região, já não digo morar na propriedade, morar no município, e a terra ser destinada para pessoa física e não para pessoa jurídica. O presidente Lula vai vetar alguns dos artigos que desfiguraram no Congresso o projeto original. Ele mesmo é quem o tinha enviado para a regularização fundiária da Amazônia. Rever isso é muito importante, porque do jeito que ficou, realmente é um incentivo à grilagem.

### REGULARIZAÇÃO X VIOLÊNCIA

Sempre defendi a regularização fundiária porque a considero boa: diminui a violência no campo e facilita a luta contra o desmatamento. Se não existe regularização, não se sabe quem é dono do quê, não se sabe quem precisa ser ajudado ou quem precisa ser multado. E é objeto de luta permanente pela terra, ou seja, a regularização fundiária não é má, é boa. Se incluirmos as cláusulas ambientais, é ainda melhor. No entanto, se abrirmos a regularização fundiária para regularizar grilagem de empresa, por exemplo de um sujeito que mora em São Paulo, ainda por cima em terra pública federal, em que a lei nem permite o usucapião, está tudo errado. Vamos dar de “mão beijada” uma coisa para alguém que não está no local trabalhando a terra. Isso desvirtua completamente a proposta. Atualmente, estamos em uma grande campanha para corrigir tais desvios. O presidente Lula vai vetar vários desses dispositivos para recuperar ao máximo o projeto original.

### LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Um tema fulcral. Na verdade, os ambientalistas, dentro e fora do governo, têm uma relação muito difícil com a questão do licenciamento ambiental. Penso que o fator de maior peso que culminou na saída da Marina Silva do governo foi a questão do licenciamento ambiental. E é o que está na minha gar-

ganta. A pressão que existe sobre meu trabalho é ainda maior. Licenciamento ambiental e a BR 319: são essas as grandes questões e o ponto de partida dos conflitos. Sempre foi e sempre será em qualquer país, porque esses são exemplos clássicos que demonstram a contradição da visão de mundo da questão ambiental e da questão do desenvolvimento.

Os ambientalistas têm uma visão – não todos, a maioria – que considero ingênua em relação ao licenciamento ambiental. Ingênua e às vezes até deformada. Como se ao dar uma licença ambiental, fosse cometer um crime. No caso de uma boa licença ambiental, há muitas vantagens: considerável diminuição do impacto, criação de emprego e ainda ajuda a redução da desigualdade social. Diante disso, o ambientalista deveria bater no peito e dizer: “Conseguimos uma boa licença ambiental, minimizando o impacto, vamos criar milhares de empregos para os brasileiros não viverem na miséria o resto da vida”.

Vou dar um exemplo específico, emblemático, talvez a razão pela qual o presidente Lula me chamou para o ministério. Foi o licenciamento do Complexo Petroquímico da Petrobras (Comperj), em Itaboraí, no Rio de Janeiro. É o maior licenciamento ambiental da América Latina, porque envolve 18 bilhões de reais e 50 empresas. Então, qual era a situação? Esse projeto tem um impacto ambiental imenso. E não está muito longe da Baía de Guanabara, nem do manguezal de Iguapimirim, o último manguezal importante da Baía. Portanto, era enfrentar um grande obstáculo, inevitavelmente.

Criamos um grupo de trabalho para fazer instrução técnica, chamamos especialistas de universidades e ambientalistas – isso é uma inovação, nunca tinha acontecido, normalmente quem faz a instrução é o técnico do órgão ambiental. Era tudo tão complicado, especialmente no momento de se realizar a instrução técnica. A instrução técnica são as perguntas que o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA-RIMA) precisa responder. Esse grupo ficou um mês trabalhando e depois criamos um grupo de acompanhamento – foi outra inovação. Normalmente o Ibama, a Feema ou qualquer órgão tinha de esperar durante um ano uma empresa fazer a licença ambiental, um documento de cerca de mil páginas. Um ano depois, quando chegava, o pessoal começava a ler. Vamos dizer que no segundo capítulo, encontrava-se algo errado. Era preciso mandar de volta e recomeçar tudo outra vez. Depois de seis meses consertavam aquilo. Mas havia o caso de o sujeito começar a ler o quarto capítulo, aí percebia que tinham coisas erradas e precisava mandar de volta outra vez. A essa altura, todo o mundo estava desesperado, perdendo um dinheirão, porque os empreendimentos não vingavam. Havia enorme tensão nos setores produtivos que pressionavam os vereadores, deputados e governadores. Com

isso, criava-se a ideia de que o licenciamento ambiental é contra a sociedade, a empresa e o emprego. Isso é um erro político parecido com aquele que jogou a produção familiar nos braços da CNA – agora a luta é aproximar o movimento popular e o movimento ambientalista, e creio que vamos conseguir.

Por isso, resolvemos fazer um licenciamento rápido, eficiente, exigente, com muito dinheiro e muita participação. Fizemos cinco audiências públicas com cinco mil pessoas em cada audiência. Exigimos um critério para a Petrobras duas vezes mais rigoroso que o critério do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Um exemplo: da Petrobras exigimos um equipamento chamado denitrificador, capaz de abater 90% do óxido de nitrogênio (NOx). Naquela região faltava água (6m<sup>3</sup>/seg), em Niterói, Itaboraí e São Gonçalo. Exigimos da Petrobras dobrar a disponibilidade hídrica de seis para doze – fazer uma barragem, instalar os tubos –, exigimos efluentes zero na Baía de Guanabara, nenhuma gota de poluição química, tudo tratado e recirculado em circuito interno, porque o suporte tecnológico ia permitir isso, e assim por diante. Foi um licenciamento perfeito.

Por que conseguimos dar um licenciamento rápido? Porque criamos um grupo que se reunia quinzenalmente com a Petrobras, com o Ibama, com a Feema e com a universidade. Então, quando chegou na Feema – não foi o Ibama, foi a Feema que licenciou, mas o Ibama participou – não se encontraram erros nos capítulos, não foi preciso mandar de volta o texto, conforme expliquei que era comum acontecer naquele processo anterior. Fomos corrigindo passo a passo, de tal maneira que quando chegou, já estava corrigido. Superamos a etapa absurda de esperar um ano ou mais. Nosso grupo foi acompanhando semanalmente, dizendo: “Está errado, falta isso, falta aquilo, contrata alguém, não tem série de água, faltou manguezal, cadê o peixe?”. Enfim, quando o documento chegou, estava redondo. Então, demos o licenciamento em sete meses – o pessoal da Petrobras pensou que iríamos conceder em um ano e meio. Fizemos em sete meses porque nos outros seis meses ficamos acompanhando cada passo. Só aquele denitrificador custava 200 milhões de dólares, e um dos 50 equipamentos que pedimos custava 200 milhões de dólares, mas como o barril de petróleo estava a 150, a Petrobras aceitou. Então foi um bom licenciamento.

Os ambientalistas, dentro de governos e fora deles, têm dificuldade de lidar com licenciamento ambiental. Digo isso porque não falo “os ambientalistas” como sendo os outros. Falo nós, os ambientalistas – quero deixar claro que estou me incluindo, pois muitas vezes, ao longo da minha vida, entrei na Justiça e parei processo de licenciamento ambiental com o Ministério Público. Tudo isso eu fiz, sim.

## MATRIZ ENERGÉTICA

Um grupo considerável de ambientalistas tem uma visão contrária às hidrelétricas pelo fato de elas causarem impacto. Causam mesmo e, portanto, eles são contra as hidrelétricas. Um das coisas que mais desgastaram a gestão da Marina Silva, por exemplo, foi a questão das usinas do Madeira. A questão que ficou popularizada foi a dos bagres. A meu ver, a ministra Marina fez a coisa certa. Ela exigiu que o estudo fosse feito e que se mudasse a tecnologia por um tipo de gerador que usa o fio d'água e permite inundar uma área 80% menor do que originalmente planejada, ou seja, não foi uma coisa atrasada. O que aconteceu neste caso, e em outros, é que se vai sofrendo naquele desgaste do tempo.

Mesmo agora quando demos a Licença de Implantação (LI) das duas usinas – a ministra Marina Silva tinha dado a Licença Prévia (LP) para ambas, no período anterior –, vários ambientalistas entraram na Justiça contra a licença, até o Fórum de Entidades Ambientalistas.

Várias vezes em programas na televisão afirmei: “Tem hidrelétricas que devemos licenciar e outras não. Devemos licenciar as que são fundamentais para manter o Brasil com uma matriz energética renovável, que emite menos carbono. Se não licenciar hidrelétrica, vamos licenciar mais a carvão, mais termoeétrica a óleo. Foi o que aconteceu nestes anos, e isso aumenta muito a poluição – a poluição, a emissão e o custo, ou seja, torna mais suja e mais cara a matriz energética brasileira”.

No entanto, muitos ambientalistas foram à Justiça contra a LI de Santo Antonio e Jirau, que foi a sequência da LP que tinha sido dada ainda no período da Marina Silva. Nós fizemos a continuação disso. Até o presidente do Ibama, Messias Franco, que na época da Marina era o diretor de licenciamento, passou de diretor de licenciamento para presidente do órgão. Não houve também uma descontinuidade em relação a isso.

O que aconteceu? Existe aquela ideia de que o governo quer licenciar qualquer hidrelétrica de qualquer jeito e os ambientalistas são contra todas as hidrelétricas. Só vamos começar a nos livrar disso agora. Se dissermos que não vamos licenciar uma hidrelétrica, o ministro Edison Lobão, de Minas e Energia e a ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, “ameaçam se jogar pela janela” ou dizem que vai ter um apagão. Se você diz que vai licenciar, o ecologista diz que vai botar você na lista dos matadores, o Ministério Público diz que vai prender o Roberto Messias. O Roberto Messias teve três processos contra ele e teve problemas de coração na nossa gestão, porque a lei atual permite que seja incriminado não o órgão, mas o gestor diretamente. Tem um aspecto interessante: antes o gestor poderia ser um safado, fazia uma safadeza qualquer e se escondia na instituição.

Mas considero que a lei separar o que é boa e má-fé, porque daqui a pouco ninguém quer assinar mais nada porque é incriminado pessoalmente por dar uma licença correta. Isso é um absurdo. Às vezes, um sujeito do Ministério Público, de 26 anos de idade, que acabou de passar no concurso entra com um processo contra o Messias, que já foi ministro e foi da WWF e diz que o sujeito é um criminoso ambiental. Ele tem que se defender e tem um histórico de problema no coração. Alguém diz que ele é um criminoso ambiental, mas ele está apenas querendo licenciar uma usina que vai produzir milhares de megawatts de energia renovável e vai inundar 12 km<sup>2</sup>. Não estou dizendo 12 mil km, são 12 km<sup>2</sup>, quem conhece a Amazônia sabe que 12 km<sup>2</sup> não é nada. Então o movimento ambientalista não tem a ideia do total. Acaba investindo contra, sem saber que a consequência de emperrar todas as hidrelétricas brasileiras é aumentar as térmicas a óleo e a carvão, que são muito piores. Mas quando discutimos com um ambientalista, ele fala: “Não, eu não quero nem uma coisa nem outra, eu quero eólica”. Hoje em dia no Brasil, a soma de solar, eólica e biomassa junto é de 5,5%. Inviabilizar uma hidrelétrica que representa 75% não faz sentido algum! Quem diz que o negócio é eólica, não tem a menor ideia do que está dizendo.

### CARTA DOS VENTOS

Fui lá ver por que o nosso caso era um desastre. Estamos literalmente perdendo o vento da história, é isso que está acontecendo. Dizer que é contra toda hidrelétrica porque a energia deve ser eólica, mas somadas todas as alternativas não dá pouco mais que 5%. E mais, no caso específico de Jirau, alguns ambientalistas cometeram um erro gravíssimo, que nunca poderiam ter cometido: havia uma guerra comercial entre duas grandes empreiteiras, a Suez, que era um consórcio, e a Odebrecht. Todo o mundo acompanhou, era uma guerra de foice de disputa de bilhões e bilhões. A Odebrecht queria breca Jirau, não por uma questão ambiental e sim comercial, porque a Suez era inimiga dela. Os ambientalistas queriam breca por uma razão ambiental, no meu modo de ver, equivocada. Os ambientalistas não estavam em busca de dinheiro. Eles achavam aquilo errado, embora a Marina Silva tivesse dado a LP, depois na minha gestão demos a LI, e a inundação era realmente pequena. O que aconteceu? Esses ambientalistas do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável (FBOMS) se associaram ao advogado da Odebrecht para essa ação.

Isso é uma coisa grave porque eles acabaram associando uma causa ambiental equivocada, mas ambiental, com uma causa comercial. Assim, os am-

bientalistas da FBOMS funcionaram como “barriga de aluguel” de empreiteira, porque se associaram formalmente, por escrito, no Fórum de Porto Velho. Deram a subscrição da ação para a advogada que representava os interesses da Odebrecht. Isso é muito sério, porque enfrenta-se uma questão ética. Embora possa existir um objetivo comum, se um é comercial e o outro é ambiental, é um equívoco. Não se tem o direito de misturar os dois. E o movimento ambiental, associado a uma empreiteira que tem interesses comerciais no assunto, só vai sair enfraquecido.

### PLANO DE BACIAS

Quando fizemos o destrave Ibama número 1 – vamos fazer agora o destrave Ibama número 2 –, algumas pessoas disseram: “Lá vem o Minc. Se a Marina era a santa guerreira que não dava licença, o Minc é o licenciador maluco, carimbador maluco, que vai sair carimbando o que aparece pela frente, é isso que querem os setores desenvolvimentistas. É isso que o PAC precisa para andar, de alguém que não crie problema e carimbe quando se pede uma coisinha aqui outra lá, planta uma arvorezinha aqui, solta um lagartinho, mas, basicamente, bate o carimbo na licença”. Isso não é verdade. Quem quer jogar no confronto vai sempre perder, e sempre vai dizer que teve uma derrota honrosa. Não quero ter uma derrota honrosa: quero mudar o patamar da discussão do licenciamento ambiental no Brasil. Vou dar dois exemplos de pontos em que estamos avançando agora e é algo para se pensar daqui dois anos quando se fizer um novo livro da Fundação Perseu Abramo sobre o assunto.

A questão das hidrelétricas. Cada hidrelétrica é uma guerra, já que o governo quer todas e os ambientalistas são contra todas. O que vamos fazer? Vamos fazer por bacia hidrográfica. A nossa primeira grande experiência é a Bacia Hidrográfica do Araguaia-Tocantins. Foi a primeira vez na história deste país que levamos a voto no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que presido por ser ministro. A Bacia do Araguaia-Tocantins é a maior bacia totalmente brasileira, porque a Amazônia tem Peru, Venezuela, Bolívia, mais outros países, e 13% pertence ao território nacional. E esse plano de bacia não é só para hidrelétrica, hidrovia, irrigação, saneamento, uso múltiplo da água. Esse plano foi coordenado pela Agência Nacional de Águas (ANA), presidida pelo José Machado, companheiro do PT, valoroso, e também agora na parte final, apoiado pelo nosso excelente companheiro Vicente Andreu, meu secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. Estamos falando de pessoas com muitos anos de experiência. Qual o interesse estratégico em relação ao avanço no licenciamento ambiental? Nesse plano de bacia, havia a ideia de que no

Tocantins era possível fazer boas hidrelétricas. O que é uma boa hidrelétrica? Uma hidrelétrica que gera muita energia, alagando pouca área, e a relação da energia encaixada com área inundada é favorável.

O caso do Araguaia era diferente, especialmente o médio Araguaia, em que existem áreas de preservação, pesca, praias de rio, e outras áreas importantes. Além disso havia uma questão de direitos humanos. O ministro Paulo Vannuchi, secretário especial dos Direitos Humanos, me advertiu que lá estavam os mortos do Araguaia, que iam ser submersos. Imaginem, depois de mortos sob extrema tortura, enterrados e afogados. Então, esse plano quando aprovado já definia onde instalar hidrovia e hidrelétrica.

Não sei exatamente porque, até um tempo atrás, os ambientalistas eram meio críticos em relação à hidrovia. É certo que tinha a ideia de instalar uma hidrovia na área do Pantanal. Um desastre que destruiria uma pedra enorme, alagaria muito e praticamente detonaria o Pantanal. Porém, o fato de uma hidrovia importante poder se tornar um desastre ecológico de grandes proporções não significa que os ambientalistas devam ser contra as hidrovias. Ao contrário, na atual gestão do Ministério do Meio Ambiente somos favoráveis a hidrovias. Elas desmatam menos, porque não são como estradas que criam “espinha de peixe” (aquilo de um lado e de outro), e têm asfalto e a poluição do diesel causada pelos caminhões. Uma das principais vantagens das hidrovias é ter um custo mais barato, em 60 a 70%, do que as rodovias. E elas criam uma ponte com a área da agricultura. E deve-se fazer simultaneamente a hidrelétrica e a eclusa, em que se ganha 50% do valor, ou seja, é um projeto que fica mais barato.

Esse plano de bacia, que resolvi levar a voto pela primeira vez, incluía o conceito de que algumas hidrelétricas eram boas, o que não significa ter aprovação imediata. Ao contrário, elas têm que passar pelo licenciamento ambiental, apresentar EIA-RIMA, ter audiência, entre outros quesitos. E aquelas e aquelas outras não eram aconselháveis. Claro que antes conversei com o presidente Lula – embora eu seja aparentemente muito maluco – e também com a ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, e lhes disse: “80% da energia está aqui, 20% do que está previsto não vamos realizar e vamos deixar o Araguaia sem hidrelétrica; as outras podem ser contestadas, mas é muito mais difícil um ecologista ou um membro do Ministério Público contestar algo que passou pelo Conselho de Recursos Hídricos, em que tem assento o ecologista, a universidade, o governo estadual, o governo federal e o empresário”.

Pode-se contestar? Sim. Mas é mais difícil um juiz dar uma liminar e mandar parar uma obra que está prevista por meio de plano de bacia em que várias outras foram rejeitadas. Elas vêm com mais legitimidade, porque a discussão do licenciamento ambiental alcançou um patamar diferente daquele

em que cada hidrelétrica é uma guerra. Nesse contexto, todos os ambientalistas são contra, e todos os do governo são a favor: isso é maniqueísmo. Temos de superar o maniqueísmo, dando espaço para alguma racionalidade e desenvolvendo uma visão integrada e de conjunto.

Ainda em relação a esse caso, eu disse ao presidente Lula: “Está previsto no PAC, mas não vamos licenciar, nem sequer vamos analisar. Assim vamos ganhar tempo para analisar melhor aquelas que consideramos boas. Aquelas outras, talvez daqui a dez anos podemos voltar a pensar no assunto”. Também comentei que quanto àquelas três ou quatro que iam ser no Araguaia, sequer abriremos o processo de análise, porque não está previsto no plano Araguaia-Tocantins. Esse exemplo é bastante interessante, não pelo fato em si, mas porque outras bacias podem ser mais complicadas do que essa.

O exemplo é a nova metodologia, uma forma de escapar do maniqueísmo com o qual sempre perdemos, mesmo em um governo do PT. O DNA do PT é produtivista, vamos falar isto em português claro. O governo do PT, sem sombra de dúvida – não falo por ser petista histórico e deputado em sexta legislatura pelo PT – é o melhor governo que já passou por este país. Ele diminuiu a desigualdade social, criou empregos, organizou a economia, deu dignidade para a mulher, fez uma mudança no sistema da aposentadoria (que passou a sair em um mês quando antes demorava três anos), combateu o trabalho infantil. Além disso, encarou a questão dos homossexuais e criou um programa nacional contra homofobia. Qual país conta com um programa assim? Cá para nós, não era de se esperar que alguém com o perfil do presidente Lula, que não é um intelectual urbano, é um sindicalista – o homossexualismo é um assunto complicado dentro da fábrica, e existe contra ele preconceito na universidade, no teatro, o que não dizer na fábrica – fizesse o programa mais avançado do mundo no combate à homofobia. Quero prestar este depoimento porque sou militante da área e autor de leis que defendem esses setores.

Agora, voltando ao tema anterior: o DNA do nosso governo é produtivista. E por que é assim? Porque a esquerda é fundamentalmente produtivista. Nós, os chamados ecossocialistas, ecolibertários ou ecorrevolucionários ou eco qualquer coisa, formamos uma composição de menos de 10% do PT. Quem não conhece o partido e vê um documento assinado pelos ambientalistas do PT fica imaginando que deve ter umas 30 mil pessoas envolvidas, uns 50 prefeitos, uns 80 deputados federais. Contudo, nós da área sabemos quantos são os governadores, os prefeitos e os deputados que dão apoio às medidas que precisamos implementar. Enfim, quantas pessoas estão ligadas a esse movimento? E na hora de discutir algo dessa natureza que estamos fazendo aqui quantas vão bancar uma posição que não seja a produtivista?

Estamos falando com honestidade, porque o PT é o partido mais ecologista do Brasil. Vejamos o caso do Partido Verde (PV). Se considerarmos toda a bancada do PV, tirando dois ou três, os demais poderiam estar em qualquer outro partido, da direita ou da esquerda, ou em qualquer associação para fins desconhecidos. Então, em resumo, o Partido dos Trabalhadores é o mais ecologista.

### **A GUERRA DA RODOVIA 319**

Como todos sabem, a BR-319 é uma estrada que vai de Porto Velho a Manaus. É uma estrada que já existiu, já foi asfaltada, mas atualmente sobraram apenas 200 km de cada lado e 450 km dela foram tomados pela floresta. O ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, quer porque quer fazer essa estrada. O governador Eduardo Braga era contra, queria uma ferrovia, mas agora é a favor da estrada. As bancadas do PT, tanto de Rondônia quanto do Amazonas, são favoráveis à estrada. A hidrovía que o Jorge Viana defende, a hidrovía do Madeira: manda desassorear, instalar porto e navio mais veloz de fundo chato, para segurar quando o rio estiver menos cheio. Assim, não se demora três dias de viagem, e sim 20 horas comparando com as 16 horas de estrada. De 20 para 16 digamos que não existe grande diferença. O presidente Lula me disse que a posição do governo era fazer a estrada. Eu disse para ele que era contrário, mas que ia tratar do licenciamento porque era da competência do MMA, como órgão responsável pela minimização dos impactos.

Parei o licenciamento da BR-319, criei um grupo de trabalho formado por três ministérios – MMA, Transportes e Integração –, por dois governos e por especialistas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Esse grupo trabalhou dois meses, prorrogou um e apresentou dez condições para a implementação do projeto: fazer tantos parques, colocar guarita, marcação, gente para tomar conta, pessoal da Marinha, e outros itens, como a criação de 10 milhões de hectares de área protegida.

E esse grupo teve a preocupação de indicar cada etapa correta para o cumprimento de todo o processo: cada item antes da LP, da LI e da LO. Fizemos isso analisando o que aconteceu na BR-163, a estrada que liga Cuiabá a Santarém. A ministra Marina deu a licença em 2005 e elaborou um projeto perfeito de distrito florestal, que recebeu o auxílio de Ciro Gomes e de outros políticos. E o projeto é muito bom. Aliás é um pouco semelhante ao nosso, em que aperfeiçamos a estrutura conceitual do corredor que pretendemos formar na BR-319, semelhante à ideia do distrito da BR-163. O que aconteceu? No documento relativo à BR-163 não estava escrito que o corredor

tinha de ser instalado antes da LP. Aí foi o grande erro, porque a licença foi concedida mas até hoje não se deu início à pavimentação com asfalto e o desmatamento quadruplicou.

Quando o governo divulga que uma estrada vai ser asfaltada, provoca uma grande expectativa de valorização do entorno. Então, cada sujeito vai para lá com seu machadinho. Comentei com o presidente Lula que sou contra a BR-319, mas ele disse que é para fazer. Portanto, a minha função é ou sair do governo ou aplicar condições que minimizem ao máximo o desmatamento do coração da Amazônia, de sua área mais protegida. E ainda pensei: logo agora que convenci o presidente Lula sobre a importância de um plano de metas, que ele assinou em 1º de dezembro de 2008. Isso foi um avanço, porque a meta central do plano é reduzir drasticamente o desmatamento da Amazônia. E a Noruega que pretende doar um milhão de dólares, e já doou 150 milhões, no Fundo Amazônia presidido por nós – MMA, com a sociedade civil, CUT, Contag e SBPC. Um medida boa e soberana, em que o doador nem participa. O que aconteceu?

Apresentamos dez exigências rigorosas. No início, o ministro Nascimento não se deu conta, falou que ia custar milhões. Mas quando percebeu que não tinha tempo para fazer a demarcação, quer dizer, colocar marcos, construir as casinhas, ocupar, colocar barreira do Exército, deslocar para a região o pessoal da Marinha, ele começou a pressionar o presidente Lula e a ministra Dilma Rousseff para primeiro fazer a estrada e depois cumprir as condições.

Fui explicar a minha situação para o presidente Lula e disse: “Vossa Excelência está sendo injusto comigo. O dia em que eu licenciar esta estrada, estarei arrasado, porque vai ser manchete nos jornais: “O ministro do Meio Ambiente licencia estrada que vai acabar com a Amazônia”, independente de condição ou sem condição, estou morto. Dizer que já teve estrada no passado, que não queremos desmatar, não importa, porque vão dar aquela manchete. Imaginem se licenciar sem cumprir aquelas condições do grupo do trabalho que eu mesmo criei. Como não sou propriamente ingênuo, tive a preocupação de registrar no processo de licenciamento as dez condições e divulguei no site do MMA. E o presidente Lula me chamou outra vez para discutir com o Nascimento o projeto da BR-319, de maneira que mandei dois “ferrabraz” do Ibama de helicóptero para ver uma a uma se tinham feito algo do que fora exigido: a guarita, a demarcação, o posto do Exército, entre outras coisas. Moral da história: em 95% do território não tinha sido feito nada. E como citei antes não sou propriamente ingênuo, e o fato de ter deixado registradas as condições no processo do licenciamento e no site do MMA, quem vier depois de mim e mesmo para o acompanhamento em nossa gestão terá como saber, passo a passo, em

que deu a fiscalização. Existem muitos elementos encadeados nisso: a questão ambiental, a internacional, Copenhague, um bilhão de dólares da Noruega, o Fundo que foi assinado por todos nós. E obviamente os ambientalistas do PT, de quem espero a mesma ênfase na defesa da que tem na hora de criticar. Porque os ambientalistas são muito corretos e incisivos na hora de criticar e são mais tímidos, embotados, na hora que o ministro ecologista enfrenta a crítica pesada e o fogo cruzado.

É razoável que as pessoas critiquem, é bom, a crítica faz bem e, naturalmente, agora recebi cartas de apoio da Contag, da Fetraf, da CUT e naturalmente estou imaginando que, em algum momento, os ecologistas do PT vão também me apoiar na hora que a presidente dos ruralistas, a Kátia Abreu, “pedir o meu pescocinho”. Já nem peço que não seja tão enfaticamente quanto naquela hora em que fui criticado, ainda que seja tenuemente, sutilmente, mas diga que não preferia que fosse a presidente do Conselho Nacional da Agricultura a pedir o pescocinho do nosso querido amigo Carlinhos Minc. Tudo bem, há de chegar a hora, cada um conhece a sua hora e cada um seguramente vai saber como agir com a sua consciência histórica. Considero que cometemos muitos erros com relação ao sindicato e à pequena produção, ao processo de licenciamento. E vamos continuar sendo apenas esses 10% enquanto não conseguirmos incorporar as prefeituras, os sindicatos, a agricultura familiar.

O grande desafio do PT e de seus ambientalistas: não ser os eternos arautos das derrotas gloriosas, mas sim os que conseguem empolgar as grandes massas do partido, dos sindicatos, para fazer um mundo mais sustentável, mais justo e mais respirável.



**HAMILTON PEREIRA****INCORPORAR A SUSTENTABILIDADE  
SOCIOAMBIENTAL NO CICLO  
DE DESENVOLVIMENTO**

Tivemos o planejamento centralizado cuja expressão maior foi o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) do governo Geisel, durante a ditadura militar. Então, passamos esse hiato e a anarquia do mercado absoluta – quando o presidente da República dizia que o Estado não serve para nada, que noção de pátria era uma coisa ultrapassada. E agora, o que somos nós? É possível produzir uma síntese? Não sei se é possível, mas nossa obrigação é produzir uma nova síntese. Porque não é cabível, em uma perspectiva de esquerda que hoje tem condições mais favoráveis para vingar no país, que se abra mão de um novo papel do Estado – certamente não pode ser o Estado do segundo PND, nem tampouco a anarquia do mercado.

Temos que introduzir essa noção de planejamento democrático e participativo, em que o governo Lula avança, às vezes recua, e outras limita. Vou citar um caso específico da questão ambiental: nós realizamos três Conferências Nacionais de Meio Ambiente durante o governo Lula, mas não haverá a quarta. Nenhum gesto nessa direção foi tomado, o que é lamentável porque esse processo faz parte da nossa identidade como governo. E não apenas como selo, e sim como parte de um negócio mais profundo do que aquilo que nossa gestão tem significado para o Brasil.

Ainda quero tocar em um tema que considero que não pode ser ignorado. Mencionei a terceira Conferência Nacional de Meio Ambiente, que tratou do tema das mudanças do clima. Nós mobilizamos mais de 100 mil pessoas, o que para essa agenda não é pouco. Foram 120 mil pessoas que participaram no processo em todo o país, e formularam um documento que foi apresentado ao presidente da República pelo ministro Carlos Minc, em setembro de 2008. Trabalhamos em uma perspectiva de educação política no melhor sentido do

termo, envolvendo as pessoas, mas que ainda não resultou em uma política nacional, e que é indispensável. A esquerda, e particularmente o PT, não pode abrir mão dessa agenda. Ela pode ser um dos elementos diferenciadores na disputa que vamos travar.

No Rio de Janeiro, afirmei, em uma reunião do partido, que nós temos que identificar quais são as diferenças entre a possível candidatura José Serra e a possível candidatura Dilma Rousseff. Se dissermos que a Dilma foi da resistência à ditadura, o Serra também foi; a Dilma é desenvolvimentista, o Serra diz que sempre foi. No governo Fernando Henrique ele se alinhava àqueles que tencionavam contra o Malan. Pode alguém arriscar-se a dizer que a Dilma tem grande sensibilidade social, mas o Serra diz “eu fiz os genéricos”. Então precisamos identificar a discussão do ponto de vista da postura anticapitalista que temos de assumir como fator de diferenciação. Só que isso não pode ficar na bandeira ou na afirmação ideológica, necessária, mas insuficiente. É preciso traduzir isso em um conjunto de programas e medidas que, a meu juízo, deve incorporar a noção da sustentabilidade socioambiental à cultura do novo ciclo de desenvolvimento.

## CAPÍTULO SEGUNDO

# CRISE MUNDIAL E AS RESPOSTAS DO BRASIL





**ALOIZIO MERCADANTE****CRISE MUNDIAL:  
CRISE ESTRUTURAL**

A crise internacional que estamos vivendo é estrutural, cuja gravidade é a mesma da crise de 1929. Em muitos indicadores é até mais grave do que aquela. O diferencial é que em 1929 o protecionismo, iniciado pelo presidente Herbert Hoover nos Estados Unidos e depois alastrado pelo mundo, aprofundou a crise. O nacionalismo e a xenofobia deram lugar ao Hitler que não existia em 1926, e em 1934 teve 44% dos votos na Alemanha, ao Mussolini, e a políticas semelhantes no Japão. A crise, na verdade, começou no Tratado de Versalhes, foi aprofundada em 1929, e sua saída foi a Segunda Guerra Mundial

Embora com atraso e com menor intensidade, o Brasil foi atingido pela crise. A queda no volume de comércio internacional e nos preços das *commodities*, a redução dos fluxos de investimento e financiamento externo e o encarecimento do crédito externo, a crise de confiança e seu impacto nas expectativas dos agentes econômicos incidiram fortemente sobre a produção, os investimentos e o emprego. As saídas de capital financeiro e a instabilidade da economia internacional criaram incertezas e volatilidade nos mercados de câmbio e de ações.

Apesar do sistema bancário brasileiro não ter sido contaminado pela proliferação dos ativos “tóxicos”, algumas empresas, que haviam se envolvido em operações de risco no mercado futuro de câmbio, sofreram perdas significativas com a desvalorização do real. O encolhimento do crédito interno e externo restringiu as atividades e os planos de produção das empresas e aumentou a disputa pelos recursos disponíveis, afetando as empresas de menor porte e o segmento de crédito ao consumidor. A redução das vendas de bens oriundos de cadeias de produção mais extensas e integradas –como é o caso

do setor automotivo – produziu impactos significativos no nível de atividade e no emprego industrial. A diminuição do emprego formal foi particularmente relevante nos setores ligados à exportação ou que haviam ampliado fortemente sua escala de produção nos meses anteriores.

A pronta reação do governo federal limitou a extensão dos danos causados pela crise de crédito e pela retração da atividade econômica. Foram disponibilizados recursos para o financiamento das exportações e para cobrir compromissos externos das empresas, num montante superior a 45 bilhões de dólares. Os bancos públicos ampliaram a oferta de crédito, adicionaram-se 100 bilhões de reais aos recursos do BNDES destinados ao financiamento de investimentos, e liberou-se uma parcela de 99 bilhões de reais do depósito compulsório dos bancos para reforçar a liquidez do sistema bancário. Ampliaram-se também os recursos da agricultura no Plano Safra e para o financiamento habitacional destinado aos setores médios. O reajuste do salário mínimo foi antecipado, injetando 27 bilhões de reais na economia, e estendeu-se a sete semanas a cobertura do seguro-desemprego. Modificou-se a tabela do imposto de renda para beneficiar os contribuintes de menor capacidade econômica e ampliou-se a abrangência do Bolsa Família. Reduziu-se a carga fiscal sobre a produção de automóveis e motos, geladeiras, máquinas de lavar, fogões e tanquinhos, e sobre insumos e materiais para a construção civil. Preservaram-se os recursos para o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, reduziu-se a meta do superávit primário em 2009 para 2,5% do PIB, e excluiu-se, a partir deste ano, a Petrobras da meta de superávit primário do setor público. Além disso, foi lançado o já citado programa de habitação popular Minha Casa, Minha Vida, para a construção de um milhão de moradias, um programa de 34 bilhões de reais com 16 bilhões de subsídios para famílias com renda inferior a 3 salários mínimos. Preservou-se o volume do Fundo de Participação dos Municípios no mesmo valor nominal de 2008, ano no qual houve um aumento de 27% nos repasses aos municípios.

Apesar de essas medidas não terem impedido a queda do PIB no primeiro trimestre de 2009, elas se expressaram logo no melhoramento de vários indicadores conjunturais. Novas medidas ainda foram tomadas pelo governo no curso de 2009, como a extensão até o fim do ano dos estímulos fiscais aos setores automotivo, linha branca, construção civil; como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados para 70 itens de bens de capital, alguns com alíquota zerada. Houve também várias medidas de desoneração financeira, entre elas a redução em 0,25% da taxa de juros de longo prazo, caindo para 6%; a redução do custo dos empréstimos da União ao BNDES (de 8,75% para 6%); a redução da taxa de juros para o tomador de empréstimos no BNDES

para aquisição e produção de bens de capital e para inovação; diminuição da taxa de juros para 4,5% nos empréstimos para aquisição de caminhões; a criação de dois fundos garantidores para facilitar o acesso ao crédito e reduzir seu custo e o risco das operações para micro, pequenas e médias empresas, para aquisição de bens de capital e caminhões; ampliação em 33 bilhões de reais dos recursos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal para o financiamento das micro, pequenas e médias empresas, com um custo 30% menor para capital de giro e investimento.

Os dados relativos ao segundo e terceiro trimestre de 2009 confirmam a tendência à reativação da produção e do emprego, à recuperação dos preços de *commodities* relevantes na nossa pauta de exportações, à melhoria geral do ambiente econômico e das expectativas dos agentes. Ou seja, apesar da magnitude e virulência da atual crise internacional, o impacto sobre a economia brasileira foi muito menor em comparação com crises anteriores muito mais brandas, como as que ocorreram na década passada, que levaram o país à beira da bancarrota, obrigando-o a recorrer ao FMI e a submeter-se, por um longo período, a suas condicionalidades. Isso porque, ao contrário do que foi o habitual no passado, o país tem hoje espaço e capacidade, como em nenhum outro momento, para implementar políticas anticíclicas consistentes e sair na frente na retomada pós-crise.

Mas esta é uma crise global, que requer soluções globais. Na busca de superação da crise, Barack Obama está ajudando, e o Lula teve um papel muito importante e o G20 um papel fundamental. A inflexão da crise começou na reunião do G20, quando se fez um aporte de recursos ao FMI, especialmente para socorrer o Leste Europeu que desmoronou na crise. O FMI precisava de 500 bilhões de dólares a mais e o Brasil, hoje, aporta recursos para ajudar a encontrar uma alternativa e amenizar a crise internacional. Com parceria, coordenação, governabilidade democrática, democratizando o núcleo de gestão da política econômica global, e a ideia de um Conselho de Estabilização Financeira para fazer a reforma do sistema financeiro, atacar o problema dos paraísos fiscais, flexibilizar sigilos bancários, é uma grande agenda do futuro.

Uma atitude mais keynesiana dos Estados Unidos, de mais gasto, mais investimento público foi pactuada nessa reunião do G20. O déficit público americano tende a ser de 13% do PIB neste ano de 2009, enquanto o déficit público da União Europeia pode ser de 10% do PIB. Se incluirmos as garantias bancárias pode chegar a 26% do PIB, se forem executadas, o déficit deste ano na União Europeia e dos Estados Unidos vai girar em torno de 26% do PIB – uma hipótese de até onde podem chegar. Para sentir

a magnitude disso, lembremos que toda a nossa dívida pública brasileira, acumulada durante tantos anos é de 37% do PIB. Barack Obama já começou a cortar gastos. Nesta crise, provavelmente os Estados Unidos vão perder o lugar que tinham na história econômica e não manterão mais a capacidade de consumo que tinham. O consumo americano estava baseado em profunda capacidade de sua indústria financeira, mercados derivativos, o papel dos grandes bancos americanos, que se apropriavam de 60% da poupança mundial para o consumo americano. A sociedade americana, as indústrias e as famílias se transformaram em uma sociedade muito endividada (cada família americana deve 1,4 vezes a sua renda anual) que vinha montada em um sistema financeiro que desmoronou. Os derivativos eram 75% da liquidez e 802% do PIB mundial. Isso arreventou. Os débitos sequentizados eram 142% do PIB mundial, os outros agregados monetários 122%, e a base monetária era basicamente 10% do PIB. Então, era uma pirâmide invertida e isso era uma alavancagem sem precedentes. Em um banco, como o Lehmann Brothers, que quebrou, a alavancagem era de 35 vezes, e havia fundos com alavancagem de até 65 vezes. Isso significa que para cada dólar disponível, ele emprestou 35. Para cada dólar do fundo, ele alavancou 65. Dessa forma, esse mercado financeiro desmoronou e com ele o crédito e a capacidade de consumo.

Em 2001, o Citibank tinha um ativo de 250 bilhões de dólares e a maioria dos bancos de 50 bilhões. Os maiores eram todos americanos e um pouco de europeus. A maioria daqueles bancos todos dobraram o capital em poucos anos. O que sobrou em 2009: os três primeiros bancos são chineses e o resto desabou. Os daqui, o Bradesco, o Itaú e outros foram subindo enquanto os grandes bancos que estavam na ponta desapareceram. O Citibank chegou a valer só 4 bilhões de dólares, o Bank of America também estava entre os quebrados. Nesta crise, o maior banco do mundo quebrou, o Loyds Bank, que emprestou para o império brasileiro. Então, esse mercado financeiro não pode voltar a ser o que era, não pode ter mais alavancagem nem mais a liquidez, porque esse modelo está esgotado. E, com isso, a economia americana, que viveu desse modelo, foi perdendo a base manufatureira, que foi se deslocando para a Ásia, para os Brics. Ela não terá condições de sustentar o consumo. Há um declínio da economia americana, e também da europeia, movido sobretudo pelo Leste Europeu, que, nesta crise, representa o que a América Latina foi na década de 1980.

Então, quais são os países emergentes? China, destacadamente, Índia e Brasil. E nós temos um diferencial: somos um país democrático, com transparência, previsibilidade, separação dos poderes, instituições que estão se conso-

lidando. E somos um país com potencial agrícola e energético fantástico, com hidroenergia, e o pré-sal que vai colocar o Brasil em seis ou sete anos como um grande exportador de derivados de petróleo. Enfim, um país em que existe uma indústria diversificada. Hoje em apenas dois países do mundo a indústria automobilística voltou a crescer, no Brasil e na China. Em todos os demais, a indústria desmoronou e não voltou a retomar o crescimento.

O Brasil tem um mercado interno de massas que está se consolidando e um sistema financeiro sólido, condições para resistir à crise. Não temos como vencer a crise sozinhos. Nossa participação no PIB mundial é de menos de 2%. A dos Estados Unidos é de 23%, a Europa, 28%, o Japão, 10%; quer dizer, a saída depende muito mais deles do que de nós. Contudo, nós temos condições de resistir e sairemos da crise antes de outros países. E nós poderemos sair sustentadamente, aprofundando o modelo de mercado de massas, de inclusão social, mantendo a marca da sustentabilidade ambiental, um diferencial que o Brasil não pode perder, especialmente na cúpula de Copenhague, porque as exigências vão ser muito mais rígidas na área ambiental e tem que ser muito mais rígidas.

Nesse quadro, o Brasil pode sair na frente. A nossa vantagem comparativa estratégica vai ser tanto maior se formos cuidadosos na questão fiscal. Porque imagina o que vai ser financiar essa dívida que os Estados Unidos, a Europa e o Japão estão criando. Imaginem o que vai acontecer com a inflação e com a taxa de juros no mundo, que vão subir agressivamente em um futuro próximo. Se nós formos cuidadosos na questão fiscal, fazendo a política anticíclica, mas mantendo a relação dívida/PIB, sendo mais austeros nas despesas públicas, com gasto corrente, para manter investimentos em políticas sociais, na saída da crise vamos ter espaço para ter juros baixos. E, pela primeira vez na história, o nosso custo de capital vai ser menor que o dos outros países. Nós vamos continuar podendo baixar os juros sustentadamente.

E assim vamos poder recuperar a capacidade de investimento do Estado, em uma hora em que os Estados, os principais Estados do mundo, vão estar fragilizados, pressionados por políticas monetárias, tendo que fazer fortes ajustes fiscais e com dificuldades de sair da crise. Portanto, creio ser este um cenário extremamente promissor, muito mais promissor do que tudo o que nós fizemos.

Nesse período cometemos grandes erros. Não foram pequenos para o nosso partido e para o nosso governo, mas observando ao menos para esses 30 anos de nossa história, para chegar aonde nós chegamos, vamos olhar para trás e sentir muito orgulho do que fizemos. Sim, porque, este é o momento de maior distribuição de rendas, de maior inclusão social e, portanto, nós vie-

mos para isso, para mudar estruturalmente o Brasil. E mudamos. Mudamos as relações internacionais e as relações sociais, criamos bases sólidas para o país crescer, para ter horizonte promissor, para ganhar credibilidade e fizemos isso no marco da democracia. O novo governo vai enfrentar um desafio imenso, porque vai ter de ser muito melhor do que este foi, e é possível. O mais importante: é possível ser muito melhor do que fomos, porque criamos condições históricas para isso. É o grande desafio que temos pela frente.

JÚLIO MIRAGAYA

**AGORA UM POUCO MAIS  
QUE UMA MAROLA,  
ANTES UM TSUNAMI**

Quando o presidente Lula se referiu à crise internacional como “uma marola que chegaria ao país” (e acho que tenha sido um pouco mais do que uma simples marola) ele levou muita pancada da mídia, dos economistas conservadores. Mas o significado do que ele disse é que, nos governos anteriores, quando ocorriam marolas lá fora, aconteciam verdadeiros tsunamis aqui. Assim foi na crise no México de 1994/95, pois em escala internacional foi uma marola, mas tivemos um tsunami no Brasil; em 1997 no sudeste asiático, mais uma marola para o mundo, mas a repercussão aqui foi parecida com a crise do México; em 1998 na Rússia, para o mundo uma marola, aqui dentro um tsunami.

O que aconteceu agora com a crise de 2008/09 foi um tsunami no mundo inteiro, mas não aqui e em alguns poucos países. A economia brasileira tem sido, e isto é reconhecido por vários órgãos internacionais, uma daquelas que tem resistido melhor ao impacto que aconteceu lá fora. É fundamental entender que o Brasil, a China, a Índia, e mais algumas poucas exceções, já tiveram revertida a crise, vão crescer menos do que vinham crescendo, mas vão crescer, ao contrário do que está acontecendo nos países da União Européia, nos Estados Unidos ou outros países emergentes, como o México, por exemplo, que está afundado numa crise imensa, devendo apresentar uma retração em seu PIB da ordem de 7% ou 8% em 2009.

Isso diferencia drasticamente o que foram os quase sete anos do Governo Lula dos outros anos anteriores. Acho que, nesta linha, a gente pode citar a drástica redução de nossa vulnerabilidade externa; a recuperação do papel do Estado, que fez a diferença, inclusive no enfrentamento da crise, com o fortalecimento dos bancos oficiais, da Petrobras e de tudo aquilo que estava sendo encaminhado no governo anterior para ser detonado. Na recente dis-

cussão que se teve sobre o *spread* bancário e o Banco do Brasil, tem total razão o Presidente Lula ao dizer que o interesse do acionista importa, mas, acima do interesse do acionista, tem o interesse da nação brasileira. Esta questão mostra concretamente uma dimensão do papel relevante do Estado, ou seja, como o Estado se posiciona é uma questão essencial.

É verdade que ainda há muito para ser feito. Lembro-me, por exemplo, que um dos problemas graves na balança comercial brasileira atualmente é o setor de fertilizantes. O Brasil está importando hoje entre 70 e 75% dos fertilizantes (ou insumos para sua produção) que consome, e isso tem gerado um problema sério nos custos da nossa agricultura. Poucos se lembram que o setor de fertilizantes era praticamente estatal até início da década de noventa, foi privatizado, e a tal eficiência do privado foi incapaz de dar auto-suficiência para um setor que é estratégico.

Outro tema onde ainda falta fazer muita coisa é a reforma tributária. Da forma como está colocada, não é aquela que a gente imagina há 20 anos para ajudar a mudar a estrutura social deste país. Também a questão agrária é um problema que ainda não enfrentamos na sua devida dimensão. É uma questão que vai ter que ser enfrentada e de uma forma difícil porque de um lado temos a nossa bancada pela reforma agrária, diminuta, embora aguerrida, e de outro a bancada ruralista, boa parte dela na base de apoio do governo e de alguma forma atuando numa perspectiva absolutamente contrária ao programa de governo que o povo elegeu.

Poderíamos também falar de algumas bandeiras sindicais como a bandeira do pleno emprego e da redução da jornada de trabalho para 40 horas. Avançamos na criação de empregos, na formalização do trabalho, mas, não obstante esses avanços, temos ainda um contingente enorme de pessoas que estão desempregadas, sem falar no subemprego, temos a grande rotatividade no trabalho, um instrumento que o capital utiliza no sentido de rebaixamento do salário.

Temos ainda a armadilha do superávit primário, que resultou numa transferência média de 150 bilhões de reais/ano para o setor financeiro e os rentistas nos sete anos de Governo Lula. Nesta armadilha do superávit primário, embora tenhamos melhorado, pois no Governo FHC representava de 8 a 9% do PIB, e agora estamos na faixa de 5%, ainda é muito.

Por fim, dentro de uma visão de longo prazo, temos que trabalhar a perspectiva do desenvolvimento brasileiro no contexto da América Latina, cada vez mais fortemente, e um dos méritos deste governo foi ter avançado nessa perspectiva. Com o início e as primeiras medidas de consolidação da UnaSul, o governo Lula derrubou a perspectiva com que se trabalhava anteriormente que era a ALCA, absolutamente nociva aos interesses nacionais e dos países vizinhos.

**ARTUR HENRIQUE****A CRISE, SEUS RESPONSÁVEIS,  
O PAPEL DO ESTADO  
E O EMPREGO**

Para nós da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a crise que atravessamos tem nome, responsáveis, RG e endereço, tanto lá fora quanto aqui no Brasil: são aqueles que implementaram as políticas neoliberais do governo FHC desde a década de 1990. Imaginem o que seria do Brasil hoje se tivesse de enfrentar a crise sem o BNDES, a Petrobras, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Eletrobrás? Era o que eles gostariam de ter conseguido vender, mas não deu tempo, ainda bem. Houve também uma mobilização social importante contra a continuidade das privatizações. Eles venceram o debate na década de 1990, mas depois perderam, principalmente nas eleições de 2002 e no segundo turno de 2006, a ponto de ver o candidato deles a presidente da República, Geraldo Alckmin, ter de vestir um boné dos Correios, uma camiseta da Petrobras e uma jaqueta da Eletrobrás, dizendo que nada mais seria privatizado.

Queremos trazer aqui um pouco da nossa visão a respeito desse debate, apresentando em um primeiro momento o tema do enfrentamento da crise e os principais pontos de discussão realizados junto a outros setores. E nosso objetivo é fazer isso ao longo dos próximos 12 meses, em uma etapa de construção de uma plataforma para a classe trabalhadora em 2010, enfocando justamente o debate sobre o modelo de desenvolvimento.

Portanto, primeiro vou fazer uma análise muito rápida sobre o enfrentamento da crise e a nossa visão sobre este momento. Principalmente, tentar levantar pontos a respeito do que temos chamado de modelo do pós-crise e de como construir uma articulação com o movimento sindical e o movimento social, e as esquerdas tanto do Brasil como de vários países, em busca de saídas para a crise.

A crise atinge os setores de forma diferenciada, de modo que é muito perigoso analisá-la com base em propostas genéricas. Para se ter ideia de como o oportunismo se espalha: vários empresários ou vários setores empresariais, em nossa opinião, fazem ajustes em suas empresas alegando a crise como desculpa. Assim, usa-se essa justificativa e a crise transforma-se no grande tema do debate nacional e internacional, em que se aponta a necessidade de ajustes como solução.

Vamos verificar um exemplo bastante simbólico: a Vale do Rio Doce anunciou que o lucro do primeiro trimestre de 2009 foi de 3,2 bilhões de reais, em torno de 0,8% menor do que no primeiro trimestre do ano anterior, o que não se trata de uma empresa que está falindo ou que apresente problemas sérios do ponto de vista de sua sustentação. A China, a Rússia, a Índia e outros países reduziram o pedido de compras do minério de ferro por conta da crise internacional e da falta de crédito, mas existe apenas um setor da empresa atingido e não o seu conjunto. E assim como esse há outros exemplos, envolvidos em uma questão importante ligada à responsabilidade social, ao papel dos bancos e dos fundos de pensão, assuntos também relevantes a serem discutidos.

No contexto do combate à crise temos de dar continuidade à luta pela redução dos juros e do *spread* bancário. Em um seminário recente, a professora Maria da Conceição Tavares afirmou que, finalmente, ela entendeu porque os juros eram tão altos. E alguém perguntou: “Por que os juros eram tão altos?”. Ela respondeu: “Para baixar na hora da crise”.

O *spread* bancário é um negócio, eu diria, criminoso. Recentemente em um debate no *Globo News* com o Carlos Alberto Sardenberg, ele me disse: “Como é que pode o presidente da República trocar o presidente do Banco do Brasil, para fazer reduzir o *spread* bancário? Como é que ficam os acionistas do Banco do Brasil, quando você substitui o presidente do Banco do Brasil por outro que vai reduzir o lucro do banco?”. “Isso não é incoerente?”, o ilustre jornalista perguntava. E eu respondi: “Lucro? Nós estamos falando de 26% de *spread* bancário, isso não é lucro, é extorsão, usura, roubo ou qualquer outro nome que se queira dar. Não pode a sociedade inteira pagar para meia dúzia de acionistas do Banco do Brasil”. Então, o debate sobre a redução do *spread* bancário para nós continua sendo fundamental – um dos aspectos centrais dessa discussão do combate à crise.

Outro ponto da maior relevância é a continuidade do papel do Estado. Para nós, é de enorme importância a manutenção do papel do Estado, e isso inclui o PAC, o Bolsa Família, os Territórios da Cidadania. E também é preciso incluir a atuação dos governos estaduais e dos governos municipais,

porque não é somente o governo federal a ser atingido pela crise. Então, temos uma preocupação com o enfrentamento do debate, que passa inclusive pela questão da mídia.

O terceiro elemento a ser destacado é a possibilidade de concertação nacional: temos muito orgulho de ter feito o maior acordo coletivo do mundo, sobre o salário mínimo. É o maior porque na China não tem acordo coletivo. Ele envolve 40 milhões de pessoas que, direta ou indiretamente, necessitam do salário mínimo, cuja importância tem relação estreita com a distribuição de renda. Qual problema enfrentamos? Esse pequeno e poderoso instrumento de distribuição de renda para os próximos anos ainda não foi aprovado pelo Congresso Nacional. Então a política de valorização do salário mínimo até 2023 é uma questão estratégica e fundamental para ser votada no Congresso Nacional neste ano de 2009. Independentemente de quem estiver no governo em 2011.

Há, como quarto elemento, a questão do emprego. Apesar de todos os números extremamente positivos demonstrando que é possível crescer, distribuir renda e gerar empregos, como o governo Lula provou, temos uma situação a ser superada: a rotatividade dos empregos. Em 2008, foram desligadas 15,2 milhões de pessoas. É verdade que tivemos 16,5 milhões de trabalhadores contratados, portanto, um saldo muito positivo. É muito bom poder comemorar: 1 milhão e trezentos mil novos empregos com carteira assinada. No entanto, 15,2 milhões de pessoas desligadas do trabalho durante 2008 é um fato que precisa ser debatido.

Desses 15,2 milhões, 61,2% são pessoas que tinham até um ano de empresa – isso se refere apenas a mercado formal, obviamente não inclui o mercado informal de trabalho. Se somarmos quem tinha até 3 anos, são mais 23%. Isso dá, portanto, 84% dos 15 milhões de desligamentos ocorridos no decorrer do ano passado. Isso não tem nenhuma relação com a crise, pois tenho dados organizados a respeito do assunto desde 1999. Eram 8 milhões demitidos no ano, quantidade repetida no ano seguinte, depois, durante dois anos foram demitidos mais 9 milhões a cada ano, daí passou a 10 milhões, 12 milhões, e no ano passado 15 milhões. Isso não tem nada a ver com a crise. É o desemprego estrutural ou a alta rotatividade estrutural que assola o mercado de trabalho, o que realmente derruba o argumento de alguns empresários que dizem ser o mercado de trabalho brasileiro muito inflexível e rígido, de modo que é preciso flexibilizar a legislação e os direitos trabalhistas, porque é caro contratar e demitir no Brasil. Imaginem se fosse barato?

A grande maioria das pessoas trabalha um ano, e começa a ganhar R\$600,00 ou R\$700,00. A essa altura, as empresas demitem e na sequên-

cia contratam outros profissionais por R\$500,00, e assim vamos tocando a vida. Portanto, este é um elemento central do nosso debate: a defesa do emprego, porque isso significa defesa da renda, do consumo, do mercado interno, cujo fortalecimento se relaciona, necessariamente, com o enfrentamento da crise.

AMIR KHAIR

## O BRASIL TEM FÔLEGO PARA FORTES POLÍTICAS ANTICÍCLICAS

Com relação à crise, temos amplas condições de fazer políticas anticíclicas fortíssimas aqui no Brasil. No campo fiscal, podemos reduzir o resultado primário. Neste ano de 2009, pode ficar em 2%, sem problema nenhum de mexer com a relação dívida-PIB. Podemos reduzir meio ponto por ano no resultado primário até zerar em 2013. Mesmo com crescimentos modestos de 2% a 3% do PIB se pode reduzir a relação dívida-PIB, que é o termômetro central das finanças públicas.

Esta é uma questão a ser encarada com muita seriedade, porque ela é decisiva para poder fazer políticas contracíclicas. E mais: o Banco Central não vai ter argumento para poder mexer na Selic, pois a inflação tende a ficar abaixo da meta de 4.5% neste e no próximo ano. O que mata as finanças públicas é a Selic, por várias razões. Perdeu eficácia para ser a controladora da inflação numa economia de mercado inserida na globalização. Com a crise, o comércio internacional perdeu força para todo o mundo e não vai ter uma recuperação tão cedo. O que acontece com as empresas que estavam colocando uma parcela importante da sua produção em outros países? Elas vão ter que voltar uma parte dessa produção para seus próprios países, quer dizer aumentar substancialmente a oferta de produtos internamente. Além disso, há a retração do consumo devido ao endividamento elevado da população em vários países desenvolvidos aliada ao temor da perda do emprego, o que reduz a demanda.

Assim, o que se tem é um aumento da oferta com redução da demanda, o que pode causar deflação. Registra-se preocupação nos Estados Unidos, na Europa e Japão com o processo deflacionário, que seria pior que o processo inflacionário. Na deflação o consumidor não compra esperando o preço cair

ainda mais amanhã. Não vejo risco de inflação aqui no Brasil por muito tempo, o que permitiria dar conforto – uma expressão que muita gente gosta de usar – ao Banco Central, tendo em vista que ele reduziria as suas taxas de juros Selic, podendo, dessa forma, favorecer as finanças do governo federal.

Esta possibilidade é real, e precisaria ser feita. Não temos motivos próprios de diferença com outros países emergentes para trabalhar com taxas de juros básicas tão elevadas, enquanto países emergentes, cuja inflação é semelhante à nossa, operam com taxas básicas de juros muito mais baixas. Essa anomalia só se explica pela força do rentismo no Brasil.

Os outros países já “rasparam o fundo do tacho” em matéria de taxas de juros. A Europa, os Estados Unidos e o Japão apresentam taxas praticamente zero. Eles não tem mais condições de usar políticas monetárias para estimular a economia, mas o Brasil tem de sobra. Em razão de erros históricos, temos condição de usar as taxas de juros como política anticíclica.

O Banco Central tem, ainda, condições de liberar os depósitos compulsórios para dar mais liquidez à economia, sem problema nenhum. E o fato de ter um potencial de mercado interno extraordinário, ainda inaproveitado. No *front* externo, o Brasil é um dos países de menor exposição aos humores do comércio internacional, pois sua corrente de comércio - quando somam-se as correntes do comércio, exportação mais importação dividida pelo PIB – é baixa no confronto internacional. Portanto, ele não seria tão afetado quanto a Europa, o Japão, e até mesmo a China, que tem 31% do seu PIB voltado à exportação. Diferente do México, que está com seu comércio externo atrelado ao norte-americano. Ao contrário da política externa do governo anterior, que privilegiou o comércio com o eixo Estados Unidos-Europa, o Brasil diversificou, apostando suas fichas nos países emergentes. E mais, tem *commodities* – por mais que se critique a ausência de valor agregado, elas têm muito *know-how*. Alguns analistas, como o Otávio de Barros, economista chefe do Bradesco, afirma que essa crítica não tem nenhum sentido porque produzir *commodity* é um negócio muito complicado, exige muita tecnologia. Estou apresentando essas questões porque o Brasil tem posição diferenciada no mundo. Temos também os fatores ambientais favoráveis. O Brasil tem posição diferenciada no mundo, sem falar nas questões de abundância de água e vantagens estratégicas no subsolo, na agroindústria, no clima, na extensão geográfica, etc. O país tem total condição de sair desta crise mundial com muita força, o que depende muito do governo continuar suas políticas de desenvolvimento.

Vamos verificar o Bolsa Família. Quanto sai para o governo o programa Bolsa Família? O custo é de 11 bilhões de reais por ano. Isso é um valor

pequeníssimo. O governo pode entrar com políticas sociais e de investimento em infraestrutura muito fortes. Ao invés de fazer desonerações no setor produtivo, como vem fazendo, sou favorável que ele comece a fazer desonerações dirigidas ou políticas dirigidas com recursos para a base da pirâmide. Por exemplo: discutir a questão de reduzir o INSS das empresas, uma proposta inscrita até na proposta de reforma tributária. Do ponto de vista do desenvolvimento, creio ser mais adequado reduzir o INSS dos trabalhadores. Se houver uma redução de 20 reais como um fator único para todos os trabalhadores, cria-se uma força de consumo bem maior. Isso acaba beneficiando as próprias empresas, porque a massa de consumo acaba por ativar a economia. E para o INSS, do ponto de vista da sua arrecadação, o peso é muito menor porque 2/3 da arrecadação do INSS vem das empresas, que não seria alterado.

Sou otimista e vejo a perspectiva do país com tranquilidade, já em fase de recuperação. No mundo todo começou a ter uma inflexão. As *commodities* começaram a subir, as bolsas de valores estão reagindo, e a nossa de uma forma mais intensa, por isso o capital estrangeiro está muito interessado em fazer aqui investimento direto. É surpreendente que, em 2009, estamos com 50% da balança comercial maior do que no ano passado. O mercado e várias pessoas fizeram previsões desastrosas de balança comercial e vão começar a mudar gradualmente sua opinião.

O Brasil está aproveitando o momento. As nossas *commodities* não estão tendo uma queda tão forte, tem ao contrário uma possibilidade grande de expansão porque a China está fazendo políticas fortes de incentivo interno de consumo, medida de grande repercussão por se tratar daquele país. No caso, os Estados Unidos já não têm condição de derrubar a economia de outros países. Estas questões precisam ser observadas com mais cuidado. Com o tempo, o vigor da retomada dos países emergentes se tornará mais claro.

Não tenho uma posição definitiva do que vai acontecer nos Estados Unidos e Europa, mas vejo problemas em seus horizontes. Está havendo uma mudança no mundo. Não é à toa que existe o G20 substituindo o G8, devido ao fortalecimento dos países emergentes e o enfraquecimento dos Estados Unidos e da Europa no cenário internacional. Provavelmente haverá a necessidade de fortalecimento de instituições multilaterais. Se não acontecer desse modo, o problema de protecionismo será violento, ocorrerá um retorno à questão relativa ao mercado internacional: se começar o fechamento, prevalecerá a inflação. A inflação ressurge toda vez que se fortalece a massa salarial com a economia fechada. Sem a concorrência externa, o empresário promove a remarcação de seus preços.

Em resumo, temos condições de avançar nesse processo e o país sair fortalecido da crise. Tal saída depende muito mais de políticas de governo e não das repercussões de fora para dentro. Tudo depende muito mais do comando interno. Se houver uma do espera passiva, uma onda ainda mais forte pode ser jogada sobre o Brasil.

**RICARDO AMORIM**

**O CRESCIMENTO COM  
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E  
A RESISTÊNCIA DAS ELITES**

Quando a crise chega ao Brasil ela vem com força no fluxo de investimento financeiro em carteira, no conjunto de aplicações financeiras do capital especulativo que é formada por quase 68% de ações. Ao primeiro susto da crise, esses investimentos são retirados rapidamente. É por isso que a bolsa de valores caiu e o dólar subiu. Embora a visão pareça catastrófica, não é nada tão assustador assim; é dinheiro especulativo que, de certo modo, funciona como seguro de reservas, porém, seguro ele nunca é de fato, é apenas relativamente seguro. Foi isso que impactou no primeiro momento da crise.

O quadro impactou fortemente o setor industrial. Mas porque tanto impacto neste setor já que as vendas do comércio caíram pouco? Por vários mecanismos e instrumentos, podemos perceber que graças a uma situação confortável e a uma perspectiva bastante otimista, as empresas apresentavam uma velocidade de produção muito acentuada, e investiram muito em estoque – planejado para o Natal de 2008 – e em 2009 era planejado começar uma nova linha. Mas tudo ficou paralisado. No último trimestre de 2008 a crise atingiu a todos, o crédito caiu, e as empresas, percebendo a crise, paralisaram. Isso significa que começaram a reduzir as compras, para se desfazer dos estoques, e a demitir trabalhadores. As exportações também caíram – isso é natural dada a chegada da crise –, as empresas desaceleraram seus programas de investimentos e o emprego também foi fortemente impactado. Isso tudo aconteceu nos últimos meses de 2008, foi de fato o “pé no freio”.

A título de curiosidade, os mais afetados com as demissões nas indústrias, em seus vários setores, são aqueles que recebem entre um e cinco salários mínimos; e a criação nos níveis de postos de trabalho, o saldo entre empregados e desempregados, afetou mais os trabalhadores que têm menor

educação formal. Dessa forma, apenas piorou a situação que já não era nenhuma novidade em nosso país.

Também quero chamar a atenção para as perspectivas futuras. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) tem um instrumento chamado Sensor. É o resumo de uma pesquisa realizada com entidades representativas – como Fiesp, CNI, CNA, dentre outras – através do qual percebemos que, a cada mês, as perspectivas têm melhorado. Existiu um momento, em janeiro de 2009, muito otimista em relação à crise; já em fevereiro, foi percebido que a crise era muito mais séria que se imaginava; e, de lá para cá, as perspectivas estão mais otimistas.

Mesmo com uma situação econômica complicada, com o capital internacional dominando a produção interna, ainda nos restam duas características interessantes com a crise: uma, que ela não nos atingiu de maneira muito forte, o que contribui para o apoio político importante que tem o atual governo; a outra, que os Estados Unidos estão perdendo importância na geopolítica mundial e na economia mundial, principalmente. A Ásia, basicamente a China, vem crescendo a cada ano. Isso significa, neste momento, que o neoliberalismo perde sua importância, enquanto discurso, nas possibilidades de fazer política econômica – elas não estão mais fáceis, mas estão menos difíceis.

Precisamos reconstruir o Estado. Mas, afinal, que Estado é esse que queremos? Como vamos construí-lo? Já sofremos para aumentar salário mínimo e manter a previdência, como fazer para diminuir o volume de juros? São os brasileiros os donos da dívida pública do Estado. Vamos precisar enfrentar a antiga elite industrial, que agora tem a mídia em suas mãos.

Aparentemente, o que vivemos neste momento, no cenário externo, é a chegada do capital financeiro. Chegou e ficou de maneira moderna. A financeirização da riqueza hoje é fundamental para pensar a acumulação de capital. Já no cenário interno, a nossa elite industrial, aliada aos interesses do capital financeiro, e não mais de multinacionais como no passado – que por mais que fossem complicadas ainda geravam emprego e renda –, agora estão na especulação financeira. Quem domina a indústria nacional são basicamente as multinacionais, que estão na cadeia produtiva dos setores líderes no país. As nossas empresas, quando líderes, estão basicamente nos setores de produtos de baixa tecnologia. Nesse sentido tivemos, com a colaboração do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o desmonte do Estado. Como dizia Raymond Faoro: um crime de lesa-pátria.

Se quisermos pensar em desenvolvimento econômico no Brasil duas medidas são necessárias. Em primeiro lugar, ter um governo aliado para fazer mudanças (nenhuma mudança radical está sendo pedida, até porque pode dar

problema, até mesmo para a estabilidade do país). Em segundo, o enfraquecimento do discurso liberal, até então economicamente hegemônico, mas que está enfraquecido, o que nos deixa em um cenário externo mais fácil (hoje, o Banco Mundial vem pedir empréstimos ao Brasil).

Então, temos um governo favorável, um cenário internacional relativamente favorável também. O problema, que me parece mais grave, é interno. Embora eu tenha reclamado muito do Fernando Henrique, vou usar o conceito dele de dependência: nosso grande problema é como as elites brasileiras se relacionam internacionalmente e resistem a qualquer mudança que lhes tire o prestígio. Nada mais conservador e medroso que o capital financeiro; qualquer mudança afeta seu rendimento, muda a forma de distribuição do excedente econômico do país.

Resultado: temos que concentrar nossa preocupação em como convencer politicamente os mais conservadores, que estão ligados ao setor financeiro – mais preocupante do ponto de vista econômico. Por isso considero que nosso grande problema são as elites brasileiras, com relação a nossa preocupação em fazer mudanças no país que apontem na direção do crescimento com distribuição. Nosso problema não é econômico, não é técnico, não é de engenharia. É vencer nossas elites e tomar decisões nas direções que interessam para a maioria no país. O momento é bom, e essa elite está enfraquecida; pode ser uma grande ajuda para os próximos anos.



LADISLAU DOWBOR

## **OPORTUNIDADE DE REFORÇAR O CONSUMO INTERNO**

Com a crise de 1929, os anos 30 foram de um grande salto econômico para o Brasil, como já analisou Celso Furtado. Capitais empatados no café estavam buscando alternativas, pois havia uma crise de exportação. Ao mesmo tempo, não se importava uma série de produtos e havia uma demanda pré-existente de um conjunto de bens que antes eram importados. Assim os capitais aplicados no café migraram para iniciativas industriais urbanas, para responder à nova demanda. Curiosamente, uma crise mundial - a de 29 – tornou-se um elemento alavancador e dinamizou a nossa economia.

Com a crise de 2008, temos também essa possibilidade de reconversão de boa parte da nossa economia exportadora para o consumo interno, onde graças aos diversos programas distributivos vistos acima houve um aumento de demanda. Abre-se assim um horizonte econômico maior dentro do país, onde cerca de 100 milhões de pessoas estão precisando consumir de maneira decente, ter acesso a casas dignas e assim por diante. Atualmente, uma ampla classe de rentistas aplica o dinheiro em capital especulativo. Eles não estão investindo, não são investimentos, são aplicações financeiras.

Mas, quando os recursos são redistribuídos, via aumento do salário mínimo, Bolsa Família, DRS, Territórios da Cidadania, Pronaf ou outro programa, o dinheiro vai para o “andar de baixo”, onde ninguém faz aplicação financeira. Na realidade, há uma inversão no seguinte: do lado econômico, dinheiro na base da sociedade se transforma imediatamente em demanda, produção e ativação da economia; ao mesmo tempo, em termos sociais, qualquer aumento de renda significa que a criança vai comer um pouco melhor, o aumento de qualidade de vida da família é muito significativo. Nas condições atuais, a produtividade marginal do dinheiro é tanto maior

quando mais se dirige à base da sociedade, tanto pelo impacto de dinamização da economia como pela satisfação gerada nas famílias. É uma questão de bom senso. Esse processo é importante. Houve uma reunião com o ministro Patrus Ananias, onde ele falou dos incentivos públicos para as empresas. Eu brinquei com ele: para empresa, eles chamam incentivo público; para pobre chamam de assistencialismo.

## CAPÍTULO TERCEIRO

PRESERVAR O PLANETA,  
MUDAR O MODELO  
DE DESENVOLVIMENTO





LADISLAU DOWBOR

**UM MODELO MUNDIAL  
INSUSTENTÁVEL**

A situação do planeta é muito séria. Tem gente que estuda demografia, outros estudam clima, mares, etc. Susan George, David Suzuki, Herman Daly e outros pesquisadores juntaram tendências que normalmente se estuda de maneira separada. Decidiram compatibilizar as escalas, e mostrar macro-tendências. Por trás de cada uma, há um conjunto de estudos. Eles resolveram apresentar, de uma maneira sintética, no *New Scientist*, em outubro de 2008, nossa evolução de 1750 até o ano 2000. Portanto, são 250 anos, digamos, da modernidade evoluindo.

O comentário do *New Scientist* sobre estas macro-tendências foca diretamente o nosso próprio conceito de crescimento econômico: “A ciência nos diz que se queremos ser sérios com a visão de salvar a terra, precisamos dar outra forma à nossa economia. Isso, naturalmente, constitui uma heresia econômica. O crescimento para a maioria dos economistas é tão essencial como o ar que respiramos: seria, dizem, a única força capaz de tirar os pobres da pobreza, de alimentar a crescente população mundial, de enfrentar os custos crescentes dos gastos públicos e de estimular o desenvolvimento tecnológico – isso sem mencionar o financiamento de estilos de vida cada vez mais caros. Eles não veem limites ao crescimento, nunca. Nas semanas recentes tornou-se claro quão aterrorizados estão os governos de qualquer coisa que ameace o crescimento, enquanto derramam bilhões em dinheiro público num sistema financeiro em falência. No meio da confusão, qualquer questionamento do dogma do crescimento precisa ser visto de forma muito cuidadosa. O questionamento apoia-se numa questão duradoura: como conciliamos os recursos finitos da terra com o fato que à medida que a economia cresce, o montante de recursos naturais necessário para sustentar a atividade também deve crescer?”

Levamos toda a história humana para a economia atingir a sua dimensão atual. Na forma corrente, levará apenas duas décadas para dobrar”.

No artigo referido, os pesquisadores citados começam pela curva de aquecimento da temperatura do hemisfério Norte, que tem uma virada a partir dos anos 1900 e explode numa subida contínua, coisa que não ocorria antes. Já a curva do crescimento demográfico mostra – de modo intenso – principalmente a partir dos anos 1950, que embora antes viesse em contínua ascensão, também tivemos aí, uma explosão, chegando hoje a 6,8 bilhões de habitantes que se comportam como gafanhotos em campo de trigo, como se diz na Europa. São 75 milhões habitantes a cada ano. Outra curva dramaticamente ascendente é a da concentração de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), que igualmente explode a partir dos anos 1950, e que vinha em ascensão cerca de 75 anos antes.

O crescimento medido pelo Produto interno Bruto também aumenta rapidamente a partir da metade do século passado, em particular graças ao imenso avanço tecnológico. Hoje, estamos entendendo que o PIB é uma conta simplesmente errada, pois não inclui o esgotamento dos recursos naturais, nem os danos ambientais, nem a desigualdade no acesso aos produtos, nem a qualidade dos produtos. No meu site, numa nota técnica chamada “PIB: estamos fazendo a conta errada”, resumo as novas tendências de reforma das contas nacionais, iniciativa em curso em diversas partes do mundo.

Agora, a perda da cobertura de florestas tropicais seguiu o mesmo ritmo de intenso desfalque no decorrer do século passado, a mesma explosão dos outros indicadores. Algumas séries estatísticas começam mais recentemente, pois não tínhamos estes dados antes, como é o caso da extinção das espécies, liquidação do acesso à água limpa e outros.

No caso dos recursos pesqueiros, as rotas dos cardumes são mapeadas via GPS, identifica-se a concentração de biomassa via satélite e os mares viraram um imenso matadouro. Inclusive, a pedido de um governo africano, eu falei com grandes empresas que estavam liquidando os peixes da África Ocidental, eles me disseram “se não for eu, vai ser outro”. Eles fazem o cálculo que a gente faz na faculdade de economia, ou seja, tem que maximizar a rentabilidade. Não são esses pequenos barcos que a gente vê na costa – estes vão ser liquidados; trata-se dos grandes barcos industriais, a pesca oceânica. Eles só se rentabilizam se pegam os peixes de maior valor, os demais jogam fora, ou seja, matam e então jogam fora. Essa destruição com descarte representa, frequentemente, 80% da pesca. O resultado prático é que a maior base de vida do planeta está sendo liquidada nas águas internacionais. Ninguém regula esta destruição da vida, e a proposta de “autorregulação” não funciona em lugar algum.

Todas estas macro-tendências convergem. Esse é o tamanho do drama que estamos enfrentando, a problemática ambiental num mundo sob este ângulo completamente desregulado. Mas vale a pena ver em proveito de quem estamos fazendo esta destruição ambiental.

A imagem de uma taça de champanhe, usada em 1992 pela *Human Development Report*, das Nações Unidas, é extremamente expressiva, pois mostra quem toma que parte do conteúdo. Em geral as pessoas não têm consciência da profundidade do drama. Os 20% mais ricos se apropriam de 82,7% da renda. Como ordem de grandeza, os dois terços mais pobres têm acesso a apenas 6%. Em 1960, a renda apropriada pelos 20% mais ricos era 70 vezes o equivalente dos 20% mais pobres, em 1989 era 140 vezes. A concentração de renda é absolutamente escandalosa, e nos obriga de ver de frente tanto o problema ético, da injustiça e dos dramas de bilhões de pessoas, como o problema econômico, pois estamos excluindo bilhões de pessoas que poderiam estar não só vivendo melhor, como contribuindo de forma mais ampla com a sua capacidade produtiva. Não haverá tranquilidade no planeta enquanto a economia for organizada em função de um terço da população mundial.

Se compararmos as macro-tendências ambientais, e a distribuição de renda, constatamos que estamos destruindo o planeta em proveito de um terço da população mundial. Este sistema não funciona.

Outro eixo absolutamente estratégico é o conteúdo do que produzimos. Normalmente dizemos “aumentou o PIB”, mas aumentou fazendo o quê? Por exemplo, a ONU, através do *Human Development Report* de 1998 nos dá informações muito interessantes. Entre elas, as dos gastos anuais: não conseguimos juntar 6 bilhões de dólares para universalizar o acesso básico à educação, mas conseguimos US\$ 8 bilhões para cosméticos nos EUA. Para água e saneamento básico seriam necessários 9 bilhões de dólares anuais suplementares, que não se conseguem mas se gata US\$ 11 bilhões em sorvete. Para a saúde reprodutiva da mulher não conseguimos os 12 bilhões de dólares necessários, mas para perfume na Europa e EUA a soma chega a US\$ 12 bilhões. Já para a saúde básica e nutrição das pessoas são necessários 13 bilhões de dólares que não alcançamos; porém conseguimos US\$ 17 bilhões para alimentar animais de estimação. E vejam, para cigarros na Europa é possível conseguir US\$ 50 bilhões; para bebida alcoólica a soma atinge US\$ 105 bilhões; já os narcóticos no mundo consomem US\$ 400 bilhões; e gasto militar, a maior das cifras, no mundo hoje, chega a US\$ 780 bilhões.

São cifras de uns 15 anos atrás. De lá para cá mudamos muito, os gastos em drogas já ultrapassam o trilhão de dólares, os gastos militares, ultrapassam 1,5 trilhão em 2008. Esses eixos dão a medida da desarticulação do processo.

Séculos atrás, quando éramos pequenos produtores, a competição tinha um certo sentido, mas hoje, com o poder das tecnologias, com essa massa de população, manter o sistema baseado no faroeste econômico é suicídio.

Um outro eixo importante é apontado pelo estudo do Banco Mundial, que saiu em 2008, *The Next Four Billion*. O estudo constata que há quatro bilhões de pessoas no planeta que estão fora do sistema moderno de produção. São quase 2/3 da população mundial. Se a gente fizer este cálculo no Brasil, nós temos para 190 milhões de habitantes (aplicado o critério internacional de população em idade ativa), 130 milhões de pessoas de 15 a 64 anos. Na população economicamente ativa (PEA) vamos ter aqui, na conta redonda, 100 milhões de pessoas. Formalmente empregados no setor privado, temos como ordem de grandeza de 31 a 32 milhões de pessoas. Se acrescentarmos os 9 milhões de empregos públicos, chegamos a 40 milhões de pessoas. De 40 milhões com emprego formal para 100 milhões - sem falar nos 130 milhões de população em idade ativa (PIA) - tem um bocado de espaço. O que faz essa gente? Temos os autônomos dos mais variados tipos, temos os empresários, mas, na realidade, se a gente pega o estudo o IPEA de 2006, *Brasil o Estado da Nação*, um grande estudo sobre emprego, trabalho e informalidade, vemos que 51% da população economicamente ativa está no setor informal no Brasil. Pelos dados das Nações Unidas – *Inequality Predicament 2005*, um balanço 10 anos depois de Copenhague, vendo a quantas anda a situação social no planeta - na América Latina estão todos os países com informalidade entre 48 e 52%, e alguns como Honduras, El Salvador, etc. com 70%. O problema básico é o seguinte: nós temos uma gigantesca subutilização de um imenso potencial que, visto de outra forma, pode constituir um potencial de inclusão produtiva dessa população e um fator de aumento da produtividade sistêmica do país.

Juntemos os eixos ambiental, da desigualdade, do que produzimos (que está ligado à desigualdade, porque este sistema se orienta pela capacidade de compra e não pelas necessidades), e a dramática subutilização de gente no planeta fora do sistema, e temos este modelo mundial burro em termos econômicos, trágico em termos sociais, e autodestrutivo em termos ambientais. É importante lembrar que a indignação está se espalhando. Na África onde trabalhei e continuo com consultorias, não tem mais gente daquele tipo do interior que diz humildemente “sim, senhor” e acha que é assim mesmo. O pessoal quer educação para seus filhos e tantas outras coisas. Toda essa pressão latino-americana por transformações é porque o pessoal do andar de baixo não está dizendo mais “sim, senhor”. O momento de crise financeira recente é, de certa maneira, um fator de tomada de consciência

até para aqueles que diziam que está tudo bem. Ele está abrindo uma oportunidade para colocar na mesa propostas políticas, econômicas, sociais e ambientais que, efetivamente, tenham pé e cabeça.

No geral, estamos avançando rapidamente em termos de articular propostas. Mas também pensamos demasiado em certas categorias tradicionais. Temos que pensar as novas dinâmicas. Nessas novas dinâmicas vou dar um exemplo simples só para ilustrar. No mundo todo estão discutindo, como nós aqui, como transformar esses processos. O *Global Green New Deal* é um bom documento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma)) que mostra, por exemplo, uma política da Coreia do Sul que está investindo 36 bilhões de dólares num conjunto de programas de transporte coletivo, alternativas energéticas, etc. através do qual são abertos 960 mil novos empregos. Ou seja, dinamiza o emprego, tira as pessoas da insegurança econômica, melhorando o quadro social, o emprego, o problema climático, porque o transporte coletivo está substituindo o transporte individual. Ao mesmo tempo, ao dinamizar a demanda, corresponde a uma política anticíclica já que está aumentando o consumo interno. Mais ainda, ao estimular transporte coletivo, está reduzindo o tempo que as pessoas perdem no transporte, e tempo é o nosso principal recurso não renovável. Isso está dinamizando a produção, mas para um consumo inteligente e não para um consumo simplesmente por qualquer coisa que “dá emprego”.

Esse tipo de políticas de alocação de recursos em função das necessidades reais que articulam o ambiental, o social, o anticíclico e a viabilidade econômica é a construção que temos que fazer e não a divisão em segmentos – um tratando do social, outro tratando do ambiental, outro... Todas as nossas atividades têm que articular esses objetivos. Cada empresa, administração municipal, universidade, tem de pensar de forma sistêmica os impactos que está gerando, em termos de emprego, em termos sociais, em termos ambientais, e evidentemente também em termos econômicos.

A alocação racional de recursos exige outra governança financeira. Os recursos são, ao fim e ao cabo, poupança das nossas populações e dos nossos governos. Como vão ser alocados? O sistema de bancos privados não resolve isso. O exemplo coreano acima corresponde a financiamentos públicos, e são muito úteis. E os bancos privados? Quando o Lehmann Brothers fechou, tinha uma alavancagem de 1 para 27. Ou seja, tendo US\$ 10 bilhões, por exemplo, ela empresta US\$ 270 bilhões, o que representa uma enorme irresponsabilidade. A Enron quando fechou tinha 1.600 empresas fictícias. O que ela fazia? Mandava um “laranja” para as ilhas Cayman, que abria uma empresa “laranja” e mandava um papel “laranja” para a empresa reconhecendo uma dívida de

200 milhões de dólares. Isso entrava como ativo na contabilidade pública da Enron. As pessoas liam aquilo e diziam “puxa, mas estão bem financeiramente, que empresa bem administrada”. As entidades de avaliação de risco diziam que se trata de uma empresa AAA. Esta avaliação levava a que mais pessoas comprassem ações da Enron. Com isto as ações subiam, cobrindo os US\$ 200 milhões que eles diziam ter. Assim a Enron chegou a 1.600 empresas fictícias. A Arthur Anderson, empresa de consultoria, não percebeu. Este é o nível de caos que se formou. Não estou inventando, está tudo no *The Economist*. E vejam, *The Economist* que sempre disse que esta gente é boa porque aumentam a fluidez e a circulação, que se trata de *investors* e não de *speculators*, frente aos desmandos escancarados com a crise financeira passaram a falar em *speculative investors*, conceito realmente muito interessante. Esse é o mundo real do sistema financeiro. Chamamos isto de “alta finança”, decerto porque os lucros são elevados.

O lado brasileiro não tem alavancagem desse tipo, mas tem juros absolutamente obscenos. É fantástico. Eu sou pago no Banco Real que pertence ao ABN Amro, que por sua vez pertence ao Santander, que me cobram 160% no cheque especial. Na Espanha, no Santander, é 0% por 6 meses até 5 mil euros, provavelmente porque lá respeitam a lei. Na Alemanha, o sistema é um tanto protegido porque 60% das poupanças da população são administradas por caixas de poupança locais que, portanto, financiam a pequena empresa, pequenas iniciativas, necessidades sociais locais, sem aplicar nos papéis especulativos. Enfim, o sistema brasileiro é diferente, não é baseado na alavancagem, mas é baseado no sistema altíssimos juros e tarifas. No Banco Itaú, as tarifas cobrem 147% da sua folha de pagamento. Escaparam da crise pelo volume dos lucros, o tamanho do *spread*, o que os torna mais sólidos à custa das nossa fragilidade individual. Ganha-se tanto com isso que até na atividade comercial, que era uma atividade honesta, muitas casas se transformaram em intermediários financeiros. A casa que tem “dedicação total a nós” está na base de 100%. Vai gostar de pobre assim... É um problema de governança. O momento atual é uma oportunidade de colocar isso na mesa.

MARINA SILVA

## CRISE ECONÔMICA E CRISE AMBIENTAL

Vivemos duas crises gravíssimas e sem precedentes: a crise econômica e a crise ambiental. As duas se retroalimentam, mas uma é mais grave e mais dramática do que a outra e, sem dúvida, a crise ambiental é mais dramática e mais grave do que a crise econômica. Por quê? Porque as bases naturais do desenvolvimento econômico estão prejudicadas. Hoje nós já estamos em 30% em déficit com o planeta, e se nós não situarmos o contexto em que estamos fazendo essa discussão, podemos considerar que medidas relativas ao meio ambiente são exageradas ou que as relativas à crise econômica devem ser ter prioridade. Na verdade, ambas têm de ser tratadas em conjunto e adequadamente.

No painel intergovernamental que analisa as mudanças do sistema climático no mundo, tem-se 90% de certeza de que as atividades humanas causam essa crise ambiental em função da emissão de dióxido de carbono. A concentração considerada normal de CO<sub>2</sub> na atmosfera é de 280 partículas por milhão; a concentração atual está em torno de 379 partículas por milhão, e isso graças a emissão de CO<sub>2</sub> de combustíveis fósseis, sobretudo a partir da Revolução Industrial. Dos membros do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), 95% afirmam que esse aumento se deu pela ação humana. Só 5% tentam relativizar ou negar essa origem. São milhares de cientistas e pesquisadores que chegaram a essas conclusões. De acordo com esses 95%, a humanidade responde por 35% do aumento de gás carbônico na atmosfera. Ainda, a temperatura média da Terra deveria ser 14°C, com o aumento das emissões de CO<sub>2</sub> nós temos uma temperatura que cresceu em uma média de 0,6°C. A atmosfera do planeta continua se aquecendo desde a Revolução Industrial.

A temperatura da Terra pode ter um aumento até 2050, se continuarmos nesse ritmo, entre 1,9 a 4,6°C. O protocolo de Kioto já fez 10 anos e o seu termo de referência era de que fosse produzida uma redução em torno de 25% das emissões de CO<sup>2</sup>. Essa meta não foi alcançada. E o que temos hoje é uma realidade dramática: houve aumento de 70% de emissões desde 1975 até o presente, e nos próximos 30 anos podemos ter um aumento entre 50 a 100% em relação às emissões anteriores.

Às vezes as pessoas questionam, e eu mesma pergunto aos técnicos por que a variação é tão alta. De 50 a 100 é uma faixa muito ampla. Mas há um nível de imprevisibilidade, de fato, muito grande, porque se está lidando com elementos na estratosfera e de natureza abissal. E os cientistas têm que dar algum tipo de indicador. E como temos que trabalhar com essas variáveis para poder tomar as medidas nos aspectos de mitigação, adaptação, enfrentamento das vulnerabilidades, não há como deixar de fazer essas previsões, porque, na ausência da certeza, nós temos que trabalhar com as incertezas mediante o princípio da precaução. Não sabemos o que vai acontecer, mas, enfim, o melhor é prevenir do que esperar mais 50 anos com as emissões e acabar com o planeta.

Participei de uma reunião do centro de pesquisa mais avançado em Israel. Seus integrantes trabalham apenas com pesquisa básica, não é pesquisa aplicada, e eles patenteiam cerca de 96 inventos por ano. Na palestra sobre mudanças climáticas, havia um cartaz que ilustrava o desafio deles em relação a mudanças climáticas: uma reunião de dinossauros discutindo sobre a possível vinda de um meteoro que iria acabar com o planeta e conseqüentemente com eles. Os dinossauros mais posicionados no mercado, na ciência e na política diziam que tinha dinossauro doido, radical, ambientalista: “Que história é essa? Vamos deixar o negócio rolar, vamos deixar porque está muito bom, tem folha, tem bicho para comer...”. Nem preciso concluir sobre o que aconteceu, porque a proposta do dinossauro radical era de que se criasse uma nave muito potente, muito capaz e que fosse ao encontro do possível meteoro e o explodisse antes de chegar à atmosfera, assim ele viraria pó e não acabaria com os dinossauros.

Hoje estamos diante de algo semelhante. O ponto central da discussão é como nos anteciparmos agora para corrigir erros e preveni-los, com a finalidade de não inviabilizarmos as possibilidades da vida na Terra.

Também existe o famoso Relatório Stein que registrou que se continuarem os sucessivos aumentos de temperatura, entre 1,5 a 2°C, podemos perder entre 20 a 30% das espécies vegetais e animais. As áreas mais afetadas certamente serão as regiões mais pobres, e no caso do Brasil já está claro que será o semi-árido.

Mas por que, afinal, é importante pensarmos na proteção da biodiversidade? Cerca de 50% da nossa economia depende da biodiversidade, e em outros países esse número é maior. Com isso, podemos comprometer a base natural do nosso desenvolvimento. Ainda há outros dados a serem incluídos nesta discussão, porém não quero perder tempo com a dramaticidade desse contexto. Mas é dramático porque perdemos biodiversidade hoje 1000 vezes mais do que perdíamos há 50 anos. O mesmo Relatório Stein também frisa que podemos ter uma queda do PIB do planeta em torno de 20%. Então, podemos imaginar o que vai acontecer com a humanidade, particularmente com os países mais pobres e com as populações mais empobrecidas. Fazemos um esforço muito grande para crescer 5% ou 10%, o que seria um sonho. Quando essa percentagem cai e chega a menos de 1%, a maioria das pessoas fica perplexa. No entanto, devemos considerar a possibilidade de quedas muito maiores.

Realizamos algumas inflexões significativas para a realidade do Brasil e não vou citá-las porque não sou economista, mas tenho, digamos, a sensibilidade e o olhar para o tema. Nós inflexionamos na direção da superação do Consenso de Washington. Dessa forma, investimos na reestruturação do Estado, na criação de novas instituições, no fortalecimento do mercado interno, na nova inserção internacional de uma realidade multipolar. Sem dúvida, uma série de conquistas que fazem parte dessa inflexão no rumo da mudança de modelo.

Contudo, a mudança de modelo não pode se ater apenas a esses aspectos. Em meu entendimento, ela é uma base transversal para nortear todo o processo de modelo de desenvolvimento. Recentemente, participei de um seminário na França organizado pelo professor Edgard Morin, e ali estavam vários cientistas do mundo inteiro. Eu imaginava que já conhecia a dramaticidade da crise ambiental porque durante o período de governo tive a oportunidade de participar de numerosas rodadas de negociação para formar as posições do Brasil no campo do G20. E a relação com os países desenvolvidos eram um constante exercício porque o Brasil tem uma posição altamente relevante nesses processos negociais. E eu imaginava que conhecia a dramaticidade da crise. Mas naquele seminário, os cientistas falaram sem a mediação das suas chancelarias, sem a medição das coisas que têm que dizer com cuidado para não alarmar a população. Então, vi que pouco sabia da crise que estamos vivendo. Da maneira por eles apresentada a questão é como se tivesse caldeirão na ponta desta mesa e todas as pessoas vão correndo em sua direção. E não tem ninguém que consiga voltar para dizer: “Pessoal, volta porque tem um caldeirão ali na frente e vamos cair nele”.

Durante esse seminário, o professor Edgar Morin apresentou um conceito que, para mim, foi a síntese daquele encontro. Ele disse: “A mudança, no começo, é apenas um pequeno desvio: é fundamental estar atento para o desvio que queremos deixar prosperar”. É, portanto, do homem a centralidade das coisas, como agente político, como ser da cultura, que elabora, transforma e constrói. Porque estamos vendo os desvios, estamos até produzindo desvios e temos de fazer escolhas para deixar prosperar ou não prosperar esses desvios.

Acredito que no feudalismo a humanidade não percebeu os desvios do mercantilismo. Deste para o capitalismo talvez também não tenha se dado conta dele. E continuou sem perceber os desvios por muito tempo. Hoje já começa a perceber o desvio.

Se o desvio da crise econômica fosse notado em seu avanço, talvez muitas boas almas se dedicassem a reparar a insanidade daqueles estragos em curso. Não deixariam se alastrar a desregulamentação, o Estado mínimo, o desempenho de um mercado frenético agindo como um deus absoluto. Então, quero relembrar a síntese de Edgar Morin: “Temos que saber o que nós queremos fazer prosperar”.

**ERMÍNIA MARICATO****URBANIZAÇÃO, SEGREGAÇÃO,  
E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

Hoje, os pontos considerados de maior impacto no século XXI são as mudanças climáticas e a urbanização. É o que diz o Relatório Global sobre Assentamentos Humanos, Cidades e Mudanças Climáticas que foi preparado para o Conselho da Agência Habitat da ONU, em outubro de 2009. Isso porque apenas 50% da população mundial é urbana e o processo de urbanização está se tornando muito acelerado, especialmente nos países que eram chamados de Terceiro Mundo, como África, Ásia do Pacífico, China, Índia; esses dois últimos considerados casos mais alarmantes.

O impacto dessa urbanização é trágico, como pode ser lido no livro do Mike Davis, *Planeta favela*. É realmente uma tragédia o quadro formado por 1 milhão de pessoas, amontoadas em uma favela sem saneamento.

A preocupação com a mudança climática é muito grande porque o impacto desse efeito sobre essas cidades, onde se tem uma concentração muito grande de pessoas, gera grandes tragédias. Já vimos o efeito dessa mudança nos Estados Unidos recentemente, nas ilhas do Pacífico, vimos a elevação do nível do mar, o aumento dos efeitos dos ciclones tropicais, as enchentes, os escorregamentos, a perda de qualidade da água, entre outros itens.

Nos relatórios genéricos sobre o tema cita-se com frequência o combate à pobreza, mas muito pouco sobre o motor que gera a pobreza. Sempre há uma visão um tanto otimista e ingênua. Por outro lado, Bernardo Mançano aponta recentemente que vários países no mundo estão alugando e comprando terras na África. Emília Viotti calcula que, nos países pobres, serão desterritorializadas 3 bilhões de pessoas, que vão para as cidades. Estamos mesmo diante de uma situação muito preocupante no que se refere à urbanização do mundo, principalmente do mundo pobre.

A América Latina já tem um grau de urbanização avançado, perto de 70%. O Brasil próximo de 84%, e ainda passando por mudanças muito grandes, como o crescimento para o Centro-Oeste, o que se deve muito à produção de *commodities*. Esse crescimento está interferindo na dinâmica migratória e no crescimento das cidades. Hoje, as cidades que têm maior taxa de crescimento são do Centro-Oeste e do Norte do país, fator que implica em grandes mudanças no território brasileiro.

No mundo, o grande debate que os urbanistas estão travando é no sentido de condenar a urbanização dispersa – cujo paradigma é os Estados Unidos –, que gera o uso predatório do solo e grandes emissões de monóxido de carbono, com a ocupação a perder de vista e as longas viagens de automóveis. Logo, os especialistas no assunto estão defendendo as cidades compactas no mundo. Isso significa uma área densa de urbanização e liberação de áreas que a envolvem para se fazer agricultura organizada e parques permeáveis à água das chuvas. Faz parte dessa visão de cidade compacta diminuir as viagens rodoviárias; fazer um *mix* de uso e recuperação de ruas, de modo que fiquem seguras e agradáveis; misto de serviços, comércio, moradia para subúrbios bem expandidos; e a concentração dos empregos nos centros das cidades.

Com relação à urbanização da América Latina e do Brasil serão aqui enfocados dois aspectos: uso do solo e matriz de mobilidade, baseada no automóvel. Outros aspectos poderiam ser tratados, como o saneamento ambiental – que inclui, entre outros aspectos, água, esgoto, resíduos sólidos, drenagem, áreas permeáveis –, mas os dois escolhidos englobam melhor a questão fundiária no campo e na cidade, que está sendo redesenhada na globalização e reafirmada como uma questão nodal nos conflitos da sociedade brasileira. Quando se diz uso do solo, entendam também como distribuição de cidade, “pedaço de chão” urbanizado.

Usemos como exemplos áreas periféricas das cidades. Temos algumas completamente inseguras e predatórias do ponto de vista ambiental. Áreas de ocupação ilegal e informal, de forma a trazer risco para as famílias, como soterramentos, e para o meio ambiente, como assoreamentos dos córregos próximos a essas ocupações.

Outras áreas com urbanização dispersa, como as do Brasil, que nos últimos 20, 25 anos sofreu grande mudança de ocupação do território urbano. Exatamente onde parte da periferia sofre com a urbanização dispersa, e outra parte dessa urbanização concentra-se em loteamentos fechados de altíssimo padrão, que cercam grande parte das cidades brasileiras, e de forma ilegal. Um questão importante, que falta vir à tona, é a forma de aplicação da no

Brasil, que, muitas vezes é feita de modo arbitrário, e tem muito a ver com a desigualdade no país. Esse tipo de urbanização, além de aumentar as viagens, acaba por deixar a população em uma situação de lugar sem lei.

Em um loteamento ilegal, como os da zona Norte da cidade de São Paulo, não se tem equipamentos adequados para utilização do solo, preocupação ecológica, áreas verdes, ao contrário, existem terrenos acinzentados. Temos exemplos de ocupação de área de mata ou área de mangue, protegidas por lei federal, estadual e municipal. Também o problema da violência está ligado a isso, a vida em áreas sem lei, ou onde predomina a lei do mais forte, não é “urbanizada” – e isso ocorre com grande parte da população brasileira.

Temos exemplos de áreas de grande potencial paisagístico e que hoje se encontram em uma situação complicada. Favelas que foram urbanizadas há 20 anos e que hoje são elevadas à quarta laje, sem recuos, não recebem luz nem ventilação adequada – o que gera incidências diretas de doenças pulmonares, principalmente em crianças. Lutamos para que fosse feita urbanização nas favelas, mas hoje precisamos mudar os parâmetros de urbanização.

A população acaba por se instalar em áreas onde o Estado não tem controle sobre o uso e ocupação do solo. Isso não é um problema de uma prefeitura ou de outra, mas sim do fato de a população não caber na cidade legal, e o que sobra para ela são áreas de fragilidade ambiental, e até mesmo de interesse da especulação imobiliária para loteamentos fechados. A classe média também está indo para a periferia, e pode ser que não tenhamos mais nem espaço para os pobres se assentarem de forma ilegal.

O importante, em termos de conclusão, é que hoje sofremos de invisibilidade de uma imensa ilegalidade. No Rio de Janeiro, por exemplo, há 50% de imóveis ilegais. Ilegais em quê? Na construção? Ilegais porque a base fundiária é ilegal, base esta dividida entre favelas e loteamentos ilegais.

Por último, temos também uma lógica de exclusão: uma cidade planejada onde os pobres não cabem. As favelas se situam imediatamente na fronteira, mas fora do município. Por quê? A formalidade urbanística expulsa. Por que os pobres não têm direito a uma moradia legal? É isso que se constata ao olhar para as cidades brasileiras. É o exemplo de Curitiba, uma das cidades que mais realizou planejamento urbano. O que se vê é a lei que formaliza, expulsa. A lei que planeja, joga fora.

E joga para onde? Metade da população do município que produz toda a água para a região metropolitana está em uma favela. Existe uma lógica óbvia das populações ilegais se localizarem fora do município: o olhar do mundo sob as cidades planejadas. Vem gente do mundo inteiro conhecer Curitiba, uma das poucas cidades no Brasil beneficiada pela ditadura militar que instalou o Insti-

tuto de Planejamento de Curitiba (Ipuç). Em 1990, o folheto do Banco Mundial exibia o título: “Curitiba, a cidade que pode mudar o mundo”. Curitiba foi eleita, assim como De Soto, no Peru, e agora Bogotá, na Colômbia.

Temos uma legislação avançada no Brasil, no que diz respeito ao meio ambiente, tanto para as áreas rurais quanto para as áreas urbanas. O Estatuto da Cidade é festejado no mundo inteiro como um dos mais avançados do mundo. Mas essa legislação é ignorada. A função social da propriedade, prevista na Constituição de 1988, mantém-se apenas no papel, enquanto o caos registrário no Brasil é absolutamente funcional para a privatização da terra. Várias teses apontam o Tocantins como terra devoluta que foi privatizada, como o Pará, São Luís do Maranhão, cidades onde o capital imobiliário se instalou e se regularizou. Instala-se há 150 anos, porque a Lei da Terra é de 1850, quando esta passou a ser propriedade. Então, desde 1850 o Brasil tenta fazer o cadastro das terras devolutas e não consegue. E, agora, o que antes era feito pela confusão registrária, o governo conseguiu legalizar.

São 150 anos de privatização do patrimônio público, muitas vezes feita na base dos capangas. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) mostrou que tivemos mais de 200 assassinatos, de advogados, religiosos, ativistas e camponeses ligados à luta pela terra, entre 2000 e 2005, 28 em 2007 e mais 28 em 2008, sendo 70% na região amazônica. Logo, vivemos uma guerra da luta pela terra que o agronegócio e os *commodities* vieram potencializar, incluindo o espaço das cidades, com dinheiro público. Não que o investimento público sempre siga nessa direção. O saneamento público estava sendo privatizado quando o governo Lula recuperou o investimento em habitação e saneamento básico depois de 25 anos de ruína. A lógica é esta: deixa ruir e privatiza, deixa a estrada esburacar e põe os pedágios.

A questão da terra agora assume o papel que sempre teve no Brasil: os pobres não têm direito à propriedade legal. Em 1985, Mário Covas liberou um decreto para legalização de loteamentos ilegais que pedia uma fotografia aérea da área ocupada, algo que sequer existia na época. Como os pobres vão pagar uma passagem de avião para fazer uma aerofotogrametria? É a cultura de gabinete, que não conhece a realidade, não sabe como é a vida da população. Uma cultura de Estado, porque isso não é uma questão de um governo, isso é uma questão de cultura no Brasil: a permanência da retórica longe da prática. Uma retórica que perpassa todo o nosso sistema judiciário, principalmente.

O mercado imobiliário é um mercado restrito que não atendia 20% da população, mas que agora chega também à classe média. Esse mercado, com benefícios, será ampliado por meio do pacote habitacional.

Existem direitos para alguns, leis para outros – isso é o capitalismo brasileiro, apelidado por Chico de Oliveira de “ornitorrinco”. São leis e planos

que se aplicam de acordo com as circunstâncias. Como é o exemplo de se aplicar um plano habitacional em parte da cidade e em outra parte ter um loteamento fechado ilegal, mas lá morarem juizes, promotores, donos de jornais. As áreas ambientalmente frágeis são as que sobram para os pobres, e a fiscalização é discriminatória.

Poder político, poder econômico e poder social vinculados ao patrimônio, no caso brasileiro resultam em poder do atraso sobre a globalização. Grande parte das multinacionais que tem prejuízo no exterior tem lucro no Brasil. Grande parte delas tem uma estratégia específica para a população de favelas, como a *Nestlé* e a *Natura*. A *Natura* é uma multinacional brasileira que conta como sua vendedora mais produtiva a favela Paraisópolis. A *Nestlé* chega com representação de porta em porta. Existe uma população que, mesmo desempregada, consome o produto global. Chico de Oliveira também enfatiza que ninguém é excluído no capitalismo global. Temos, em síntese, a universalização da política de favor, combinada ao novo padrão de expansão do capital, e ainda a falta de fiscalização e de conhecimento empírico sobre a realidade.

Não faltam, portanto, planos, nem leis, nem movimento social ligado ao urbano. Falta aplicação. O que precisamos é da aplicação do Estatuto da Cidade. Não precisamos construir um novo Sistema Nacional das Cidades. As cidades pioraram, por quê? Porque o capitalismo internacional gerou grande impacto sobre nossas vitórias. “Enquanto colocamos de balde, eles retiram de caminhão pipa”. Às vezes nos esquecemos de que certos problemas não são resolvidos em um governo; a questão fundiária, por exemplo, é uma questão de luta anticapitalista.

Vamos tratar da matriz do automóvel, que desafia todo e qualquer movimento ambiental no mundo inteiro. Um pesquisa nos Estados Unidos indica que a média de vida diminui em 7 anos nas cidades com mais poluição. No Brasil, recentemente, tivemos a divulgação de uma pesquisa realizada em seis metrópoles: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, e Recife. A pesquisa mostrou que o excesso de partículas finas emitidas pelos automóveis ampliou o número de doenças cardíacas. Foram medidos os dias de mais poluição e o número de mortes por problemas cardíacos, que chegaram a 8 mil pessoas em 2008, a um custo de 500 milhões de reais por ano.

Outro problema relacionado à matriz automobilística é o número de acidentes. Uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) e de outras entidades apontou que em 2004 e 2005 o número de acidentes no Brasil foi de 333 mil por ano, entre as quais 10% das vítimas morreram, o que resulta em 32 mil mortos. Os mortos em homicídio são 45 mil por ano. Isso é estranho, porque

normalmente se tem muito medo de enfrentar um assalto, mas não se tem o mesmo receio com relação ao automóvel.

Os automóveis promovem séria impermeabilização do solo. Em algumas cidades americanas isso passa de 30%. Segundo a ANTP, de 1997 a 2007, o Brasil teve uma redução de 1/3 do número de pagantes no transporte público realizado por ônibus. E com a desregulamentação e a falta de investimento, nos anos de 1980 a 2000, as vans ilegais começaram a realizar transporte público, principalmente interurbano. Um setor de transporte ligado muitas vezes a quadrilhas criminosas e a lavagem de dinheiro. Também temos o transporte sobre motos, por conta do tráfego de todas as cidades brasileiras. Até em cidades do interior as motos são mais numerosas do que o transporte sobre animais. A mudança também ocorreu tanto no padrão de congestionamento quanto nos modos das cidades, como a redução nos quilômetros de trilhos, por exemplo. Todo esse poder diante de tanta irracionalidade gera 70% das emissões de monóxido de carbono.

O licenciamento ambiental precisa trazer os ambientalistas de gabinete para o mundo real, para o empírico. E os urbanistas precisam se aproximar da lógica dos ambientalistas e romper com a visão burocrática das cidades.

No Brasil, nos Estados Unidos, na França e na China, os governos dão subsídios aos automóveis. Não apenas por conta de empregos, porque esse dinheiro aplicado em outras áreas geraria mais empregos. O fato é que o automóvel, não só a cadeia de produção automobilística, mas a cadeia da produção e distribuição do combustível, gera muito dinheiro e até guerras. Substituir petróleo por álcool, por mais que emita menos gases poluentes, não muda o congestionamento nem as horas paradas no trânsito, nem o problema dos acidentes e da impermeabilização dos solos.

A visão que tenho do estado brasileiro é a de uma figura singular, uma espécie de elefante misturado a uma garça, um “elegarça”. A parte do elefante é a dos gabinetes, sustentados por perninhas finas de uma garça. Existem os órgãos para fiscalizar o poder público, como o Tribunal de Contas, CGU, sindicâncias, Ministério Público, todo o Judiciário, e há o outro, o gestor, que opera, aplica a lei, e também o que trabalha mais e ganha menos. Ele é ainda o agente de menor prestígio, por isso está associado ao fato de ter “as pernas finas”. É aquele que está embaixo, que fica lá no pé.

Essa ideia tem muita relação com o que Sérgio Buarque de Holanda considerava como a força da retórica de uma tradição discursiva. Ele afirmava: “Nós somos homens de letras, temos uma cultura livresca, não somos homens de ação”. Então, é preciso fazer a reforma do Estado. E a luta anticapitalista precisa ser colocada, ou recolocada, na nossa agenda.

**HAMILTON PEREIRA****NECESSIDADE DE  
UM NOVO MODELO DE  
DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA**

A nossa tradição no Brasil de tratar as questões ambientais, por uma porta lateral e meio torta, é a porta do conservacionismo. Durante muito tempo, a esquerda brasileira tratou desse tema como uma questão meio exótica. No campo dos movimentos sociais – CUT, Movimento dos Sem Terra – quem tratava de ecologia era discriminado, dizia-se: “O pessoal das borboletas...” ou “O Minc, leão dourado”. Isso é um aspecto importante porque pouco se fala que nós produzimos uma legislação muito avançada na questão ambiental. E ela foi produzida em um momento de estagnação econômica do Brasil. Isso não é um pormenor. Por quê? Por conta do caráter muito fortemente marcado nos ciclos de desenvolvimento do Brasil, um caráter predatório da utilização dos recursos naturais. Eu brinco dizendo: “Alguém se lembra de alguma manifestação contra a construção de Três Marias, de Furnas?”. Ninguém se lembra porque não houve, pois não tínhamos essa consciência naquele período. Então, vou destacar algumas questões que me parecem importantes.

A questão da legislação é hoje uma questão crucial para nós, porque temos que reconfigurar um modelo de desenvolvimento. A direita trabalha para demolir as nossas conquistas sem que a própria esquerda, e os setores populares do Brasil, tenham adquirido uma consciência a respeito de sustentabilidade do desenvolvimento. Somos uma esquerda desenvolvimentista, com matriz na Revolução Russa. Perguntavam para Lênin: O que é revolução?. “É ferrovia, classe operária organizada e eletricidade”. Fomos moldados nessa matriz. Só que um século se passou e as tecnologias que a humanidade desenvolveu ao longo desse tempo têm que ser apropriadas pela esquerda, para que sejamos capazes de dar formato ao novo projeto de desenvolvimento.

Vou citar mais um assunto que exige reflexão. Márcio Pochmann escreveu há pouco um texto que circulou na internet: “Qual o Estado para um novo ciclo de desenvolvimento do século XXI?”. E então pensamos qual será o Estado que a esquerda propõe para o século XXI. Há uma constatação irrefutável de que o Estado brasileiro foi moldado para as elites, para atender aos interesses dela. Um Estado privatizado. Esse modelo estatal está em colapso. Se quisermos prosseguir é preciso haver uma reforma do Estado para aprofundar o processo que desatamos a partir de 2003.

Em um plano imediato, em 2010, a esquerda tem que moldar no desenho do seu projeto um elemento fundamental: incorporar definitivamente a sustentabilidade socioambiental à cultura do novo ciclo. Temos que fazer uma discussão a respeito do modelo de desenvolvimento que, até hoje, foi hegemônico na Amazônia brasileira, cujo caráter é absolutamente predatório e inadequado para sua realidade socioambiental.

Não vou me demorar quanto à realização das políticas empreendidas. Aqui vou tratar da regularização fundiária da Amazônia. Neste país, a lei de terras é de 1850. Não conseguimos no Brasil estabelecer cadeia dominial de territórios, e na Amazônia muito menos. No Paraná, e mesmo em São Paulo, e no Pontal do Paranapanema, não se tem a situação resolvida. É a questão da base física da nação, como chamava o doutor José Gomes da Silva, de saudosa memória.

No Paraná, houve uma grilagem organizada, era até institucionalizada em cartórios. Ainda nos anos 1970, por volta de 1977, fui trabalhar na Comissão Pastoral da Terra (CPT). Lá produzimos um livro sobre uma cadeia de cartórios do Maranhão ao Paraná, institucionalizadora da grilagem. O autor é um padre francês, Victor Asselin, que até hoje mora no Maranhão. O estado de Goiás é um caso notório nesse aspecto da apropriação das terras devolutas, com uma mistura das escrituras paroquiais e do Registro Torrens. Essas escrituras eram fervedas na panela para ficarem mais velhas, amareladas. Esses tipos de processos permeiam todo o país.

A Amazônia, particularmente, é terra de ninguém. Temos o caso típico da região dos castanhais, uma terra de foro. Porém, um governador entregou à família Mutran, do sul do Pará, na região de Marabá, terras de castanhais que não podiam ser vendidas. Hoje essas terras estão debaixo da cerca de Daniel Dantas, ou seja, a reciclagem é muito veloz.

Essa questão da regularização fundiária é uma questão de 400 ou 500 anos, e por isso a regularização fundiária não se faz em um governo. Esse é um projeto que, qualquer que seja a direção que se tome, vai demorar. Atualmente, incidem atores muito mais complexos do que antes, como a existência

de carvoarias nessas terras, que vendem o coque para as siderúrgicas. Cadeias produtivas extraordinariamente complexas vão se montando e nelas a população está envolvida. Uma empresa moderna tem 80 mil famílias vivendo de carvão na região de Açailândia, que estão ali a serviço das siderúrgicas, que trabalham, por sua vez, para a Vale do Rio Doce, que atua como se não tivesse nada a ver com isso.

É uma situação extremamente complexa. Não podemos ficar presos em um processo de desenvolvimento dessa natureza nem nos deter em simplificações. Por isso, a nossa legislação ambiental ainda não foi capaz de municiar o governo para produzir as alternativas econômicas para a floresta. Existe nesse processo um desequilíbrio e quem sofre com ele são as populações mais pobres. Um sujeito que trabalha em uma serraria em Tailândia, na Amazônia, é proibido de trabalhar pelo Estado, mas, como não tem alternativa, quando o Estado não está presente, ele volta para a serraria, porque precisa dar comida aos filhos.

Não existe nenhuma região do planeta que tenha mais água do que a Amazônia. À parte a população indígena, nunca – desde a colonização – se considerou a civilização da água no processo de desenvolvimento. Mesmo percorrendo as margens dos rios a intenção era explorar o sertão adentro, como dizia a literatura da época, a meta era “buscar as drogas do sertão”. Hoje ainda carregamos essa perspectiva, e a prova disso é a Medida Provisória que trata da construção da rodovia 319.

Conheço relativamente bem a Amazônia, pelo chão. A rodovia Belém-Brasília tem 1.150 km e foi construída na década de 1950 -- a última obra inaugurada pelo presidente Juscelino Kubitschek. Essa rodovia, nesses 1.150 km, tem uma única grande obra de arte que é a ponte do Estreito. Todas as outras, na época, eram pinguelas porque passavam no dorso do divisor de águas do Tocantins-Araguaia. A Belém—Brasília foi semeando um rosário de cidades: algumas que já existiam e andaram na direção da estrada, outras que nasceram pelo impulso da estrada. Assim se formaram Uruaçu, Porangatu, Porangupi, Paraíso, Guaraí, Araguaína, Açailândia, Imperatriz. Quando chegou a estrada, a população ao redor somava aproximadamente 12 mil pessoas. Hoje só Imperatriz tem 300 mil habitantes. Essas cidades estão assentadas sobre as nascentes dos rios dessa bacia e têm um índice de desenvolvimento humano baixíssimo.

Esse aspecto mostra que, em geral, os projetos que incidiram sobre a Amazônia desconheciam sua realidade. Não se pode ignorar a produção de um pensamento, tanto da academia como das experiências populares (associações, sindicatos etc.), que, em geral, observa a Amazônia a partir do Cen-

tro-Sul, sob uma tentativa de sempre reproduzir modelos. Buscar um modelo diferente para o desenvolvimento da região, portanto, é levar em consideração o pensamento ali produzido.

Outro ponto importante, pouco discutido, diz respeito à tradição do planejamento no Brasil. É uma tradição do planejamento autoritário. Nós crescemos, mas crescemos sob ditaduras. Os grandes ciclos são o ciclo Vargas e o ciclo da ditadura militar, ambos centralizadores, ambos autoritários. Depois do segundo PND, a elite brasileira ficou sem projeto de país, sem horizonte. Essa transição não era de causar espanto. O autoritarismo da ditadura foi tamanho que não existia, fora dos foros do próprio Estado, espaços de oxigênio para a sociedade civil produzir. O que havia, na verdade, era um pensamento de resistência, de intelectuais nas universidades, em geral identificados com posições à esquerda – e aí, em grande parte, era um pensamento reativo.

Na área econômica do Brasil, tivemos de nos despedir de Celso Furtado, de Caio Prado, de Florestan Fernandes. Com o golpe civil-militar, eles ficaram sem audiência no país, fosse pelo exílio fosse pela perseguição. Ficamos produzindo um pensamento de reação às formulações do Bulhões, do Eugênio Gudin, do Roberto Campos. Ocorreu um divórcio entre a economia e a política que contaminou toda a minha geração. O Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea) está restabelecendo esse laço, no momento em que a economia passou a ser tratada como ciência. Uma vez eu disse isso a Lauro Campos em uma mesa: “Tem gente que ainda pensa que a economia é uma ciência”. Ele era muito sanguíneo, ficou bastante irritado – “o Marx nunca tratava de economia, ele sempre falava de economia e política”. Considero que estamos vivendo entre muitas oportunidades a possibilidade de produzir o reencontro entre a economia e a política – e o Ipea está fazendo esse serviço.

Retomando a questão do planejamento autoritário: ele foi sucedido pela anarquia absoluta decretada pelo neoliberalismo, ideologia pura. Quando se faz a defesa da saúde pública, é ideológica? É. Assim como quando o governo Collor fechou a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam), o que condenou muitos milhares de pessoas à morte por malária, por falta de assistência. Isso faz parte da ideologia da direita.

**CARLOS MINC****OLHANDO PARA A FRENTE  
APÓS A COP-15**

Ainda sob o efeito do impasse da Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP-15, realizada em Copenhague, Dinamarca, em dezembro de 2009, ao olhar para trás, a sensação é de profunda decepção. Acredito que o fiasco da COP-15 aumenta bastante a responsabilidade mundial de enfrentar o que, com certeza, é o maior desafio da humanidade neste século e do qual não temos como fugir.

Em dois anos de negociações, com várias rodadas técnicas e políticas, o Brasil e parte dos países avançaram muito na questão do clima. Esses avanços, colocados sobre a mesa na Dinamarca, serão mantidos. Na Convenção não recuamos um milímetro sequer. E isso nos dá um certo alívio ante o fracasso das lideranças mundiais em fechar um acordo justo, com metas ousadas, compromissos assinados e apontando para a redução drástica das emissões necessárias, segundo as previsões do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC).

O conservadorismo do Senado norteamericano e a falta de uma posição firme do seu presidente, Barack Obama, sinalizou forte possibilidade de retrocesso diante dos 192 países que participaram das negociações sobre o clima. Acredito, contudo, que isso não pode ser avaliado de forma absoluta como vem sendo feito. Pelo menos por enquanto. Exemplo disso são países do Basic, grupo que reúne o Brasil, África do Sul, Índia e China, que estão fechados em posições bastante avançadas.

Há avanços, embora não tenham sido acertadas metas de redução na medida que desejávamos e dentro da necessidade prevista pelos cientistas do IPCC. Fizemos a nossa parte e saímos fortalecidos como nação que luta efetivamente pela redução de suas emissões. É pena que a reunião de Copenhague

tenha sido polarizada por debates econômicos, políticos e até ideológicos em vez de questões ambientais cruciais para salvar o planeta.

Vou me lembrar do encerramento como um dos dias mais tristes da minha vida. Conseguiu-se, ao apagar da luzes, um acordo plausível sobre os modelos de mecanismo de pagamento por Reduções de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), um dos mais polêmicos pontos do acordo pois envolvia pagamento para manter as florestas em pé. Saímos com a promessa de criação de um fundo para o clima, que destinará U\$ 30 milhões até 2012 para aplicar em ações de adaptação e mitigação nos países em desenvolvimento. É pouco, muito pouco, mas melhor que nada.

O que parecia impossível – quando a Dinamarca apresentou sua proposta de retroceder – foi fechado ao final, quando os países reunidos aceitaram a limitação em 2°C para a previsão de aumento do aquecimento global, embora tenham proposto reduzir em apenas 20% suas emissões e não entre 25% e 40%, o limite para o IPCC. Além disso, concordaram em atualizar para 1,5 °C em 2015 e haverá uma lista, até o final de janeiro, onde colocarão suas metas de redução.

O governo brasileiro, em sua posição firme e dando exemplos de metas concretas e factíveis, negociou intensamente, com muita firmeza, para não permitir que o foco das negociações fosse desviado do seu objetivo: a redução das emissões. Ficamos ali, horas e horas, primeiro sob o comando da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e depois de sua chegada, sob o comando do presidente Lula, tentando tirar leite de pedra, numa negociação conduzida de forma frouxa pela Dinamarca. Houve muita oposição, até mesmo ideológica. Foi muita incompetência. Países como a Venezuela, Bolívia ou Cuba chegaram ao ponto de transformar um encontro sobre o clima em um palanque para tentar impor constrangimentos maiores aos Estados Unidos. Os árabes tentando negociar uma proposta ridícula de indenização por queda no consumo de combustíveis fósseis no caso de se adotarem fontes limpas.

O mundo esperava pela liderança decisiva do Prêmio Nobel da Paz de 2009, Barack Obama, mas assistiu estarrecido e mudo a um discurso lacônico, vazio, píffio, sem qualquer compromisso com o planeta. Ele lavou as mãos em nome do sonho americano, enquanto países que podem sumir do mapa com o derretimento das geleiras, reclamavam em tom bíblico contra as 30 moedas (o único dinheiro posto na mesa), os dólares insuficientes do fundo. Europeus, chineses e americanos pareciam a cada momento transformar a Conferência num fórum de barganhas econômicas, sem preocupação com o futuro do planeta.

Fora o pronunciamento píffio, o líder americano até mostrou pulso firme ao negociar o acordo possível, ao final. O presidente Lula foi mais longe. Co-

locou muito bem a necessidade de um acordo formal e foi muito aplaudido. Teve coragem de botar o dedo na ferida, de mostrar que ninguém estava ali para jogar conversa fora. Acertou quando disse que muita gente estava olhando apenas para o próprio umbigo. Perdemos a oportunidade de um acordo amplo, solidário e planetário.

É lamentável que tudo tenha acabado como acabou, mas a verdade é que temos que olhar para a frente, com a determinação e a liderança que o mundo acompanhou e reconheceu no Brasil. Até o final de janeiro de 2010, quando sai uma revisão das metas de todos os países, esperamos fechar números importantes de redução de emissões com alguns setores da nossa economia, para tocarmos o Plano Nacional de Mudanças Climáticas. O aço verde vem aí, junto com outras medidas que serão implementadas, demonstrando que iremos além de simplesmente reduzir nossas taxas de desmatamento. Aliás, o sucesso em conter o avanço da motosserra sobre a Amazônia foi amplamente comentado e reconhecido pelos países que participaram da COP-15.

Como país que é, sei que o Brasil não vai deixar essa bola cair. Ao contrário de alguns, temos a consciência de que não podemos empurrar a questão das emissões para debaixo do tapete, como se não fosse problema nosso. Pelo Protocolo de Kyoto não temos obrigatoriedade de reduzir emissões, poderíamos dormir tranquilos após o desastre dinamarquês. Acontece, porém, que temos uma visão forte e uma posição privilegiada, não podemos assistir a temperatura subir de braços cruzados. Não aceitamos receber a conta pelo aquecimento global, nem a violação de nossa soberania, como chegaram a propor um modelo de MRV (monitorar, reportar e verificar) como o do FMI, mas faremos o que temos que fazer, com garra e determinação. O mundo precisa acordar da ressaca de final de ano da COP-15.

A firme posição brasileira está expressa no discurso que o presidente Lula pronunciou na sessão plenária de debates da COP-15, que vale a pena reproduzir. Assim se expressou o presidente em Copenhage, no dia 18 de dezembro de 2009:

“Confesso a todos vocês que estou um pouco frustrado porque há muito tempo discutimos a questão do clima e, cada vez mais, constatamos que o problema é mais grave do que nós possamos imaginar.

Pensando em contribuir para a discussão nesta Conferência, o Brasil teve uma posição muito ousada. Apresentamos as nossas metas até 2020, assumimos um compromisso e aprovamos no Congresso Nacional, transformando em lei que o Brasil, até 2020, reduzirá as emissões de gases de efeito estufa de 36,1% a 38,9%, baseado em algumas coisas que nós consideramos importantes: mudança no sistema da agricultura brasileira; mudança no sistema side-

rúrgico brasileiro; mudança e aprimoramento da nossa matriz energética, que já é uma das mais limpas do mundo; e assumimos o compromisso de reduzir o desmatamento da Amazônia em 80% até 2020.

E fizemos isso construindo uma engenharia econômica que obrigará um país em desenvolvimento, com muitas dificuldades econômicas, a gastar, até 2020, 166 bilhões de dólares, o equivalente a 16 bilhões de dólares por ano. Não é uma tarefa fácil, mas foi necessário tomar essas medidas para mostrar ao mundo que, com meias palavras e com barganhas, a gente não encontraria uma solução nesta Conferência de Copenhague.

Tive o prazer de participar ontem à noite, até as duas e meia da manhã, de uma reunião que, sinceramente, eu não esperava participar, porque era uma reunião onde tinha muitos chefes de Estado, figuras das mais proeminentes do mundo político e, sinceramente, submeter chefes de Estado a determinadas discussões como nós fizemos ontem, há muito tempo eu não assistia. Eu, ontem, estava na reunião e me lembrava do meu tempo de dirigente sindical, quando estávamos negociando com os empresários. E por que é que tivemos essas dificuldades? Porque nós não cuidamos antes de trabalhar com a responsabilidade com que era necessário trabalhar. A questão não é apenas dinheiro. Algumas pessoas pensam que apenas o dinheiro resolve o problema. Não resolveu no passado, não resolverá no presente e, muito menos, vai resolver no futuro. O dinheiro é importante e os países pobres precisam de dinheiro para manter o seu desenvolvimento, para preservar o meio ambiente, para cuidar das suas florestas. É verdade. Mas é importante que nós, os países em desenvolvimento e os países ricos, quando pensarmos no dinheiro, não pensemos que estamos fazendo um favor, não pensemos que estamos dando uma esmola, porque o dinheiro que vai ser colocado na mesa é o pagamento pela emissão de gases de efeito estufa feita durante dois séculos por quem teve o privilégio de se industrializar primeiro.

Não é uma barganha de quem tem dinheiro ou quem não tem dinheiro. É um compromisso mais sério, é um compromisso para saber se é verdadeiro ou não o que os cientistas estão dizendo, que o aquecimento global é irreversível. E, portanto, quem tem mais recursos e mais possibilidades precisa garantir a contribuição para proteger os mais necessitados.

Todos concordam que precisamos garantir os 2% de aquecimento global até 2050. Até aí, todos estamos de acordo. Todos estão conscientes de que só é possível construir esse acordo se os países assumirem, com muita responsabilidade, suas metas. Mas as metas, que deveriam ser uma coisa mais simples, tem gente querendo barganhar. Todos poderíamos oferecer um pouco mais se tivéssemos assumido boa vontade nos últimos períodos.

Todos sabemos ser preciso, para manter o compromisso das metas e manter o compromisso do financiamento, em qualquer documento que for aprovado, temos que manter os princípios adotados no Protocolo de Kyoto e os princípios adotados na Convenção-Quadro. É verdade que temos responsabilidades comuns, mas é verdade que elas são diferenciadas.

Não me esqueço que quando tomei posse, em 2003, meu compromisso era procurar garantir que cada brasileiro ou brasileira pudesse tomar café de manhã, almoçar e jantar. Para o mundo desenvolvido, isso era coisa do passado. Para a África, para a América Latina e para muitos países asiáticos, ainda é coisa do futuro. E isso está ligado à discussão que estamos fazendo aqui, porque não é discutir apenas a questão do clima. É discutir desenvolvimento e oportunidades para todos os países.

Eu tive conversas com líderes importantes e cheguei à conclusão de que era possível construir uma base política que pudesse explicar ao mundo que nós, presidentes, primeiros-ministros e especialistas, somos muito responsáveis e que iríamos encontrar uma solução. Ainda acredito, porque eu sou excessivamente otimista. Mas é preciso que a gente faça um jogo, não pensando em ganhar ou perder. É verdade que os países que derem dinheiro têm o direito de exigir a transparência, têm direito até de exigir o cumprimento da política que foi financiada. Mas é verdade que nós precisamos tomar muito cuidado com essa intrusão nos países em desenvolvimento e nos países mais pobres. A experiência que nós temos, seja do Fundo Monetário Internacional ou seja do Banco Mundial nos nossos países, não é recomendável que continue a acontecer no século XXI. O que nós precisamos... e vou dizer, de público, uma coisa que eu não disse ainda no meu país, não disse à minha bancada e não disse ao meu Congresso: se for necessário fazer um sacrifício a mais, o Brasil está disposto a colocar dinheiro também para ajudar os outros países. Estamos dispostos a participar do financiamento se nós nos colocarmos de acordo numa proposta final, aqui neste encontro.

Agora, o que nós não estamos de acordo é que as figuras mais importantes do planeta Terra assinem qualquer documento, para dizer que nós assinamos documento. Eu adoraria sair daqui com o documento mais perfeito do mundo assinado. Mas se não tivermos condições de fazer até agora – eu não sei, meu querido companheiro Rasmussen, meu companheiro Ban Ki-moon – se a gente não conseguiu fazer até agora esse documento, não sei se algum anjo ou algum sábio descerá neste plenário e irá colocar na nossa cabeça a inteligência que nos faltou até a hora de agora. Não sei.

Eu acredito, como acredito em Deus, eu acredito em milagre, ele pode acontecer, e quero fazer parte dele. Mas, para que esse milagre aconteça, nós

precisamos levar em conta que teve dois grupos trabalhando os documentos aqui, que nós não podemos esquecer. Portanto, o documento é muito importante, dos grupos aqui.

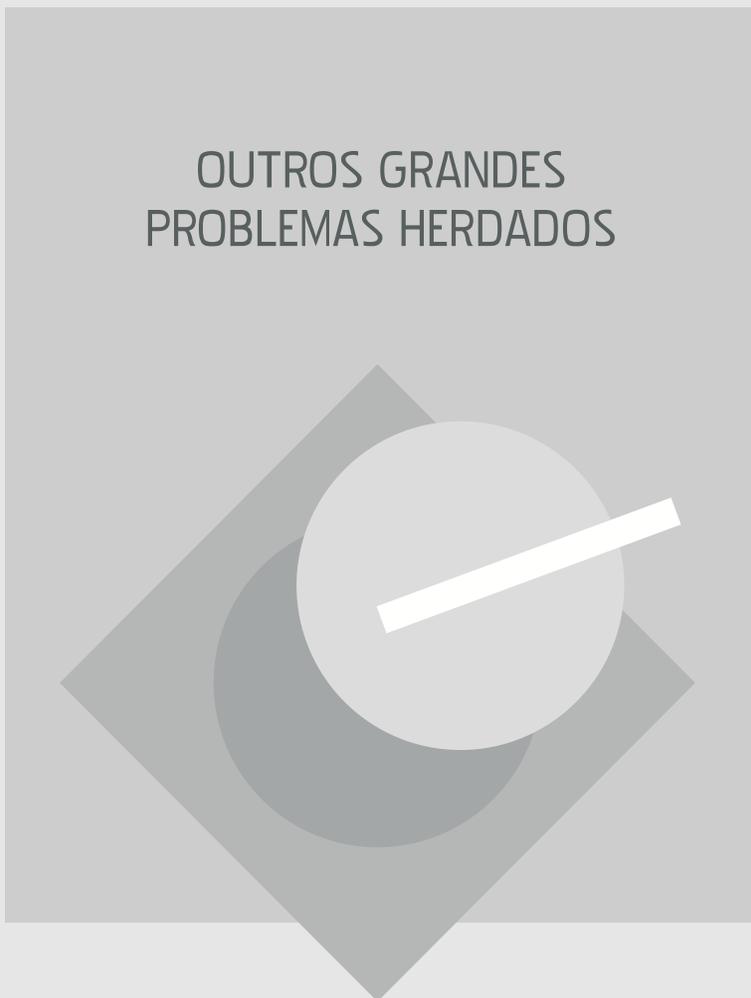
Segundo, que a gente possa fazer um documento político para servir de base de guarda-chuva, também é possível fazer, se a gente entender três coisas: primeiro, Kyoto, Convenção-Quadro, MRV, não podem adentrar a soberania dos países – cada país tem que ter a competência de se autofiscalizar – e, ao mesmo tempo, que o dinheiro seja colocado para os países efetivamente mais pobres.

O Brasil não veio barganhar. As nossas metas não precisam de dinheiro externo. Nós iremos fazer com os nossos recursos, mas estamos dispostos a dar um passo a mais se a gente conseguir resolver o problema que vai atender, primeiro, a manutenção do desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Nós passamos um século sem crescer, enquanto outros cresciam muito. Agora que nós começamos a crescer, não é justo que voltemos a fazer sacrifício.

No Brasil ainda tem muitos pobres. No Brasil tem muitos pobres, na África tem muitos pobres, na Índia e na China tem muitos pobres. E nós também compreendemos o papel dos países mais ricos. Eles, também, não podem ser aqueles que vão nos salvar. O que nós queremos é apenas, conjuntamente, ricos e pobres, estabelecer um ponto comum que nos permita sair daqui, orgulhosamente, dizendo aos quatro cantos do mundo que nós estamos preocupados em preservar o futuro do planeta Terra sem o sacrifício da sua principal espécie, que são homens, mulheres e crianças que vivem neste mundo.”

## CAPÍTULO QUARTO

### OUTROS GRANDES PROBLEMAS HERDADOS





**RICARDO AMORIM****O DESAFIO DA DISTRIBUIÇÃO  
DA RENDA NO BRASIL**

Quando Josué de Castro (1957) levantou o mapa da fome no Brasil, ele mostrou que, na década de 1940, o Norte e Nordeste eram as regiões mais afetadas pela fome e pela pobreza. Em 2000, os mapas indicadores da exclusão social ainda eram muito parecidos, porque as mudanças tinham sido muito pequenas. Se notarmos as imagens de satélites veremos o mesmo mapa. Só que naquela época vivíamos uma transição muito vigorosa de um país rural para um país urbano industrial. Nesse sentido, a estrutura produtiva brasileira mudou fortemente, assim como a relação entre classes, as relações de produção, e até talvez tenham mudado as relações de poder.

Isso aconteceu não somente no Brasil, mas em toda a América Latina. Nenhum país latino-americano cresceu e distribuiu ao mesmo tempo. De 1965 a 1984, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai, México, Panamá e República Dominicana, formam os países com a pior distribuição de renda. Bolívia, Chile, Peru, Venezuela, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Haiti são os países com o mais baixo crescimento econômico. Argentina e Uruguai têm boa distribuição, mas péssimo crescimento. Esse é o quadro de países da América Latina, situação posteriormente tornada mais grave.

Isso chama a atenção para outro aspecto. No Brasil, passados os anos de crescimento econômico, esse processo foi paralisado. Por quê? Porque cessou o investimento no país de maneira significativa. O problema da dívida externa e da inflação, por exemplo, não são a causa, mas sintomas dessa paralisação. O Estado saiu do cenário, perdeu a força e deixou de ser o grande indutor ou direcionador. Quando ele saiu de cena o Brasil paralisou e adveio todo o problema de inflação, já conhecido.

Qual o resultado desses dados? O país cresceu muito, não distribuiu, desenvolveu desigualdades regionais e sociais absurdas, assim como toda a América Latina. Quando veio a crise da dívida, houve a paralisação do crescimento e o problema inflacionário altíssimo.

Para garantir o controle da inflação, o Plano Real basicamente empurrou os preços para baixo baseando-se em um barateamento das divisas, do dólar e na abertura ao mercado interno e à produção nacional. O que ocorreu? Expor o mercado brasileiro à importação, sem que tivéssemos como competir, levou muitas empresas à falência e muitas fizeram a reestruturação (a chamada reestruturação na verdade é demissão). O Plano Real deixou o câmbio extremamente barato graças a juros altos que endividaram o governo. O problema é que a porção afetada não foi a elite brasileira, pois o controle da inflação se tornou encargo do trabalhador. Isso enfraqueceu os sindicatos e a classe trabalhadora, chegando a ponto de, mesmo com a produtividade em crescimento, o rendimento do trabalhador caiu. Por quê? Com a alta de desemprego, o trabalhador não consegue reivindicar seus direitos. O resultado é que alguém se apropria da diferença da produtividade e do rendimento do trabalhador. Alguém lucra com isso, não é exatamente uma crise para todo o mundo.

O segundo problema no governo Fernando Henrique, aliado a esse anterior, foi o crescimento da carga tributária em nível federal. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão aponta que as despesas correntes cresceram por volta de 200%, a de pessoal cresceu 120%. Os juros cresceram 600%, as despesas com capital por volta de 100%, amortização da dívida quase 900%. Isso é apenas a despesa federal! Assim, podemos entender porque cresce a carga tributária. E logo surge a acusação típica de que o Estado gasta muito.

Se tirarmos da carga tributária bruta, ou seja, de tudo que é arrecadado, os juros repassados para a sociedade, chegamos à carga tributária líquida; que diminuída do valor dos juros pagos pelo governo, chegamos a um montante de 12% do PIB. É isso o que, de fato, o governo tem para gastar.

O governo gasta muito com previdência social, mas é extremamente necessário para manter o mínimo de distribuição de renda. Os juros giram em torno de 8% do PIB por ano -- um número maior que o orçamento do Ministério da Saúde, o maior ministério do país. Se tirássemos os 8% de juros, a carga tributária não seria do valor atual. Mas que juros são esses? São os juros da abertura de capital feita lá atrás para permitir a entrada do dólar de forma suficiente para torná-lo barato, para que fosse possível a compra de mercadorias importadas e o combate à inflação. São os juros da estabilização dos preços.

Uma curiosidade interessante: antes do Plano Real a parcela de lucro das empresas de capital produtivo e dos bancos eram mais ou menos cíclicos. Depois de seu estabelecimento, as taxas de lucro tornaram-se absolutamente divergentes: quando uma cresce a outra desce, mas antes elas se acompanhavam. Outro dado importante é relativo ao movimento das famílias ricas por estado. O censo de 1980 a 2000 aponta que houve crescimento apenas em São Paulo. Um crescimento significativo, porque esse Estado concentra sozinho quase 40% das famílias ricas do país. Por que chamar a atenção para isso? Para demonstrar como é difícil controlar o país desse jeito.

Agora quero chamar a atenção para os anos mais recentes. Se acompanharmos o que aconteceu no Brasil nos últimos anos, podemos reparar que o país entrou de vez no que poderia ser chamado de capitalismo contemporâneo, quando a “financeirização” da riqueza passa a ser o grande motor da economia e da especulação do capital. Em sua estrutura, as empresas reuniram interesses de capital bancário e capital financeiro. Se considerarmos a abertura mundial do capital financeiro, ou seja, ao momento em que existe uma globalização financeira muito significativa, cada volume de milhões de dólares que as empresas têm passa a ser tão, ou mais, importante para decisões das diretorias do que a própria decisão de produção. No Brasil, no começo dos anos 1990, as multinacionais vieram para cá basicamente fragmentando a produção, aproveitando algumas vantagens, e principalmente amortizando capital. Isso significa, mais uma vez, que as tesourarias têm pouco gasto e aplicam fortemente no mercado financeiro, e não em inovação.

O capital brasileiro, que foi comprado pelas multinacionais, passou a gerar em nosso país uma elite muito rica, muito líquida do ponto de vista econômico. O dinheiro por ela ganho em sua maioria não volta para a produção, porque é aplicado no mercado financeiro. O capital nacional, mais uma vez, não se comporta como agente de desenvolvimento, e sim como agente financeiro. Diante de tal situação, a retomada de qualquer projeto brasileiro torna-se mais difícil atualmente. Mais difícil porque o capital nacional precisa voltar a produzir, a investir, a gerar emprego e renda. É preciso convencer o capital internacional que vale a pena investir no Brasil – não só amortizando plantas e fábricas antigas, mas inovando. Mesmo assim, avanços muito interessantes de crescimento econômico têm sido feitos.

Houve, do ponto de vista macro, uma mudança de política econômica: a ampliação do crédito sobre o PIB. Isso era uma das piores relações que o Brasil apresentava, comparado aos países desenvolvidos, por ser extremamente baixa. Hoje, os índices do Banco Central mostram que conseguimos um avanço, ainda não o suficiente, mas muito significativo, e que refletiu diretamente na

aquisição de bens. O IBGE aponta que a massa salarial, ao acompanhar o aumento de demanda, de produção e de renda, também aumentou consideravelmente, de 2002 a 2008, realimentando o ciclo de crescimento.

Os programas sociais, garantidos por meio da Constituição, tiveram impacto significativo. A Previdência Social foi o que mais cresceu, impactando, principalmente, as regiões mais pobres. Além disso, houve aumentos reais do salário mínimo – que equivalem a 2/3 da Previdência. Nos últimos tempos não conseguimos transformar o país, mas, como a Tânia Bacelar ressaltou, conseguimos, no máximo, lançar alguns germes.

Tínhamos uma base industrial importante que foi sucateada, isso quando não foi vendida a grupos estrangeiros (até a Chocolates Garoto e a Cofap foram vendidas). Tivemos a entrada do capital internacional nos setores líderes, impondo sua tecnologia, as relações de trabalho, sua dinâmica na economia, e decisões, as quais não são tomadas em nosso país. Qual o resultado dessa configuração? Quando o capital internacional penetra mais fortemente na economia brasileira, torna as decisões de desenvolvimento no país mais difíceis e complexas. E o capital nacional “fugiu da raia”. A única vantagem obtida de maneira mais significativa – dadas as plantas que nós tínhamos, a nossa classe trabalhadora, dados os créditos que tínhamos em potencial – foi gerar crescimento econômico.

Talvez a diferença esteja de fato nos programas sociais que conseguiram ajudar na distribuição de renda, conseguiram desagrá-la. Não mudou profundamente, mas, de qualquer modo, foi um avanço significativo em relação aos dados disponíveis em jogo. Do ponto de vista produtivo, estritamente econômico, o avanço foi pouco. Precisamos fazer uma mudança mais profunda.

Ao elaborar um estudo com fonte em Bloch & Schoenfeld (2008) e Saez (2004), mostrando a evolução da apropriação da renda dos mais ricos nos Estados Unidos, de 1953 a 2005, pude concluir sobre os efeitos drásticos do liberalismo. Em 1953, 1% da população detinha mais de 10% de toda a renda nacional. Quando entrou a “Era Reagan”, ela variou, para mais, de 7 a 8%, de tal maneira que a liberalização do país fez a renda dos 1% mais ricos chegar a mais 18% da renda nacional em 2005. O liberalismo faz estragos em todos os lugares, mesmo lá nos Estados Unidos.

GUILHERME CASSEL

## O RURAL NÃO PODE FICAR EM SEGUNDO PLANO

A humanidade vive uma crise de modelo e vai ter que estabelecer outras relações de natureza econômica e social para sobreviver. Por isso, temos de enfrentar agendas novas: de segurança alimentar e nutricional, um imperativo contemporâneo; a agenda da construção de uma nova matriz energética, que não reproduza as relações de poder da matriz do petróleo; e a do desenvolvimento ambiental sustentável.

Essas três agendas contemporâneas, urgentes, têm relação com o rural. Portanto, em primeiro lugar precisamos ser capazes de reposicionar esse tema quando se discute desenvolvimento. E, segundo, termos a capacidade de enunciar com clareza qual é o lugar do rural nesse processo de desenvolvimento, o que realmente significa o equilíbrio urbano e rural.

Em nosso país, o papel do desenvolvimento rural tem ficado em segundo plano, inserido nas discussões sobre o modelo de desenvolvimento nacional. Nossa sociedade passou por uma urbanização acelerada, vinculada ao processo de industrialização. O debate sobre o desenvolvimento rural, quando surge, vem de forma subordinada ao conjunto de políticas públicas. Essa visão estava presente até mesmo no programa do governo Lula, em 2002.

Em sete anos do governo Lula foram realizadas muitas ações, incrementando-se o orçamento e os instrumentos de política pública. Entretanto, algumas questões importantes não foram enfrentadas, tais como os índices de produtividade e os transgênicos, entre outros. O desenvolvimento rural, portanto, não pode ser tratado como tema secundário. Ele deve ser encarado de maneira firme.

As estatísticas também refletem o papel secundário do rural na agenda nacional. O rural sempre foi tratado como resíduo do urbano. Os municípios,

por meio de leis municipais, definem o perímetro urbano e o que não está nesse perímetro é considerado rural. O restante é rural. A sobra é rural. Mesmo com esse critério, 17% da população brasileira vivem no meio rural: são 31,3 milhões de pessoas. Mas se fossem adotados outros critérios, levando em consideração a realidade objetiva, a vida produtiva e a economia dos municípios, teríamos um resultado diferente.

O professor José Eli da Veiga, por exemplo, analisa o tamanho das cidades brasileiras: 4.998 possuem até 50 mil habitantes. As cidades com até 20 mil habitantes, ou com população entre 20 e 50 mil pessoas, possuem uma combinação de vida de produção rural/urbana bastante interessante. Isso significa que se considerarmos a realidade objetiva, produtiva e econômica dos municípios brasileiros, os resultados estatísticos da dimensão do rural seriam muito diferentes. Segundo a contagem populacional de 2007 do IBGE, que classifica a população brasileira segundo o tamanho da população do município, havia 63,5 milhões de habitantes, 35% da população brasileira, vivendo em cidades com até 50 mil habitantes (dos quais 33,5 milhões eram moradores de cidades com até 20 mil habitantes).

Outra ideia subjacente no debate político e social é que o rural sempre foi visto como um sinônimo de atraso. É o local onde não chegaram a sociabilidade da cidade, a tecnologia e a modernidade. Esta ideia organiza pensamentos, teorias e trajetórias. No caso brasileiro, e também entre a esquerda, o diagnóstico é de uma dualidade no rural. Predomina uma visão de que o rural é atrasado e nele se instala uma separação: de um lado, riqueza, produção, desenvolvimento tecnológico, exportações e superávit na balança comercial, mas vinculada ao latifúndio; de outro, os pobres, atrasados, improdutivos, os quais são, quando muito, objetos de política social.

Esta visão provém de um erro histórico do nosso programa de governo “Vida digna no campo”, de 2002. De uma forma tímida, não explícita, com nuances de linguagem e metáforas, aquele programa continha uma leitura dual da ruralidade.

A superação desse engano foi o primeiro passo importante do governo Lula. Não são apenas pobres ou ricos, desenvolvidos e subdesenvolvidos, atrasados e modernos. Por quê? Porque agricultores familiares e remanescentes da reforma agrária, tidos até então como o bolsão de atraso do ponto de vista do setor econômico, ao contrário do que se acreditava desempenham papel de alta relevância.

É importante compreender melhor a agricultura familiar brasileira. Ela é composta por 4,1 milhões de famílias, segundo o Censo Agropecuário 1995/1996, e responde por 10% do PIB brasileiro, segundo o estudo sobre a

agricultura familiar na economia do Brasil e do Rio Grande do Sul, de Martins Guilhoto, e outros publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2005. Ressalte-se que não é do PIB agropecuário e sim do PIB nacional, ou seja, 10% da riqueza desta nação provêm da agricultura familiar.

A agricultura familiar produz a maioria dos nossos alimentos. Um exemplo: 89% da produção da mandioca consumida no Brasil vêm da agricultura familiar. Na produção de frangos, a participação é de 70%; de feijão, 67%; de banana, de 62%; de uva, de 62%; de suínos, 60%; de leite, 56%; de abacaxi, 52%; de tomate, 49%; de milho, 49%; de batata, 44%; entre tantos outros produtos.

Apesar de a agricultura familiar ter acesso apenas a 30% da área dos estabelecimentos, ela responde em média por 70% dos alimentos básicos, garantindo a segurança alimentar no país. Tais avanços revelam a assertividade do governo Lula em perceber a relevância desse setor econômico, que possui muita vitalidade e responde rapidamente aos incentivos de políticas públicas.



LADISLAU DOWBOR

**ORGANIZAR A BASE DA SOCIEDADE**

Os Territórios da Cidadania destacam um tema importante: o apoio ao desenvolvimento local. Não conseguiremos governança no andar de cima se não organizamos governança na base da sociedade. Nós temos esse peso da área rural, e ao mesmo tempo, temos o peso da urbanização, que não são coisas contraditórias.

O pessoal da Unicamp tem falado na “rurbano”, o fato é que os dois subsistemas estão se interconectando. Há uma articulação hoje, em grande parte, a partir dos centros urbanos. Ou seja, há uma construção do território na base da sociedade que precisa ser feita. Da mesma forma que a economia não funciona se as empresas não funcionam de maneira organizada, você tem elementos que constituem blocos dessa construção. Os blocos da construção deste país são os 5.564 municípios.

O desafio é torná-los municípios funcionais, cada um com sua Agenda 21 local, e como na Índia, fazer com que tenham um cadastro de projetos intensivos em mão de obra: segundo a lei *Employment Guarantee Act* qualquer pessoa tem direito a ganhar o pão da sua família. A administração local é obrigada a ter um cadastro de projetos intensivos em mão de obra, e se não viabilizarem um trabalho a quem pede, devem pagar 50% do salário. Essa prática funcionou durante 10 anos no estado de Maharashtra e como deu certo, estão estendendo para toda Índia, construindo toda a microinfraestrutura, o saneamento básico, com esse processo. Portanto, é vital ter políticas lá em cima, mas se não houver políticas lá embaixo, se não houver uma iniciativa organizada município por município, não dá certo.

O programa brasileiro Territórios da Cidadania é de imensa importância, particularmente porque pode convergir com uma série de outras iniciativas.

Agora pensem ele cruzando com o DRS do Banco do Brasil; as políticas de microcrédito do Banco do Nordeste (BNB); iniciativas de Ongs de intermediação financeira, como a Oscip de Criciúma; as Agências de Garantia de Crédito como em Caxias do Sul, articulando microdemandas; os bancos comunitários de desenvolvimento como o Banco Palmas, que já funcionam em 50 regiões do país. O que tem em comum nessas políticas é que elas articulam diversos potenciais locais.

Em 2007, realizamos uma pesquisa sobre o que Milton Santos chamava “o circuito inferior da economia”, e que o Lula chama de “andar de baixo”. Perguntamos para eles “onde é que dói? O que facilitaria a vida de vocês?” Por exemplo, o pessoal do Grupo de Trabalho Amazônico - são 530 organizações dispersas naquele mundo - disseram “para nós é vital poder comunicar com rádio”. Eles não podem porque rádio comunitária só pode comunicar no máximo num raio de mil metros. Quem fez a lei, provavelmente morava no Rio ou em São Paulo, olhou em volta do prédio e pensou “mil metros é um bocado de gente”, mas na Amazônia, você vai de uma árvore até outra. É onde dói. Então, de repente precisa mudar a lei da rádio comunitária. Outro exemplo é a flexibilização necessária de licitações. No movimento “Um Milhão de Cisternas”, coordenado pela Articulação do Semi-Árido (ASA), as empreiteiras querem travar as iniciativas, pois preferem grandes contratos públicos do que auto-construção participativa.

Este tipo de dificuldades e as propostas práticas foram expostas no documento “Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local”. São 89 propostas que estão circulando muito no Brasil. O documento está no meu site e apresenta uma visão de políticas integradas para o “andar de baixo”. Temos articular as diversas iniciativas. O Sebrae dá um curso sobre como abrir uma pousada, por exemplo, mas aí o pessoal vai ao banco e se depara com uma taxa de juros que inviabiliza qualquer iniciativa. Não adianta dar um pedaço das coisas. As políticas de apoio têm que funcionar de maneira integrada. Essa integração no nível local casa bem com a iniciativa de Territórios da Cidadania que, a meu ver, pode constituir um eixo fundamental da governança a partir da base da sociedade.

Eu resumo esta visão com o conceito de democracia econômica, porque não basta a democracia política, a própria economia tem que começar a ser democratizada. Gostaria muito que vocês se interessassem, está no meu site o livro com esse título “Democracia Econômica: Alternativas para a Gestão Social”. Nós fazemos parte de uma rede de professores que disponibiliza textos de graça e na íntegra para sair da loucura de instituições de ponta na área universitária, que trabalham com xerox de um capítulo em pleno século XXI. O próprio MIT já criou o open course, “curso aberto”, tornando todo o material acessível online e de graça.

**GILNEY VIANA****A AMAZÔNIA (A ONÇA PINTADA)  
SE DEFENDE**

A Amazônia é o tema mais relevante da questão ambiental brasileira dada sua importância ecológica para o país e para o mundo. Para formular políticas públicas minimamente adequadas à sua dinâmica ecológica é preciso estudar a história de sua ocupação e a sua atual realidade econômica, social, política e ambiental – em processo de mudança acelerada. Esta contribuição ao debate sobre o processo de mudança na Amazônia parte de quatro conceitos básicos: perspectiva de futuro, diversidade, história e conflito. Nos limites e objetivos deste texto identifiquei três períodos da história recente da Amazônia: até 1960, da ocupação seletiva e economia dispersa; de 1960-1985, da ocupação dirigida e economia incentivada pelo Estado; de 1985 até hoje, da economia capitalista globalizada e destinação de terras dirigida pelo Estado, não apenas para garantir a reprodução do capital, mas também para lhe impor limitações e contraposições socioambientais. Deste processo surge uma Amazônia atual formada por um rico mosaico de comunidades, economias e territórios que disputam o seu futuro, mostrando que não é inevitável a sua destruição. A onça pintada se move.

**QUATRO CONCEITOS BÁSICOS**

Primeiro: a realidade atual, suas contradições e tendências devem ser vistas da perspectiva de futuro. O que se faz ou se deixa de fazer hoje determina o futuro da Amazônia do ponto de vista ambiental, econômico e social. Por exemplo, o desmatamento praticado hoje está relacionado às mudanças climáticas de amanhã, que por sua vez determinarão limitações para as atividades da agropecuária, do extrativismo e da biotecnologia. Esta perspectiva de futuro diz respeito não apenas à região, mas ao país, e porque não dizer, à humanidade. Amazônidas e amazônicos parecem se dar conta disto.

Segundo: a diversidade biológica, ecológica, mineral, econômica, social, política, cultural e étnica é a característica fundamental da Amazônia. Não valorizar as diversidades amazônicas induz a erros de análise, de formulação e efetivação de políticas públicas (e, até mesmo, de iniciativas privadas) dos quais as mais notáveis são: a visão da Amazônia como um território homogêneo e a tentativa de traçar políticas públicas uniformes para a região. Este conceito vale para qualquer grande território vasto e diverso, como a Amazônia. O vale do Xingu é diferente do vale do Araguaia; o sudeste do Amazonas é diferente da Cabeça do Cachorro; as metrópoles de Belém e Manaus contrastam, e não é de hoje, com as cidades de beira de estrada da Cuiabá-Santarém e da Transamazônica ou das cidades ribeirinhas do Tapajós, do Araguaia e do Tocantins. Os lavrados de Roraima são diferentes das campinaranas do Rio Negro e dos cerrados de Mato Grosso.

O terceiro conceito diz respeito à história da Amazônia. A história de ocupação até meados do século XX deixou marcas sociais, culturais e econômicas através dos remanescentes dos extrativistas, ribeirinhos, povos indígenas, agricultores dispersos e trabalhadores das grandes cidades de um lado e de outro as oligarquias comerciais e latifundiárias que dominavam o poder político local em aliança com os burocratas que administravam a intervenção do Estado central. A política de integração nacional imposta pela ditadura militar, nos anos 1964-85 do século passado abriu estradas, promoveu a colonização, destinou terras para grandes empresas, criou cidades e implantou as sementes da mudança do padrão econômico, social e político anterior. A crise econômica dos anos 1980 e as políticas neoliberais dos anos 1990 reduziram a intervenção do Estado na economia e quase extinguíram as políticas regionais dirigidas pelo Estado central. A região se adaptou e se reergueu sob o impulso e hegemonia do grande capital concentrado em atividades agropecuárias e mineração (com o contraponto industrial da Zona Franca de Manaus) e pouco a pouco reorganizou os territórios menores sob sua influência e estabeleceu novas diferenciações na grande região. Não por acaso emergiram e assumiram o poder político local lideranças políticas desenvolvimentistas com discurso adaptado à hegemonia do grande capital. A novidade foi a persistência do papel do Estado no sentido de atender demandas sociais, ambientais e étnicas, reconhecendo e promovendo comunidades tradicionais e povos indígenas, com interesses diversos do capital, expressos em novas territorialidades com poder de pressão regional e nacional.

O quarto conceito é o conflito, a disputa pela terra, a disputa pelo acesso aos recursos naturais, a disputa pelo poder. Uma história de conflito que na atualidade se expressa em uma agenda da disputa. Essa história tem páginas

muito bonitas de resistência, desde a Cabanagem à revolução do Acre; da resistência camponesa no Vale do Mearim à reestruturação do sindicato dos trabalhadores rurais de Santarém; da guerrilha do Araguaia ao Grito da Terra na Transamazônica; da resistência indígena em Raposa Serra do Sol em Roraima aos “empates” dos seringueiros no Acre. Inclua-se nesta agenda de conflito a luta por incentivos fiscais; a guerra fiscal para atrair investimentos privados, a disputa pelos recursos orçamentários, e mais recentemente a disputa pelos fundos públicos, pelas terras e florestas, pela água e pela biodiversidade.

Na época da borracha o processo produtivo e a ocupação territorial eram determinados ecologicamente pela ocorrência concentrada da *Hevea brasiliensis* na floresta próxima dos afluentes da margem direita do Rio Amazonas. O padrão atual, do extrativismo madeireiro e mineral em grande escala e da agropecuária capitalizada evoluem ao sabor do mercado, não reconhecem limitações ecológicas senão quando politicamente contrapostas. Sob o tacão do capital financeiro e a cobertura do Estado abrem estradas floresta a dentro; represam águas e constroem usinas hidrelétricas; compram, ocupam, arrendam terras e as desmatam; desorganizam as comunidades e as economias tradicionais, promovem a urbanização e reestruturam os territórios à sua imagem e semelhança, ou melhor, às necessidades de sua reprodução. Retomando a nossa metáfora literária: impulsionaram as manchas da onça pintada a se moverem a uma velocidade maior do que a marcha do felino.

### UM TERRITÓRIO E TRÊS BIOMAS

A Amazônia Legal é um espaço definido em função da política de desenvolvimento regional do Estado nacional, abrangendo nove unidades da federação: Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Tocantins, Mato Grosso, Amapá, e a parte do Maranhão a oeste do meridiano 44°W. Ecologicamente compreende três grandes biomas e dentro deles uma variedade de coberturas florestais e de ecossistemas naturais. O Bioma Amazônia corresponde a 85%, o Cerrado a 13% e o Pantanal a 1,4% de sua área total de 521.742.300 hectares para uma população de 23 milhões de habitantes. Todos os três biomas extrapolam a Amazônia Legal, tanto no sentido do território brasileiro como dos territórios nacionais de países limítrofes.

O Estado central criou políticas públicas e instituições específicas para efetivar essa política regional, baseado no princípio do tratamento diferenciado por parte do Estado, especialmente no que diz respeito ao acesso e usufruto do fundo público. São conhecidas as políticas de incentivos fiscais, os fundos específicos de desenvolvimento regional, e as instituições que lhes administram como a Sudam, a Suframa e o Banco da Amazônia. Justificam-se

as facilidades, sem correspondência no mercado, ao interesse nacional de se combater as desigualdades regionais. Por outro lado, não se podia e não se conseguiu ignorar indefinidamente a realidade ecológica da região e as demandas por políticas ambientais que definem e asseguram direitos universais bem como políticas sociais que reconhecem e efetivam direitos diferenciados para povos originários e comunidades tradicionais. Embora as políticas econômicas desenvolvimentistas tenham prevalecido plantaram-se sementes de políticas socioambientais que constituem um ponto de partida para se pensar em um modelo de desenvolvimento regional que não seja concentrador de capital, renda, terras e que tende a privatizar o usufruto do patrimônio natural e socializar os passivos ambientais. De repente, as pintas da onça ficaram de diferentes tamanhos e cores.

### A DESTINAÇÃO DAS TERRAS

A Amazônia é um espaço em disputa e o primeiro cenário da disputa é a destinação de suas terras. A contradição central é a seguinte: ou se destinam as terras para a expansão das atividades agropecuárias ou se destinam as terras para o usufruto dos povos indígenas e das populações tradicionais e a produção de bens e serviços ambientais. Os dados dos censos agropecuários do IBGE, cruzados com dados do Ibama, da Funai, e do Incra, revelam o estado da arte desta disputa e merecem algumas qualificações.

Até 1960 a Amazônia Legal era um imenso território indígena, embora apenas uma parte ínfima de sua área tenha sido destinada às terras indígenas. As destinações significativas se referem aos estabelecimentos agropecuários: 46,7 milhões de hectares e ainda assim correspondentes a menos de 10% da sua área total. Este cenário foi determinado pelo padrão de ocupação e economia regionais: população escassa e concentrada nas capitais dos estados e territórios federais; economia de subsistência e pecuária extensiva, salvo pequenas manchas de economias agrícolas ou extrativistas, geralmente às margens dos rios. Mesmo os dados referentes aos estabelecimentos agropecuários merecem qualificação: 75% do número e 25% da área se situavam, nesta data, no estado do Maranhão, de ocupação mais antiga. A pressão sobre a destinação das terras era relativamente pequena seja para atividades produtivas seja para políticas sociais e ambientalistas.

O cenário de 1985 é diferente: a área destinada aos estabelecimentos agropecuários salta de 46,7 em 1960 para 113,6 milhões de hectares (21,14% da área total da Amazônia Legal) e já se contabilizam as contrapartidas ambientais e sociais (13 milhões de hectares ou 2,5% da área total). A soma das terras indígenas com as unidades de conservação e os projetos de colonização

federais e estaduais correspondem a 6,82% da área total da região. A política de desenvolvimento regional praticada pelo governo militar era francamente intervencionista estabelecendo outro padrão de ocupação e de economia que incluía, ao seu modo, o contraponto socioambiental.

Em 2009, as destinações ambientais e sociais das terras superam em área as destinações para os estabelecimentos agropecuários. A destinação para Terras Indígenas é competência exclusiva da União, já para Unidades de Conservação, atuam todos os três entes federados; alguns estados, nos últimos anos, deram importantes contribuições neste sentido, devido aos trabalhos dos seus respectivos Zoneamentos Ecológico-Econômicos (ZEEs).

Terras Indígenas e Unidades de Conservação juntas (excluídas as APAs e sobreposições já referidas) abrangem 202,6 milhões de hectares e correspondem a 39,8% da área total da Amazônia Legal. Somadas às áreas dos Projetos de Assentamento do Programa Nacional de Reforma Agrária e às áreas das Comunidades Quilombolas chega-se ao total de 251,6 milhões de hectares com destinação socioambiental, 48,5% da área total da região. Suas relações com o mercado são diversas: total exclusão para Estações Ecológicas e algumas Terras Indígenas; relações de inclusão dirigida e condicionada com as Florestas Nacionais e Estaduais; e inclusão marginal com aos Projetos de Assentamento e Reservas Extrativistas. As destinações sob a lógica do mercado ficariam restritas aos 129 milhões de hectares dos estabelecimentos agropecuários, incluídos nestes as terras em regularização.

### **A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DAS ÁREAS PROTEGIDAS**

As áreas protegidas na Amazônia Legal compreendem 202,6 milhões de hectares não sujeitos à conversão em escala comercial e tendem a aumentar porque existe um número importante de terras indígenas, unidades de conservação e comunidades quilombolas sob estudo. Pela sua grandeza e importância ecológica, social, cultural e econômica não há paralelo na história dos povos. Representa uma conquista da lógica dos direitos ambientais universais, sociais e étnicos sobre a lógica dos direitos privados sobre a terra e seus serviços ambientais; sobre a lógica da reprodução do capital. Exclusão absoluta da lógica do capital é impossível no capitalismo, mas estabeleceram-se bases territoriais, sociais e políticas para se impor restrições, limites, condicionantes e relações que não sejam exclusivamente as do mercado.

As Unidades de Conservação de Proteção Integral totalizam 43,7 milhões de hectares. Respondem em primeiro lugar e em alguns casos exclusivamente, aos direitos ambientais. O capital tenta incorporá-las pela mercantilização dos serviços ambientais, pela criação de um mercado de serviços ambientais, cuja

experiência piloto em escala global é o mercado de carbono. A disputa entre direitos universais e direitos privados sobre os serviços ambientais apenas começou, atingindo, neste sentido, também os serviços ambientais dos segmentos dos ecossistemas naturais em propriedades privadas, sob proteção legal.

As Unidades de Conservação de Uso Sustentável compreendem 62,3 milhões de hectares (já excluídas as APAs). Dentre elas as UCs que resguardam direitos ambientais e sociais como as Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável sob domínio e uso das comunidades tradicionais com área de 27,1 milhões de hectares. Geralmente relacionam-se com o mercado de forma camponesa e acumulam experiências de milhares de projetos alternativos que buscam embutir a remuneração de serviços ambientais nos seus produtos e estabelecer uma nova forma de relação com o mercado, tipo comércio justo. Já as Florestas Nacionais e Estaduais (FNs e FEs) que somam 35 milhões de hectares de propriedade pública se enquadram na lógica da reprodução do capital que se sujeita às normas ambientais, vale dizer, privatiza-se a exploração madeireira e não se privatizam os serviços ambientais universais, como a retenção de carbono e os efeitos sobre o clima, o patrimônio genético, a regulação do ciclo da água e outros, (embora agentes públicos tenham tentado fazê-lo quando da elaboração e votação da lei de gestão de florestas públicas, em 2006). Finalmente, um terceiro grupo de UCs de Uso Sustentável são as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) que podem incidir sobre terras públicas e/ou privadas e estabelecer limitações à conversão um pouco mais rigorosas que as do Código Florestal.

As Terras Indígenas, até agora, são territórios de exclusão da lógica do capital. São terras públicas sob direito de uso perpétuo por povos indígenas, correspondentes a 109 milhões de hectares, sob pressão fronteira para arrendamento para expansão agropecuária e florestal e pressão do grande capital para se abrir à exploração mineral. Como se pode observar, as áreas de sobreposições de Unidades de Conservação e de intrusão de estabelecimentos agropecuários em Terras Indígenas estão contabilizadas em favor das Terras Indígenas, dada a precedência do direito indígena, como manda a Constituição Federal.

### **A DISPERSÃO DAS TERRAS DESTINADAS**

Observando-se novamente os dados do IBGE, Ibama, Funai e Incra, os números das diferentes destinações das terras e suas respectivas localizações nos estados pode-se concluir que é grande a dispersão das terras já destinadas. Se projetadas em um mapa com cores diversas, como diversas são as destinações, se verá um mapa colorido formado por polígonos de vários tamanhos e cores. A onça pintada vira uma onça colorida.

Primeiro: há uma dispersão muito grande das variadas destinações de terras entre biomas e estados constituindo espaços diferenciados, potenciais ou reais territorialidades; algumas orientadas pela lógica dos direitos socioambientais, outras pela estrita lógica do capital. Olhando-se o mapa de localização georreferenciada das variadas unidades de destinação de terras se vê uma concentração de destinações para atividades agropecuárias no Bioma Cerrado e na área de Floresta Ombrófila Aberta do Bioma Amazônia, um pouco mais ampla que o antigo “Arco de Desmatamento”. Em contraposição na Amazônia Ocidental se destacam em pequeno número, mas em grandes polígonos, as destinações para Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

Segundo: os estados de Mato Grosso, Maranhão e Tocantins, que partilham tanto do Bioma Cerrado como do Bioma Amazônia, constituem o principal campo da disputa pela destinação das terras, com vantagens para as destinações privadas representadas por estabelecimentos agropecuários: 73,5 milhões de hectares (dos quais 31,7 milhões de hectares incidentes sobre o bioma Cerrado); contra 33,3 milhões hectares para Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

Terceiro: as Terras Indígenas e as Unidades de Conservação prevalecem na Amazônia Ocidental. O estado do Amazonas lidera com 91,7 milhões de hectares que somados aos do Acre, Roraima e Rondônia atingem 119,2 milhões de hectares concentradas no Bioma Amazônia e principalmente em área de cobertura da Floresta Ombrófila Densa. São territórios verdes. As destinações para estabelecimentos agropecuários, nos quatro estados, somam apenas 8,8 milhões de hectares, mas é relativamente grande a expectativa de regularização fundiária, em torno de 41,4 milhões de hectares, quase o dobro do já destinado para os Projetos de Assentamento (26 milhões de hectares).

Quarto: o estado do Mato Grosso alcança a maior porcentagem de destinação fundiária (80% da sua área total) com 20,9 milhões de hectares pra as TIs, 6,2 milhões de para as UCs e 47,8 milhões para os estabelecimentos agropecuários refletindo a hegemonia do grande capital. Algumas territorialidades ficam evidentes: o Xingu Indígena que parte de Mato Grosso ao centro do Pará e o Chapadão dos Pareci, domínio da soja, na interseção do Bioma Cerrado com o Bioma Amazônia.

Quinto: o estado do Pará é o foco principal da disputa pela destinação das terras. As UCs abrangem 33,3 milhões de hectares, as TIs 16,2 milhões e os estabelecimentos agropecuários 22,5 milhões (em 2006) e ainda uma expectativa de regularização de 18 milhões de hectares. Tem a maior área (21 milhões de hectares) destinada às UCs de Uso Sustentável, excluídas as APAs e o maior número (640) e maior área (18 milhões hectares) de Projetos de

Assentamento do INCRA que começam a assumir características de territorialidade com grandes potencialidades estratégicas, especialmente ao longo da Rodovia Transamazônica. O capital que comanda as atividades agropecuárias não conseguiu estabelecer uma hegemonia política clara na sociedade paraense o que facilita a hegemonia do capital da mineração, extremamente concentrado territorial e empresarialmente (Carajás), articulado com o poder político central e com o mercado internacional.

### A DISPUTA PELO USO DO SOLO

A disputa pelo uso do solo diz respeito principalmente aos estabelecimentos agropecuários. Trata-se da limitação do direito privado de propriedade pelo direito social ambiental. Vale dizer, afirmação da prevalência do interesse social sobre os serviços ambientais dos ecossistemas naturais presentes em propriedade/posse/estabelecimento/imóvel sobre os interesses individuais privados, de converter a cobertura natural em áreas de produção agropecuária. Em termos práticos: quais áreas ecologicamente definidas devem ser preservadas e não podem ser convertidas (Áreas de Proteção Permanente, ou simplesmente APPs) e quanto da área restante deve ser conservada, isto é, pode ser objeto de uso sustentável e não de corte raso (Reservas Legais, RLs).

O Código Florestal Brasileiro, Lei nº.4.771 de 15 de setembro de 1965, pela alteração introduzida em 1996, estabeleceu os seguintes parâmetros para os biomas da Amazônia Legal: as Reservas Legais devem corresponder a 80% da área total da propriedade em áreas de florestas, após delimitadas as Áreas de Proteção Permanente; no Bioma Cerrado devem corresponder a 35% independente da área de APP. Já as Áreas de Proteção Permanente são definidas às margens dos rios (de 30 a 500 metros dependendo da largura do rio); ao redor de lagoas, lagos, reservatórios d'água; restingas, nascentes; bordas de morros e chapadas, bem como topos de morros, encostas com declividade superior a 45°; altitudes superiores a 1.800 metros.

Quando observamos, de acordo com os dados do IBGE, os estabelecimentos agropecuários, vemos que a taxa de conversão era relativamente baixa em 1960: 8,4%, em função do padrão de ocupação e economia de baixo impacto ambiental. Em 1985 esta taxa de conversão chega a 39,59%, mostrando que alterou o padrão de ocupação e economia anteriores; e que estes são aprofundados até 2006, expressos na taxa de conversão de 50,53% da área total dos estabelecimentos agropecuários.

A área total dos estabelecimentos agropecuários ficou estagnada de 1985 para 2006. Em verdade houve redução se excluirmos os estabelecimentos encontrados no interior de Terras Indígenas e Unidades de Conservação, absor-

vidas por estas. Em contrapartida a área total convertida aumentou de 12,7 milhões de hectares.

O principal uso alternativo do solo são as pastagens plantadas para atender a demanda crescente da pecuária extensiva. As pastagens plantadas alcançaram 72,25% em 2006, quando em 1985 correspondiam a 40,91% do total da área convertida da Amazônia Legal enquanto as lavouras atingiram 21,45% em 2006 contra 12,89% em 1985. Ou seja, as pastagens são o principal objetivo das conversões. Como a área total dos estabelecimentos ficou estagnada o crescimento das áreas de pastagens e de lavouras se deu em função de uma maior conversão das áreas de cobertura vegetal natural dos estabelecimentos rurais. Indicador complementar desta intensificação do uso alternativo é o índice de “outros usos”, extremamente reduzido, o que pode indicar não apenas um maior uso quantitativo (expansão da área convertida), mas também o uso intensivo da área convertida, já que o rebanho bovino, no mesmo período, cresceu em 223% contra 125% das pastagens plantadas, exigindo um ganho de produtividade complementado com o uso das pastagens naturais.

A área relativamente pequena dos estabelecimentos agropecuários em 1960 reflete uma ocupação dirigida a espaços determinados da região, concentrados no Maranhão e no Pará, e excepcionalmente no Acre, refletindo os processos econômicos anteriores. Explica-se pela marcha do Leste para o Oeste impulsionado pela pecuária; e no Acre, pela conversão produtiva do processo anterior da exploração da borracha. Até 1960 o uso do solo privilegiava a agricultura, já em 1985 registra a expansão brutal da área dos estabelecimentos agropecuários e seu uso, majoritariamente para as pastagens plantadas, deixando as marcas da “pegada bovina”. Em 2006, final de um período rico em disputa pela destinação das terras, já analisado, registra-se também a redução do número e a estagnação da área dos estabelecimentos agropecuários e uma moderada elevação da taxa de conversão (de 39,59% para 50,53%). Efeito do domínio do grande capital que vai se impondo econômica e politicamente, para cuja reprodução é mais importante o uso do solo do que a propriedade e posse da terra. A onça pintada desconfia.

### **O BIOMA AMAZÔNIA SOB PRESSÃO**

Em 2006, a taxa de conversão do Bioma Amazônia foi superior à taxa de conversão do conjunto da Amazônia Legal. O Bioma Amazônia mostrou-se vulnerável e a onça pintada ficou acuada.

Embora a área total dos estabelecimentos situados no Bioma Amazônia, segundo dados do IBGE, tenha se reduzido de 88,7 para 79 milhões de hectares, de 1985 para 2006, sua área convertida aumentou de 32,5 para 40,6

milhões de hectares no mesmo período. Conclusão óbvia: a taxa de conversão dos estabelecimentos agropecuários no Bioma Amazônia se elevou de 36,66 para 51,43%, embora desde 1996 o Código Florestal tenha fixado o limite máximo de conversão em 20% do estabelecimento. Se fosse um único estabelecimento estaria ambientalmente inadimplente, ilegal. Nesta mesma hipótese o Bioma Cerrado amazônico com a taxa de conversão de 50,94% se aproximaria do seu limite de 65%. Elevou-se a proteção legal e aumentou a vulnerabilidade; o que nos mostra que tão importante quanto a conquista legal é a sua efetividade. Sem entender a contradição a onça pintada procura se defender.

Desagregando os dados, por consulta aos Censos respectivos, se pode ver melhor o acontecido. No Bioma Amazônia a área das pastagens plantadas e lavouras nos estabelecimentos agropecuários assim evoluíram de 1985 para 2006: pastagens passaram de 13,8 para 30,7 milhões de hectares (de 42,47% para 75,61% do total da sua área convertida); lavouras: de 4,13 para 7,65 milhões de hectares (ou, de 12,7% para 18,84%). Conclusão: no Bioma Amazônia a área de pastagens plantadas dos estabelecimentos agropecuários foi multiplicada por 2,24, enquanto a área da agricultura foi multiplicada por 1,85. A área de pastagens plantadas cresceu em velocidade maior que a das lavouras, embora esta velocidade tenha se reduzido ao final do período. Ou seja, o Bioma Amazônia está sendo ocupado principalmente pelo boi, mas também pela soja.

Nas mesmas condições, no Bioma Cerrado as pastagens plantadas passaram de 4,28 para 16,14 milhões de hectares e as lavouras saltaram de 1,6 para 4,65 milhões de hectares de 1985 para 2006 ou respectivamente de 39,16% para 63,16% e de 14,47% para 28,80% da área total convertida dos estabelecimentos do bioma. O Bioma Cerrado também está sob pressão.

### **A DISPUTA DE HEGEMONIA: INTERESSES E TERRITORIALIDADES**

As diversidades das destinações das terras e do uso do solo no mosaico amazônico têm produzido diferentes formas de hegemonia do capital em espaços subamazônicos, o que nem sempre coincide com as divisões político-administrativas. Neste contexto de assimetrias intra-regionais expressas, muitas vezes, em territorialidades de domínio do capital e territorialidades socioambientais, torna-se fundamental a disputa pelo poder político, domínio ou influência política sobre os governos dos estados. Neste sentido as capitais e dentre estas Manaus, Belém e São Luís, cidades com mais de 1 milhão de habitantes que polarizam regiões metropolitanas, constituem territorialidades de grande potencial político. Interesses com maior inserção no mercado nacional e internacional, às vezes com base em territorialidades

da região, privilegiam disputar ou influenciar o poder político central, mas não descuidam de disputar ou influenciar o poder político local. No sentido inverso as elites políticas disputam a influência política sobre as diferentes territorialidades locais.

Nas condições das assimetrias existentes – passíveis de coordenação mais pelo Estado que pelo mercado – fica claro que mesmo atividades econômicas de pequena inserção espacial, mas de alta concentração de capital, têm capacidade de constituir territorialidades poderosas que influenciam processos políticos regionais e nacionais. Dois exemplos típicos: o Distrito Industrial de Manaus administrado pela Suframa; e o distrito mineral de Carajás (Paraupebas/Marabá (PA)/Açailândia/São Luis(MA)), submetido à empresa Vale do Rio Doce, antes estatal, hoje privada.

Olhando-se a realidade econômica a partir das Contas Regionais do Brasil 2003-2006 do IBGE e das pautas de exportações dos Estados da Amazônia Legal pode-se inferir diferentes formas e intensidades de hegemonia. Serão utilizados as médias dos quatro anos dos principais itens que compõem a tabela 10 das Contas Regionais, para se fugir do efeito conjuntural da crise da agropecuária de 2006 e os agregados de principais produtos exportados a partir das tabelas da Balança Comercial – Unidades da Federação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC. As citações percentuais correspondem à participação destes itens ou agregados no total.

O setor agropecuário, de base territorial ampla, tem hegemonia clara nos Estados de Mato Grosso (31,14% da matriz do PIB); Tocantins (23%) e Rondônia(21,25%), sendo que Mato Grosso e Tocantins se articulam com o mercado internacional via exportação de soja, que no primeiro responde por 70,2% do valor total de suas exportações e no segundo por 99,6%; enquanto Rondônia se vale das carnes de bovinos, com 63,9% e da soja, com 19,4% do valor total das exportações de 2008.

Setores industriais, de alta concentração de capital estabeleceram territorialidades tipo enclaves no Pará e no Amazonas, que disputam hegemonia tanto econômica quanto política. O Pará, com suas fortes diversidades regionais e composição do PIB sem um setor claramente majoritário (além do superdimensionamento dos serviços, que é uma característica comum a todos), tem um setor industrial muito importante (20,55%) dentro do qual se destaca o setor mineral (7,70%) – que acaba exercendo hegemonia a partir do território enclave da Vale do Rio Doce. Já o estado do Amazonas é o caso típico de enclave industrial, definido pela Zona Franca de Manaus, que representa 36,85% do valor agregado do PIB (quando o Brasil atinge 18,17%) e suas exportações representam 98,8% do valor de sua pauta.

Algumas economias estaduais são fortemente dependentes dos gastos públicos (administração, educação e saúde): Roraima (46,55%), Amapá (44,92%) e Acre (34,42%), com diferentes inserções no mercado. No caso de Roraima, o setor agropecuário é hegemônico e se articula com o mercado externo via exportação da soja (56,43% do valor total das suas exportações em 2008); o mesmo acontecendo com o Amapá em relação ao minério (67,8%). O Acre, dentro deste mesmo bloco se diferencia um pouco porque transita para uma hegemonia agropastoril (18,72% do PIB), embora se relacione com o mercado externo pelos produtos do setor extrativista: madeira em primeiro lugar, com 71,7% do valor das exportações, seguido de castanha do Brasil, com 17% em 2008.

Até certo ponto os principais produtos da pauta de exportações indicam os setores dominantes das economias estaduais numa economia globalizada (quadro 05). Os estados do Pará, Maranhão, Amapá e Amazonas estão submetidos à hegemonia de “economias de enclave”, os três primeiros representados por projetos de exploração mineral que organizam pequenos territórios à sua volta e exercem hegemonia via Estado e via mercado. O estado do Amazonas tem na Zona Franca de Manaus, o seu enclave industrial. Já os estados de Mato Grosso, Tocantins, Roraima e Rondônia são economias de base agropecuária que se articulam com o mercado exterior através de um produto: Mato Grosso, Tocantins e Roraima (soja) e Rondônia (bovinos, seguido por soja); o Acre ainda se articula com o mercado via exportação de madeira (seguido da castanha do Brasil).

### **NÃO É INEVITÁVEL A DESTRUIÇÃO**

Em menos de 50 anos, a Amazônia mudou como demonstram os dados e análises apresentados. De 1960 a 1985, estabeleceu-se um novo padrão de ocupação territorial ao incorporar o Bioma Amazônia à expansão da fronteira agropecuária. Antes isolado, acessível apenas pelos rios, foi devassado pelas estradas e exposto à transformação, a partir de uma estratégia de defesa e de incorporação ao mercado, que implicava a transferência de famílias e de investimentos. Tudo sob a ordem, o incentivo, o patrocínio e o comando do Estado. A velha Amazônia, de costumes e economias tradicionais, tinha que dar lugar à nova Amazônia, de corte capitalista. Aconteceu, nos limites da força e fraqueza da economia brasileira, subdesenvolvida e dependente; obrigando-a a conviver com velhos costumes sociais e políticos e formas econômicas précapitalistas.

A transição ao capitalismo moderno se completa no período 1985-2009, combinando uma modernização social, política e econômica: social, na medi-

da em que possibilitou a emergência de uma nova classe média que não fosse apenas de servidores públicos; política, com a quebra do domínio absoluto das famílias da elite tradicional; econômica, quando a lógica do grande capital submeteu ou alijou as outras formas de produção ainda existentes e usou das novas condições materiais (terras, tecnologias, financiamentos, logística, mão de obra, baixos custos, etc.) para implantar a produção capitalista em grande escala, sob controle do capital financeiro e do mercado internacional. Para esta transição, o Estado foi importante, mas a iniciativa do capital privado foi fundamental. No mesmo período, o Estado foi importante e a luta política fundamental para se efetivar direitos ambientais, étnicos e sociais que nem sempre seguem a lógica do capital, revelando que neste processo e nesta região surgem novas assimetrias e novos sujeitos da disputa.

A agenda da disputa compreende a destinação das terras, as múltiplas formas de uso do solo, sub-solo, água, biodiversidade, serviços ambientais e outras decorrentes de seu imenso patrimônio natural. Outros pontos da agenda da disputa: acesso e usufruto dos fundos públicos, incentivos fiscais, conhecimentos e saberes tradicionais – tudo enfim que possa ser reduzido à lógica do mercado. Alguns resultados importantes, contudo, não atenderam estritamente aos interesses do capital.

Em 2006/2009, as destinações de terras para interesses ambientais e étnicos (202,6 milhões de hectares) superaram as destinações para interesses agropecuários (109,6 milhões hectares). Em 1985 a situação era inversa: 114,4 milhões de hectares para atividades agropecuárias contra 17,6 milhões de hectares para efetivar direitos étnicos e ambientais.

A expansão da área total das terras destinadas aos direitos étnicos e ambientais e a maior proteção às áreas de cobertura vegetal natural das propriedades rurais de um lado; a evolução tecnológica da grande produção agropecuária dependente do mercado externo e a luta socioambiental de outro lado, foram fundamentais para barrar a explosão da destinação de terras para estabelecimentos agropecuários (de 46,7 para 114,4 milhões de hectares) e reduzir a velocidade alucinante da conversão (de 2.97 para 45,29 milhões de hectares) no período 1960-1985 - que embasavam os prognósticos de destruição rápida da Amazônia. A onça pintada, acuada, reagiu.

A resposta necessária, mas não bastante, aconteceu com a destinação de 251 milhões de hectares para as Terras Indígenas, Unidades de Conservação, Terras Quilombolas e Projetos de Assentamento que constituem hoje uma peça estratégica para a definição do futuro da região.

Os setores mais dinâmicos da economia regional, da agricultura comercial e da indústria de mineração, sob domínio do capital financeiro e depen-

dente do mercado internacional, se mostram sensíveis às pressões da cidadania ambiental e se sentem obrigados a introduzir tecnologias ambientalmente mais limpas e ganhos progressivos de sustentabilidade ambiental. Juntamente com o setor de produção e distribuição de energia, estes setores exercem hegemonia em territórios da Amazônia e influência política em escalas regional e nacional. A indústria de mineração é beneficiária de investimentos estatais na geração de energia e na logística, condições fundamentais para sua produção e competitividade no mercado internacional; e a agricultura comercial usa 54 milhões de hectares (além do apoio tecnológico, logístico e crédito estatal) para suas atividades produtivas, área bastante e condições tecnológicas e financeiras suficientes para competir com os maiores países produtores agrícolas do mundo. Estes cinco segmentos estratégicos da economia amazônica: pecuária bovina, soja, energia, extrativismo madeireiro e mineral precisam ser repensados, reordenados, dentro da dupla perspectiva da agregação de valor e da agregação da sustentabilidade ambiental.

A hegemonia totalizante da lógica do capital dificulta pensar diferente e propor políticas alternativas, mas não impediu que na Amazônia se fundassem bases econômicas, sociais, culturais e políticas para lhe contestar, confrontar, ou no mínimo condicionar sua reprodução. Existe uma intelectualidade ativa, crítica e independente e organizações sociais e não governamentais que assumem crescente participação e mesmo lideranças políticas que procuram alternativas para a região. Merecem destaque, neste pólo de resistência, as territorialidades socio-étnico-ambientais que, embora diversas entre si, têm origem comum fora da lógica do mercado. Sofrem ameaças, tentativas de cerco e atrelamento, e ao seu modo resistem porque é um pólo qualitativo da disputa que tem histórias, memórias, mitos, utopias e espiritualidades. Tem suas territorialidades. Territorialidades estas que se conformaram em função das lutas sociais dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e camponesas, e que foram criadas com a imprescindível participação de agentes políticos, que sensibilizados ou pressionados, elevaram os seus clamores ao nível de direitos reconhecidos pelo Estado, inscritos na Constituição Federal de 1988 e que se materializaram no período pós-regime militar em conjuntura política favorável sob forte influência das lutas sociais e populares e governos federais sensíveis a estas demandas.

As potencialidades estratégicas das territorialidades socioambientais, étnicas e camponesas ultrapassam em muito as dimensões e perspectivas expressas pelas redes, articulações e organizações que hoje lhes representam. Sozinhas talvez não sejam suficientemente fortes para negar a lógica do capital, mas animam as utopias ecossocialistas. Pelo exemplo e pela luta conseguem

denunciar as formas econômicas, sociais e ambientais mais perversas e estimular as mais amigáveis ao meio ambiente da lógica do capital que, juntamente com as experiências e potencialidades das territorialidades étnico-socio-ambientais são fundamentais para se reformular as políticas públicas regionais e para a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável para o país.

A disputa pelo futuro da Amazônia continua, porque a Amazônia é estratégica para o Brasil, importante para o mundo e imprescindível para o povo que lá vive. Mas, hoje, é importante ressaltar que a curva ascendente da taxa de conversão dos ecossistemas naturais da Amazônia em pastagens e lavouras perdeu velocidade e a marcha dos passivos ambientais crescentes pode ser invertida. Não é inevitável a destruição da Amazônia. A onça pintada espreita.



**MARCOS MONTENEGRO****RECONSTRUINDO O SETOR PÚBLICO  
DE SANEAMENTO BÁSICO****ANTECEDENTES**

Para se posicionar no atual quadro do saneamento brasileiro é preciso buscar as relações do setor com a evolução da conjuntura política e econômica nos últimos anos. Como não poderia deixar de ser, as dificuldades e as crises do saneamento estão intimamente ligadas àquelas de natureza mais amplas vividas pelo país. De início vamos recapitular fatos importantes do período histórico iniciado com o fim da ditadura militar, com a Constituição de 1988, e o começo do primeiro governo Lula, tecendo suas relações com o saneamento básico.

Assim, o esgotamento do Plano Nacional de Saneamento (Planasa) e de seu arcabouço institucional (Banco Nacional de Habitação (BNH) e companhias estaduais de saneamento) correspondeu à decadência da ditadura militar e do chamado milagre econômico. A extinção do BNH, em 1986, sem que fosse criado um ministério forte para conduzir a política urbana, revelou as limitações políticas da Nova República. Os limites das mobilizações populares e sindicais que marcaram a década de 1980 foram definidos pela derrota do movimento pelas Diretas Já. A Constituição de 1988 ainda tem a marca das aspirações democráticas, mas, a vitória de Collor em 1989 traz o triunfo das concepções neoliberais, do Estado mínimo e da supremacia do mercado. Mas, tendo se mostrado incapaz de solucionar os impasses que levavam a economia à recessão, o presidente Collor foi defenestrado dentro da norma democrática e junto com ele seu plano econômico.

Uma recuperação aparente ocorreu com o Plano Real que, radicalizando pela direita, apostou na integração plena da economia brasileira com as economias capitalistas centrais, abdicando de um projeto de desenvolvimento nacional. A situação econômica desastrosa a que foi conduzido o país por essa opção

política culminou com o Estado brasileiro quebrando no segundo semestre de 1998. Com a oposição desorientada pelo aparente sucesso do Plano Real e o conluio da grande mídia, foi possível esconder a dimensão da crise, possibilitando a reeleição do presidente Fernando Henrique, que, no seu segundo mandato, rezou pela cartilha privatista do FMI (Fundo Monetário Internacional), reduzindo gastos e investimentos públicos, e priorizando a remuneração dos titulares da monumental dívida pública acumulada durante seus dois mandatos.

No âmbito do saneamento, com todas as limitações, o Projeto de Lei 199, aprovado pelo Congresso Nacional em 1994, representava o resultado setorial das lutas pela redemocratização da década de 1980. Seu veto pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, no início de 1995, foi uma clara sinalização de que o saneamento básico seria prioritariamente tratado como negócio e não como política pública objetivando a saúde pública e a proteção ambiental. Mesmo assim, o saneamento brasileiro viveu um período de relativa ascensão no primeiro governo de FHC, com a retomada dos financiamentos dos investimentos das companhias estaduais de água e esgotos.

No seu segundo mandato, após o acordo com o FMI, essas companhias e os demais prestadores públicos de saneamento básico vão descer aos infernos com o contingenciamento, melhor dito, com a proibição dos empréstimos para financiar os prestadores públicos. Eram tempos de ampliação da abertura do país ao capital estrangeiro, de privatização das empresas federais de telecomunicação e energia, da Vale do Rio Doce e de outras estatais. O Congresso Nacional aprovou a Lei de Responsabilidade Fiscal, assegurando que a formação de superávit primário era a meta suprema da ação governamental, e, assim, garantindo a remuneração dos capitais nomeados como dívida pública.

No saneamento, a mensagem era clara: ou a prestadora de serviço público seria privatizada ou ela não teria acesso a financiamento para qualquer investimento. Mesmo sem ser proprietário de qualquer prestador de serviço de saneamento básico, o Governo Federal pressionava os municípios a realizar concessões a prestadores privados e agia para estimular a venda do controle acionário das companhias estaduais. No âmbito das negociações de reestruturação das suas dívidas com a União, os estados eram pressionados a vender o controle acionário de suas empresas prestadoras de serviço público. Só que, diferentemente das empresas estaduais de energia (como a antiga Cerj) que operavam serviços de titularidade federal, as de saneamento operavam serviços de titularidade municipal. Isso se mostrou uma dificuldade crucial que contribuiu para frustrar as privatizações de várias companhias estaduais de saneamento, a exemplo da Compesa de Pernambuco, da Embasa da Bahia, e da Cedae do Rio de Janeiro.

Mesmo assim a Saneatins (TO) foi privatizada, a Cosama (AM) desmontada pela privatização dos serviços de água e esgotos de Manaus, a Sanemat (MT) praticamente extinta, e a Sanepar (PR) sofreu uma privatização branca com um sócio estratégico minoritário controlando a empresa. No Rio, foram desmembrados da Cedae e privatizados os serviços de Niterói, Campos, Cabo Frio, Búzios, além de Petrópolis. Em São Paulo e Minas Gerais, consolidou-se um processo de privatização parcial do patrimônio das empresas estaduais, que mesmo não levando à perda do controle acionário da Sabesp e da Copasa por parte do poder público, imprimiu à gestão delas um enfoque privatista, que prioriza cada vez mais a remuneração dos capitais aplicados pelo Estado e pelos investidores privados.

Mas, o resultado poderia ter sido mais desastroso se as iniciativas privatistas não tivessem encontrado forte resistência de várias entidades e movimentos populares reunidos na Frente Nacional pelo Saneamento Básico, que desempenhou importante papel para impedir a privatização das empresas de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro e de municípios como Guarulhos.

Em 2002, no ocaso do segundo mandato do presidente Fernando Henrique, as privatizações já haviam demonstrado suas limitações e o desalento imperava no saneamento brasileiro. No governo federal, a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República (Sedu-PR) era um órgão fragilizado, ao qual restava apenas o encargo de administrar emendas parlamentares ao Orçamento da União. No Ministério da Saúde, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), rompendo com a tradição da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (Fsesp), havia se afastado das autarquias municipais de água e esgoto (os Saaes), muitas das quais, isoladas e sem apoio, corriam perigo de desestabilização. Os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais pouco tinham evoluído, registrando-se a crescente presença da iniciativa privada nos primeiros.

Antes, ao fim de 2001 a falência fraudulenta da Enron nos Estados Unidos, já havia sinalizado que os tempos da empresa privada como símbolo da eficiência encaminham-se para o fim. A denúncia da “ganância infecciosa” pelo então presidente do banco central americano, o Federal Reserve (FED), Alan Greenspan, mostrava que continuavam insolúveis as contradições entre a atuação da mão invisível do mercado e uma economia voltada para o pleno emprego e para o bem estar coletivo.

### LULA PRESIDENTE

No plano mais geral, o ano de 2002 foi marcado pelo agravamento da crise econômica e também pela reação das classes dominantes à provável vitória

do candidato opositorista, Lula, e às mudanças que a ascensão de uma frente de centro-esquerda poderiam trazer para os interesses que davam as cartas no governo FHC. A deterioração rápida da conjuntura econômica fez com que o comando da campanha opositorista optasse por uma linha de compromisso com o grande capital. Por meio da Carta aos Brasileiros, o futuro presidente da República garantiu o fiel cumprimento dos contratos e minimizou o desassossego do mercado. O governo que assumiu desiste de avaliar de modo profundo as consequências nefastas das políticas praticadas nos dois termos do Governo Fernando Henrique. Por isso, o programa de 2002 do Comitê de Saneamento do PT não foi publicado. A direção da campanha foi contra a explicitação de uma orientação contrária à privatização dos prestadores de serviços de água e esgoto no país.

É nesse contexto que o Ministério das Cidades é criado e com ele a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Sua estrutura tímida e seu quadro de pessoal restrito estavam longe de serem adequados para superar os desafios pautados dentro e fora do governo. O MCidades, como a anterior Sedu-PR, tem praticamente toda sua estrutura concentrada em Brasília e fica dependente da Caixa Econômica Federal para operacionalizar a maior parte de suas ações. A Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, fazia valer sua autoridade de garantidora do superávit primário e não descontingenciava o crédito para os investimentos dos prestadores públicos. A tradicional repartição dos postos de comando dos diversos órgãos e entidades se repete, tornando a coordenação das ações dos diversos ministérios que atuam no saneamento uma tarefa quase impossível.

Avançar neste quadro adverso foi possível porque o ministro Olívio Dutra compôs os quadros dirigentes do Ministério das Cidades (MCidades) com técnicos já experimentados nas administrações petistas e forjados na militância dos movimentos sociais e da vida partidária. Havia, é claro, uma grande expectativa dos movimentos que estimulava a atuação do novo ministério e que desembocou na realização da 1ª Conferência Nacional das Cidades ainda em 2003, e na instalação do Conselho das Cidades. Por outro lado permaneceu sem solução definitiva a falta de articulação institucional há tempos diagnosticada: o Ministério de Meio Ambiente, o Ministério das Cidades, o Ministério da Saúde, através da Funasa, e outros órgãos federais com atuação no saneamento, se pautando por diferentes orientações.

Em uma conjuntura na qual as posições antiprivatistas dentro do Governo Federal eram praticamente forçadas a um silêncio obsequioso, iniciou-se o trabalho de construir uma proposta para a lei federal de diretrizes para o saneamento básico e remover os obstáculos ao financiamento dos investimentos pelos prestadores públicos.

A primeira luta importante, para retomar o financiamento para os prestadores públicos, se deu dentro do próprio governo, com o Ministério da Fazenda. A equipe do MCidades discutiu muitas vezes, com o então Secretário do Tesouro Nacional, que, na época, era quem de fato decidia como e onde se podia ou não fazer saneamento. Afirmações como: “Nós vamos abrir uma exceção para água e esgoto, mas não vamos fazer saneamento em favela, porque os favelados não têm condição de pagar os empréstimos”, demonstravam a visão que ainda reinava na STN. Mas, de fato, dentro do Ministério da Fazenda, o que se notava é que os mesmos pressupostos do governo anterior estavam sendo observados, e só muito lentamente as modificações necessárias foram se impondo.

Pagamos um preço razoável pelos equívocos desse começo, principalmente ao não sinalizar para governos estaduais e municipais, bem como aos prestadores de serviço que era necessário se preparar para um novo momento, de retomada dos investimentos, e que planos e projetos precisavam ser preparados, para superar a estagnação que reinou no setor no período de 1998 a 2002, que foi um dos piores períodos em termos de melhoria do saneamento no país.

No segundo governo Fernando Henrique, a população atendida com abastecimento de água cresceu 13% e no primeiro governo Lula cresceu 14%. Alcançamos melhor desempenho no esgotamento sanitário: 16% no segundo governo FHC e 20% no primeiro governo Lula. Não avançamos mais porque, de fato, no primeiro governo de Lula não houve a mudança qualitativa necessária e não se conseguiu enfrentar os problemas com o vigor necessário.

A expansão do atendimento com água e esgoto enfrenta vários problemas estruturais, particularmente nas nossas metrópoles. Sabemos que quanto mais desorganizada é a cidade, mais injusto é o acesso à infraestrutura urbana, quanto maior a população morando em favelas, mais difícil é universalizar os serviços de água e esgoto, em particular de esgoto. Não por outra razão, os franceses que haviam assumido, sob concessão, a prestação dos serviços de água e esgoto de Manaus em 2000, desistiram quando descobriram que o urbanismo da capital amazonense não era semelhante ao de uma cidade francesa, onde a rede de esgoto pode ser assentada com facilidade. Realmente, apenas um enfoque integrado pode presidir um processo efetivo de universalização do saneamento básico em nossas cidades.

Superar o estrago que os anos de neoliberalismo provocaram nos prestadores públicos não era tarefa fácil. Várias companhias estaduais, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, que já eram ruins, acabaram por se desestruturar de vez durante o segundo governo Fernando Henrique. Tal situação

exigia (e ainda exige) soluções radicais de reorganização institucional, que o governo federal não conseguiu induzir. São companhias que envelheceram e que não têm a mínima capacidade técnica e de gestão: são deficitárias e trabalham com altíssimos níveis de ineficiência. Não prevaleceu o entendimento de que as políticas do governo federal em saneamento dependem da intermediação das estruturas institucionais dos estados e nos municípios. Nosso governo, para enfrentar exitosamente este desafio, teria que fazer uma aposta na reconstrução do setor público. Mas dentro do Ministério da Fazenda, a aposta continuava sendo a de que a solução viria pela privatização.

O conflito entre os municípios, titulares dos serviços de saneamento básico, e as companhias estaduais de saneamento, que vem marcando o setor desde a década de 80, foi o pano de fundo das disputas que se estabeleceram no processo de definição da lei nacional de diretrizes para o setor. Não por acaso, a preparação do projeto de lei, sua tramitação e aprovação, tomaram quatro anos e a Lei 11.445 só foi publicada em janeiro de 2007.

No período de discussão das propostas da lei forma-se uma estranha aliança entre empresas privadas, governos estaduais e suas companhias, e ainda setores cooptados do movimento sindical dos trabalhadores das empresas estaduais de saneamento básico que, por razões diversas, se coloca frontalmente contra o anteprojeto cuja elaboração era coordenada pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do MCidades. As empresas privadas e as maiores companhias estaduais construíram sua intervenção a partir do conceito de saneamento como negócio, propondo um esquema de regulação convencional por meio de agência independente e descartando qualquer papel relevante para os mecanismos de participação e controle social. Outro ponto de discordância foi exatamente o reconhecimento da titularidade municipal dos serviços, que mesmo impossibilitada de ser tratada diretamente na lei, transformou-se em cavalo de batalha manipulado por várias companhias estaduais e pela mesma parcela do movimento sindical.

Tais conflitos ainda permanecem em cena com os setores “negocistas” dificultando a publicação do decreto de regulamentação da lei, apesar de duas resoluções do Conselho das Cidades afirmando sua necessidade.

A lei nacional definiu como saneamento básico, além dos serviços da abastecimento de água e esgotamento sanitário, os de manejo de resíduos sólidos e de manejo das águas pluviais. Por suas peculiaridades, as políticas para o manejo de resíduos sólidos merecem exame à parte. Aqui foi mais grave a desarticulação entre o Ministério das Cidades, o Ministério da Saúde e o Ministério do Meio Ambiente. Este último, que deveria liderar o esforço de construção de uma política clara junto aos municípios e ao setor empresarial,

não deu prioridade para a gestão do lixo quando do início do primeiro governo Lula. As dificuldades para evoluir no manejo dos resíduos sólidos são maiores porque não dispomos de soluções institucionais com escala. No lixo, o cenário predominante, de cada município agindo de *per si*, se mostrava cada vez mais inviável.

Não é possível trabalhar com um cenário para o Brasil, com seus 5.563 municípios mais o Distrito Federal, onde cada um tenha o seu órgão de limpeza urbana, o seu aterro sanitário, e assim por diante. Vários países da Europa, a exemplo de Portugal e Itália, já reorganizaram a gestão desses serviços em bases intermunicipais. O mesmo vem ocorrendo nos Estados Unidos. Mas, a partir de 2007, as políticas que apontam para a gestão regionalizada dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos ganharam prioridade na agenda do Ministério do Meio Ambiente, bem como da Funasa e do MCidades. Já ficou claro que não há outro caminho para universalizar esses serviços, assegurando custos módicos e qualidade ambiental.

Um ponto onde não conseguimos avançar todo o necessário é o do saneamento rural. Talvez o nosso programa mais importante seja o Programa das Cisternas do Semi-Árido, conhecido pela campanha Semi-Árido com Um milhão de Cisternas. Quando o primeiro governo Lula começou haviam sido construídas não mais que 20 mil cisternas, e hoje temos algo em torno de 300 mil.

### TEMPOS DE PAC

O segundo mandato do presidente Lula reflete a percepção de que era preciso destravar os investimentos em infraestrutura para poder crescer, e que os recursos públicos do Orçamento Geral da União, das estatais e dos fundos controlados pela União como o FGTS e o FAT jogavam papel central.

No saneamento é desenhado um programa setorial com intenções de investir mais de 40 bilhões de reais. Destes a maior parte é de fontes que exigem retorno, recursos do FGTS a serem emprestados pela Caixa Econômica Federal, e recursos emprestados pelo BNDES. Ainda se mantinha a crença de que o setor privado poderia desempenhar papel importante no aumento da oferta de serviços de saneamento, pois cerca de um quarto dos recursos era destinada a financiar operações com tomadores privados.

Contraditoriamente às orientações constantes da lei de diretrizes, promulgada em janeiro de 2007, que preconizava o planejamento como pressuposto para o investimento no setor, o processo de alocação de recursos é agilizadopor meio de negociações diretas com os governantes dos estados e dos municípios de maior porte. A necessidade de voltar a investir rapidamente, de certa maneira buscando recuperar o tempo perdido no início do primeiro

mandato, fez com que fosse necessário fechar os olhos para a capacidade operacional comprometida e os problemas institucionais gravíssimos de muitos prestadores de serviço.

O encaminhamento de soluções para os problemas de desenvolvimento institucional que colocavam em risco a efetividade dos investimentos não foi priorizado. Governadores e prefeitos afirmavam dispor dos planos e projetos atualizados necessários à execução das obras, o que se sabia que não era verdade na maioria das vezes. Evidentemente, foi uma escolha em uma situação complexa, herdada do período de desmonte setorial, onde há um claro descompasso entre a capacidade institucional e a necessidade de investir em expansão e melhoria dos serviços para fazer face ao desafio de universalizar o atendimento. Fica a pergunta: seria possível implementar um programa melhor desenhado, que combinasse melhor obras com o desenvolvimento institucional necessário à consecução dos benefícios que delas se espera ?

Por outro lado, a mistificação que soluções de mercado podem melhorar o desempenho dos prestadores de serviço continua presente. Recentemente, no âmbito do Conselho Curador do FGTS, foi desenvolvida uma proposta direcionada para enfrentar a situação de desmonte em que vivem várias das companhias estaduais, preconizando abrir o capital dessas empresas, depois de recauchutagem prévia, acreditando-se que converter essas empresas em sociedade por ações de capital aberto é o caminho para transformá-las em empresas eficientes. O fato é que as soluções privatistas continuam sendo preconizadas em nome da busca de eficiência, mas de fato servindo a outros objetivos. Em São Paulo e Minas Gerais, os governos transformaram as suas companhias de saneamento em máquinas de fazer dinheiro para seus tesouros estaduais, evidentemente às custas de tarifas mais altas. Até 49% das ações foram vendidas nesses estados. O objetivo maior das companhias deixa de ser o de prestar o serviço de água e esgoto de maneira adequada - tanto do ponto de vista da saúde quanto do meio ambiente - e passa a ser o de gerar rendimentos para os acionistas, inclusive para os governos.

### **AVANÇOS DA LEI 11.445/2007**

Em um país com diferenças sociais tão marcantes, que tornam profundamente iníquo o acesso à moradia e a diversos serviços públicos essenciais, uma lei de diretrizes nacionais para o saneamento básico necessariamente deve ter como objetivos equacionar os problemas que impedem a universalização do atendimento com serviços de qualidade a custos módicos. Tendo em vista a natureza essencialmente política dessa tarefa, é essencial assegurar a participação popular e o controle social sobre a política setorial e sua execução tanto no plano local quanto no da atuação dos estados e da União.

A Lei 11.445/2007, mesmo com suas limitações e defeitos, pode ser instrumento de mudança e aperfeiçoamento das práticas e relações no saneamento básico brasileiro, principalmente se for adequadamente regulamentada. Alguns avanços da lei são quase óbvios. Entre estes se destacam:

A definição ampliada de saneamento básico, incluindo as quatro tipologias de serviços (abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem urbana e manejo das águas pluviais); a ampliação do conceito de drenagem urbana incluindo o manejo das águas pluviais; a previsão do plano municipal de saneamento básico, de caráter integrado, a ser produzido com participação social; a exigência de contrato de delegação sempre que o prestador de serviço público de saneamento básico não integrar a administração do titular; as condições de validade do contrato de delegação da prestação do serviço, que incluem o plano, o estudo de viabilidade, as normas de regulação e a designação do órgão regulador e fiscalizador, e a publicidade e discussão pública do edital e da minuta do contrato; a possibilidade de gestão associada dos serviços públicos, aplicando os mecanismos construídos pela lei 11.107/2005 (consórcio público, convênio de cooperação e contrato de programa).

De outro lado, estão presentes algumas debilidades da nova legislação do saneamento. Em vários dispositivos, o verbo dever foi preterido pelo verbo poder, ou seja, a exigibilidade foi trocada pela possibilidade. As disposições relativas à participação dos interessados e o controle social resultaram bastante enfraquecidas na lei. O art. 47, em cuja redação o verbo deverá foi trocado pelo poderá, é um exemplo: “O controle social dos serviços públicos de saneamento básico poderá incluir a participação de órgãos colegiados de caráter consultivo, estaduais, do Distrito Federal e municipais, assegurada a representação:...”. Atente-se ainda que, mesmo definindo como não compulsória a participação de órgãos colegiados no controle social dos serviços, a lei define que tais órgãos terão caráter apenas consultivo.

Tais aspectos servem para lembrar que a lei é um fato social, expressando correlações de força entre diversos atores sociais em uma determinada conjuntura. Sua implementação nas realidades locais também vai ser fortemente influenciada pelo grau de mobilização dos segmentos sociais que defendem interesses e visões diversas. Por isso, faz parte da luta pela construção, seja no plano local, seja no plano regional, de políticas públicas de saneamento básico que privilegiem os interesses populares, rumo a serviços universalizados, integrais, de qualidade e a custos módicos, o aprendizado crítico da lei, de seus pontos positivos e de suas fragilidades.

Em face do caráter militante deste texto, não é possível terminar sem propor alguns desafios que estão colocados no curto prazo, quais sejam: construir um arranjo institucional que assegure coerência e sinergia às ações da União no setor de saneamento básico, reforçando o papel do MCidades, que deve ser reestruturado e fortalecido como órgão central da Política Nacional de Saneamento Básico; elaborar e validar socialmente o Plano Nacional de Saneamento Básico; incentivar e apoiar a elaboração dos planos estaduais e municipais de saneamento básico com forte participação da sociedade, particularmente daqueles setores que ainda não têm acesso integral aos serviços; subordinar as ações de financiamento dos investimentos do setor ao planejamento prévio e desenvolver mecanismos que estimulem a efetividade das ações; priorizar o desenvolvimento institucional dos atores com responsabilidade na gestão dos serviços: titulares, reguladores, prestadores e organismos de controle social.

## CAPÍTULO QUINTO

### DESAFIOS A VENCER





**NELSON BARBOSA****CONCLUIR E CONSOLIDAR  
UM NOVO MODELO  
DE DESENVOLVIMENTO**

Como economista, considero que temos grandes desafios do século XXI. Primeiro, para um governo de orientação progressista, o governo do presidente Lula, o desafio é consolidar o modelo de desenvolvimento por ele implementado, que combina crescimento com distribuição de renda. Esse novo modelo é diferente do modelo neoliberal em crise, contra o qual há uma insatisfação geral que ainda não foi canalizada em uma proposta concreta em vários lugares do mundo – um modelo extremamente baseado no individualismo, no princípio de cada um por si e Deus por todos, em que o mercado escolhe o que é melhor.

A vantagem do Brasil é ter escolhido desde 2003 praticar o que vários países só vão começar a fazer agora. E lá fora se ouve dizer que um dos princípios desse novo modelo é “*put people first*”, quer dizer, deixar as pessoas em primeiro lugar, e não deixar ninguém para trás. Ele é uma inversão da lógica do modelo de desenvolvimento dominante no mundo dos últimos 30 anos, um modelo no qual as pessoas têm que cuidar de si mesmas e não há um papel para uma ação comunitária mais definida.

Outro ponto para a reflexão de nossos dias: todos os governos vão ter que enfrentar nos próximos 100 anos o combate ao aquecimento global. Os últimos estudos sobre aquecimento global mostram que as previsões anteriores de aquecimento eram muito otimistas. O aquecimento hoje é muito mais rápido, logo, isso demanda uma ação mais forte do Estado, seja quanto à taxação, seja quanto à promoção de novas tecnologias.

A mudança demográfica é outro aspecto de caracterização do século XXI. O mundo está ficando mais velho, a proporção de idosos na população aumenta muito. Isso é bom porque nós temos uma capacidade produtiva capaz

de sustentar a população de idosos. E isso vai exigir bastante de nós – efeitos enormes na política econômica vão ser desencadeados –, se pensarmos que, daqui a 30 anos, a proporção de idosos no Brasil e no mundo vai ser muito maior. Ironicamente, nos Estados Unidos e na Europa voltou-se a pensar em planos de benefício definido. Apostou-se muito nos planos de previdência de contribuição definida, porém com a queda das bolsas, queda de todos os ativos, o pessoal agora está sem nada. Por isso, surgiram várias propostas para tentar fazer um fundo capaz de manter o plano de benefício definido.

Em breve vai sair o novo modelo para o petróleo, um dos projetos mais importantes do governo Lula. A discussão em curso a respeito desse modelo apresenta como um de seus eixos a política industrial para o setor de petróleo. Antes de se discutir o que fazer com o petróleo, precisamos tirar ele de lá. Como o José Gabrielli, presidente da Petrobras, gosta de dizer, o petróleo está a 300 km da costa, a 7 quilômetros de água para baixo e mais dois quilômetros de terra. Isso exige grande inovação tecnológica, recursos, máquinas, navios. E a ideia é que o Brasil realize a construção de grande parte desse maquinário. Existe uma articulação entre o BNDES, a Petrobras e o governo federal para possibilitar tal projeto.

Outro eixo a ser discutido refere-se à modificação da participação do Estado na exploração do petróleo. Com essa descoberta das reservas do pré-sal, caiu o risco da exploração do petróleo, de maneira que a rentabilidade subiu muito e é possível aumentar a parcela que o Estado retém da renda do produto. Para dar uma ideia de ordem de grandeza, a rentabilidade anterior à descoberta do petróleo estaria na casa de 20%, e no futuro saltará para 80%. Normalmente, a exploração do petróleo é um negócio muito arriscado: se for encontrado, ganha-se uma mina de ouro, se não, perde-se grande soma de dinheiro.

Agora há grande probabilidade de encontrar o produto em algumas áreas, e cabe ao Estado taxar mais, o que não vai impedir de ter muitos interessados em fazer a exploração, porque é altamente rentável. E revisar a divisão federativa em função da renda de petróleo é algo bem problemático – geograficamente a renda do petróleo brasileiro está muito concentrada em apenas um estado, o do Rio de Janeiro, que absorve 50%. Dada a magnitude do recurso, precisa ser distribuído em outras atividades diferentes daquelas distribuídas hoje. No setor federal, ele vai basicamente para o Meio Ambiente, Minas e Energia e para a Marinha.

Lançar o Fundo de Responsabilidade Social é outra necessidade atual. É um fundo que vai receber os recursos do petróleo e destinar uma renda ao governo, para sustentar gastos sociais, empreender o combate à pobreza, dar

suporte à educação e outros programas a serem definidos. Por que criar o fundo? Porque a renda do petróleo vai ser muito grande nos próximos 100 anos, mas ela flutua muito, o que requer controle em sua manutenção para não ficar à mercê de uma grande instabilidade. A proposta deste Fundo de Responsabilidade Social é justamente capturar a renda do petróleo que cabe à União e pagar uma transferência regular para financiar o gasto social no Brasil.

Para tanto, estudamos bastante o modelo da Noruega. Lá existe um fundo de petróleo para financiar a previdência social – somente para a previdência social. Os recursos vêm, provavelmente, de uma taxa de carbono e carbontex sobre a produção de petróleo. Uma boa proposta é separar um pouco do que é para a preservação ambiental do que é para a sustentação dos serviços sociais, inaugurando um novo caráter nesse Fundo de Responsabilidade Social. Os recursos do petróleo hoje já tem um parte vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. Obviamente o princípio será mantido.



SATURNINO BRAGA

**PROPOSTAS PARA UMA NOVA ETAPA**

Para a nova etapa, que começa em 2011, temos que seguir os cinco pontos (o papel do Estado, a política distributivista, a política externa, a política de preservação ambiental e o aperfeiçoamento da democracia), mas com ênfases diferentes. Eu daria mais ênfase e mais força de novidade aos dois últimos pontos: a política de preservação ambiental e o aperfeiçoamento da democracia. Na questão do Estado, a economia mista, que deu certo no Brasil, é o que vai continuar dando certo.

A presença do Estado pode se aprofundar no sentido de uma ampliação no setor dos bancos públicos. Os bancos são o coração da economia, da economia capitalista; os bancos têm a capacidade de promover o desenvolvimento dos setores da economia e da forma pela qual esses setores devem se desenvolver fazendo exigências na concessão do financiamento para promover emprego, preservação ambiental e desenvolvimento regional da forma desejada politicamente pelo governo. Para isso é fundamental os bancos públicos ampliarem a sua presença. O sistema de banco públicos no Brasil é muito exitoso, efetivado por meio de três pilares: BNDES, como banco de financiamento da indústria e da infraestrutura no longo prazo; Banco do Brasil, como financiador de capital de giro e o grande financiador agrícola; e Caixa Econômica Federal, como financiador social de caráter social. Essas três instituições marcham muito bem, com uma competência incontestável. Considero importante a existência de bancos estaduais, que tínhamos antigamente. A maior parte deles foi levada à falência por condução política desastrosa e pela mesma política desastrosa foram privatizados. Também considero importante a presença de bancos públicos regionais, com tipo de operação de caráter menor, diretamente ligados ao interesse da região.

Ainda quanto à presença do Estado, não devemos ter constrangimento nem inibições em colocar o Estado na exploração do pré-sal e favorecer a Petrobras, porque foi ela quem o descobriu e detém a tecnologia de exploração profunda. A nova empresa pode se formar reconhecendo e favorecendo a Petrobras. Assim também devemos eliminar as inibições da Eletrobrás. Por que a Eletrobrás não pode assumir as hidrelétricas do Madeira? O próprio BNDES pode financiar uma sólida empresa estatal. Inibições deste tipo ainda subsistiram neste governo. No novo período que se abre, não devem subsistir mais, considerando que assumimos a postura de que o Estado é importante, preenche as lacunas, e para isso criar novas estatais, se necessário.

Há uma lacuna estrutural na economia brasileira na questão do transporte marítimo internacional. O Brasil já teve o Lloyd Brasileiro, a frota brasileira, a Fronap. O Brasil já foi uma potência marítima internacional, a terceira ou quarta entre as outras. A indústria naval criada nos anos 1950 era exatamente para renovar essa frota, importantíssima. A frota acabou, a indústria naval falhou, só agora começou a operar porque a Petrobras contratou plataformas e está começando a contratar os seus navios. Mas o Brasil ficou sem uma empresa brasileira de transporte marítimo internacional, um setor estratégico. Se o Estado não entrar nisso, não vai ter empresa marítima brasileira, porque o setor está nas mãos de estrangeiros, e pagando a conta de frete que sobe verticalmente no nosso comércio exterior.

É muito importante o planejamento estratégico de longo prazo. O planejamento no horizonte do governo tem que ser feito, preparar a equipe e os órgãos governamentais para preencher determinadas metas. Porém, a nação como um todo deve ter algumas metas importantes que transcendem a própria mudança de visão política. O planejamento de longo prazo tem que fixar objetivos que, qualquer que seja a orientação política, devem ser cumpridos, objetivos muito gerais, porém necessários. Não tivemos experiências bem sucedidas de planejamento no Brasil. Sempre planejamos o curto prazo: o Plano de Metas do governo Juscelino, o Segundo PNB do governo Geisel. Houve tentativas por parte dos próprios militares de associar o planejamento imediato ao estratégico em uma visão militarista. A Escola Superior de Guerra (ESG) pretendeu executar a tarefa de planejar a nação, a partir de uma lógica que os militares professavam, na linha de que as Forças Armadas representariam a nação, estariam acima da política e, por conseguinte, poderiam fazer o planejamento estratégico nacional. Com o fim do governo militar tudo isso passou a ter um significado de desconfiança.

O governo atual criou o Ministério de Políticas de Longo Prazo, para o qual nomeou inicialmente o ministro Mangabeira Unger. Eu o conheço razo-

avelmente bem, é uma grande cabeça, afinal ninguém é professor titular de Harvard sem ter seus méritos muito densos. Mas ele traz aquela ideia de que sabe mais que os outros, sabe mais que o povo, julga-se acima de todos. Essa tarefa de planejamento estratégico de longo prazo é necessária, mas é muito difícil porque requer audiência exaustiva da sociedade, de todos os setores para captar efetivamente todo o sentimento nacional, que é quem deve ditar as metas de longo prazo, estratégicas, que signifiquem a nação acima das facções políticas. Temos que enfrentar essas dificuldades e esperamos fazê-lo com o novo ministro, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

O programa redistributivo precisa continuar, ser aprofundado e ampliado. O Bolsa Família tem sido ampliado e o Pronaf também. A partir de 2011 prevê-se nesse campo a tributação progressiva. A tributação brasileira é muito regressiva, pesa pouco sobre aqueles que devem e podem pagar. A partir de 2003, o governo adotou essa perspectiva de respeito ao capital, evitando sua sabotagem, com base naquele espírito de negociação. Ainda podemos avançar nesse espírito de negociação, buscando equilibrar a tributação, a partir de 2011.

Na política externa, para avançar na integração da América do Sul, vamos procurar integrar o Chile e a Colômbia, dois países que ficaram de fora. E também vamos dar força ao Banco do Sul, importante instrumento de integração e desenvolvimento do continente, e cuidar dos projetos de integração física com os países vizinhos. E cuidar também do mundo, esse é um belo final. O Brasil colocou-se no concerto mundial de outra forma, não é mais aquele país que não é sério – a frase do De Gaulle (pode até não ter dito, mas ele pensou, certamente ele e todo o mundo desenvolvido pensava o Brasil como a “terra do samba, do futebol”). Foi o governo Lula quem mudou essa imagem. O Brasil como um todo mudou por conta do êxito, do avanço democrático, econômico e social sob o marco da democracia, e pela figura de um presidente que carrega um novo simbolismo, porque veio da classe operária.

O mundo está mostrando que precisa de um certo Estado sem o emprego de armas, uma certa alteridade orientadora, organizadora e fiscalizadora. O exemplo brasileiro é muito marcante. Esse carnaval do sistema bancário é realmente um negócio de estremecer toda e qualquer convicção, e a existência de guerras se sucedendo umas a outras significa certo fracasso na ideia da Organização das Nações Unidas (ONU). É bom lembrar que a primeira ideia, a Liga das Nações, foi um fracasso. O propósito das Nações Unidas é resolver politicamente os conflitos internacionais, através da mediação do concerto de todas as nações: ele é que tem de prosperar, porque é a própria ideia de humanidade e a preservação do planeta que estão em jogo, o que também exige certa autoridade internacional, uma autoridade democrática de respeitar

todas as nações e efetivamente dar uma noção de igualdade, mas impondo certa autoridade. O Brasil pode e deve lutar muito por isso. Lembro de uma frase muito feliz do Afonso Arinos, ex-ministro das Relações Exteriores. Em uma audiência pública na Câmara dos Deputados, ele disse: “O Brasil não é nem nunca quis ser uma potência da guerra, o Brasil é uma potência da paz”. Isso tem uma tradição desde Rui Barbosa, desde Rio Branco nas negociações de fronteira. Tudo foi negociado na paz, não houve guerra nenhuma. Rui Barbosa em Haia e a própria postura do Brasil na ONU. O Brasil nunca invadiu nenhum país, nunca provocou uma guerra, participou das guerras contra o nazifascismo, mas com uma postura muito nítida. O Itamaraty sempre foi respeitado exatamente por essa fidelidade ao princípio da paz, da negociação política. A existência do G20, um grande avanço em relação ao G7, no fundo foi uma conquista na qual o Brasil teve um papel decisivo. Temos que passar do G20 para o G40, para o G50, quer dizer, a presença do Brasil na ONU no Conselho de Segurança é muito importante para isso.

E o novo? O novo está também em pontos que já foram destacados na mudança de modelo, mas tem que ter nova ênfase. É a questão do aperfeiçoamento democrático, a respeito do qual ainda há enormes dificuldades que têm que ser rompidas. Uma delas é a reforma política, muito difícil para passar no Congresso porque todos os que estão lá foram eleitos pelo processo atual. E a maioria não quer mudar o processo. Qualquer mudança é uma incógnita: apontam a lista partidária, o financiamento público. O que é isso? Para ter reforma política precisamos enfrentar o problema, chamar a opinião pública, exercer pressão, definir essa pauta como um objetivo nosso.

Nela também é necessário institucionalizar a participação popular. O atual governo tem uma postura política de chamar os movimentos sociais. Mas precisamos, minimamente, institucionalizar isso para que em qualquer governo isso seja respeitado. Isso é um avanço no processo democrático, muito grande e importante. Outra questão de grande importância democrática é o tema da comunicação. Esse é o mais difícil, porque mexe com um aparato gigantesco.

A questão do aperfeiçoamento democrático foi um dos pontos marcantes do novo modelo, mas pode ser aprofundada e levada com uma ênfase maior a partir de 2011, como também é preciso fazer com a defesa ambiental, área em que é preciso ousar mais. O Brasil, com essa nova condição que adquiriu de um novo patamar de respeito internacional, uma nova força de voz no mundo, tem obrigação de colocar essa voz, essa respeitabilidade a serviço do planeta, da humanidade. É muito importante continuarmos pensando no Brasil, nos brasileiros, em nossa justiça social, em nosso desenvolvimento,

mas temos também que encarar o mundo, a destruição visível do planeta. Isso chama a juventude brasileira e a do mundo, porque é um apelo de caráter utópico, mas absolutamente necessário. Utopia é aquilo que nunca se atinge, mas está no horizonte como um farol indicando o caminho. Avançar no sentido da utopia e procurar salvar o mundo desse desastre é uma missão absolutamente importante, necessária, dignificante, dignificadora de um governo, de um partido, dos que a isso se dedicam.



**ARTUR HENRIQUE****POR UM NOVO MODELO  
DE PRODUÇÃO, FINANCIAMENTO,  
TRABALHO, COMUNICAÇÃO**

O que fazer no pós-crise? Muitos estão ansiosos em discutir os modelos. Nós, da CUT, queremos construir coletivamente respostas.

A primeira consideração é a respeito de produção. Precisamos debater com seriedade novas formas de produção e de consumo. Apesar do apreço pelos meus companheiros metalúrgicos, precisamos apontar que não será mais possível continuar produzindo 3,5 ou 4 milhões de veículos por ano e argumentar que é para garantir emprego para os metalúrgicos. Temos que discutir qual é a forma de produção e de consumo pensando o emprego, mas também pensando o futuro. É com esse modelo do transporte individual, de muitos carros nas ruas por dia, como se faz em São Paulo, Rio de Janeiro e outras metrópoles, onde fica cada vez mais demorado para chegar ao trabalho, ao estudo, ou a qualquer lugar. Também precisamos discutir o controle social

No governo Lula, tivemos um avanço enorme, uma ampliação dos espaços de participação do movimento social e do movimento sindical. Por essa razão, precisamos debater como vamos institucionalizar espaços de participação da sociedade, com a finalidade de contar com isso como política de Estado e não como política de governo. Independente de quem esteja no governo, precisamos criar mecanismos que ampliem a democracia - temos nessa discussão a regulamentação dos Artigos 1º e 14 da Constituição, no que diz respeito à democracia direta. Não sou favorável a transformar o Brasil em uma Assembleia Geral permanente, uma situação em que cada ponto tenha que ser debatido, mas precisamos avançar no debate da democracia representativa e democracia direta. Portanto, essa questão da institucionalização dos espaços, do controle social, de fóruns tripartites que sejam realmente deliberativos e paritários é muito importante. Isso está em debate, nós tivemos exemplos

muito interessantes como, por exemplo, o Conselho Nacional de Saúde, a implementação do SUS, o debate sobre a seguridade social.

Outro debate também a ser feito com mais intensidade é sobre o sistema financeiro – entram aí tanto a questão do sistema financeiro nacional e internacional como a regulamentação do artigo 192 da Constituição. E igualmente importante é manter a participação do Brasil no G20 e discutir o papel nele acumulado. Agora, qual é o papel que nós vamos propor para as instituições financeiras multilaterais no futuro? Estamos debatendo o tema com as organizações sindicais internacionais. O FMI vai continuar emprestando dinheiro e mantendo as mesmas condicionalidades anteriores, obrigando os países a reduzir o papel do Estado, a privatizar, a ter um ajuste fiscal, um superávit primário, mesmo diante da crise, para pagar os juros da dívida? Ou vamos ter outro tipo de instituição financeira multilateral? Precisamos deste tipo de instituição financeira? E vamos acabar com os paraísos fiscais? E no Brasil, como ficará o fato de liberar o compulsório e não ter mecanismo de obrigar o banco a aplicar na produção? É preciso impor regras, se não nunca teremos instrumentos para obrigar os bancos a aplicar na produção e a liberarem crédito.

Outra discussão importante refere-se ao modelo agrário. Sobre isso temos feito todo um debate, incluindo o governo na mesa tripartite, para atingir a questão do trabalho decente no campo, principalmente na produção de álcool. E aprofundar o debate sobre o biodiesel, um projeto iniciado de modo correto pelo governo, que poderia ser um poderoso instrumento para fortalecimento da agricultura familiar, tornou-se um problema, porque grande parte do biodiesel que estamos produzindo aqui no Brasil é a partir da soja. Que este processo seja articulado com a produção de energia e a segurança alimentar, criando condições para a democratização da terra, por meio da reforma agrária e a construção de uma política agrícola democratizante.

Avançando para além do conceito de Trabalho Decente e Seguridade Social, hoje temos a conformação de um sistema de Proteção Social decente. E aí o Brasil tornou-se exemplo, apesar daqueles que durante a década de 1990 diziam que era preciso privatizar a Previdência, acabar com a universalização da Seguridade, porque a Seguridade tinha de ser só para uma determinada faixa da população. Lá no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, um dos dirigentes do Bradesco disse que o Brasil está enfrentando essa crise, além de outros fatores, porque tem um amplo sistema de proteção social, conquistado na Constituição de 1988 por todos que então se mobilizaram. Então, como está a situação dos idosos nos Estados Unidos? E a de quem pensa que Seguridade Social e Proteção Social lá deva ser ampla, geral e tenta fazer ela atingir o conjunto da população, da forma que temos aqui? O Chile, que fez

a privatização da Previdência, teve que voltar atrás. Então, essas questões do ponto de vista da Proteção Social continuam no centro do debate.

Outra preocupação é com a natureza do emprego. Hoje comenta-se a respeito de “empregos verdes”, “*green jobs*”, a quantidade de empregos que pode ser gerada na área da questão ambiental, um elemento da maior importância. Um exemplo: vamos ter a Copa de 2014 no Brasil. Precisamos aproveitar a oportunidade vinda com os investimentos destinados a esses eventos para aprimorar os empregos a serem gerados, assim como atuar para que a infraestrutura gerada não seja depreciada e se transforme, verdadeiramente, em espaços públicos com programas sociais condizentes com a realidade que queremos.

Mais um tema importante para os avanços futuros é a questão tributária. É preciso construir instrumentos para mensurar o pagamento de impostos, quem, como e de que maneira. Defendemos uma reforma tributária, com progressividade, taxaço das grandes fortunas. Precisamos diagnosticar com profundidade a estrutura tributária e verificar quem realmente paga imposto no Brasil e quem não paga. Exemplo significativo foi o debate sobre a CPMF.

Por fim, destaque para a comunicação e a disputa na mídia. É inconcebível que no Brasil atual tenhamos um tamanho poder da mídia e tão pouca regulamentação. Há diversos temas no cenário nacional e internacional que os meios de comunicação manipulam de tal forma que, ao invés da informação, temos desinformação. Durante a crise assistimos reportagens que faziam enquetes com a população sobre reduzir salário ou perder emprego. É claro que a maioria das respostas foi pela preferência pela redução de salário. Comparativamente, seria o mesmo que perguntar se você prefere morrer enforcado ou perder o braço.

Por que não é possível ter tempo nos meios de comunicação para tratar da educação ambiental, que tem a ver com a questão energética? Televisão recebe concessão pública, portanto deve ter espaço em sua grade de programação para tratar das políticas sociais. Então, o debate sobre o papel da comunicação, a democratização da comunicação, o controle social, concessão de televisão, é muito importante.

As ideias lançadas têm aqui a tarefa de acumular reflexão. Passamos 20 anos sendo massacrados por valores como individualismo, competição, na mídia e no sistema educacional brasileiro, porque essas eram as ideias do neoliberalismo. Seus divulgadores estavam com todos os instrumentos para fazer com que sociedade construísse estes valores: individualismo e competição. Como pensar um modelo em que palavras como solidariedade e coletivo voltem a ter importância? Qual o nosso papel diante dessa disputa, como mu-

dar isso? Isso tem a ver com educação? Tem. Por isso é estratégico lutar para que os recursos do pré-sal sejam aplicados em educação. Então, precisamos fazer um debate sobre mudança radical do modelo e do marco regulatório, com a suspensão dos leilões. Necessitamos fazer o debate, inserindo o tema da internet e das fontes e formas alternativas de comunicação, hoje utilizadas em larga escala.

Podemos apontar muitas questões importantes para o debate político e ideológico de 2010. Nele é preciso existir a ideia de articulação do movimento sindical e do movimento social que seja feita em uma perspectiva de longa duração, para garantir as conquistas já implementadas. Para que não se perca o que foi construído pelo conjunto do movimento social e do movimento sindical, pela população, pelo governo, pelo partido. Precisamos fazer isso se transformar de políticas de governo em políticas de Estado.

O projeto de desenvolvimento que queremos ver consolidado no Brasil deve ser um modelo capaz de redirecionar a economia para o crescimento de modo a possibilitar o aumento da produtividade, com a incorporação de parcela crescente da população ativa, redistribuindo melhor o tempo de trabalho. Isto é, reduzindo a intensidade do trabalho e ampliando a participação da força de trabalho na produção e na renda nacional.

Ao mesmo tempo, a crise atual permite questionar com mais intensidade os pilares da ordem capitalista. Sua superação deve resultar da construção de um modelo alternativo, antagônico ao atual que é hegemônico pelo capital, e que seja efetivamente democrático e popular. É nesse sentido que se localizam os projetos de Estado e de desenvolvimento defendidos por nós. Assim, entendemos como essencial a busca do diálogo e da concertação para a consolidação de um modelo que tenha como elemento decisivo a participação popular nas decisões políticas e como centro a sustentabilidade econômica, social e ambiental, a distribuição de renda e a valorização do trabalho.

Enfim, a melhor resposta para a complexidade do momento é a defesa do desenvolvimento com geração de emprego e renda, defesa dos direitos da classe trabalhadora e a participação da sociedade no controle das diversas esferas econômicas e sociais. A inclusão social, a participação popular e a valorização do trabalho são os pilares para que se consolidem, no Brasil e na América Latina, estados nacionais democráticos.

SÉRGIO ROSA

**COMUNICAÇÕES E TECNOLOGIA  
DA INFORMAÇÃO**

Na época da fundação do Partido dos Trabalhadores, tínhamos grandes problemas com o Partido em face do completo desprezo com a políticas industrial e tecnológica. Na época defendíamos a necessidade de política industrial que incentivasse a industrial nacional. E a discussão no movimento sindical era: “Isso é problema de empresário, trabalhador não tem que se meter com isso”. Essa falta inicial de atenção do PT com a tecnologia refletiu-se no governo Lula.

Em relação à ciência, à pesquisa e ao desenvolvimento está tudo bem. O ministro Sérgio Resende é da área, os fundos setoriais cresceram muito, assim como os recursos para as universidades e muita pesquisa é realizada. Mas continuamos sem direção no diz respeito à política industrial da tecnologia da informação.

O setorial de Tecnologia da Informação do PT, em discussões com técnicos do setor, propôs diretrizes para a indústria de software e para serviços, pois trata-se de inteligência e conhecimento, e ambos nós temos igual a qualquer outra parte do mundo. Deveríamos ter incentivos, mas o que acontecia de outro lado (focado no Ministério da Indústria e Comércio, sob o comando do ministro Furlan) era o seguinte: o Brasil tem que fazer aqui atendimento dos países do primeiro mundo, vamos fazer grandes *call centers* no Brasil para atender as demandas de consulta de desenvolvimento de outros países, ou vamos ser fábrica de software? O que era isso? A GM faz uma especificação, manda a especificação para o Brasil, distribui, cada fábrica pega um pedacinho para não se saber o todo, devolve-se o todo para a GM e o programa é da GM. Tivemos um forte embate com essa política,

e por fim não perdemos nem ganhamos, porque acabou não vingando nem uma nem outra política.

E a natureza nos ajudou, a natureza do ser humano, em consequência do grande movimento internacional de software livre. Uma comunidade de jovens desafiadores começou a desenvolver os códigos e a colocar na internet – tudo livre, de graça e com muita cooperação e muito conhecimento sendo compartilhado. Isso trouxe para o mundo inteiro, não só para o Brasil, uma capacidade de utilizar melhor as tecnologias da informação. Hoje vivemos um momento especialmente rico nessa área: enquanto as grandes empresas de software, em razão da crise, estão demitindo, a comunidade do software livre está trabalhando. A internet é toda desenvolvida com software livre. O protocolo IP foi desenvolvido na universidade e por isso o mundo usa porque, se ele fosse proprietário, só aqueles que teriam o código teriam acesso.

Aqui no Brasil, no nosso governo, precisamos avançar na utilização e construção da tecnologia. Para tanto, não é preciso ter grandes incentivos nem incentivo fiscal. Hoje, quando um setor da indústria procura o governo argumenta que no Brasil a mão-de-obra é cara e, portanto, é preciso reduzir a carga tributária sobre ela, porque assim será possível exportar software. Isso é uma mentira, porque não precisamos reduzir a carga tributária, o que precisamos é produzir. O que estas pessoas estão pensando? Vamos competir com a Índia, onde não existem direitos dos trabalhadores? Está até no livro do Primeiro Retrato do Brasil, produzido pela Fundação Perseu Abramo, que não nos cabe degradar a relação trabalhista para poder chegar a preço de mercado, temos que ter diferencial.

E observando na área pública, as eleições: temos o melhor sistema de votação e apuração que se conhece – votou e logo se tem o resultado – em que tudo é desenvolvido aqui. Não fazemos nenhuma importação, exceto de equipamento. A indústria nacional fez isso. Antes, as máquinas funcionavam com o software proprietário no sistema operacional do Windows, mas no ano passado já funcionou com o Linux, e tudo está sob controle.

Precisamos fazer dessa experiência do Tribunal Superior Eleitoral experiências maiores para a nossa sociedade. Se fosse estabelecido o mesmo sistema no Banco do Brasil, porque a Cobra é do Banco do Brasil (BB), na Caixa Econômica Federal (CEF), no BNDES, em toda uma série de bancos, deixaríamos de importar software e contrataríamos uma empresa nacional. Se houvesse investimento em uma empresa, a exemplo da Cobra, para promover essas soluções para o governo federal – não é porque estou lá, eu ajudei a fundar a Cobra em 74, voltei há dois anos, não estou fazendo nenhum discurso corporativo – deixaríamos de gastar *royalties* e teríamos mais autonomia tec-

nológica. O que se usa de pacote proprietário com muita potencialidade, um uso bem pequeno, é o característico da administração pública. Com isso, não se compra uma solução a partir de uma imagem transformada em informação, como capturar um cheque. O que se faz? Compra-se um Gerenciamento Eletrônico de Documento (GED), capaz de processar numerosas informações, e usamos apenas uma restrita parte dele. Se fosse desenvolvido um processo apenas em torno de nossa necessidade, não seria preciso pagar outros setores e teríamos soluções aqui sob nosso controle. Quando fizemos o passaporte eletrônico, um grande avanço no primeiro governo Lula, o passaporte brasileiro era o mais fraudado no mundo, por quê? Isso porque o brasileiro tem cara de italiano, indiano, de africano, ou de qualquer outro cidadão mundial. Dessa forma, o passaporte brasileiro era muito fraudado e antigo, não tinha nada de automação. O governo Fernando Henrique tinha feito uma licitação, ganha por uma só empresa, que passaria a produzir o passaporte brasileiro. Quando o governo Lula chegou e houve a decisão de fazer o passaporte no Brasil, dois anos de luta foram travados. As grandes corporações multinacionais diziam que não tínhamos condição de fazer aquilo. Hoje é o Serpro que produz o passaporte brasileiro. Sim, a maquineta que lê o passaporte é importada, mas não é ali que está a inteligência. O passaporte é passado em uma máquina, que coleta a informação e a transforma em dado digital. Com exceção disso, todo o software foi desenvolvido pelo Serpro, com o apoio de técnicos brasileiros. Um passaporte que demorava 40 dias, hoje é feito em 5 dias e com toda a segurança, difícilíssimo de ser fraudado – uma solução brasileira. O Itamaraty está desenvolvendo essas soluções em todas as suas embaixadas e é uma propaganda da tecnologia brasileira desenvolvida por nós.

Então, falta sim uma definição nossa da área pública para a tecnologia da informação. Assim, efetivamente, poderemos investir em soluções nossas, sem nenhum patriotismo, nem nos fecharmos ao mundo, porque ele está utilizando essas soluções livres. As instituições que trabalham e analisam o futuro da informática consideram ser o software livre o caminho a ser empregado pelas empresas. Isso porque elas vão gastar menos e ter mais autonomia. Precisamos trabalhar nessa direção da política de desenvolvimento. É preciso avançar no debate sobre a tecnologia em geral. Não abordar apenas a tecnologia da informação, porque nosso papel é trazer o conhecimento científico para a população.

Um grande avanço do governo Lula: o preço do microcomputador, antes 1.800 reais, passou a 1.000 reais, reduzindo-se o imposto, sem gastar um centavo do governo. Iniciamos essa discussão com a indústria, sob a coordenação da presidência da República, e na época a indústria dizia que o preço mínimo

ao qual de chegada, tirando o imposto, era 1.500 reais. Qual a política por nós adotada? Não financiar pelo FAT nenhum software proprietário. Não pode ter Windows, não pode ter Word, não pode ter Power Point, não pode ter nada disso, não vai se pagar por licença de software. Além disso, vai ser obrigado ter assistência técnica, por telefone, durante 12 meses. Esse é o preço que vamos pagar pelo software, só a assistência técnica, não pode ter licença. Havia também o problema de as empresas não aceitarem um preço menor no seu hardware. Chamaram a Cobra na época – eu não estava lá – e ela apresentou uma proposta que o computador chegaria a R\$ 1.200,00. Rapidamente as empresas chegaram a R\$ 1.100,00, e depois o mercado, pela concorrência, levou esse preço a R\$ 1.000,00. O computador que era um artigo de luxo hoje está no supermercado, e as pessoas podem comprá-lo. Isso foi uma política traçada pelo governo Lula, não foi por acaso que se reduziu o preço dos computadores. Depois de ter baixado o preço, a Microsoft disponibilizou o produto dela baratinho lá dentro, mas antes não podia. Quando começou a sair com software livre, ela se adiantou para não perder a dinâmica do jogo tecnológico, de modo que embutiu seu produto no computador para não perder mercado. Então, algumas ações articuladas, mesmo com pouco dispêndio, podem facilitar o desenvolvimento na área da tecnologia da informação.

Hoje a tendência é a utilização do software livre, a internet. Com isso, o hardware está perdendo sua importância, e seu preço está caindo cada vez. A população, de modo geral, tem mais acesso ao computador. E existe um novo conceito de tecnologia que as universidades estão trabalhando, uma oportunidade para o Brasil, o chamado de “nuvem de computadores”. Hoje o computador faz a organização futura – e é bem próxima, não é tão futura assim. Esses computadores serão virtualizados, ao entrar na rede, na internet. E não será mais usado o sistema operacional de uma máquina, mas uma espécie de uma abstração que tem acesso a qualquer máquina. Assim, pouco importa se o sujeito está usando um software da Oracle, da IBM ou outro, seja em qualquer lugar do mundo, haverá um roteador que permite acesso a todos, será ele a produzir essa interface. Isso vai baratear muito o uso da tecnologia da informação e também possibilitar mais acesso a estas informações, dando pluralidade aos acessos, porque essa rede vai ser mais virtualizada.

E aí vem a reação. De onde vem a reação? Do compartilhamento do conhecimento e da propriedade industrial. As corporações que hoje detêm o conhecimento estão apostando intensamente na propriedade intelectual, de forma que não seja permitido o acesso, mas, mesmo assim, esse acesso avançou. E o que vem agora? O Senado do Brasil querendo cercar o acesso à internet, dizendo que é crime alguém fazer alguma coisa, invadir o computador

dos outros. Pela proposta do senador Eduardo Azeredo, do PSDB, aprovada no Senado, o crime de invadir um computador passa a ser mais grave do que um homicídio culposo. O problema é tecnológico: o freio não é usado para quem anda devagar, mas sim para o automóvel que anda rápido. Por tal motivo, encontrar formas de não se invadir um computador é um problema tecnológico. Não é possível que um garoto que está em sua casa invadindo um computador seja assunto da Polícia Federal. Na sociedade atual, isso não tem sentido. Podemos chegar a um grande pacto internacional, que regulamente o uso da internet, mas não podemos permitir que se faça um cadastro geral no país de quem entra na internet. A lei determina que o usuário registre todos seus dados no provedor. Mas qual a razão disso? Para ter um grande controle da Polícia Federal? Não. São os bancos que se sentem ameaçados, porque perdem muito dinheiro por violação. Então, eles que têm de investir em tecnologia para se proteger contra isso.

A tecnologia da informação obteve grande avanço no setor da Previdência. Não se vê mais notícias daquelas filas na Previdência. Isso foi uma política deliberada do Ministério da Previdência utilizando a tecnologia da informação. Temos que avançar. Assim como nós temos o melhor sistema de votação e apuração eletrônica que se tem conhecimento nos grandes países. Também temos um ótimo sistema da Receita Federal: recebe tudo pela internet, faz a apuração, porém não cuida bem do lado do cidadão. Isso quando o governo baixa aquela regulamentação para os call centers, de que é preciso atender sem demora, sob pena de as empresas pagarem multa, tem que valer também para as instituições do Estado.

Mas ainda é preciso que o cidadão seja o grande beneficiado pelo avanço da tecnologia da informação. O nosso próximo governo tem de estabelecer esta meta: essa tecnologia precisa melhor atender o cidadão. Outro exemplo é a respeito do Ministério do Desenvolvimento Social que se queixa do controle do Bolsa Família. Basta controlar a frequência dos alunos por meio eletrônico que o Bolsa Família está controlado, porque os pais já estão cadastrados. O pai tem um cartão, por que o aluno não tem um também? Por que esse cartão do aluno não é a carteira de estudante dele? O aluno da rede pública, em alguns locais distantes, com menos poder aquisitivo, poderia contar com uma carteira desse tipo. Então, podemos avançar utilizando a tecnologia da informação, gastando pouco e atendendo melhor a sociedade, o cidadão.

A área rural é outra área muito mal assistida. São as nossas empresas de comunicação, elas atendem onde tem mercado. Onde não tem mercado... para que vão levar a telefonia para área rural? Basta o dono da fazenda ter o telefone, aquele pessoal da área produtiva e os outros cidadãos não têm

acesso. Essa discussão da universalização das comunicações vem há tempo. Quando éramos oposição, dizíamos que o Fernando Henrique Cardoso estava contingenciando os recursos do Fust, mas nós continuamos contingenciando durante 7 anos. O nosso Ministério da Comunicação, dirigido pelo PMDB na aliança de governo, não é agressivo, não procura essa política de atendimento à população, e a internet passa a ser seletiva não pela dificuldade de acesso ao computador e, sim, pela infraestrutura de telecomunicações, muito ruim aqui no Brasil, na mão dessas empresas que faturam muito.

O preço da ligação telefônica no Brasil, comparado com o mundo, está muito caro. E quando se apresenta uma alternativa para fazer comunicação, então as empresas de telecomunicações vêm com cartel: “Epa! Essa concessão é minha, você não pode utilizar esse canal para fazer o seu negócio”. Assim, no Congresso Nacional a lei da convergência digital não passou, está lá na comissão e as empresas obstruindo. Por quê? Em relação à televisão, ao rádio e à internet é a mesma coisa. Existe, porém, uma legislação para uma, uma legislação para outra e uma reserva de mercado para cada uma delas. Temos que quebrar isso aí. Hoje convergência digital não é um futuro, o canal é único, passa voz, passa imagem, passa texto. Então, onde passam os três é um único negócio.

Há um filme em que o sujeito faz umas fotos, as revela em papel, fica olhando para elas e descobre que houve um crime. Ele volta ao local, até que alguém suspeito vai lá e acaba por destruir todos os papéis e a foto que são as provas. O sujeito fica desesperado porque destruíram as fotos dele. Isso era uma coisa do passado. Hoje você tira uma foto, copia para tudo quanto é lado e é difícil tirar de você essa cópia. Mas atualmente é fácil pegar uma foto e transformar em outra. A tecnologia já permite um pouco aquela imaginação do fotógrafo da ficção de Julio Cortázar – pega uma foto e transforma em outra –, e agora, qual é a verdadeira? É a que eu fiz primeiro, é a que foi disseminada primeiro ou a que veio depois? Isso está acontecendo o tempo todo. O Luís Fernando Veríssimo reclama que divulgam na internet alguns textos como se fossem de autoria dele, quando se trata de uma fraude. Mas depois que foi para a internet, desfazer o engano, a manipulação, é uma trabalhadeira danada. A internet é um único canal trazendo todas as informações.

Mas não é a legislação que vai corrigir isso, pois temos que conviver com essa nova situação. Existem diversos problemas em nosso governo, mas considero que avançamos muito. O próprio Bolsa Família não tem um cadastro social único, que seria excelente para o governo federal. Hoje contamos com o cadastro da Saúde, da Previdência Social, do Ministério da Educação, da Assistência Social, das prefeituras, dos governos dos estados. Essas informações

são duplicadas e essa duplicação de esforço custa dinheiro. A prefeitura usa o mesmo dado, mandando para vários canais a mesma informação, o que trava a máquina burocrática e tem tecnologia trivial para evitar isso. Assim como é trivial com a tecnologia da informação resolver o que o presidente Lula está falando da lentidão da burocracia. Por que é tão lento? Porque ainda trabalhava-se com papel, um processo obrigatório para tramitação pública. É preciso digitalizar, dar certificação digital, gastar dinheiro nesta máquina de infraestrutura tecnológica e com isso ganhar tempo. Por que para fazer um pregão tem que fazer todo um processo anterior? Tem que mudar a legislação, as informações das empresas estão todas cadastradas; “Vou comprar depois de amanhã, atenção, apresentem seus preços”. Isso enfrenta os grandes cartéis, porque o grande cartel não quer o pregão, mas sim uma licitação por técnica e preço, porque ele argumenta que o sistema dele é muito melhor. Mas se tivermos capacidade de especificarmos muito bem o que queremos, a informática vai resolver isso aí. Não vai resolver a especificação, no entanto vai conferir agilidade. E agora existe suficiente recurso e máquina para isso. Para isso precisa mudar a legislação. Mandou-se para o Congresso uma modificação muito tímida da Lei 8666, que cuida das licitações do poder público – há necessidade de avançar na tecnologia. O dinheiro que sai do PAC tem que ser executado. Por que ele não é executado? Porque aquela burocracia vai travando, e a burocracia trava muito no papel também. Então, precisamos ser ágeis na mudança da legislação para compras públicas e para o repasse das verbas públicas para estados, municípios, e para outras demandas cabíveis.

Em relação à tecnologia, a aliança com os militares na década de 1970 viabilizou a aparição da Cobra. Como isso aconteceu? A Marinha foi comprar fragata, que vinha com computador. Era preciso dominar essa tecnologia no Brasil. Por isso, criou-se uma empresa que desenvolveu computador. E ela cresceu muito, mas o governo Collor acabou com ela. Fernando Henrique deixou-a à míngua, e agora estamos com um projeto de tentar revigorá-la. E o que está acontecendo hoje? Atualmente, a Marinha foi comprar submarino nuclear e precisa de que alguma empresa absorva essa tecnologia. Se a Cobra não tivesse sido quase morta no período neoliberal, hoje poderia absorver essa tecnologia. Está lá a Marinha com o problema de trazer a tecnologia do submarino nuclear para internalizar no Brasil, porque não adianta comprar a tecnologia e não dominá-la. Isso são desafios que precisamos enfrentar.



JÚLIO MIRAGAYA

## URGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Brasil é um dos países de maior concentração espacial de renda no mundo. Ao analisar o “Mapa da desigualdade espacial de renda no Brasil” - estudo que elaborei junto de Carlos Henrique Rosa e Marco Cesar Pereira, apresentado no Congresso Brasileiro de Economia, em 2009, São Paulo - pode-se observar que as regiões de alta renda têm fortíssima concentração no chamado Centro-Sul do país. A partir da região metropolitana de São Paulo, centro dinâmico da economia nacional, identificam-se três vertentes de alta renda: a) em direção ao norte paulista, envolvendo o Triângulo Mineiro e o sul goiano e o Distrito Federal e alcançando as ricas regiões graníferas do Mato Grosso; b) na direção Sul, envolvendo o Leste e Sul paranaense, o Nordeste e Oeste catarinense, alcançando o Centro-norte do Rio Grande do Sul; c) em direção ao Vale do Paraíba paulista e fluminense, abarcando todo o litoral do Rio de Janeiro e o litoral Sul capixaba.

Na porção Norte-Nordeste, as áreas de alta renda limitam-se às regiões de Manaus, Salvador e Aracaju. Todo o restante do Centro-Sul situa-se na condição de média renda, com exceção de duas regiões do norte de Minas Gerais, de duas pequenas regiões capixabas e do Entorno do Distrito Federal. Já no Norte-Nordeste do país, são poucas as regiões de média renda, prevalecendo amplamente aquelas classificadas como de baixa renda.

O mapa revela que o Brasil é um país onde quem está acima da média nacional já pode ser enquadrada como região rica. As regiões mais ricas resumem-se às de São Paulo, excetuando o Pontal do Paranapanema e a região do Vale do Ribeira; prosseguem por algumas regiões do Paraná, e no Rio Grande do Sul e de Santa Catarina; avançam em direção ao Centro-Oeste, ao sul de Goiás, ao Distrito Federal, excluindo-se a região muito pobre do entorno no

DF; envolvem parte do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso e depois Manaus, considerada região rica pelo seu polo industrial. Na região Nordeste, resumem-se a algumas poucas regiões litorâneas.

Quando se estuda o mapa representativo da proporção da renda e do dinamismo das regiões, destacam-se algumas poucas regiões que conseguem ter renda elevada e ainda manter alto dinamismo em sua economia. Outras, que devem ser prioridade máxima em política de desenvolvimento regional, são aquelas regiões pobres e estagnadas. Sabemos, por exemplo, que no estado de Minas Gerais, um estado rico conforme o padrão brasileiro, há problemas seriíssimos em regiões com baixa ou média renda e estagnadas.

No Brasil mais rico, regiões com renda acima 150% da média nacional, uma vez e meia a média, encontram-se pouquíssimas regiões: a Grande São Paulo e regiões próximas; a região petrolífera do Rio de Janeiro; o entorno de Porto Alegre; alguns bolsões do Centro-Oeste; o Distrito Federal; e Salvador, na Bahia.

As regiões muito pobres do país, ou seja, aquelas com PIB *per capita* abaixo de 25% da média nacional em 2003/05 - um número considerável encontra-se nessa situação - estão em sua maioria no Norte-Nordeste do país. O Oeste do Amazonas, uma das regiões mais pobres, é pouco preocupante, porque é uma parte pouco habitada. Lá existem muitas terras indígenas - do ponto de vista social existe a questão da pobreza, mas impacta um contingente pequeno.

Existe um grande bolsão de pobreza na região de Marajó no Pará, descendo para o Maranhão e Piauí. Observa-se que as regiões mais pobres estão fortemente concentradas na porção oeste do Amazonas, no centro-norte maranhense, na porção central do Ceará, no nordeste e centro-oeste da Bahia e na quase totalidade do Piauí. Nada menos que nove entre as dez mais pobres encontram-se no Estado do Maranhão, e uma no Estado do Piauí. As mais pobres têm um PIB *per capita* médio inferior a 15% da média nacional, e alguns dos municípios mais pobres apresentam valores em torno de 10% da média nacional.

Há um Brasil “com taxa chinesa de crescimento”. No período em que a taxa anual de crescimento médio do PIB foi em torno de 4%, há regiões que cresceram acima de 10% por ano. Isso está acontecendo no Centro-Oeste, principalmente na região de expansão do agronegócio, apresentando taxas espetaculares de crescimento. Nessas regiões, em geral receptoras de fortes fluxos migratórios, ocorre forte incorporação de novas terras ao processo produtivo associada ao desenvolvimento das melhores tecnologias de produção agrícola. E nelas encontram-se em implementação importantes projetos de

infraestrutura, sobretudo de transportes (Ferrovia Norte-Sul, em Tocantins e Maranhão, a Ferronorte e a rodovia BR163, no Mato Grosso).

Algumas regiões surpreendem, por exemplo, o Amapá e o Acre, mas ali é essencialmente em função de uma atividade econômica muito reduzida, parte de uma base muito baixa, de modo que qualquer projeto pequeno representa um dado estatístico alto. Em Goiás, Tocantins, Mato Grosso, sudeste do Pará na região de Carajás, e no oeste do Maranhão, o agronegócio está entrando muito pesadamente. No Rio de Janeiro, destaca-se o petróleo, em Campos e Macaé.

Há também o extremo, o Brasil estagnado, em que existe taxa negativa de crescimento do PIB. Infelizmente, ainda temos vários desses bolsões. Nesses casos, está o norte de Minas, a região de Montes Claros, está até mesmo na área da Sudene. Embora haja grande esforço para integrá-la, não é suficiente. Boa parte do sul de Minas, do noroeste do Rio de Janeiro, uma parte de Itaperuna, e, no caso de São Paulo, o Vale do Ribeira, também se incluem nessa questão. Há uma menor concentração das regiões com crescimento negativo, distribuindo-se de forma equânime por todas as macrorregiões. Duas concentrações são notadas na porção central do Semi-Árido e na região da fronteira de Minas Gerais com o Espírito Santo e o Rio de Janeiro.

Não obstante o governo Lula ter elaborado uma política de desenvolvimento regional, chegamos à conclusão de que houve pequeno avanço nessa área. Quando observamos algumas regiões no mapa, podemos deduzir que algumas regiões apresentaram desenvolvimento relativo à evolução da renda. No entanto, esse avanço decorreu muito mais das políticas dos programas sociais do governo Lula – o Bolsa Família, cujo impacto foi enorme na região Nordeste; a política de aumento real do salário mínimo; esse avanço do salário mínimo associado à aposentadoria rural - mas não ocorreu por uma política de desenvolvimento regional na essência do que ela representa de avanço na estrutura produtiva de uma região.

Vamos fazer um exercício de imaginação. Se um governo mais de direita entrasse e decidisse minar os programas sociais desenvolvidos no governo Lula, como o Bolsa Família, e praticasse uma política de rebaixamento do salário mínimo, provavelmente essas regiões sofreriam o movimento inverso ao atual. Às vezes, há certa confusão sobre o desenvolvimento regional. O fato de avançarmos por meio de ações que diminuem a diferença de renda em várias regiões do Brasil, não significa praticar uma política de desenvolvimento regional.

O desenvolvimento regional também não se faz unicamente por intermédio de incentivos fiscais, e o governo às vezes fica preso a esta lógica, particu-

larmente na lógica dos fundos. Vamos examinar um caso emblemático: houve uma nova delimitação do semi-árido, costumeiramente o Fundo do Nordeste (FNE) tem que direcionar 50% para a região do semi-árido, em torno de 800 municípios. Nunca conseguimos avançar além de 30%, muito embora constitucionalmente devêssemos aplicar 50. O que acontece? O dispositivo constitucional é simplesmente ignorado. Não se trata de seguir a legislação ou não, porque isso é uma questão política.

Um investidor não quer investir em uma região do semi-árido, distante do mercado consumidor, sem estrutura e garantia de fornecimento energético. Obviamente, ele vai localizar seu investimento na região litorânea do Nordeste. Hoje acontece no Nordeste uma concentração intrarregional, em que existe crescimento, mas concentrado nas regiões metropolitanas (Recife, Salvador Fortaleza), nas capitais e em alguns poucos polos (Petrolina e Juazeiro é um deles). Portanto, não se faz política regional tão-somente com incentivos fiscais, mas sim com infraestrutura, tecnologia, pesquisa, e quando existe um papel forte do Estado, incluindo mesmo os investimentos produtivos. Nesse sentido, o próprio Pronaf pode ser um instrumento de desenvolvimento regional, o que capacita a agricultura familiar e a torna competitiva quanto ao acesso ao mercado.

O Ministério de Integração Nacional e a Secretaria responsável pela implementação de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional no início do governo Lula até que ela se saiu bem. O ministro Ciro Gomes tinha uma perspectiva positiva na questão do desenvolvimento regional, e dava-lhe muita atenção. Começamos com a Tânia Bacelar assumindo a secretaria. Com a saída dela um ano depois, começou certa desilusão com a perda da briga por um Fundo Nacional de Desenvolvimento. Nossa intenção era de estabelecer algo que não ficasse nas mãos dos governadores, como uma prática daquela política menor, mas verdadeiramente um instrumento que promovesse o desenvolvimento regional.

Há uma série de outras questões que não avançaram. A própria questão da Sudam e da Sudene. Elas não funcionam e já não são capazes de canalizar recursos e resultados da maneira ocorrida no passado. Hoje a Sudam e a Sudene, embora recriadas, estão desaparelhadas, dotadas de uma direção sem legitimidade política para trazer na pauta essa discussão, sequer no âmbito regional. A recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) pode não ser algo diferente desse quadro.

É importante salientar que temos feito no governo um planejamento regional tanto na escala macro como na sub-regional. Na escala macro o governo trabalhou na elaboração de planos estratégicos macrorregionais, no

qual efetivamente houve avanço na Amazônia, o que se deve muito à ação da ministra Marina Silva. Apesar de o processo ali ter sido político, articulado com os governadores e tendo o envolvimento da sociedade civil, a questão regional nesse lugar avançou por meio da elaboração do Plano Amazônia Sustentável (PAS).

Embora o PAS seja somente um planejamento estratégico, não operacional, tem sido uma ferramenta importante para pautar as discussões da Amazônia. Seu desdobramento foi o Fórum de Governadores, mediante o qual pudemos alcançar alguns avanços. Aqui cabe um questionamento quanto à forma de conduzir a discussão, sobre a maneira daquele processo problemático em que se atribuiu ao ministro Mangabeira Unger a implementação do PAS. Até então sabe-se que tal processo estava a cargo de ambos: o Ministério da Integração e o Ministério do Meio Ambiente.

O Planejamento Macrorregional do Nordeste e do Centro-Oeste foram elaborados sob a ausência de mobilização das demais esferas do governo, do diálogo com os outros estados e do envolvimento da sociedade civil. Acabou virando letra morta, da mesma forma ocorrida com os planejamentos sub-regionais. Em alguns momentos, conseguimos avançar por intermédio do método adotado ou da disposição política implementada. O caso da BR163 é simbólico. Mas, na maioria dos casos, não conseguimos avançar muito.

É bom destacar o Plano de Desenvolvimento Territorial do Arquipélago do Marajó. É uma região pequena no Pará que, a partir de uma demanda da Igreja, procurou o presidente Lula e conseguiu uma ação do governo. Marajó tem a menor cobertura de eletrificação rural do Brasil, 83% estava a descoberto, apenas 17% tinham acesso à energia elétrica. Os setores privados absolutamente desconsideraram qualquer investimento em Marajó. Apesar de estar a apenas 250 km de Tucuruí, Marajó não conseguiu acesso à energia. Mas houve uma decisão política do governo federal, arrancada a fórceps da Eletronorte, porque significava o investimento de 700 milhões na linha de transmissão de Tucuruí para Breves e distribuição para outros municípios, absolutamente inviável do ponto de vista econômico-financeiro, pois não tem demanda em Marajó para bancar um investimento dessa grandeza. Trata-se, portanto, de uma opção política de governo, de fazer valer o papel do Estado e promover o desenvolvimento regional, resgatando toda uma região e sua população da situação de pobreza estrutural.



JOSÉ MACHADO

## **POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL**

Na área de gestão de recursos hídricos, a política de Estado no Brasil é tardia. Ela vigora desde 1997, quando foi aprovada a lei nacional de recursos hídricos. Temos hoje uma estrutura e um arcabouço legal, institucional e técnico muito bem situado e funcionando.

Estive em Istambul, no Fórum Mundial da Água, porque a água virou um tema global. O Brasil tem a vantagem de ter água e pode usar isso estrategicamente, como uma política de Estado. O Brasil detém a maior disponibilidade de água do planeta, mas sua distribuição é desigual em nosso território, pois 70% da disponibilidade nacional está na Amazônia.

A política nacional de recursos hídricos, por ser muito nova, ainda carece de algumas estruturas e situações adequadas. Para enfrentar, por exemplo, toda essa crise que estamos vivendo de eventos críticos, como as inundações em muitos estados, e a seca severa no Sul, onde já chegamos a ter mais de 150 municípios em estado de emergência. São situações que vamos enfrentar cada vez mais daqui para frente, sobretudo diante da eminência de mudanças climáticas ao longo deste século. Essas situações vão piorar, ao que tudo indica, e nós temos que robustecer a nossa capacidade de fazer gestão e planejamento de recursos hídricos.

Uma questão crucial é a dos usos múltiplos da água. A política nacional de recursos hídricos visa garantir os usos múltiplos da água. Nesse aspecto, temos condição de interferir de uma maneira decisiva, porque a Agência Nacional de Águas (ANA) está no seu processo de outorga, exigindo o cumprimento do princípio dos usos múltiplos da água.

O setor elétrico é um setor de grandes tradições, capacidades técnicas e de planejamento. Porém, o setor elétrico só pensa em si próprio, uma vez que

somente planeja para si. Ele tem uma responsabilidade grande que é prover energia para o nosso desenvolvimento. Entra aí todo um debate sobre a matriz energética, uma discussão relevante. Mas o setor elétrico sempre planejou setorialmente, desconhecendo os usos múltiplos da água. E estou tendo a oportunidade, junto com meus companheiros da Agência Nacional de Águas, de contrastar essa questão, exigindo que o setor elétrico dialogue intersetorialmente para que os projetos atuais e futuros contemplem a devida integração do ponto de vista dos usos múltiplos da água, ou seja, temos que garantir água para a irrigação, a geração de energia, o abastecimento público e a navegação. Nós estamos, nesse momento, diante da iminência de colocação em leilões de desenvolvimento de projetos na Amazônia na área de geração de energia elétrica. São vários os projetos em fase de inventário, estudos de viabilidade e que deverão vir para a pauta nos próximos meses, nos próximos anos, de uma maneira avassaladora. São dezenas de projetos de geração de energia elétrica e nós constatamos que esses projetos não estão e não estavam sendo devidamente considerados do ponto de vista do uso múltiplo da água. Menciono um caso específico, a bacia dos rios Tapajós e Teles Pires, onde há um conjunto de hidrelétricas sendo planejadas e onde não se previa, por exemplo, o quesito da navegação. Do nosso ponto de vista, essa bacia é estratégica para o escoamento de toda a produção de grãos do Estado de Mato Grosso. Imaginem a quantidade de carretas necessárias para escoar a produção de soja deste Estado, hoje em torno de 7 milhões de toneladas, com 60% disso escoado pelos portos de Santos, Paranaguá, e de São Francisco do Sul em Santa Catarina. São cerca de 220 mil carretas/ano. Faz-se o sentindo norte-sul para escoar essa produção, mais de dois mil quilômetros, carregam-se navios, e depois sobe o oceano para exportar para os mercados no Norte. É um custo absurdo para o Brasil se considerarmos o frete e a manutenção de estradas. O Brasil tem condições de exportar isso através de sistemas hidroviários, da integração intermodal, através, por exemplo, do porto de Santarém no rio Amazonas, a um custo muito mais baixo, com impactos ambientais bem menores. O problema é o nosso viés rodoviarista no Brasil.

Hoje, graças sobretudo ao trabalho da ANA e da Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq) com a qual nós temos um acordo de cooperação, estamos forçando essa pauta, usando o poder regulatório da ANA para que haja uma mesa de articulação, de integração. Existe uma lacuna no planejamento brasileiro. Cada Ministério planeja *per si* e não dialoga um com o outro a não ser em circunstâncias muito agudas. Nós vemos um projeto de transposição do São Francisco, um projeto de grande relevância, mas que muitas vezes é feito sem a devida articulação intersetorial. O plano de bacias simples-

mente foi ignorado, está sendo ignorado. E isso nós precisamos mudar em nosso planejamento. Há dificuldade de integrar as políticas setoriais, porque não temos um locus no nosso sistema de planejamento já que o nosso Ministério de Planejamento abdicou ou não atua como um Ministério que articula as políticas setoriais. Esse problema precisa ser solucionado para conseguiremos dar conta dos usos múltiplos da água, de melhorar a eficiência do transporte, melhorar a eficiência do processo de geração de energia, da irrigação.

Nós não temos uma política de irrigação no Brasil. A irrigação, para muitos, pode parecer uma atividade degradadora, pois consome muita água. Efetivamente, ela causa impactos, mas pode ser feita com sustentabilidade, quando tivermos uma política de irrigação inteligente no Brasil. Existe um projeto de lei que tramita há mais de 10 anos no Congresso Nacional que nunca se aprova. Isso é uma necessidade. Hoje, a política de irrigação está sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional o que, do nosso ponto de vista, é um equívoco. O Ministério da Agricultura não dá opinião na política de irrigação, não tem nenhuma interferência nisso. A política de irrigação no Brasil se circunscreve aos perímetros públicos de irrigação com baixa eficiência. São projetos com pouca, pequena implementação, porque nós não conseguimos equacionar bem o problema do planejamento e da gestão.

A ANA, em sua missão institucional, vem desenvolvendo vários trabalhos de grande envergadura. Concluímos e aprovamos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e apresentamos ao presidente Lula, o plano estratégico de recursos hídricos da bacia do Araguaia/Tocantins. Essa é uma bacia de 1 milhão de km<sup>2</sup>, a maior bacia hidrográfica genuinamente brasileira, já que a do Amazonas é compartilhada com outros países. Com esse planejamento estratégico na bacia do Araguaia/Tocantins, da ótica dos recursos hídricos, estamos sinalizando a possibilidade de concluir as duas eclusas de Lajeado e Estreito, no rio Tocantins; estamos sinalizando com a política de irrigação na bacia do Tocantins, preservando o rio Araguaia, um rio de muita sensibilidade ambiental. A implementação deste plano de recursos hídricos nos possibilita ter um diálogo com os estados de Tocantins, Goiás e Pará, e, ao mesmo tempo, a dimensão da grande relevância estratégica dessa bacia para o nosso país. Além disso, estamos concluindo o plano estratégico de recursos hídricos dos afluentes da margem direita do rio Amazonas, porque é exatamente nessa região que se prevê construir inúmeras usinas hidrelétricas, para as quais é necessário um marco regulatório, um planejamento que discuta e proponha claramente quais são as exigências de preservação, conservação, de governança de águas. Assim, esses empreendimentos poderão ser estabelecidos mediante um marco de sustentabilidade e do princípio dos usos múltiplos da água.

Estamos também em fase de conclusão de outro trabalho de grande envergadura: os estudos de segurança hídrica para todas as sedes urbanas do país. Já concluímos para o Nordeste, agora estamos desenvolvendo para o Sul, para as regiões metropolitanas e vamos autorizar a contratação para o restante do país. Vamos ter, em curto prazo, a condição de conhecer quais são as condições de segurança hídrica, de oferta de água. Para os paulistas que moram na região metropolitana de São Paulo, a situação de recursos hídricos é insustentável em curto prazo, porque os mananciais já estão exauridos. Hoje, a demanda está crescendo e não existe alternativa viável, que possa dar conta da necessidade. Problema que envolve a região metropolitana da Baixada Santista, a região metropolitana de Campinas, que fazem parte da mesma equação. Não é possível resolver o problema de São Paulo sem resolver o problema da região metropolitana de Campinas e o problema da Baixada Santista. É uma questão integrada. O Rio de Janeiro tem um problema que depende do rio Paraíba do Sul, através do sistema Guandu. Quase 90% da segurança hídrica do Rio de Janeiro depende de uma única fonte. Se houver uma contaminação abrupta desse manancial, o Rio de Janeiro entra em colapso no seu abastecimento de água.

Enfim, temos que resolver problemas de segurança relacionados aos recursos hídricos: prover segurança hídrica, garantir a qualidade da água, prevenir eventos hidrológicos críticos, articular os usos múltiplos potencializando o uso da água, sobretudo, desenvolver os projetos do setor elétrico concomitantemente com a logística de transporte para permitir a viabilização do transporte hidroviário de maneira sustentável. Enfim, temos uma oportunidade de institucionalização dos espaços de participação social como política de Estado.

Por isso, reitero que nosso governo tem a oportunidade histórica de avançar na institucionalização do planejamento no Brasil. Falta-nos hoje um planejamento de Estado no Brasil, temos somente um planejamento de governo.

Outra questão da maior importância é relativa ao desequilíbrio regional. Ainda não temos um plano para o semi-árido nordestino, não sabemos qual o papel da Sudene e de outras instituições e iniciativas que apareceram mas não têm sustentabilidade. De outro lado, os estados que mais dependem de água, que mais precisam de uma política de águas, não desenvolveram uma estrutura para dar conta dessa situação. É o caso do Rio Grande do Sul, que está vivendo uma crise de recursos hídricos, um estado que irriga 1 milhão de hectares e não tem uma estrutura de governança de águas no estado hoje. Não tem quadros técnicos nem instituições – isso é gravíssimo.

Aproveito para comentar o papel das Agências Reguladoras. No início do governo Lula, havia uma séria desconfiança das Agências. Isso foi mudando ao longo do tempo. A visão do papel das Agências Reguladoras é diferente daquela do governo Fernando Henrique, em que existia uma concepção e uma missão institucional muito associada à questão das privatizações. Hoje, com minha experiência de dirigir uma agência de Estado, vejo que elas podem cumprir um papel interessante do ponto de vista do fortalecimento do Estado e não para favorecer processos de privatização. Hoje seu papel é de regulação e de dar perenidade às políticas públicas.

Embora não seja tema deste debate, quero lembrar que o PT não influiu decisivamente nesses processos. Infelizmente, por que ele deveria, a meu juízo, captar essa larga experiência dos vários companheiros que atuam nas instituições, inclusive no governo, para transformá-la num patrimônio partidário, internalizando o debate. Debate que não pode ser episódico. Ele precisa ser cotidiano, com mecanismos para fluir naturalmente, de maneira coletiva. Vamos nos surpreender, nos conhecer entre nós, ver relatos de assuntos até então desconhecidos, ouvir sobre o que não se tinha a mínima ideia. Não é que internamente ao PT o debate esteja interdito. O que ocorre é que ele está simplesmente precarizado.



JÚLIO BARBOSA

**SUSTENTABILIDADE  
SOCIOAMBIENTAL DA AMAZÔNIA  
EM QUESTÃO**

Dessa forma como o mundo e o Brasil estão caminhando em relação a desastres ambientais, em breve teremos de enfrentar crises ainda mais sérias do que as atuais.

Veja o caso das chuvas em Santa Catarina, da seca de 2005 na Amazônia, do incêndio em 2005 no Acre. Ainda é tudo muito pequeno para as possibilidades que se mostram para nós a cada momento. É claro que às vezes os relatórios vêm recheados de exagero, mas, por outro lado, não podemos esquecer de que faz bastante tempo que estamos presenciando esses acontecimentos. Basta andar de avião lá no meu estado, o Acre, e descer na cidade de La Paz, observar as geleiras da região das Cordilheiras e reparar que 30% delas não é mais formada de gelo: onde havia gelo nasce grama ou só se vê a pedra. Qualquer pessoa de bom senso vê a diferença. Até mesmo na própria temperatura da cidade, que na época do ano em que era gelada agora se anda de manga curta.

O governo peruano está fazendo investimentos na sua parte da Amazônia, o setor agropecuário está crescendo de uma forma violenta, desmatando tudo. A água que chega na Amazônia é oriunda desta região. No mapa da América do Sul, o Acre está no pé dessa cordilheira, podemos nos considerar a cacimba, onde dali a água segue até chegar ao oceano. Se lá em cima está tudo sendo desmatado, e as Cordilheiras estão virando pedra, então significa que outras secas nos nossos rios vão chegar, outras queimadas no estado do Acre e Rondônia vão existir, e mais grave ainda, nós não temos o controle desse processo.

Até hoje no Amazonas, o sistema de transporte, em 95% das cidades, é feito de barco ou de avião. Para a grande massa da população é de barco, para a elite é de avião. Uma passagem de avião dentro do estado para qual-

quer cidade do interior é muito mais cara do que sair de Rio Branco e chegar em Brasília. Então a população anda de barco. Muitos desses rios, em 2005, passaram a ser trafegados por trator de pneus, que levavam alimento para as cidades, para os vilarejos que estavam ilhados porque não tinham água. Agora em 2009, aquela população está começando a sair da enchente. É a mesma população que ficou no seco há quatro anos. Hoje está tudo alagado, há cidades inteiras alagadas no estado do Amazonas. A água chegava ao assoalho e a população subia no forro da casa para escapar da água. E lá permaneciam 30 dias, morando em um ambiente onde se faziam as necessidades e aquela mesma água era coletada para fazer comida, beber, lavar roupa. Esse é quadro dramático que estamos vivendo.

Mesmo havendo todo aquele episódio em Santa Catarina, com grandes chuvas e desabamentos, centenas de pessoas soterradas, em troca o estado quer criar um novo Código Ambiental. Assim pretende-se reduzir a áreas de proteção ambiental, porque considera-se que Santa Catarina está muito bem. Acreditam que não precisa ter controle ambiental ou rigidez sobre as questões ambientais.

Vimos também no Rio Grande do Sul a lavoura morrendo na seca. No nordeste do Maranhão e do Ceará houve alagamentos. Poderia aqui ficar dando muitos exemplos ocorridos no Brasil, sem precisar entrar em outra parte do mundo.

Na contramão do que seria necessário adotar para evitar essa situação perigosa, ameaçadora e preocupante para nós, há uma corrida pela flexibilização das leis que regulamentam critérios de equilíbrio ambiental. É espantosa essa situação que estamos vivendo. Não estou nem entrando no mérito da medida provisória 458, nem do Código Florestal, estou falando da forma geral como as leis ambientais são tratadas no país.

Estou fazendo essa introdução para mostrar um pouco da necessidade que tenho de não começar um debate simplesmente naquela visão do ecologismo verde atrasado. Já vi algumas pessoas, por exemplo, dizer que não comem carne de boi porque comer um filé de boi é uma forma de contribuir para derrubar uma árvore na Amazônia. A meu ver, isso é um discurso muito ruim para nós que somos defensores da Amazônia, porque nós defendemos o boi e o desenvolvimento, no entanto, nós defendemos um equilíbrio.

Poderia tratar aqui da medida provisória 458, porque no Brasil há 500 anos vigora um modelo, há uma cultura de ocupação de terra, que tem um papel muito importante no processo de exclusão. A ocupação de terra no Brasil é para quem tem poder, não só financeiro, mas para quem tem poder de influência política com os que governam o país. Porque, se eu tiver o poder de influenciar

politicamente, abro as portas para conseguir o capital. Tem gente que diz que acessar terra hoje é para quem tem dinheiro, eu diria que não. A concentração de terra é para quem tem capacidade de influenciar politicamente no país. E isso tem sido ao longo dos 500 anos a forma de ocupação da Amazônia.

Se, no caso do Brasil, quando se trata de produção *versus* questão fundiária, considera-se a terra como foco, isso será um equívoco com relação à Amazônia. É verdade que na Amazônia o problema fundiário é sério e a ausência de controle do Estado durante toda uma história de sua ocupação tem contribuído para esse processo. Mas seria bom que lá o foco não fosse a terra, mas os seus recursos. Um seringueiro, uma população extrativista ou uma comunidade indígena não precisam necessariamente da terra: precisam da floresta. O que é importante para uma família de extrativistas da Amazônia, uma família nativa ou uma comunidade tradicional, é a floresta. Por isso as questões fundiárias da Amazônia deveriam ter como foco a questão da floresta, a dos recursos hídricos, a da fauna e dos recursos minerais, porque é isso que está em jogo na Amazônia. A mídia colaborou para pressionar a disseminação da ideia de que era preciso fazer a regularização fundiária da Amazônia a partir do repasse das terras públicas para as mãos de terceiros. Esse é o problema mais sério, grave e preocupante que vivemos neste momento.

Por essa razão, temos um dilema no país que é o debate produção *versus* recursos naturais. Recentemente, estive no Rio Grande do Sul e o debate feito ali, apesar de aparentemente nada ter a ver com a Amazônia, era muito parecido: é o problema dos imigrantes alemães que chegaram primeiro que os italianos, ocuparam as melhores áreas para produção de uva e, os italianos, quando chegaram, tiveram que subir o morro e transformaram, ao longo de sua história, os arredores dos morros em áreas de produção de uva vinculada à agricultura familiar, procedimento que a legislação ambiental proíbe. Eis um problema para o qual o nosso governo, todos nós juntos, precisamos encontrar uma solução.

Então o problema não é só Amazônia, apesar de a Amazônia ser o grande debate da mídia nacional e internacional. O problema é do Brasil inteiro. Essa questão da produção *versus* recursos hídricos, *versus* sustentabilidade ambiental, é um problema que não podemos deixar de discutir. O desenho do país, o zoneamento, foi feito principalmente com base no desejo do agronegócio. Parece que o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar é direcionado apenas para definir produção de etanol, mas não é só isso. Quando a Embrapa fechou o relatório identificou aquilo que já sabíamos: Nordeste, Centro-Oeste, região de Goiás, parte do Sudeste, Minas Gerais, e regiões de São Paulo, são regiões propícias para o plantio da cana-de-açúcar e implementação de indústrias de

etanol. No entanto, essas mesmas áreas estão ocupadas ou pela agricultura familiar ou pela atividade da grande agropecuária. A tendência é empurrar a atividade agropecuária para a Amazônia. Logo, um ponto liga-se a outro: o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e a política de etanol do governo brasileiro está sendo vinculado com a regularização de terras na Amazônia. Querem regularizar a Amazônia, garantir que terceiros ocupem terras públicas e recebam o título de propriedade, para acessar o crédito, abrir pastagem ou lá ampliar a pastagem.

Combater essa política é nosso desafio. A questão do biodiesel quer, a qualquer custo, entrar na Amazônia, até com plantio de plantas exóticas em áreas já alteradas. E como áreas alteradas entende-se a região do sul do Pará, região do Bico do Papagaio, a região do Maranhão. Apontam-se essas regiões como apropriadas para o plantio do dendê e da mamona. Por isso, o incentivo do aproveitamento das áreas alteradas.

O Acre, por exemplo, hoje está se expandindo, e ao atravessar a estrada que liga Rio Branco à minha cidade, cerca de 180 km, vê-se que está cheia de cana e milho. Os fazendeiros tirando gado e colocando milho, porque o milho passou a ser mais competitivo. Em um hectare de terra onde se criariam duas cabeças de gado, podem ser produzidas 120 sacas de milho por safra, o que dá três vezes mais do que dois gados gordos. Na visão do agronegócio, não entra em discussão a questão social ou a questão ambiental.

A Agência Nacional de Água, durante uma reunião do GT de Bioenergia, em São Paulo, do qual faço parte, fez uma exposição da questão hídrica no Brasil, e então debatemos a questão da sustentabilidade e ficamos muito preocupados com aquela discussão. Primeiro, com a capacidade do fornecimento de água doce do Brasil, e, segundo, com a capacidade de cada região do Brasil. É algo assustador. O grande potencial da água está na Amazônia, o menor no Centro-Oeste e Sudeste. Juntando os dois menores, dá menos de 10% da capacidade das outras regiões. No entanto, os sistemas de produção chegam a consumir, por exemplo, 15 mil litros de água para produzir um quilo de carne de boi, 2 mil litros para produzir um quilo de frango, mil litros para produzir um quilo de milho, 2 mil litros de água para produzir um litro de etanol, 5 mil litros de água para produzir um quilo de celulose. Se não vincularmos o sistema de produção com a proteção dos nossos recursos hídricos, vamos ter, em curto prazo, uma situação de crise muito profunda relacionada à água. A água doce para consumo humano corresponde a 3% da água do planeta, mas desse total 68% formam as geleiras, atualmente em processo de derretimento, 30% está debaixo do chão, nos aquíferos. Em nosso domínio temos, apenas, 1,2% da água doce disponibilizada.

Diante desse fato, temos outro problema sério, da coalizão que dá sustentação parlamentar ao governo *versus* movimentos sociais. Vamos imaginar o caso da Amazônia. O governo do presidente Lula tem como líder no Senado Federal o senador Romero Jucá, um dos maiores inimigos da causa indígena e da Amazônia no estado de Roraima. Jucá tem como um dos seus aliados o deputado Jader Barbalho, do estado do Pará. São essas pessoas que têm o poder e a força política nos Estados. São eles que têm a relação direta com as classes dominantes e a mídia nos estados – Jader Barbalho é dono da TV Liberal no estado do Pará, e Romero Jucá dono da televisão de mais audiência no estado de Roraima. Em torno deles juntam-se quase todos os outros, e os parlamentares do PT ficam praticamente algemados. Houve um caso recente, na votação da MP 458, que um parlamentar nosso teve que se abster porque se não ia enfrentar retalhamento em seu estado. Abster-se contra o seu desejo. Nessa estrutura de coalizão de governo, aqueles que são aliados do governo, no plano nacional, chocam-se com os movimentos sociais.

Na Amazônia existe um processo de grilagem totalmente cruel. O problema maior é que as terras da Amazônia estão ocupadas. A medida provisória é muito mais grave porque ela vai além das coisas que são visíveis para nós no cotidiano. Aqueles 1.800 conflitos que existem na Amazônia hoje – dados da CPT – com a medida provisória, até o final de 2010 podem chegar a 4 ou 5 mil conflitos, ou mais.

Para os movimentos sociais criou-se uma confusão muito grande: brigar ou ficar junto ao governo do presidente Lula. Fica nesse balanço, o Lula passou por aqui, o Lula fez a Caravana da Cidadania, foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, foi condenado junto com Chico Mendes, junto com Wilson Pinheiro, entre outros fatos. A história do Lula é conhecida e os movimentos sociais ficam muitas vezes acomodados. Quando um quer tencionar o outro arrasta para trás: “Não vamos prejudicar o nosso governo porque o inimigo dele está lá do outro lado”. Com isso, os inimigos estão dizendo que são amigos.

Apesar de tudo isso, temos que falar de coisas boas também. De 2003 para cá houve mudanças profundas, apesar de tudo. Uma delas é a quantidade de unidades de conservação criadas na Amazônia. Isso é um avanço extraordinário sobre o que era reivindicação dos movimentos sociais.

Na minha região foi instalada uma fábrica de preservativo masculino no município de Xapuri, na qual o governo federal investiu 50 milhões de reais, e não deixa inveja para nenhum polo industrial do país. Estou dando esse exemplo porque tem que ser registrado, senão passa e não registramos essa história. Um seringueiro, cortador de seringa nativa, antes da fábrica, vendia

um quilo da borracha produzida por R\$ 2,00, ou R\$ 1,50, ou R\$ 1,30, dependendo da localidade. O governo do Estado colocava um subsídio de R\$ 0,70, então no final ele recebia R\$ 2,00, ou R\$ 2,20, ou R\$ 2,70, dependendo do local. Hoje, um produtor de látex não é mais produtor de borracha: ele coleta o látex da seringueira nativa e vende para a fábrica – um quilo de látex a R\$ 5,00. Isso é muito importante.

No Acre existem apenas 750 famílias inseridos nesse programa. Porém, eles tinham R\$ 200,00 mensais e hoje têm uma renda de R\$ 650,00. O debate sobre a Amazônia, assim, pode ser deslocado do enfoque da terra para seus recursos naturais, conforme enfatizei no início de minha apresentação.

Parece muito uma fábrica de preservativo ter o investimento de 50 milhões do governo. Mas uma só empresa do agronegócio leva do BNDES muito mais do que isso. As camisinhas estão sendo exportadas, e uma fábrica dessas não traz renda apenas para o seringueiro. Agora existem 150 empregos profissionalizados: a juventude da cidade hoje passa por um processo de capacitação e pode ser analista de laboratório, controlar a qualidade do produto, trabalhar em todo o processo. São jovens, mães e pais de família da cidade de Xapuri que foram inseridos na fábrica. E agora são mais 300 empregos diretos. Isso não seria possível se não tivéssemos um governo de esquerda no país. Então, precisamos reconhecer tais avanços, sem esquecer também de outras preocupações que ainda persistem.

Por fim, o tema da educação. A Universidade Federal do Pará é boa, enquanto a Universidade Rural da Amazônia no Pará é um verdadeiro caos. Ruim na infraestrutura, no descaso, na administração. Entre uma e outra há uma diferença muito grande. Existem bons professores sim, mas o grande problema é que as nossas instituições de pesquisa, as nossas instituições de ensino na Amazônia padecem de uma ausência de uma atuação mais efetiva do Estado. Quero dizer isso para demonstrar os efeitos de uma comparação. Em função de minha experiência de vida e do meu conhecimento, a minha propriedade está em uma comunidade bem desenvolvida. Porém, em outras comunidades há uma diferença muito grande: de qualidade de vida, de ambiente de morada, de produção, de organização da produção. Então, eu sei que na minha propriedade essas coisas são melhores porque conheci, aprendi, procurei aprender. Quando se chega a uma comunidade, seja de um agricultor familiar, seja de um seringueiro, ele planta pouco e mal, o arroz, a mandioca, o milho, o feijão, e mais nada. Então, é um processo que somente será alterado se for dada prioridade à educação.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, do qual também faço parte através do GT de Equidade Social, apresenta dados bastante pre-

ocupantes quanto à educação. Quando se trata do Norte e do Nordeste, o número de jovens que concluem o ensino médio é muito reduzido. O número de jovens que consegue completar o ensino fundamental também é muito reduzido. Então não vamos ficar alimentando a ideia de que é um programa nacional de assistência técnica e extensão rural que vai resolver o problema da agricultura familiar. Isso não vai resolver. No Movimento Sem Terra, onde a agricultura familiar se desenvolveu, o próprio movimento capacitou seus quadros e seus jovens produtores para assessorar a comunidade. Os projetos de produção exitosos são os que têm capacitado as próprias lideranças comunitárias. As nossas cooperativas que têm dado certo são aquelas que têm investido na capacitação dos dirigentes e gerentes de cooperativas.

Nosso governo tem que dar esses subsídios,— assim como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) constitui um bom exemplo disso. Entretanto, temos que avançar muito mais ainda, considerando as diferenças existentes em cada região. E a educação na Amazônia tem que ser diferenciada de qualquer parte do Brasil.



**HAMILTON PEREIRA****O PAPEL DA AMAZÔNIA  
NO NOVO CICLO**

Há três desafios principais na região Amazônica. Eles estão atrelados tanto a uma perspectiva nacional como internacional. Em particular, o que a reorganização da divisão internacional do trabalho indica neste momento para o Brasil: algumas tarefas que implicam a ocupação da área do cerrado e da Amazônia.

Em primeiro lugar, é preciso redefinir o papel da região amazônica no novo ciclo, considerando as possibilidades de seu desempenho. O governo Lula traz de novo a integração continental. Não podemos hoje pensar a respeito de um novo ciclo do desenvolvimento do Brasil, seja na Fundação Perseu Abramo, seja no Partido dos Trabalhadores ou no âmbito da esquerda, sem ter a ideia do contexto sul americano. Não existe como desconsiderar essa abordagem. Em 2003, o presidente Lula declarava: “Precisamos traduzir a retórica da unidade latino-americana em obras físicas, redes elétricas, hidrelétricas, estradas, ferrovias, portos”. Era assim o seu discurso em 2003.

Em segundo lugar, é preciso diversificar o padrão de produção prevalente nas últimas décadas, que está ancorado no agronegócio, para que possamos incorporar as tecnologias adaptadas das populações tradicionais indígenas, quilombolas e ribeirinhas, responsáveis principais pela conservação da biodiversidade. Esse é um aspecto muito importante porque enfrentamos pessoas como a senadora Kátia Abreu, presidente da CNA, que não quer ouvir falar disso, não quer reduzir minimamente a margem de lucro do que produz. O que temos de diferente para apresentar?

Não podemos pura e simplesmente promover reprodução da revolução verde. Não é mais a revolução verde: no cerrado brasileiro, em parte é um pouco da revolução verde aliada à tecnologia que se sucedeu à revolução

verde. Ainda é a química envenenando os rios, ou seja, a mecanização junto com a química. Agora há outros elementos em questão, há os transgênicos também. Estamos vivendo um período de transição, mas ainda prevalece fortemente o padrão de produtividade que sustenta os altos lucros do agronegócio. Até o Ipea poderia se encarregar de fazer essa discussão: Como aproveitar as terras degradadas pelo agronegócio? Essa pergunta tem que ser feita, porque existe a demanda do investimento do Estado na recuperação dessas terras. Talvez até mesmo incentivo a esses senhores, para que eles tenham condições lucrativas – é legítimo ter condições lucrativas para continuar produzindo o que produzem.

Em terceiro lugar, a necessidade de redefinir e reorientar a matriz de transporte de cargas e de pessoas. Hoje privilegia-se o modal rodoviário individual de alto custo, ambientalmente insustentável, para expandir e consolidar um novo modelo intermodal hidroviário, ferroviário, rodoviário, realizado sobre um potencial que somente nosso país apresenta.

Aqui vou tratar de certas incoerências do governo. Fizemos um estudo e o apresentamos uma vez para o presidente Lula, e ele pediu uma reunião com cinco ministros para que a gente volte a apresentar. É um estudo produzido pela ANA: o Plano Estratégico do Tocantins-Araguaia. É um plano elaborado sobre o conjunto da bacia, que inclui a identificação das políticas já em curso, e as que estão no PAC e outras que nele precisam ser agregadas, ou mesmo dele serem retiradas.

Em 2010, no mês de junho o presidente Lula irá inaugurar a eclusa de Tucuruí. A eclusa de Tucuruí inaugurada significa que o Brasil incorpora algo em torno de 700 km de hidrovia, podendo assim transportar grãos de Imperatriz e Marabá até Belém. Vindo rio Tocantins acima, temos a Barragem do Lajeado. Essa hidrelétrica está construída, e em seu projeto está prevista uma eclusa, cuja construção foi iniciada, mas foi interrompida. Agora, as obras estão sendo retomadas para a conclusão da eclusa. Então nós temos Tucuruí e Lajeado. Entre uma e outra está sendo construída, a todo vapor, a hidrelétrica do Estreito, que não tem previsão de eclusa. É algo absolutamente insensato, porque construir uma eclusa depois da barragem custa muito mais. Esse aspecto é muito importante para nós porque essas obras estão em curso em uma região povoada, uma região onde a planta produtiva está dada, nela está sendo construída a ferrovia Norte-Sul. Quer dizer, tem-se a possibilidade de três modais. Se o governo brasileiro concluir a eclusa do Lajeado, fizer a eclusa de Estreito, vamos ter uma hidrovia de 1.300 km. Nenhum país do mundo, obtém isso com duas obras. E obtém o meio de transporte mais barato, menos impactante ambientalmente, com todas as vantagens que tem a hidrovia.

Existe também a pauta sobre a hidrovía Teles Pires-Tapajós, que caberá provavelmente ao governo seguinte. Essa hidrovía com a construção da barragem e da eclusa de São Luís no Tapajós pode transportar os grãos produzidos na região de Sinop, no Mato Grosso, e fazê-los escoar por Belém. Ao invés de se fazer o percurso atual, em carretas sobre rodas de borracha, percorrendo 1.500 km de asfalto, congestionando São Paulo para chegarem ao porto de Santos ou para ir à Paranaguá, ainda mais longe. São 1.500 km para se distanciar dos mercados consumidores, todos no hemisfério Norte. Então, é inevitável deixar de fazer a pergunta: “Por que ninguém enfrenta essa civilização do automóvel, do transporte rodoviário?”. Se você pode com uma chata, uma única, levar a carga equivalente a 130 carretas. Se o transporte for feito de chata, e, por exemplo, o destino final é Hong Kong, reduz-se em nove dias o tempo total para chegar ao destino.

São perguntas essenciais quando pensamos em um projeto de país, porque alterar o sistema teria uma incidência absolutamente radical no modelo de desenvolvimento do Brasil.

Por fim, quero ressaltar que, a meu ver, a questão do zoneamento ecológico-econômico é tão crucial quanto a regularização fundiária. Vejam que estamos destruindo ou radicalizando a destruição do Rio Taquari para produzir soja ou cana-de-açúcar. Estamos, enfim, com essa falta de definição do zoneamento ecológico-econômico, porque estamos reproduzindo o que foi o ciclo do século XX. E a título de conclusão da nossa discussão de programa: o Brasil cresceu, talvez como nenhum país no século XX, do ponto de vista do PIB. Mas cresceu sob ditaduras, sob a marca do autoritarismo, isto é, crescemos concentrando renda. E crescemos depredando os recursos naturais. Hoje estamos crescendo com base na democracia. Assim, estamos distribuindo para crescer, em certo sentido começamos a inverter a equação do Delfim Neto – a famosa equação do bolo. Hoje o mercado interno é a grande âncora do crescimento brasileiro. No entanto, não resolvemos satisfatoriamente o terceiro desafio: o da sustentabilidade socioambiental.

É preciso saber calibrar um discurso coerente com nossa prática de governo. Por exemplo, a direita absorve o discurso ambiental, e às vezes seus representantes fazem isso de maneira mais refinada do que nós. Temos de ter o nosso discurso a respeito dessa questão. Uma parte inseparável disso é precisamente o aspecto da participação popular, uma de nossas marcas. Por quê o PAC gera tanta polêmica? Porque ele é fruto mais genuíno da nossa concepção de planejamento, e tem uma diferença fundamental com relação aos processos anteriores.



JOSÉ MACHADO

## PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO

O Brasil tem a necessidade de construir uma visão estratégica de longo prazo para galvanizar a sociedade brasileira, porque hoje nós estamos enredados em uma agenda de curto prazo. Não basta analisar a crise ou como vamos sair dela. Nós temos que vislumbrar qual o Brasil queremos e quais as condições objetivas de nossas apostas para torná-las realidade. A necessidade de fazer uma reflexão sobre o índice de distribuição de renda e o índice de desenvolvimento humano dos próximos 20 anos é primordial.

Temos que superar a impressão de que o Brasil é um barco ziguezagueando no oceano, com um horizonte nebuloso, sem ter uma visão de um porto seguro. Seria muito útil para o país se nós pudéssemos construir uma visão clara do futuro que queremos. O que estou dizendo não é uma elaboração minha, é algo tão evidente que consta expressamente de documento com enunciados estratégicos do Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social. Vou ler uma ou duas frases: “Em abril de 2006, o Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDES) foi desafiado a produzir enunciados para o desenvolvimento, ou seja, um elenco de diretrizes operacionais com metas físicas e até financeiras que na sua totalidade pudessem apontar uma forma concreta para a retomada do desenvolvimento em bases sustentáveis, a partir de 2007, tendo como horizonte de longo prazo o ano de 2022”.

Por que 2022? São 200 anos de independência, um marco simbólico que poderia ser cravado no imaginário brasileiro. Como desejamos ganhar a Copa de 2014, o campo progressista poderia propor ao país qual campeonato queremos ganhar em 2022. Isso seria uma coisa interessante. Deveríamos aspirar para esse futuro próximo o que está na pauta do CDES, a aceleração do desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental e redução das desigualdades.

E, por fim, registra o documento: “Os trabalhos do Conselho, consubstanciados nas Cartas de Concertação e na Agenda de Desenvolvimento, demonstraram sua capacidade de interação e construção de consenso em torno do grande tema do desenvolvimento do Brasil. Os consensos elaborados pelo CDES apresentam princípios sobre os quais devemos construir o desenvolvimento e os objetivos estratégicos a serem alcançados pela sociedade brasileira nos encorajando a dar novos passos. Diante disso nos empenhamos na tarefa de elaborar proposta de diretrizes com pretensão de interferir num planejamento de Estado que conduza e coordene o desenvolvimento do país”.

Não temos no Brasil um planejamento de Estado, então, aqui o CDES está preconizando algo absolutamente fundamental. Isso está presente na Constituição Brasileira, em seu artigo 21, quando diz que é responsabilidade da União propor um plano de desenvolvimento econômico-social para o país. Nós não temos um plano de desenvolvimento social e econômico para o país. O que nós temos são sucessivos planos de governo. Mas qual é a visão e a estratégia de longo prazo? Quer dizer que a cada quatro vamos ficar reinventando novos rumos?

Precisamos da retomada deste debate sobre esses enunciados estratégicos. Qual o índice de distribuição de renda cabível? No projeto do CDES propõe-se como meta para 2022 um índice de Gini de 0,4, uma mediana dos índices dos países da OCDE. Hoje, dados de 2007, o nosso índice de Gini de distribuição de renda é 0,52. Quer dizer, hoje está em 0,5, porém já foi mais de 0,6. Estamos progredindo nisso, mas poderíamos aproveitar a oportunidade e cravar uma meta: poderíamos dizer “nós queremos chegar a 0,4”. No caso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), uma meta que pulasse do atual 0,8 para 0,9 nos próximos 15 anos. Quais são as políticas setoriais, política macroeconômica compatível com essas metas? O Nelson Barbosa com razão argumentou: “Por que só falar em meta de inflação e não falar em meta de crescimento”? É preciso haver uma modelagem que combine meta de inflação com meta de crescimento. O governo tucano só trabalhava com meta de inflação. Precisamos de um modelo que articule as metas setoriais, as metas macroeconômicas, a meta de inflação. Evidentemente isso exige definições e respostas políticas para ser efetivado. Isso é que vai fazer a diferença entre o modelo anterior e o modelo do nosso campo.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social tem sido uma experiência extraordinária, mas hoje ele está fragilizado, não vive mais aquele momento de grande visibilidade e de grande impulso. Ele foi capaz de produzir algo extraordinário que é uma Agenda Nacional de Desenvolvimento, um esforço muito interessante, capaz de estabelecer uma agenda de elevado

nível de consenso, que inclui a questão do desenvolvimento sustentável. São os Enunciados Estratégicos de Desenvolvimento, um esforço para estabelecer metas de longo prazo para o nosso país, políticas de Estado, de modo a lançar o olhar para as gerações futuras e encarando grandes desafios das utopias civilizatórias. Mas o trabalho está a meio do caminho. E vamos entrar em um processo de disputa, no qual temos que colocar essas questões para galvanizar a opinião pública e fazer diferença no debate. Não podemos entrar com uma agenda economicista no debate nem apenas contando com o PAC, realmente um projeto extraordinário porque incide sobre uma questão fundamental que é o gargalo da infraestrutura, crítico no país, e que ao mesmo tempo dialoga com a questão da geração de emprego, de saneamento e de habitação popular. Mesmo assim, não podemos abdicar de aperfeiçoar o nosso discurso com a proposta de planejamento integrado. Não dá para dissociar o debate econômico do debate da questão socioambiental e da inclusão social. Esse tripé é fundamental nesse debate. Uma base não pode ficar mais frágil do que a outra, pois é necessário que o debate seja articulado.



## SOBRE OS AUTORES

**ALOIZIO MERCADANTE OLIVA** é senador pelo PT-SP, é líder da bancada do PT e do bloco de apoio do governo. Foi vice-presidente nacional e secretário de relações internacionais do PT. Em 2008, Mercadante presidiu a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado e foi eleito presidente da Representação Brasileira no parlamento do Mercosul, no qual é vice-presidente. É mestre em economia pela Universidade de Campinas (Unicamp).

**AMIR ANTONIO KHAIR** é engenheiro do ITA e mestre em Finanças Públicas pela EAESP/FGV. Foi secretário de Planejamento da Prefeitura de Diadema (1983/84), Secretário de Finanças da Prefeitura de São Paulo (1989/92). Elaborou o Guia de Orientação para as Prefeituras – Lei de Responsabilidade Fiscal do BNDES e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2000. Atuou como consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para o diagnóstico e recomendações sobre a reforma do Poder Judiciário. É colunista da revista Teoria e Debate, publicação da Fundação Perseu Abramo.

**ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS** é presidente nacional da CUT, reeleito em 2009. É técnico eletrotécnico e sociólogo, formado pela PUC Campinas. Paulistano, iniciou sua atividade sindical em 1983 no Sinerjia-SP/CUT, onde chegou a ocupar a presidência. Participou da batalha contra as privatizações, entre 1994 e 1995. Foi eleito secretário de Formação da CUT São Paulo em 1999. Desde então, acompanhou as relações da Central com os meios acadêmicos, com o objetivo de trocar experiência e conhecimento entre as entidades.

**CARLOS MINC BAUMFELD** é ministro do Meio Ambiente. Economista, obteve o mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Técnica de Lisboa (1978) e doutorou-se em Economia do Desenvolvimento pela Universidade de Paris I - Sorbonne (1984). Eleito deputado estadual pelo Rio de Janeiro em 1986, pelo PV, foi eleito pelo PT nos pleitos seguintes. Está em seu sexto mandato consecutivo. Em 2007, foi nomeado Secretário de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro. Em 2008, foi empossado como ministro do Meio Ambiente. Em 1989, recebeu o Prêmio Global 500, concedido pela ONU aos que se destacam mundialmente nas lutas em defesa do meio ambiente.

**ERMÍNIA MARICATO** é arquiteta, urbanista e professora titular na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Foi secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo de 1989 a 1992, na gestão petista da prefeita Luiza Erundina. É uma das criadoras do Labhab - Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAU-USP (1997), participou da formulação da proposta de criação do Ministério das Cidades, no qual foi ministra-adjunta na maior parte da primeira gestão Lula (2003-2005). É autora de seis livros e consultora internacional de política urbana e habitacional.

**GILNEY AMORIM VIANA** é professor da Universidade Federal de Mato Grosso, membro do Diretório Nacional do PT e membro do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo. É militante de esquerda desde 1961, primeiramente no PCB e depois na Corrente e ALN. Foi preso político no golpe militar de 1964 e durante a ditadura militar de 1970 até 1979. Organizou, com outros presos políticos, um Núcleo do PT em formação, no Presídio Político do Rio de Janeiro. Foi secretário nacional do Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT, agora é membro do Coletivo Nacional da SMAD. Foi presidente do PT-MT. Exerceu mandatos de deputado federal (1995-1998) e estadual (1999-2002). Membro da Equipe de Transição do Presidente Lula, responsável pela política ambiental (2002).

**GUILHERME CASSEL** é ministro do Desenvolvimento Agrário. Engenheiro civil. Nasceu no RS. Pós-graduado em Recursos Humanos. Agente fiscal do Tesouro do RS. Atuou como sub-secretário da Fazenda de Porto Alegre, sub-chefe da Casa Civil e secretário geral do governo do estado do Rio Grande do Sul. De 2003 até março de 2006, foi secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

**HAMILTON PEREIRA DA SILVA** escritor, poeta, ex-preso político durante a ditadura militar, petista desde a fundação do partido. Em 1996, compôs a primeira diretoria da Fundação Perseu Abramo, tendo exercido a presidência de 2004 a 2007, é atualmente membro do Conselho Curador desta instituição. Foi secretário de Cultura do Distrito Federal em 1997 e 1998. Em 2002, foi coordenador da área de Cultura da campanha presidencial de Lula. Foi secretário de Articulação Institucional do Ministério do Meio Ambiente. Atualmente é assessor da presidência da Agência Nacional de Águas (ANA). Em 1990 ajudou a coordenar a elaboração das políticas do PT para as áreas de Reforma Agrária, Política Agrícola e Segurança Alimentar.

**JOSÉ MACHADO** foi presidente da Agência Nacional de Águas (ANA) até o final de 2009. É graduado em Ciências Econômicas, pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP). Pós-Graduado em Ciências Econômicas, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor de Economia do Curso de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMP). Foi deputado estadual pelo PT-SP (1987/88), prefeito de Piracicaba (SP) por dois mandatos, deputado federal PT-SP (1995 a 2000).

**JÚLIO BARBOSA DE AQUINO** é secretário nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT. É seringueiro, foi fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri/AC, foi vice-presidente do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), foi fundador da Aliança dos Povos da Floresta e prefeito de Xapuri/AC.

**JÚLIO FLÁVIO GAMEIRO MIRAGAYA** é economista, membro do Conselho Federal de Economia. Doutorou-se em Desenvolvimento Sustentável na Universidade de Brasília (UnB). Atuou no Ministério da Integração Nacional - Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. Foi coordenador técnico do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da BR-163 (Rodovia Cuiabá-Santarém), do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó e do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte.

**LADISLAU DOWBOR** é professor titular no departamento de pós-graduação da PUC de São Paulo. Formado em economia política pela Universidade de Lausanne, Suíça e doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central

de Planejamento e Estatística de Varsóvia, Polônia. Atualmente. Consultor para diversas agencias das Nações Unidas, governos e municípios. Conselheiro na Fundação Abrinq, Instituto Polis e outras instituições. Foi secretário de Negócios Extraordinários da Prefeitura de São Paulo durante a gestão de Luiza Erundina. É autor e co-autor de cerca de 40 livros e de numerosos artigos.

**LUIZ PINGUELLI ROSA** é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Física, foi diretor da coordenação dos programas de pós-graduação em Engenharia da UFRJ-COPPE, por três mandatos. Foi presidente da Eletrobrás, atualmente é diretor da COPPE, onde implantou o maior complexo de laboratórios da América do Sul que reúne mais de 100 modernas unidades de pesquisa, o I-2000 e Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Responsável pela criação do Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais – IVIG. É membro do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo.

**MARCOS HELANO FERNANDES MONTENEGRO** é engenheiro civil, mestre em engenharia. Foi superintendente do Semasa de Santo André-SP (1989-1992), presidente da Caesb-DF (1995-98) e da Cedae-RJ (1999). Foi Diretor da Secretaria Nacional de Saneamento Básico do MCidades (2003-2007). Foi presidente da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (1989-2003) Integrou o Comitê de saneamento Básico do PT. Atualmente é regulador de serviços públicos do Distrito Federal.

**MARINA SILVA** é senadora desde 1994 pelo estado do Acre, onde nasceu. Foi ministra do Meio Ambiente do governo Lula, de 2003 a maio de 2008. É historiadora, fundadora da CUT no Acre, vereadora em Rio Branco (1988) e deputada estadual (1990). Recebeu várias premiações nacionais e internacionais pelo seu trabalho para proteger a floresta tropical amazônica. Pertenceu ao PT desde a fundação, atualmente é filiada ao PV.

**NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO** é secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. É professor adjunto no Instituto de Economia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, 2007-2008. Foi professor adjunto na Graduate Faculty, New School University (New York, USA), 1999-2002.

**RICARDO AMORIM** é professor-pesquisador da Universidade Mackenzie e realiza pesquisas junto ao IE/Unicamp. É economista, mestre e doutorando pela Unicamp. Trabalhou na área bancária, atuou como assessor econômico da Secretaria do Trabalho da Prefeitura de São Paulo (2001 a 2004). É autor de artigos em revistas acadêmicas e jornais e também é coautor de livros na área econômica.

**ROBERTO SATURNINO BRAGA** é engenheiro e economista, político e escritor. Foi deputado federal pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 1962. Foi vereador e prefeito do Rio de Janeiro. Foi senador por dois mandatos. No Senado foi vice-líder do MDB, líder do PDT, líder do PSB e vice-líder do PT. Foi presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. Foi presidente da Fundação João Mangabeira, do PSB. Atualmente é membro do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo e presidente do Instituto Solidariedade Brasil.

**SÉRGIO ROSA** formado em Hidrografia e Navegação pela Escola Naval e pós-graduação em informática na PUC-RJ (1978) e COPPE/UFRJ (1981). Foi presidente da Associação de Profissionais de Processamento de Dados (APPD-RJ), presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados (Sindpd-RJ), presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Processamento de Dados (Fenadados), Conselheiro do Conselho Nacional de Informática (Conin), conselheiro do Conselho Nacional de Informações Sociais (Cnis) e da coordenação do Setorial de Tecnologia da Informação do PT. Foi diretor do Serpro. É diretor da Cobra Tecnologia. Atualmente integra a Coordenação do Fórum Nacional de Tecnologia da Informação.

**TANIA BACELAR DE ARAÚJO** é economista e socióloga (UFPE), doutora em Economia Pública pela Université de Paris I – Panthéon-Sorbonne. Especialista em economia regional, foi secretária de Planejamento e da Fazenda do governo Arraes, em Pernambuco. Foi economista da SUDENE durante 20 anos. Foi membro da equipe de transição para o governo Lula (outubro a dezembro de 2002). Foi secretária nacional de Políticas Regionais (2003) e coordenadora do Grupo de Trabalho de Recriação da SUDENE e da SUDAM – 2003.



## **SOBRE OS ORGANIZADORES**

**ELÓI ALFREDO PIETÁ** é vice-presidente da Fundação Perseu Abramo. Duas vezes membro do Diretório Nacional do PT, prefeito de Guarulhos (2001 a 2008), vice-presidente de relações internacionais da Frente Nacional de Prefeitos (2006 a 2008), deputado estadual em São Paulo (1991 a 2000), vereador em Guarulhos (1983 a 1990), sempre pelo PT. Foi militante de movimentos sociais, professor de Língua Portuguesa, advogado.

**PEDRO IVO DE SOUZA BATISTA** é coordenador da Rede Brasileira e Internacional de Ecosocialistas, diretor da Rede Alternatives Internacional, conselheiro do Jornal Brasil de Fato e integrante do Conselho Consultivo da Associação Alternativa Terrazul. Foi assessor especial da ministra Marina Silva, diretor do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental do Ministério do Meio Ambiente, coordenador da Agenda 21 Brasileira e da Conferência Nacional de Meio Ambiente, conselheiro do CONAMA e secretário de Meio Ambiente e Controle Urbano de Fortaleza.

